



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

LILIANE DO NASCIMENTO SANTOS FEITOZA

**POR UM TRATADO DA RELEVÂNCIA JORNALÍSTICA**

Recife

2021

LILIANE DO NASCIMENTO SANTOS FEITOZA

**POR UM TRATADO DA RELEVÂNCIA JORNALÍSTICA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de doutora em Comunicação. Área de concentração: Comunicação

**Orientadora:** Profa. Dra. Isaltina Maria de Azevedo Mello Gomes

**Coorientador:** Prof. Dr. Diego Andres Salcedo

Recife

2021



## LILIANE DO NASCIMENTO SANTOS FEITOZA

TÍTULO DO TRABALHO: “POR UM TRATADO DA RELEVÂNCIA JORNALÍSTICA”.

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Comunicação.

Aprovada em: 05.05.2021

### BANCA EXAMINADORA

---

PROFA. ISALTINA MARIA DE AZEVEDO MELLO GOMES  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

---

PROF. DIEGO ANDRES SALCEDO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

---

PROF. HEITOR COSTA LIMA DA ROCHA  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

---

PROF. JOSÉ AFONSO DA SILVA JÚNIOR  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

---

PROF. JOSENILDO LUIZ GUERRA  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

---

PROF. CARLOS EDUARDO FRANCISCATO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

À educação pública, crítica e libertadora.

E ao amigo Pedro Rocha (in memoriam).

## AGRADECIMENTOS

Esta tese não foi escrita apenas pelas minhas mãos. Para chegar ao ponto de começar a escrevê-la me guiaram e me orientaram professores e autores e para não me deixar desanimar, nem me isolar em saberes puramente acadêmicos me seguraram e me inspiraram familiares, amigos e colegas.

Este trabalho é devedor de muitos autores e pesquisadores, que dedicaram a vida a desenvolver e expandir saberes. O agradecimento se dirige não só aos conhecimentos diretamente utilizados, mas antes de tudo à beleza e à inspiração encontrada no ato de pesquisar, trabalho necessário para a transformação da sociedade, com vocação para a rebeldia e capaz de desenvolver algo tão sutil e tão resistente quanto uma ideia.

Muitas dessas ideias não teriam sido apreciadas sem o intermédio eficiente dos meus professores. Sou grata a todos os profissionais que me guiaram desde as primeiras séries, mas destaco os nomes da minha querida orientadora, Isaltina Gomes, que me acolheu desde o nosso primeiro encontro, sempre visivelmente feliz pelo crescimento dos seus orientandos e sempre disposta a ouvir, contribuir e estimular, e do meu coorientador, Diego Salcedo, disponível não só para ouvir dúvidas e estimular ideias, mas também para sentar-se por horas em um café, até que sua orientanda aflita estivesse cheia de motivação.

Agradeço ainda a todos os professores que encontrei no PPGCOM da Universidade Federal de Pernambuco, pelas aulas, pelos questionamentos e pelo genuíno interesse em pensar comigo sobre o meu trabalho, em especial agradeço ao professor Heitor Rocha, pelas disciplinas preparadas, pelas conversas e pela maneira atenciosa com que sempre me atendeu. Menciono também o professor Josenildo Guerra, antigo orientador e constante inspiração pelo trabalho dedicado e apaixonado que realiza, agradeço a porta sempre aberta e as parcerias com as quais continuo aprendendo muito.

Além dos professores, o PPGCOM da UFPE também merece agradecimento pelos seus secretários atenciosos, com resposta para todas as questões e resoluções para todos os problemas. Nas salas e corredores da UFPE encontrei pessoas inspiradoras e amigos que quero levar para a vida. Agradeço a todos e cito os nomes de Pedro Vasconcelos, Sheyla Lima e Juliana Cavalcanti. Faço um agradecimento especial à minha indescritível amiga Amanda Borba, sem a nossa parceria e as nossas trocas esta tese seria outra, teria menos sensibilidade e menos cores.

Continuando esse caminho de sair da academia e ir para a vida agradeço o meu companheiro Salviano Feitoza. Não bastasse toda a compreensão, todo o cuidado e toda a parceria, nenhuma outra pessoa discutiu tão arduamente sobre a relevância jornalística ou foi interlocutor tão curioso, inteligente e repleto de sugestões. Esta tese também é sua.

Agradeço aos meus pais, João e Lindinalva, que me deram tudo, aos meus irmãos, Robson, Alexandre, Luiza e Mariana e aos meus familiares escolhidos, com destaque para Saulinho, Thulio, Egicyane, Emily e Giovanni. A sabedoria de todos vocês está espalhada por estas páginas e o afeto de vocês está espalhado por mim.

### **Notícia de Jornal**

Atentou contra a existência  
Num humilde barracão  
Joana de tal, por causa de um tal João

Depois de medicada  
Retirou-se pro seu lar  
Aí a notícia carece de exatidão

O lar não mais existe  
Ninguém volta ao que acabou  
Joana é mais uma mulata triste que errou

Errou na dose  
Errou no amor  
Joana errou de João  
Ninguém notou  
Ninguém morou na dor que era o seu mal  
A dor da gente não sai no jornal  
(REIS; BARBOSA, 1975)

## RESUMO

A prática jornalística é marcada pela necessidade de selecionar acontecimentos. Tal necessidade decorre não só das limitações espaciais, de pessoal e de recursos, mas principalmente da compreensão prévia de que nem tudo o que ocorre no mundo é adequado ao jornalismo. Para julgar a adequação, foram desenvolvidas ferramentas e técnicas, como os valores-notícia, que são eficazes no auxílio ao profissional que precisa selecionar com rapidez, precisão e flexibilidade os acontecimentos jornalísticos. Apesar dessa eficácia, falta às ferramentas e técnicas de seleção uma reflexão que as conecte ao jornalismo e às teorias do jornalismo, enquanto instituição social e área de conhecimento, bem como à densidade conceitual encontrada em outras áreas, das quais o jornalismo pode se beneficiar. Esta tese deseja contribuir para reduzir essa ausência através do desenvolvimento de um conceito de relevância jornalística, formulado em torno da natureza e da função desses processos de seleção. A formulação desse saber foi orientada por conhecimentos filosóficos, especificamente a pedagogia dos conceitos de Deleuze e Guattari, que descreve as condições de criação e de singularidade dos conceitos. Essa pedagogia direcionou o trabalho a buscar saberes prévios, que respondem parcialmente à questão do que é relevância jornalística, e para conectá-los através de um estatuto do conceito. Os saberes prévios, em questão, foram encontrados na própria tradição jornalística de selecionar acontecimentos e em duas teorias de estudo da relevância, uma de orientação linguística, produzida por Dan Sperber e Dierdre Wilson e outra com direcionamento sociológico, produzida por Alfred Schutz, literaturas aproximadas também pelo filósofo Jan Strassheim. Como resultado, o conceito de relevância jornalística se apresenta como um sistema de avaliação da adequação dos acontecimentos ao público, cuja natureza é a mesma de outros procedimentos de avaliação de relevância, mas a função é específica ao jornalismo. A dimensão normativa permite desempenhar função crítica; vincular a seleção dos acontecimentos à percepção do jornalismo como uma instituição; afastar a seleção dos acontecimentos jornalísticos de características limitadas aos fatos; relativizar o ato seletivo sem comprometer análises concretas; e externalizar a percepção dos processos. Além do conceito, a tese apresenta ainda a subdivisão da relevância jornalística especializada em três dimensões: as relevâncias jornalísticas impositiva, tradicional e afirmativa, que em conjunto atendem a compromissos e tarefas assumidas pelo jornalismo, sem desconsiderar a natureza dos processos cognitivos e sociais que impactam na atribuição de valor realizada por qualquer sujeito.

**Palavras-chave:** relevância jornalística; valores-notícia; acontecimento jornalístico; seleção de acontecimentos; teoria do jornalismo.

## ABSTRACT

Journalistic practice is marked by the need to select events. This need arises not only from space, personnel and resources limitations, but mainly from the previous understanding that not everything that happens in the world is adequate for journalism. To judge the adequacy, tools and techniques were developed, such as news values, which are effective in helping professionals who need to quickly, accurately and flexibly select journalistic events. Despite this effectiveness, the selection tools and techniques lack a reflection that connects them to journalism and to theories of journalism, as a social institution and area of knowledge, as well as to the conceptual density found in other areas of knowledge, from which journalism can benefit. This thesis wishes to contribute to reduce this absence by developing a concept of journalistic relevance, formulated around the nature and function of these selection processes. The formulation of this knowledge was guided by philosophy, specifically a pedagogy of concepts of Deleuze and Guattari, which describes the conditions of creation and singularity of concepts. This pedagogy directed the work to seek prior knowledge, which partially answers the question about journalistic relevance, and to connect them through a statute of the concept. The previous knowledge, in question, was found in the journalistic tradition of selecting events and in two theories of relevance study, one of linguistic orientation, produced by Dan Sperber and Dierdre Wilson and the other with sociological direction, produced by Alfred Schutz, literature also approximated by the philosopher Jan Strassheim. As a result, the concept of journalistic relevance presents itself as a system for assessing the adequacy of events to the public, the nature of which is the same as other relevance assessment procedures, but the function is specific to journalism. The normative dimension allows it to perform a critical function; link the selection of events to the perception of journalism as an institution; remove the selection of journalistic events from characteristics limited to the facts; relativize the selective act without compromising concrete analyzes; and externalize the perception of the processes. In addition to the concept, the thesis also presents the subdivision of journalistic relevance specialized in three dimensions: the impositive, traditional and affirmative journalistic relevance, which together meet the commitments and tasks assumed by journalism, without disregarding the nature of the cognitive and social processes that impact in the attribution of value made by any subject.

**Keywords:** journalistic relevance; news values; journalistic event; selection of events; theory of journalism.

## RESUMEN

La práctica periodística está marcada por la necesidad de seleccionar eventos. Esta necesidad surge no solo de limitaciones de espacio, personal y recursos, sino principalmente del entendimiento previo de que no todo lo que sucede en el mundo es adecuado para el periodismo. Para juzgar la adecuación, se desarrollaron herramientas y técnicas, como los valores de las noticias, que son efectivos para ayudar a los profesionales que necesitan seleccionar de manera rápida, precisa y flexible eventos periodísticos. A pesar de esta efectividad, las herramientas y técnicas de selección carecen de una reflexión que las conecte con el periodismo y con las teorías del periodismo, como institución social y área de conocimiento, así como con la densidad conceptual que se encuentra en otras áreas, de las que el periodismo puede beneficiarse. Esta tesis quiere contribuir a reducir esta ausencia desarrollando un concepto de relevancia periodística, formulado en torno a la naturaleza y función de estos procesos de selección. La formulación de este conocimiento estuvo guiada por la filosofía, específicamente una pedagogía de conceptos de Deleuze e Guattari, que describe las condiciones de creación y singularidad de conceptos. Esta pedagogía orientó el trabajo a buscar conocimientos previos, que respondan parcialmente a la pregunta sobre la relevancia periodística, y conectarlos a través de un estatuto del concepto. El conocimiento previo, en cuestión, se encontró en la tradición periodística de selección de eventos y en dos teorías de estudio de relevancia, una de orientación lingüística, producida por Dan Sperber y Dierdre Wilson y la otra con dirección sociológica, producido por Alfred Schutz, literatura además aproximada por el filósofo Jan Strassheim. Como resultado, el concepto de relevancia periodística se presenta como un sistema para evaluar la adecuación de los hechos al público, cuya naturaleza es la misma que otros procedimientos de evaluación de relevancia, pero la función es específica del periodismo. La dimensión normativa le permite realizar una función crítica; vincular la selección de eventos a la percepción del periodismo como institución; eliminar la selección de hechos periodísticos de características limitadas a los hechos; relativizar el acto selectivo sin comprometer análisis concretos; y externalizar la percepción de los procesos. Además del concepto, la tesis también presenta la subdivisión de la relevancia periodística especializada en tres dimensiones: la relevancia periodística imponente, tradicional y afirmativa, que en conjunto cumplen con los compromisos y tareas asumidas por el periodismo, sin desconocer la naturaleza de los procesos cognitivos y sociales. ese impacto en la atribución de valor que hace cualquier sujeto.

**Palabras clave:** relevancia periodística; valores de noticias; evento periodístico; selección de eventos; teoría del periodismo.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>11</b>
1.1	VALIDADE E METODOLOGIA DA PRODUÇÃO DE UM CONCEITO .....	14
1.2	A REFERÊNCIA À RELEVÂNCIA .....	18
1.3	O DESAFIO EPISTEMOLÓGICO À RELEVÂNCIA JORNALÍSTICA .....	21
1.4	TAREFAS INTRODUTÓRIAS .....	31
<b>2</b>	<b>O JORNALISMO E A TRADIÇÃO DE RECONHECER ACONTECIMENTOS</b> .....	<b>34</b>
2.1	A ESCOLHA DE ACONTECIMENTOS: FRAGMENTOS HISTÓRICOS .....	41
2.2	PRODUÇÃO ACADÊMICA: MUDANÇAS E PERMANÊNCIAS .....	53
2.3	SOBRE A SELEÇÃO DE ACONTECIMENTOS JORNALÍSTICOS .....	70
2.4	TAREFAS ACADÊMICAS .....	79
<b>3</b>	<b>DUAS TRADIÇÕES DE ESTUDO DA RELEVÂNCIA</b> .....	<b>83</b>
3.1	A TEORIA DA RELEVÂNCIA DE SPERBER E WILSON .....	84
3.2	A TEORIA DA RELEVÂNCIA DE ALFRED SCHUTZ .....	103
3.3	ENTRE TEORIAS DA RELEVÂNCIA .....	129
3.4	TAREFAS DAS RELEVÂNCIAS GERAIS .....	134
<b>4</b>	<b>VALORES-NOTÍCIA À LUZ DAS TEORIAS DA RELEVÂNCIA</b> .....	<b>138</b>
4.1	A PROVOCAÇÃO ANALÍTICA DAS TEORIAS DA RELEVÂNCIA .....	142
4.2	APROXIMAÇÕES PARA UM ESTATUTO DO CONCEITO .....	199
4.3	TAREFAS DE UMA PRIMEIRA ANÁLISE INTERCRUZADA .....	209
<b>5</b>	<b>UM CONCEITO DE RELEVÂNCIA JORNALÍSTICA</b> .....	<b>211</b>
5.1	DAS AFIRMAÇÕES PRÉVIAS ÀS PRIMEIRAS DISCUSSÕES.....	229
5.2	RELEVÂNCIA JORNALÍSTICA ESPECIALIZADA: INSTRUMENTOS E COMPROMISSOS .....	244
5.3	DIMENSÕES DA RELEVÂNCIA JORNALÍSTICA ESPECIALIZADA .....	257
5.4	NECESSIDADE DE UMA RELEVÂNCIA JORNALÍSTICA EM TRÊS DIMENSÕES .....	276
<b>6</b>	<b>CONCLUSÕES</b> .....	<b>279</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>303</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A necessidade de escolher, hierarquizar e priorizar acontecimentos é uma marca da identidade jornalística. Na produção cotidiana, a seleção não ocorre apenas porque os veículos possuem espaços limitados para expor tudo o que acontece, nem só porque possuem finitos recursos produtivos e profissionais. As organizações jornalísticas precisam selecionar acontecimentos também porque sua identidade está assentada em uma capacidade de realizar uma curadoria de informações, apontando apenas para acontecimentos válidos.

Essa capacidade curadora recebe destaque na autoafirmação de alguns veículos. É o dizem, por exemplo, os *slogans* dos jornais Folha do Estado (BA) “Todo dia um resumo do mundo em suas mãos”, Zero Hora (RS), “Para ver, ouvir e entender melhor o mundo”, O Popular (GO), “Sua referência em informação” e, entre outros, o jornal O Estado de São Paulo (SP), no ano de 2009, “Amplie, questione, atualize o seu conhecimento” (MARTINS, 2016).

Quanto à validade dos acontecimentos, também há empresas jornalísticas que afirmam sua identidade a partir da oferta de informações úteis, interessantes ou compatíveis com os interesses do público. Assim se autorreferenciam, por exemplo, os jornais Agora (SP), “Só o que interessa”, O Estado do Paraná (PR), “Muito mais jornalismo. Menos blá-blá-blá”, Correio (BA), “O que a Bahia quer saber”, Diário de São Paulo (SP), “Informação que você usa” e Extra (RJ), “A informação que você escolheu” (MARTINS, 2016).

Mas o que, efetivamente, é útil para o público? O que interessa? O que as pessoas querem ler? E, antes disso, como os jornalistas obtêm conhecimento sobre as escolhas, interesses e necessidades dos seus receptores? Que saber fundamenta a capacidade curadora? Essas questões conduziram e conduzem as reflexões de muitos estudiosos ora para dentro, ora para fora do jornalismo.

A percepção encerrada dentro do jornalismo costuma conduzir a um empirismo descritivo, no qual a atuação técnica profissional, os produtos e processos são tomados como dimensões suficientes para a compreensão dos processos de seleção.

São muito frequentes as pesquisas que analisam como a mídia noticiosa cobre determinados assuntos. Os conteúdos são os mais variados, desde questões ambientais, escândalos políticos, movimentos sociais, violência, infância etc. Geralmente investigam de modo descritivo como tais conteúdos são divulgados, como as temáticas estão presentes nos jornais, com que frequência,

com qual abordagem, quem são as fontes, quais destaques nos títulos e imagens, qual o impacto das capas. Essas investigações mergulham tanto nos conteúdos analisados que dificilmente retornam às reflexões sobre o Jornalismo: os resultados não resultam para consolidar a Teoria do Jornalismo. (SILVA; PONTES, 2009, p. 181)

Em contrapartida, a percepção focada no que está fora conduz os estudos para desconsiderar uma reflexão teórica sob a ótica do jornalismo. Para alguns autores, a identificação dos interesses do público é um reflexo de interesses naturais ao ser humano, (STEPHENS, 1993); para outros, os interesses do público são explicados pela sua constituição psicológica (LAGE, 1979); e ainda para outros, o que o público busca é resultado de uma acomodação de impulsos psicológicos e da realidade social (SHOEMAKER; COHEN, 2005). Nesse conjunto de percepções, a questão é compreendida como um problema não jornalístico, que pode ser plenamente satisfeita por reflexões de outros campos.

Tanto os estudos que se isolam dentro do jornalismo quanto os que compreendem que todas as respostas podem vir de fora são insuficientes para os interesses dessa pesquisa. Rejeitamos a premissa que julga adequado compreender o jornalismo apenas pelo que emerge nos seus objetos; tememos, com isso, não avançar para além das descrições ou produzir conhecimentos limitados a situação em curso, que sejam rígidos e inadequados para fenômenos culturais, como é o caso do jornalismo.

Em adição, rejeitamos também a suposta pertinência de pensar o jornalismo como estatuto teórico transdisciplinar, desprovido de um interesse epistemológico legítimo; compreendemos que os estudos do jornalismo não podem ser satisfeitos pela aplicação de modelos, conceitos e reflexões de outras áreas. Para que o jornalismo não seja apenas um objeto de trabalho, em que se aplicam saberes externos, mas também um objeto de estudo, é preciso consolidar reflexões que objetivem construir saberes sobre o jornalismo e para ele, como prática social e cultural específica.

Essa questão se insere numa discussão mais ampla, envolvendo a Teoria do jornalismo e o jornalismo como campo científico. Pelos caminhos que serão percorridos neste trabalho, esperamos deixar claro que não compreendemos a teoria do jornalismo como um sinônimo de uma teoria da notícia, como faz Sousa (2005), nem julgamos adequado limitar a reflexão sobre o jornalismo a saberes externos.

Nesta tese, reconhecemos a conexão entre as escolhas jornalísticas e corpos de conhecimentos que são exteriores e anteriores a elas; reconhecemos também a relação

dessas escolhas com os processos e técnicas que são necessários para gerar produtos jornalísticos, mas, ao mesmo tempo, percebemos como inadequado submeter os interesses da pesquisa a uma ou a outra instância isoladamente. Em outras palavras, por mais que a seleção de acontecimentos a serem oferecidos ao público possa refletir forças sociais, psicológicas e até naturais, e seja realizada em condições particulares, já que o jornalismo é uma atividade profissional, esta seleção nem é exclusivamente resultado do processo de produção jornalístico, nem está desligada de uma reflexão jornalística.

Este trabalho deseja se apresentar como uma contribuição particular vinculada ao interesse mais amplo por uma teoria do jornalismo. Para Silva e Pontes (2009, p. 183),

uma Teoria do Jornalismo só se torna possível se responder também a questões que excedam às atividades das redações, à produção da notícia ou aos textos jornalísticos; que complexifiquem a necessidade social de notícia, ou seja, a necessidade do público em querer se informar. O objeto de uma Teoria do Jornalismo, ou do campo científico do Jornalismo, se assim preferirmos, é a centralidade da notícia como prática social e cultural. E para pensar melhor esse objeto como produção sociocultural, outros enfrentamentos se farão necessários.

Seguindo esse exemplo, nesta pesquisa os saberes de seleção utilizados pelos jornalistas estarão no centro do nosso interesse, mas tais saberes serão concebidos para além da sua manifestação empírica, serão sempre associados à dimensão social e cultural e farão uso de saberes externos, mas não se limitarão a eles.

A literatura jornalística tem sido hábil na identificação dos saberes de seleção, na sua manipulação e interpretação, mas tem dedicado pouco espaço a entender o fundamento desses saberes ou ao esforço de refletir teoricamente sobre eles. É comum que eles sejam investigados como recursos técnicos e que prevaleça uma considerável estabilidade quanto aos acontecimentos apontados. Em contrapartida, é incomum que esses saberes sejam questionados quanto a sua existência e função jornalística.

É sobre essa ausência que esta tese decidiu se debruçar. Assim, no lugar de observar os saberes de seleção apenas como instrumentos necessários à prática jornalística, procuramos neles uma ordem capaz de fundamentar sua relação com o jornalismo, como prática social e corpo teórico de saberes, bem como com outras áreas e tradições de estudo. Neste trabalho, os processos de seleção efetivamente realizados e os saberes que orientam essa seleção, deixam de ser aceitos como instrumentos indispensáveis ou como características essenciais da ação jornalística, para serem

tomados como ponto de partida de uma reflexão interessada em aprofundar o entendimento do que os fundamenta.

Não há a intenção de desconsiderar a importância instrumental desses saberes ou a sua contribuição para a identidade jornalística, o que está sendo rejeitada é a aceitação naturalizada e desassociada de uma reflexão sobre função. Assim, o que este trabalho realizará não é uma síntese nem uma descrição dos saberes de seleção, também não os dedicamos a uma interpretação de usos específicos desses saberes. Na verdade, desejamos contribuir para o entendimento do que justifica ou valida qualquer seleção jornalística realizada ou qualquer saber que orienta para a seleção do que é adequado ao jornalismo. Nos interessa fundamentar, através de um conceito, a existência particular desses saberes.

### 1.1 VALIDADE E METODOLOGIA DA PRODUÇÃO DE UM CONCEITO

O objetivo de elaborar um conceito vem de certa tendência filosófica e do desejo compreender os processos e as orientações para a seleção através de uma natureza e de uma função mais básica, capaz de dialogar com o jornalismo e com outras áreas de conhecimento. Esse intuito, entretanto, é atravessado por questões prévias. A primeira delas é justificar a validade de um conceito, seguida pela necessidade de entender a estrutura de um conceito e de buscar uma fundamentação metodológica para o ato de conceituar.

A validade de um conceito se justifica, antes de tudo, pela sua comunicabilidade, uma vez que “a função primeira e fundamental do conceito é a mesma da linguagem: a comunicação” (ABBAGNANO, 2012, p. 195). Ainda assim, é preciso deixar claro que um conceito não é uma composição ou um arranjo de palavras e que conceituar não é o mesmo que realizar uma etimologia.

O estudo dos termos e da sua evolução é sempre essencial para a formulação de um conceito, que requer selecionar uma palavra e não outra, exige uma sistematização arduamente refinada e, por vezes, depende de arcaísmos ou propõe neologismos. Mas, em sua essência, a elaboração de um conceito não é uma atividade linguística, mas um uso específico que “constitui na língua uma língua da filosofia, não somente um

vocabulário, mas uma sintaxe que atinge o sublime ou uma grande beleza” (DELEUZE; GUATARRI, 2010, p. 14).

O sublime e a beleza, nesse contexto, se referem à capacidade de responder a um problema e comunicar uma ideia, no que tem de uma, ainda que atravessada por diversidades e variedades outras. A unidade permite ao conceito refletir sobre o problema sem a limitação dos casos particulares, mas também permite descrever, classificar, organizar e até prever objetos particulares em referência a unidade que o engloba (ABBAGNANO, 2012).

Depois dessa breve explanação, podemos afirmar com mais precisão que a validade de elaborar um conceito relativo aos processos de seleção dos acontecimentos jornalísticos decorre da capacidade de externalizar um signo capaz de comunicar sua unidade e de descrever, classificar, organizar e prever a seleção de acontecimentos específicos em associação a uma ordem definidora. Ao expor conhecimentos voltados para o que unifica e fundamenta os processos de seleção, pretendemos contribuir também para certa racionalização dos procedimentos, atualmente conduzidos e compreendidos de maneira tácita e pouco problematizadora.

No lugar de endossar a, ainda aplicável, crença em um “faro jornalístico”, isto é, em uma capacidade especial e inexplicável de identificar e selecionar acontecimentos adequados ao jornalismo; e também no lugar de aceitar os atuais valores e critérios utilizados para seleção como unidades óbvias e estáticas, este trabalho se interessa por investigar o que individualiza esses processos de seleção. A externalização de um conceito capaz de garantir abstrações e associações é aproximada também do objetivo secundário de oferecê-lo como referencial normativo, a partir do qual se possa avaliar criticamente se determinados objetos de referência efetivamente tem o que é necessário para justificar a sua seleção.

Sobre a estrutura e a metodologia de formulação de um conceito, utilizamos as contribuições de Gilles Deleuze e Félix Guattari, que definem a filosofia como a disciplina responsável pela formação dos conceitos e, com base nela, defendem um estatuto dos conceitos. Por serem próprios da filosofia, os conceitos se afastam de uma noção enciclopédica e estática, bem como das concepções modernas, em que o termo conceito se liga a uma identificação comercial específica, como quando alguém se refere ao “conceito de uma marca” ou “conceito de um produto”. Apoiados em exercícios

filosóficos, os autores se referem a uma pedagogia dos conceitos, capaz de analisar as condições de criação e de singularidade.

Deleuze e Guattari (2010), iniciam seu esclarecimento da estrutura dos conceitos afirmando que não há conceitos simples. Mesmo que tenhamos mencionado a capacidade unificadora do conceito, esta afirmação não implica que os conceitos são unidades sem paralelo. Na verdade, todo conceito é constituído por pedaços ou componentes finitos vindos de outros conceitos, operados em um recorte e reordenamento particular.

Apesar da vocação generalizadora da filosofia, os conceitos são criados em função de problemas específicos, em geral, porque eles são considerados mal vistos ou mal colocados. Uma vez que a disposição inicial já estabeleceu que os conceitos são formados de outros conceitos, os autores esclarecem que um conceito não lida com apenas um problema, sob o qual remaneja conceitos anteriores, mas com uma encruzilhada de problemas, trazidos pela existência anterior de cada um dos conceitos a que recorre.

O conceito, então, responde aos problemas com um argumento incorporeal, identificável pelas relações que consolida. Embora se aplique ou se encarne em situações concretas, ele nunca se confunde com a sua materialização. O que define o conceito é a inseparabilidade dos seus componentes heterogêneos, na identificação do que os autores chamam de “um Acontecimento puro, uma *hecceidade*, uma entidade” (DELEUZE; GUATTARI, 2010, p. 29). “O conceito define-se por sua consistência, endoconsistência e exoconsistência, mas não tem referência: ele é autorreferencial, põe-se a si mesmo e põe seu objeto ao mesmo tempo que é criado. O construtivismo une o relativo e o absoluto” (DELEUZE; GUATTARI, 2010, p. 30).

É da natureza do conceito, dessa forma, ser ao mesmo tempo todo e fragmentário, absoluto e relativo. Os conceitos são relativos aos seus componentes, aos outros conceitos, ao plano no qual é delimitado e a problemas geradores, aos quais deseja resolver; mas são absolutos pela condensação que operam, pelo lugar que ocupam na relação com as suas partes e pelas condições que impõem ao problema. (DELEUZE; GUATTARI, 2010). O caráter duplamente relativo e absoluto do conceito é a sua pedagogia, o que, para nós, funciona também como a sua orientação metodológica. Os autores apresentam um arranjo simples de consequências relativas à natureza ou ao conceito de conceito.

“Em primeiro lugar, cada conceito remete a outros conceitos, não somente em sua história, mas em seu devir ou suas conexões presentes.” (DELEUZE; GUATTARI, 2010, p. 27). A constituição de um conceito, dessa forma, se inicia pela compreensão de que sua existência não parte do nada, nem é orientada para o nada. Elaborar um conceito, necessariamente passa pela exploração de ordenamentos e saberes prévios, capazes de responder a parte do problema inicial.

Assim, criar um conceito para se referir aos saberes que orientam a seleção de acontecimentos jornalísticos requer explorar o problema que exige sua definição, bem como explorar outros conceitos, com a encruzilhada de problemas que eles inevitavelmente trarão. A própria delimitação do problema e os termos utilizados para enquadrar a questão, considerada mal formulada do ponto de vista filosófico, já pode ser percebido como início do trabalho de conceituação.

Esta pesquisa, especificamente, nasce sobre os conceitos de seleção, escolha, acontecimento, noticiabilidade, entre outros. Ao passo que esses conceitos foram sendo explorados e alinhados ao plano jornalístico, eles nos conduziram a conceitos mais bem delimitados ou mais adequados para o processamento específico. O conceito de relevância, que comentaremos a seguir, faz parte da referência aos conceitos preexistentes, assim como os conceitos de acontecimento jornalístico e de valor-notícia, essenciais para a existência específica que pretendemos elaborar.

“Em segundo lugar, é próprio do conceito tornar os componentes inseparáveis nele: distintos, heterogêneos e todavia não separáveis, tal é o estatuto dos componentes, ou o que define a consistência do conceito, sua endoconsistência.” (DELEUZE; GUATTARI, 2010, p. 27). Depois de identificar saberes anteriores que cobrem partes do problema gerador, a elaboração do conceito segue para o ordenamento específico dessas partes, em função do problema, mas sem desconsiderar as naturezas conceituais prévias. A tarefa seguinte é, portanto, transitar da possibilidade de aproximação para a delimitação de uma zona de existência interdependente.

Partindo do projeto de conceito em referência, esse momento se volta para o ordenamento de uma relação indissociável entre os conceitos de relevância, acontecimento jornalístico, e valor-notícia, sobre o plano específico da seleção jornalística de acontecimentos. Como foi dito, os conceitos não têm referência, mas se validam pela consistência das relações em que se constituem: pela capacidade de construir

pontes criadoras de uma realidade a nova, em que relevância, acontecimento jornalístico e valores-notícia existem como resultado de um arranjo que os torna inseparáveis.

O conceito não precisa se referir à relevância, aos acontecimentos jornalísticos ou aos valores-notícia na sua totalidade (o que só será feito se um desses conceitos se submeter totalmente ao conceito que desejamos elaborar). É suficiente retomar os conceitos, e sua encruzilhada de problemas, no que oferecem para lidar com o problema gerador. Disso decorre que os conceitos são sempre contornos irregulares, cujos componentes não só o atendem parcialmente, mas também podem possuir relações que extrapolam o seu problema gerador e a sua função particular.

Em terceiro lugar, cada conceito será pois considerado como o ponto de coincidência, de condensação ou de acumulação de seus próprios componentes. O ponto conceitual não deixa de percorrer seus componentes, de subir e de descer neles. Cada componente, nesse sentido, é um *traço intensivo*, uma ordenada intensiva que não deve ser apreendida nem como geral nem como particular, mas como uma pura e simples singularidade (...) que se particulariza ou se generaliza, segundo se lhe atribui valores variáveis ou se lhe designa uma função constante. (DELEUZE; GUATTARI, 2010, p. 28)

Do encontro específico dessas coordenadas nasce, então, o conceito, que não expõem relações de coordenação, nem de extensão, mas apenas de ordenação dos seus componentes. Somente depois da ordenação particular dos componentes é que o conceito pode ser formulado como signo linguístico, capaz de construir a partir da língua, uma linguagem filosófica, interessada em comunicar uma ideia particular, dotada de natureza e função.

Assim, o saber que desejamos unificar e elaborar, em consequência desse conceito de conceito, será o resultado da coordenação e ordenação dos componentes, em que suas contribuições serão levadas a se coincidir, se condensar ou se acumular em uma existência nova. Para que possamos melhor nos referir a essa existência, precisamos antes, antecipar a apresentação de um dos componentes essenciais: o conceito de relevância.

## 1.2 A REFERÊNCIA À RELEVÂNCIA

Entre os conceitos que funcionarão como partes na elaboração que desejamos fazer, é preciso destacar a relevância. Este conceito é especialmente influente porque, assim como alguns dos autores que listamos no começo da seção, se dedica a examinar processos gerais de seleção, anteriores e exteriores ao jornalismo. A relevância, conforme compreendida por Sperber e Wilson (2001, 2005, 2010), Schutz (1970, 2003) e Straßheim

(2010), funciona como uma teoria geral das seleções, capaz englobar e de oferecer referências para as específicas seleções de acontecimentos realizadas no âmbito jornalístico.

Na literatura jornalística dedicada a estudar ou descrever o processo de seleção de acontecimentos, o termo relevância não é estranho. Guardadas as especificidades de cada autor, para Chaparro (1994), Guerra (2008) e Wolf (2009), relevância é uma ordem capaz de subordinar e resumir todos o processo de seleção de acontecimentos, dimensão próxima da que será concebida nesse trabalho. Já para outros autores, como Galtung e Ruge (1999), Van Dijk (1990), Traquina (2005), o termo relevância indica uma das qualidades que justifica a seleção de acontecimentos, mas não a sua ordem.

Além do termo relevância, outros que poderiam ser utilizados (e são) para identificar esse processo de seleção incluem noticiabilidade, importância jornalística e significância jornalística, nenhum deles, entretanto, oferece a amplitude e a densidade teórica oferecida pela relevância para o problema motivador do conceito. O conceito de relevância não só permite associar a seleção jornalística aos processos seletivos exteriores ao campo (diferente do que é proporcionado pelo conceito de noticiabilidade), mas também se posiciona sobre a natureza dessa seleção, deixando claro, desde o início que não nos referimos a seleção de qualidades inerentes (como o conceito de importância pode fazer pensar). Entre o significativo e o relevante, por sua vez, a vantagem do último reside, como já foi dito, na existência de uma literatura sólida dedicada a refletir e esclarecer os processamentos de relevância.

A partir de agora, podemos nos referir com mais precisão ao conceito que buscamos como o conceito de relevância jornalística. A escolha do termo relevância para identificar os processamentos específicos realizados pelos jornalistas, diante da tarefa de selecionar acontecimentos, se deve não só a prévia utilização do nome, mas principalmente a oferta teórica associada. O estudo prévio de teorias da relevância, especialmente a tradição linguística de Sperber e Wilson (2001, 2005, 2010) e fenomenológica de Alfred Schutz (1970, 2003), permitiu tomar como pressuposta uma associação entre a natureza dos processamentos gerais de relevância e a natureza dos processamentos de seleção de acontecimentos realizados pelos jornalistas.

Obras anteriores<sup>1</sup> e o conhecimento prévio dessas duas literaturas nos permitiram iniciar este trabalho partindo da compreensão de que os jornalistas avaliam relevância e que é justamente isso o que estão fazendo quando separam um acontecimento que merece ser publicado do que não merece, bem como quando hierarquizam os acontecimentos que merecem ser publicados em uma ordem variável de privilégio. Ao longo do trabalho, essa pressuposição será exaustivamente colocada a prova, mas já no seu início, ela foi a razão para que relevância fosse não só a palavra escolhida para identificar o conceito que desejamos desenvolver, mas principalmente o indicador de uma tradição de estudo cujo interesse cognitivo, social e comunicativo explora um fenômeno mais amplo do que o jornalismo e capaz de inclui-lo sem, com isso, ignorar suas especificidades.

O conceito de relevância, dessa forma, é uma primeira coordenada que se impõe a esta tese. Ele traz consigo os problemas sobre os quais as tradições de estudo da relevância se debruçaram, assim como suas conclusões, mas condiciona ambos ao saber específico que pretendemos externalizar na forma de um conceito. Mesmo essencial, a relevância não é parte única, mas uma coordenada da qual são reivindicadas respostas para uma situação particular de encontro. Não é a relevância, como um todo, que interessa a esta tese, mas a relevância, como componente, que se cruza com o acontecimento jornalístico e com os valores-notícia, sobre o plano de imanência do jornalismo.

Explorar o conceito de relevância em um plano jornalístico, já caracterizado como uma atividade social, cultural e profissional, expõe um desafio que é anterior ao objetivo de elaborar um conceito de relevância jornalística. Em virtude da sua tradição linguística e fenomenológica, é comum que as literaturas de referência reflitam sobre os processamentos de relevância em situações particulares, em virtude de um único sujeito, no nosso caso, todavia, a relevância almejada deve ultrapassar os limites do indivíduo e ser hábil na referência à sociedade.

Essa demanda faz com que a elaboração de um conceito de relevância jornalística precise de uma discussão prévia, relativa à possibilidade epistemológica de processamentos de relevância com validade social.

---

<sup>1</sup> Em Guerra (2015), a relevância, apresentada como princípio de finalidade do jornalismo, é baseada no entendimento de relevância de Sperber e Wilson. Em Feitoza (2014), a literatura de Sperber e Wilson é utilizada, em adição à estudos teóricos do jornalismo, para elaborar um conceito inicial de relevância jornalística. E em Correia (2005), o destaque do potencial comunicativo de Alfred Schutz também permite aproximações entre o conceito de relevância e a realidade jornalística.

### 1.3 O DESAFIO EPISTEMOLÓGICO À RELEVÂNCIA JORNALÍSTICA

O conceito de relevância jornalística só é possível, na medida em que for admissível fazer referência a uma sistematização hábil em separar o relevante do irrelevante, bem como em hierarquizar os diversos níveis de relevância, não em favor de um único sujeito, mas sim de um grupo ampliado e diversificado. Por esse motivo, o problema gerador do conceito exige que duas perguntas sejam feitas: é possível estabelecer uma seleção de acontecimentos que seja socialmente relevante? Ou relevância só pode dizer respeito aos indivíduos isoladamente?

Essas questões, como já foi dito, provocam a reflexão sobre as possibilidades do conhecimento, bem como sobre seus limites e validades. A dimensão epistemológica exige, então, que esse estudo esteja alinhado a um paradigma, isto é, a uma “visão de mundo partilhada por uma comunidade científica” (LOPES, 2010, p. 36).

Se adotássemos um paradigma transcendental ou positivista, a validade da relevância supraindividual seria assegurada, respectivamente, pela crença na existência de conhecimentos essenciais e perfeitos ou pela confiança na capacidade de acessar uma dimensão objetiva do mundo, sem a interferência da subjetividade. Nesses casos, os acontecimentos que são matéria-prima para a notícia seriam relevantes à medida que correspondessem ou se aproximassem do que é concretamente ou essencialmente importante. Entretanto, ao rejeitar esses dois paradigmas e conceber que todo conhecimento é construído socialmente e que o mundo estático não é acessível à humanidade senão por intermédio desse conhecimento, a possibilidade epistemológica de alcançar a relevância se torna menos óbvia.

Ainda assim, por mais que a definição do que é capaz de despertar relevância, segundo essa perspectiva, dependa da construção social do conhecimento típico e dos interesses específicos dos sujeitos, há pelos menos duas considerações que não podem ser ignoradas a respeito da cognição do indivíduo diante da relevância. A primeira delas diz respeito a existência de alguns fatos ou acontecimentos que despertam relevância, independente dos gostos individuais, e a segunda se volta para a constituição da própria individualidade.

Sperber e Wilson (2001, 2005, 2010) fornecem uma elaborada explicação para a primeira consideração. De acordo com a sua Teoria da Relevância, que será aprofundada na seção três, a atribuição de um caráter mais ou menos relevante a um acontecimento se liga, em primeira instância, a pressões evolutivas que moldaram e moldam o desenvolvimento da cognição humana e que fizeram dela a principal vantagem competitiva da espécie.

Para os autores, a cognição é uma função biológica, cujos mecanismos sofreram adaptações em busca de garantir a sobrevivência da humanidade a partir da oferta desigual de atenção guiada pela relevância. Esses mecanismos cognitivos evoluíram em pequenas etapas até chegar ao ponto de pré-selecionar, entre todos os acontecimentos disponíveis à cognição, os previamente dignos de atenção, por terem mais chances de serem relevantes ou de levarem a outros estímulos relevantes (SPERBER; WILSON, 2005).

Assim, antes da constituição dos gostos individuais, a relevância se liga, graças a própria natureza evolutiva da cognição humana, à necessidade de priorizar fatos ligados à sobrevivência. A partir dessa perspectiva, e voltando a atenção para o despertar da relevância no ambiente jornalístico, seria possível explicar, por exemplo, a constância de acontecimentos noticiáveis que chamam a atenção para situações arriscadas ou perigosas, relacionados, entre outros, a valores-notícia como negatividade, morte, catástrofe e risco, muito abundantes na literatura, como será explorado nas seções dois e quatro.

Quando a necessidade de sobreviver, numa dimensão física, é superada, outras necessidades passam a ser priorizadas pela cognição, sem que a sobrevivência primeira seja esquecida. Numa situação como a de uma pandemia, por exemplo, em que a proliferação de uma enfermidade coloca em risco a vida da população, os critérios de relevância que ampliam a compreensão da necessidade, são momentaneamente suprimidos em função dessa sobrevivência primeira.

Durante a maior parte do tempo e na maioria das sociedades contemporâneas que exportam um modelo de jornalismo, todavia, essas situações são exceções, de forma que a atribuição de relevância precisa ser pensada em um contexto de ampliação do que se entende por importante e até do que se concebe como necessário à sobrevivência. É possível pensar em uma dimensão social da sobrevivência, na qual as necessidades não dizem respeito a demandas biológicas como água, alimento, abrigo ou preservação de si,

mas a questões de adaptação ao meio social. Algumas pessoas podem julgar necessário comprar um carro, fazer uma cirurgia por fins estéticos ou ter um título acadêmico.

Essas situações nos conduzem para a segunda consideração, a da formação das individualidades. É fato que enquanto algumas pessoas acreditam na necessidade de ter um carro para se afirmar socialmente e outras simplesmente concebem o veículo como um acessório natural à vida urbana, outras ainda podem escolher não possuir um. Cada uma dessas decisões, entretanto, são baseadas em razões que encontram suporte na sociedade. Para ampliar a percepção dos sujeitos e das suas atribuições individuais de necessidades, a fenomenologia de Alfred Schutz é especialmente frutífera.

Para o autor, o indivíduo é um ser social que não constitui a sua subjetividade de maneira isolada, mas a partir de uma realidade comum em que ele e os outros estão inseridos. Todo indivíduo, ao nascer, passa a fazer parte de um mundo de significados comuns, o mundo da vida (termo desenvolvido na filosofia de Edmund Husserl e levado por Schutz para a sociologia), o qual diz respeito à realidade em que vivemos e agimos cotidianamente. Não é um mundo apreendido através de livros, regras externalizadas e fórmulas, mas é a dimensão da realidade que alcançamos pela experiência. Os saberes desse mundo da vida (que incluem saber ao que se refere a palavras ‘tapete’ e saber que, em um elevador, apertar um botão como o número três me levará para o terceiro piso) são caracterizados, ainda, pelo seu teor pressuposto.

Não costumamos nos questionar sobre o motivo de o objeto tapete se chamar tapete e não carta, nem exigimos compreender o funcionamento de uma máquina como o elevador para utilizá-la. Simplesmente tomamos tudo isso como certo e assumimos que os outros também o farão.

O mundo da vida que experimentamos não foi organizado por nós (que vivemos nele agora), antes ele foi experimentado e interpretado por outros, antecessores, que o ofereceram pronto (mesmo que não estático), para que se possa agir nele e sobre ele (SCHUTZ, 2003). É nesse mundo da vida de saberes básicos e inicialmente pressupostos que estão as bases para o entendimento entre os sujeitos, bem como para a construção das individualidades.

Para Schutz (2003), mesmo a experiência subjetiva possui aspectos sociais que são inerentes a ela. No processo de socialização de um indivíduo, muito antes da capacidade de interpretação do mundo, do questionamento da realidade e da formação do

gosto, surge a necessidade e o desejo de se fazer entender e de entender o outro, o que só é possível se há entre os indivíduos um compartilhamento de saberes.

A influência social na formação das subjetividades não quer dizer que o autor desconsidere as individualidades. Schutz (2003) esclarece que a forma como o mundo da vida e as suas validades previamente estabelecidas são aceitas e expressas em uma vida individual depende da totalidade das experiências que uma pessoa constrói durante a sua existência concreta, isto é, depende da sua situação biográfica.

O que ocorre, na perspectiva schutziana, é a impossibilidade de conceber as individualidades como oposições ao social. Uma vez que todas as subjetividades se formam a partir do social e que a sociedade só existe graças um compartilhamento de subjetividades. A individualidade e a sociedade não são dimensões opostas, mas interdependentes.

O sistema de tipificações e relevâncias socialmente aprovado é o terreno comum no qual têm origem as estruturas de tipificação e relevâncias privadas. Isso acontece porque a situação privada do indivíduo tal como definida por ele é sempre uma situação dentro de um grupo, seus interesses são interesses com referência àqueles do grupo (seja mediante particularização ou antagonismo), seus problemas privados necessariamente existem tendo como contexto mais amplo os problemas do grupo. (SCHUTZ, 2012, p. 135)

O terreno comum, a que o autor se refere, não é uma realidade objetivada por ser essencial e perfeita, como no paradigma transcendental, nem por ser concreta e fixa, como no paradigma positivista; antes disso ela é uma construção social que só existe graças a intersubjetividade. Essa intersubjetividade é, uma qualidade óbvia do mundo da vida, a partir da qual aceitamos que não existimos de maneira isolada, também existe o outro, que habita e compartilha comigo do mundo da vida.

Através da linguagem e da comunicação, a experiência individual do mundo pode ser compartilhada em termos de significados e sentidos, construindo uma realidade social comum, experimentada intersubjetivamente pelos indivíduos. O mundo social e suas trocas comunicativas são possíveis, pois os indivíduos compartilham não só o mundo, mas também uma compreensão similar do que representa esse mundo para o outro.

Os participantes na comunicação compartilham, pelo menos em parte, um sistema de relevâncias, um conjunto de tipificações, um acervo de conhecimentos que permitem a capacidade de interpretar e expressar os significados subjectivos implícitos nas acções comunicativas. (CORREIA, 2011, p.194)

Assim, sistemas de relevância são necessários não só no mundo da sobrevivência, conforme Sperber e Wilson (2005), mas também no mundo socialmente construído, permitindo o compartilhamento de uma realidade objetivada. Voltando aos termos epistemológicos, ao adotar um paradigma linguístico/construtivista e uma perspectiva pragmática e crítica, abandona-se o foco em uma realidade suprassensível, além da experiência, bem como a priorização de um conhecimento capaz de refletir perfeitamente a realidade concreta. No lugar dessas visões, há uma contextualização e complexificação dos significados a partir dos seus usos, aceitando, conforme Wittgenstein, que é no mundo da ação que é possível encontrar o sentido para o que é dito (SILVA, 2011).

Mesmo necessária para se afastar de uma percepção do jornalismo e da mídia, como observadores independentes e desinteressados da realidade, a relativização é desafiadora para o interesse de pensar a relevância jornalística. Se os significados e o conhecimento dependem dos usos, como legitimar uma avaliação de relevância que seja compatível com diversos grupos, realidades e usos? E ainda, como garantir que a relativização dos significados não sirva de escusa para a responsabilidade em torno da relevância, nutrindo a percepção de que qualquer acontecimento é válido ao jornalismo, já que é relativamente relevante?

Para Robert Hackett, em ensaio no qual descreve desafios para a investigação da parcialidade jornalística, a resposta para esta questão está na concretude das relações sociais.

Pode não haver, de facto, nenhum mundo de ‘factos concretos’, prístinos, evidentes, situado fora dos limites do significado e da linguagem, sobre o qual o discurso jornalístico (ou científico) se debruce. E tem que admitir-se que se o jornalismo participa activamente na luta pela significação dos acontecimentos, então, nós não nos podemos limitar a acusar as notícias de ‘distorcer’ o seu verdadeiro significado. No entanto, como Sumner defende, existem ‘relações sociais concretas’. E para alguns propósitos, o jornalismo pode ser avaliado na base da sua adequação enquanto ‘expressão teórica de relações sociais concretas’ (HACKETT, 1999, p. 110)

Assim, a exigência trazida pelo paradigma linguístico/construtivista não implica no abandono de uma relevância válida socialmente, mas na percepção de que o seu sustento não pode estar em fatos importantes por eles mesmos, mas nos acordos sociais. Relevância jornalística, nesta perspectiva, teria o fundamento da sua sustentação e modificação na sociedade e não na pureza dos acontecimentos. Entretanto, o pluralismo

das sociedades modernas e a falta de referências que os indivíduos podem experimentar mantém o problema ainda a ser solucionado.

Segundo Berger e Luckmann (2012), as sociedades modernas, primordialmente as ocidentais, se caracterizam por um pluralismo de sentidos que faz com que as pessoas não só vivam de formas diferentes dentro de uma mesma sociedade, mas também com que muitas vezes não possuam uma referência comum de valores. Assim, os riscos de uma crise de sentido não só para sujeitos isolados, mas também para relações e instituições intersubjetivas faz com que também as bases sociais, nas quais o conceito de relevância poderia se apoiar, sejam postas em risco.

Mesmo diante da eminência de crise, experimentada pelas sociedades modernas, e do evidente relativismo dos sistemas de valores e interpretação, os autores não ratificam uma percepção apocalíptica, quanto a crise de sentido. Para eles, a maioria das pessoas que vivem nas sociedades modernas não vagueiam sem rumo como os personagens de Kafka, não se consideram condenados à liberdade, como concebe a filosofia sartreana, e nem são tentadas a dar desesperados “saltos de fé”, como os percebidos por Kierkegaard.

A desorientação do indivíduo e de grupos inteiros por causa disso já é tema principal há muitos anos da crítica da sociedade e da cultura. Categorias como ‘alienação’ e ‘anomia’ são propostas para caracterizar as dificuldades das pessoas de encontrar um caminho no mundo moderno. A fraqueza desse modo de pensar, que entrementes já ficou convencional, não está tanto no fato de a crise de sentido estar sendo, por assim dizer, exagerada, mas em sua cegueira quanto à capacidade que têm os indivíduos e as diferentes sociedades de vida e de sentido de preservar seus próprios valores e interpretações (BERGER; LUCKMANN, 2012 p. 52-53)

A preservação da unidade social não decorre de ações fundamentalistas, que tentam contornar a crise de sentido impondo valores e tradições anteriores, nem da atitude relativista que desiste de afirmar qualquer valor ou reserva de sentido comum. Surgem, em vez disso, na própria sociedade moderna e pluralista, instituições especializadas na produção e na comunicação de sentido.

Essas instituições são chamadas de secundárias, o que quer dizer que elas não estão no centro, como estava a religião antes da modernidade, mas desempenham funções mais limitadas e específicas. Berger e Luckmann ainda subdividem as instituições secundárias em dois grupos, as não-intermediárias e as intermediárias. Enquanto as primeiras produzem sentido tratando o indivíduo como objeto passivo do seu serviço simbólico, as secundárias-intermediárias permitem ao indivíduo colocar os valores de sua

vida privada a serviço de vários setores da sociedade. Em outros termos, as instituições intermediárias fazem uma ponte entre os indivíduos e a produção do sentido social.

Com a ajuda dessas instituições a própria pessoa colabora na produção e processamento do acervo social de sentido. Por isso, a reserva existente de sentido não é experimentada como imposta e prescrita autoritariamente, mas como oferta que foi formada pelo conjunto de membros individuais da sociedade que é passível de mudança (BERGER; LUCKMANN, 2012, p. 72)

Por esse motivo, os autores percebem as instituições produtoras de sentido secundárias e intermediárias como elementos-chave para prevenir a ocorrência de crises de sentido generalizada. Isso, pois, “atuam como geradoras e sustentadoras de sentido na conduta de vida dos indivíduos e na coesão de comunidades” (BERGER; LUCKMANN, 2012, p.76), uma vez que “dão orientação a pessoas mesmo quando a sociedade toda não é mais a portadora de uma ordem superordenada de sentido e valor” (BERGER; LUCKMANN, 2012, p.76).

Nesse contexto, para Berger e Luckmann (2012), os sistemas midiáticos teriam por obrigação e por fundamento o apoio às instituições intermediárias e ao mínimo de uma identidade comum, necessária para a cooperação entre as diferentes comunidades de sentido. Dito de outra forma, e utilizando a fenomenologia de Alfred Schutz (2003), os sistemas de relevância midiáticos devem retomar o mundo da vida, ou seja, o mundo intersubjetivamente compartilhado, uma vez que nele reside a base para a construção dos sentidos, dos mais comuns aos mais complexos.

Sobre a “construção social da realidade”, Rodrigo Alsina (2009) adverte que o conceito não deve ser vinculado unicamente ao jornalismo, como se ele fosse o criador absoluto da realidade social, até porque, retomando Berger e Luckmann (1985) e Schutz (2003) essa construção se sustenta, antes de tudo, no mundo da vida, no qual ocorre um processo de institucionalização das práticas, papéis e tipificações. Assim, o jornalismo é visto por Alsina (2009) como um construtor da realidade social, sendo este não um papel absoluto e autônomo, mas socialmente institucionalizado, em que há uma constante relação de legitimação a partir da relação com o público.

A possibilidade de avaliar relevância socialmente, seguindo os fundamentos recém expostos, é acrescida, ainda, pela demanda e promessa de uma relevância social específica ao jornalismo. Nos referimos a ela, já no início desta introdução, ao mencionar *slogans* de jornais como um signo de autorreferência (MARTINS, 2016). Nesse contexto,

devemos compreender a avaliação de uma relevância socialmente válida não só como uma possibilidade, mas também como um princípio de identificação do jornalismo

Alsina (2009) inicia sua discussão sobre as bases epistemológicas da construção da notícia esclarecendo que essa elaboração discursiva se reparte em três momentos: produção, circulação e consumo ou reconhecimento. Deixando claro, desde o início, que qualquer construção de conhecimento realizada pela mídia, não se limita ao processo produtivo, o qual não se separa da circulação e do reconhecimento em direção ao público.

Para ele, a relação entre os jornalistas e o público se dá a partir de um contrato pragmático fiduciário, um acordo voltado ao objetivo prático de dar a conhecer ou fazer saber o que é devido, cuja legitimidade depende da confiança dispensada ao jornalismo, quanto ao seu cumprimento. “Esse contrato baseia-se em atitudes epistêmicas coletivas, que foram se compondo através da implantação do uso social da mídia como transmissores da realidade social de importância pública” (ALSINA, 2009, p.47).

No caso em que o destinatário, isto é uma parte específica do público, suspeitasse do descumprimento do contrato pragmático por parte comunicador, o discurso perderia o seu sentido virtual (Alsina, 2009). Assim, para manter o sentido e o valor da sua produção discursiva, a própria mídia se encarrega de reforçar esse contrato, o que é feito através de uma contínua autolegitimação.

A autolegitimação é reforçada, entre outros, quando um jornal se identifica como o que informa sobre “*Tudo o que acontece*” (Folha de Pernambuco/PE) ou como “*O jornal que esclarece o Brasil para você*” (Jornal do Brasil/RJ). Dito de outra forma, os produtores do discurso midiático, a fim de manter-se na sua função de ‘fazer saber’, precisam que os termos do contrato estejam sempre ativos e que seus receptores acreditem que a notícia, de fato, transmite fragmentos da realidade social, capazes de resumir o país ou a totalidade dos acontecimentos válidos, graças ao teor publicamente relevante dos acontecimentos que selecionam.

Também para o filósofo Jürgen Habermas (2011), a prática comunicacional na sociedade civil precisa fazer uso de um caráter autorreferencial. Em *Direito e democracia*, o autor afirma que o adequado funcionamento dos meios de comunicação de massa (esfera pública abstrata), assim como da esfera pública fisicamente sediada, depende de demandas estruturais relativas ao seu funcionamento ou, ainda, da adequada correspondência a uma autorreferência.

O conceito de esfera pública, na literatura habermasiana, se refere a uma reunião privada de pessoas dedicadas ao debate ou deliberação com o objetivo de alcançar consensos ou consolidar uma opinião pública. Para um funcionamento adequado, essa esfera demanda que um conjunto específico de obrigações seja respeitado: é preciso que a reunião privada esteja aberta a todos os potenciais interessados em contribuir com diálogo, é necessário que os fluxos discursivos sejam orientados por uma racionalidade comunicativa e, por fim, também é uma condição essencial que se implemente um agir comunicativo, isto é, um agir voltado para o entendimento (HABERMAS, 2011).

Nesse contexto, o caráter autorreferencial funciona como uma defesa da esfera pública sediada na garantia das suas condições de existência. Em outras palavras, a existência da esfera pública não depende da formação de consensos em que há ausência de discordâncias, mas da defesa das condições do seu exercício. Assim, ainda que sejam necessárias algumas garantias fundamentais, por parte do direito, para que as esferas públicas possam se desenvolver, sua estabilidade depende, antes de tudo, de si mesma. A principal garantia para a esfera pública é, portanto, uma autoimposição da sua estrutura (HABERMAS, 2011).

De maneira geral, o raciocínio proposto por Habermas (2011) se assenta na necessidade de que essas instituições democráticas, e necessárias à democracia, funcionem como vigilantes da sua própria legitimidade (não que outros também não possam fazê-lo) ao defender o que lhes caracteriza a existência. A formulação tem a pretensão de atuar como uma ideia contrafática (REESE-SCHÄFER, 2008). Isto é, como um pensamento condicional que intervém na noção de possibilidade trazendo um dever ser, que é possível, mesmo não sendo o que existe ou o mais fácil de alcançar.

Sendo os meios de comunicação de massa uma das sedes da esfera pública moderna, Habermas considera que o caráter autorreferencial também se aplica à sua execução. De maneira específica, também a mídia informativa precisa esclarecer o que caracteriza a sua existência, afirmar essa autocompreensão à sociedade, e legitimar-se na busca de garantir essa identidade autoafirmada. De acordo com ele, “o sucesso da comunicação pública não se mede *per se* pela ‘produção de generalidade’ e sim, por critérios formais do surgimento de uma opinião pública qualificada” (HABERMAS, 2011, p. 95).

Para expor alguns critérios autoafirmados que caracterizam a existência da comunicação de massa, Habermas (2011) cita Gurevich e Blumler. Os autores esclarecem que a mídia se identifica, entre outros, pela tarefa de observar o ambiente sócio-político, trazendo ao público acontecimentos capazes de interferir, positiva ou negativamente, no bem-estar dos cidadãos; pela definição de questões significativas da agenda política, identificando as questões-chave e as forças relacionadas e capazes de solucioná-las; pela capacidade de permitir o diálogo entre diferentes pontos de vista e entre os detentores do poder e o público; e ainda pela capacidade de resistir a esforços exteriores à mídia que visam submeter sua independência, integridade e capacidade de servir ao público.

Esse conjunto de normas, cujas formulações podem parecer utópicas para alguns, não se diferenciam muito, na verdade, dos compromissos que os próprios meios de comunicação já dizem cumprir. Trazer ao público os acontecimentos atuais e publicamente relevantes, assegurar a pluralidade de vozes e garantir a independência são princípios que estão presentes não só na maior parte dos manuais de redação, mas também nas descrições dos veículos noticiosos sobre o trabalho que realizam, dificilmente qualquer organização pretensamente jornalística assumiria um desacordo com essas normas.

Esse conjunto de princípios definidores do jornalismo precisam ser investigados a partir de uma reflexão teórica assentada no jornalismo, própria de uma teoria do jornalismo, conforme definido anteriormente. Neste trabalho não investigaremos particularmente a atualidade, a pluralidade, a segurança da informação ou a independência jornalística, muito embora compreendamos que a relevância jornalística possui relações essenciais com todos os demais princípios de definição.

Privilegiaremos a autorreferência ou autocompreensão vinculada à seleção dos acontecimentos e que passa a ter um teor normativo quando é apresentada à sociedade como promessa. Compreendemos, dessa forma, que o saber de seleção de acontecimentos utilizado pelos jornalistas se legitima em uma autocompreensão normativa (HABERMAS, 2011) e se apresenta como um item do contrato pragmático fiduciário (ALSINA, 2009), podendo ser utilizado, nessa relação, como base para avaliar o jornalismo, a partir de uma expectativa de adequação à norma ou como “relação social concreta” (HACKETT, 1999)

Assim, a possibilidade epistemológica de uma relevância social existe desde que suas normas estejam sediadas no mundo da vida, que seja ao mesmo tempo origem e destino dos sistemas de relevância. Origem, uma vez que eles só podem ser legítimos socialmente se baseados em acordos compartilhados concretamente e destino pois só podem continuar legítimos se permanecerem contribuindo para a definição, valorização e canalização dos assuntos e circunstâncias que podem merecer interesse e notoriedade para a sociedade, isto é, dando conhecimento do que é válido para o público discutir (CORREIA, 2005).

Em resumo, o conhecimento entrelaçado a partir desses autores permite a aceitação epistemológica de uma relevância de abrangência social alinhada a um paradigma linguístico/construtivista, desde que tal relevância não procure se fundamentar em fatos, mas sim nos acordos sociais. Tais acordos, mesmo abalados pelas crises de sentido da modernidade, que conduzem para o não compartilhamento de verdades e valores, continuam sendo a base para a manutenção das sociedades e, dessa forma, para os sistemas de relevância, gerais e midiáticos, sendo esses mutuamente influenciados.

Por fim, do ponto de vista jornalístico, essa relevância de abrangência social é percebida não só como válida, mas também como essencial, já que a capacidade de selecionar temas capazes de atingir toda a sociedade é também um elemento de afirmação identitária do jornalismo, como prática e como instituição social. Ao ser apresentada como autorreferência jornalística, a capacidade de selecionar acontecimentos socialmente válidos, e assim a relevância jornalística, passa a funcionar não só como um conceito identificador, mas também como uma norma orientadora, a partir da qual é possível avaliar criticamente o jornalismo.

#### 1.4 TAREFAS INTRODUTÓRIAS

O tema de interesse desta tese coloca em evidência o ato jornalístico de chamar a atenção para alguns acontecimentos e não para outros ou, de maneira mais precisa, destaca o exercício jornalístico de selecionar acontecimentos avaliados como adequados para serem transmitidos ao público. Diante desse tema, visualizamos como problema a falta de uma fundamentação ou de uma natureza básica capaz de comunicar e de esclarecer o sistema de valores que orienta a seleção dos jornalistas e o seu objetivo.

Para contribuir com a solução dessa ausência, este trabalho apresentou como seu objetivo desenvolver um conceito de relevância jornalística. A escolha do termo relevância, como foi dito, remete não só a uma palavra já utilizada para identificar a ordem que subordina os processos de seleção, mas principalmente, à contribuição teórica dos estudos da relevância.

É necessário, para o desenvolvimento desta tese, que o conceito geral de relevância seja exposto às situações particulares estudadas. Por esse motivo, precisamos explorar as possibilidades epistemológicas de avaliar uma relevância com validade social e também por esse motivo, caracterizamos a relevância processada no âmbito jornalístico não só como uma relevância de abrangência social, mas também como uma autorreferência normativa.

A partir do conceito de relevância e de outros conceitos retirados da literatura jornalística, a tese deseja externalizar o caráter uno dos saberes de seleção de acontecimentos manipulados diariamente pelos jornalistas. Pela própria essência comunicativa dos conceitos, espera-se que o conceito de relevância jornalística seja capaz de comunicar a natureza e a função dos saberes de seleção e que seja capaz de descrever, classificar, organizar e prever os objetos cognoscíveis particulares que a unidade conceitual engloba e orienta, de forma que ao falar em relevância jornalística estejamos falando não de um acontecimento material, mas do “acontecimento puro” (DELEUZE; GUATTARI, 2010) e de qualquer acontecimento.

Para alcançar esse objetivo, a pedagogia dos conceitos orienta duas tarefas metodológicas essenciais: 1) uma vez que qualquer conceito remete a outros conceitos, o primeiro passo da sua elaboração é a identificação de saberes anteriores capazes de responder a uma ou a algumas partes do problema motivador; e 2) sendo o conceito o ponto de coincidência e acúmulo dos seus componentes, a tarefa seguinte é elaborar o estatuto do conceito, tornando as partes inseparáveis na estrutura do novo conceito.

Além de orientar a elaboração do conceito, essas tarefas também são responsáveis pela estrutura capitular da tese. A primeira tarefa orientou a elaboração das seções dois e três, que tratarão, respectivamente, do processo de seleção jornalístico e da avaliação de relevância geral, inicialmente entendida como uma teoria geral das seleções.

A segunda seção, voltada para a tradição jornalística de escolher acontecimentos se dedicará a apresentar conceitos anteriores e de auxiliar a seleção dos que melhor

respondem ao problema motivador. A encruzilhada de problemas trazidos pelos conceitos jornalísticos componentes e pela tradição de estudo, também habilitarão o entendimento de como os saberes de seleção se relacionam com campo jornalístico, como um todo, e com outros campos de conhecimento.

A terceira seção, por sua vez, se afastará do jornalismo e buscará nas teorias da relevância de Sperber e Wilson (2001, 2005, 2010) e de Schutz (1970, 2003) e no conceito unificador de relevância produzido por Straßheim (2010), um entendimento geral sobre relevância e sobre os problemas que ela considera e soluciona. Como componente da relevância jornalística, a relevância geral permitirá perceber uma natureza e uma função que, adiante serão provocadas pelos saberes jornalísticos e pelo problema específico da seleção de acontecimentos adequados ao jornalismo.

Depois de identificar os conceitos componentes, advindos dessas duas grandes áreas, o trabalho segue para a segunda tarefa metodológica, orientadora das seções quatro e cinco. A seção quatro conduzirá uma interpretação de critérios destinados a seleção a partir dos saberes das teorias da relevância e a cinco consolidará a condensação das literaturas através da externalização do conceito objetivado.

A seção quatro será iniciada com a apresentação de uma amostra de 13 listagens de valores-notícia (embora nem todos os autores utilizem esse termo), produzidas com a finalidade de orientar os jornalistas a respeito dos acontecimentos que devem ser selecionados. Na sequência, os valores-notícia recorrentes serão comentados a partir de saberes oriundos dos estudos da relevância e dos estudos do jornalismo. Nessa seção, a compatibilidade entre os componentes do conceito se tornará evidente, assim como a forma limitada como os valores-notícia exploram as dimensões seletivas da relevância e a estrutura funcional do acontecimento jornalístico.

Na seção cinco, a encruzilhada de problemas imposta por cada um dos componentes e pelo seu encontro será revisada e utilizada para sediar a relevância jornalística, como conceito intercruzado e ordenador de um saber particular. Para atender ao conjunto de demandas e orientações, o conceito de relevância jornalística ainda apresentará uma subdivisão de sua estrutura, construída em função da existência de diferentes tipos de relevância capazes de desencadear o processo jornalístico de seleção.

## 2 O JORNALISMO E A TRADIÇÃO DE RECONHECER ACONTECIMENTOS

O tema dessa tese é essencialmente delicado e difícil de isolar, ainda que seja abundante e cotidiano. Voltamo-nos para o complexo e naturalizado exercício de reconhecer um acontecimento como tal e, além disso, de atribuir-lhe um *status* específico que afirma ser esse acontecimento merecedor de publicação jornalística. A parte visualizável desse processo é pequena e simples, tal como apontar um dedo e dizer: “isso é notícia” ou ainda “logo chegarão os jornalistas”. Mas, como muitas ações de aparência simples, essa também é complexa e multifacetada.

O reconhecimento de características específicas em um acontecimento depende, como o próprio termo dá indício, de um conhecimento anterior, afinal só se reconhece o que já foi conhecido e internalizado, em outro momento. Assim, um primeiro passo importante para esta seção é refletir sobre os acontecimentos, de maneira geral, e especificamente sobre os acontecimentos jornalísticos, com foco na sua natureza e nos elementos essenciais da sua constituição.

De início, podemos pensar no acontecimento como uma matéria-prima essencial da notícia, já que ele é a sua base temática e já que o desenrolar do acontecimento é o ponto de partida de muitos produtos jornalísticos. Podemos listar o rompimento de uma barragem, a disseminação de uma epidemia ou um atentado terrorista, como exemplos de acontecimentos que são matéria-prima de notícias e cuja ocorrência condiciona o processo produtivo dos meios. O cuidado que precisamos ter é o de não considerar esses acontecimentos como alheios à construção social da realidade.

Os acontecimentos não são percebidos de maneira isolada. E por mais que seja interessante discutir a existência de um mundo concreto para além da razão, essa discussão não é prioritária, como mencionamos ao tratar do desafio epistemológico para o estudo da relevância, o que nos interessa é menos a questão filosófica da existência e mais a questão que mistura filosofia, linguística e sociologia e trata do sentido conferido em sociedade para o que é aceito intersubjetivamente como existente. Em resumo, por mais que os acontecimentos sejam gerados por fenômenos externos e independentes do sujeito, é só através dos sujeitos e das intersubjetividades que eles fazem algum sentido.

Da mesma forma que é evidente que a notícia é o resultado de um processo de produção, precisamos partir da compreensão de que os acontecimentos também são

resultado de processos, esses históricos e sociais, que reforçam o que deve ser notado e o que pode passar despercebido. Assim, a premissa de que partimos é compatível com a sociologia do conhecimento de Berger e Luckmann (1985, 2012) e com a sua conclusão sobre a relação entre realidade e conhecimento social.

O que aceitamos como realidade, da mesma forma que o que aceitamos como acontecimento, é resultado de um processo de objetivação, de tipificação e de normalização histórica e social (BERGER; LUCKMANN, 1985). Essa perspectiva também não se separa da percepção de que os acontecimentos só existem no discurso, já que para dar sentido precisamos nós mesmos nos localizar dentro do discurso (HALL, 1981) e que os acontecimentos não estão isolados, mas estabelecem formas de continuidade com a realidade discursiva com a qual se vincula (FOUCAULT, 2019).

Pensemos, por exemplo, no desmatamento, ou seja, no ato de eliminar totalmente ou em partes a cobertura vegetal de uma região. Na atualidade, são comuns notícias sobre o desmatamento de regiões como a Floresta Amazônica, o conteúdo pode trazer números ou proporções de áreas devassadas; pode trazer informação política de lideranças que discutem a questão; pode trazer análises de especialistas sobre os impactos negativos do desmatamento; como pode também trazer pontos do vista dos que ignoram ou minimizam a seriedade da questão ou que priorizam a geração imediata de recursos, essas últimas posições, entretanto, costumam receber muitas críticas.

O fato é que a compreensão do desmatamento que grande parte da sociedade possui hoje é diferente da que era comum décadas atrás. No passado, as relações sociais e discursivas permitiam aceitar o desmatamento como um ato de bravura necessário para que a terra pudesse se tornar “produtiva”. Foi preciso um percurso histórico de destruição de espécies, biomas e ecossistemas, não acompanhado de um desenvolvimento real, para que a sociedade se tornasse capaz de desenvolver (e absorver) conceitos como o de desertificação ou de desenvolvimento sustentável, bem como para que colocasse em perspectiva o que é uma terra produtiva e se tornasse minimamente sensível à sabedoria de comunidades tradicionais.

Voltando ao acontecimento e ao acontecimento jornalístico, o que estamos dizendo é que o mesmo ato de extinguir uma floresta gera acontecimentos distintos a depender das compreensões sociais partilhadas pelos indivíduos e dos discursos hegemônicos ou em disputa. Um acontecimento é um fenômeno social e histórico porque

os atos só serão observados e compreendidos a partir de uma trama de conceitos que orientam o saber da época. Se hoje o senso comum compreende que alguns dos efeitos do desmatamento é a destruição de possibilidades presentes e futuras e o desequilíbrio; no passado, entre os efeitos prioritários estavam a produção de riqueza e a geração de oportunidades.

Alsina (2009) cita Edgar Morin para ressaltar que a noção de acontecimento só faz sentido em referência a um ecossistema, bem como para fundamentar a descrição da mídia como um sistema aberto que funciona e gera efeito dentro de um ecossistema. O ecossistema, em questão, é a sociedade formada pela totalidade de sistemas (entre os quais o midiático) e por suas relações. Nesse âmbito, uma questão recorrente é a que procura entender se é a mídia que determina o que é um acontecimento ou se é a ecossistema social que o faz.

As respostas a essa questão costumam se apresentar como alternativas que se excluem mutuamente. Veremos, ao tratar dos valores-notícia, que alguns autores concebem esses indicadores como imposições dos jornalistas para a sociedade, respondendo, dessa forma, que é o sistema midiático quem define o que é um acontecimento jornalístico; em adição, veremos também que outros estudiosos compreendem os valores-notícia como indicadores que respondem à imposição orientada pela sociedade, percebendo como alternativa que é o ecossistema social que define o que é um acontecimento jornalístico.

De nossa parte, mais do que aceitar uma das respostas, percebemos a necessidade de problematizar a questão. A perspectiva da complexidade, conforme Morin (2015), permite compreender a que a pergunta parte de uma percepção clássica da produção de conhecimento, assentada em um domínio da ordem, da separação e da razão. Por essa percepção, produzir conhecimento é reconhecer que o universo é ordenado e que o aparente acaso é só uma questão de falta de conhecimento; para conhecer, é necessário separar os problemas de aparência difícil, isolar suas partes e as compreender em profundidade, desde Descartes o progresso do conhecimento está firmemente assentado nessa obrigatoriedade de separar as variáveis que se encontram sobre o plano, de disciplinar e de forjar disciplinas. Por fim, as partes separadas devem então ser tratadas em obediência à lógica racional clássica, não só a dedução e a indução, mas também a contradição e a identidade.

Essa forma de tratar o conhecimento é acionada na elaboração da pergunta, principalmente ao separar como alternativas o sistema midiático ou o ecossistema social, como se o primeiro não fizesse parte do segundo. O problema que visualizamos para essa questão faz uso do diagnóstico que Morin (2015) sistematiza para a forma clássica de produzir conhecimento e que é o fundamento para a perspectiva da complexidade que elabora. Ele chama a atenção para ao caráter mutilador de organização do conhecimento, que conduz a certa cegueira pela incapacidade de reconhecer a complexidade do real, com sua porção de desordem, de inseparabilidade e da existência de outras lógicas.

O problema que se coloca atualmente não é o de substituir a certeza pela incerteza, a separação pela inseparabilidade ou a lógica clássica por não sei o quê... Trata-se de saber como vamos fazer para dialogar entre certeza e incerteza, separação e inseparabilidade etc. (MORIN, 1999, p. 27)

Assim como nenhum ser vivo pode existir sem um ecossistema, sem seu meio ambiente, Morin (1999, 2015) encoraja uma revolução no pensamento que não se disponha ao isolamento em um objeto pesquisado exaustivamente, mas a redescoberta das relações complexas que conseguem perceber que os objetos não são ora uno ora múltiplos, mas ao mesmo tempo unos e múltiplos.

Tomemos o homem como exemplo. O homem é um ser evidentemente biológico. É ao mesmo tempo um ser evidentemente cultural, metabiológico e que vive num universo de linguagem, de ideias e de consciência. Ora, estas duas realidades, a realidade biológica e a realidade cultural, o paradigma de simplificação nos obriga a disjuntá-las ou a reduzir o mais complexo ao menos complexo. Vamos, pois, estudar o homem biológico no departamento de biologia, como um ser anatômico, fisiológico etc. e vamos estudar o homem cultural nos departamentos nos departamentos das ciências humanas e sociais. Vamos estudar o cérebro com órgão biológico e vamos estudar a mente, *the mind*, como função ou realidade psicológica. Esquecemos que um não existe sem a outra, ainda mais que um é a outra ao mesmo tempo, embora sejam tratados por termos e conceitos diferentes. (MORIN, 2015, p. 59)

Assim, a perspectiva da complexidade nos orienta a tomar o acontecimento jornalístico na sua relação tanto com o sistema midiático quanto com o ecossistema social, sem a necessidade de isolá-los, mas tomando-os como um tecido formado por constituintes heterogêneos e inseparáveis (MORIN, 2015). Pensando na interação específica entre o sistema midiático e a sociedade, Alsina (2009) afirma que ocorrem relações dialéticas e negociais a fim de determinar o que é um acontecimento jornalístico, “através dessa negociação, fica estabelecida uma racionalidade, uma lógica, que de fato será a do próprio sistema informativo e que é originária da necessidade produtiva do sistema e do surgimento de determinados acontecimentos” (ALSINA, 2009, p. 152),

somada, ainda à necessidade informativa do público, que mesmo podendo não ser bem compreendida, é sempre suposta como parte da equação.

Depois de afirmar a natureza dialética do acontecimento, podemos tratar dos seus elementos essenciais. Um acontecimento, para existir, requer uma variação no ecossistema e a capacidade de ser perceptível. Já o acontecimento jornalístico, de acordo com Alsina, demanda três elementos essenciais: a mesma variação no ecossistema; a comunicabilidade dessa variação, em substituição da perceptibilidade; e alguma ordem de implicação dos sujeitos sociais, afinal o acontecimento jornalístico não é qualquer acontecimento, mas necessariamente um acontecimento que implique uma coletividade.

De maneira genérica, para existir um acontecimento jornalístico é preciso existir antes um mundo de referência em que existe a ordem, a normalidade e o valor. É quando essas referências variam que se reconhece a existência de um acontecimento. Essa afirmação não é nada diferente da que esclareceu que todo acontecimento precisa de um ecossistema para fazer sentido, mas ela carrega implicações específicas ao jornalismo.

A variação do ecossistema ocorre no tempo e se desgasta nele, tanto porque envelhece, tornando-se obsoleta, quanto porque se normatiza. Se o que foi anormal em algum momento se mantém por muito tempo, ele perde a seu teor de anormalidade. Em consequência, com essa normalização, o fato perde o seu caráter de acontecimento e de acontecimento jornalístico.

Essa característica dos acontecimentos faz com que realidades muito dramáticas, e que duram há muito tempo, não sejam notícia. Por exemplo, a fome no mundo não vira notícia até que a FAO (Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação) publica um relatório em que denuncia que a fome ameaça a vida de 800 milhões de pessoas (ALSINA, 2009, p. 141)

A insensibilidade do jornalismo para alguns temas é um aspecto de grande interesse dessa tese, mas como precisa de outras dimensões para ser melhor caracterizada, vamos seguir para o segundo elemento essencial do acontecimento, a sua comunicabilidade.

O acontecimento geral tem como condição de existência a perceptibilidade, mas para o jornalismo não basta que uma variação no ecossistema seja perceptível, é preciso que ela possa ser também comunicável. Aqui devemos ressaltar que a comunicabilidade não é uma característica exclusiva, mas sim um elemento essencial do acontecimento jornalístico, o que quer dizer que o fato de algo ser comunicável não o torna

imediatamente um acontecimento jornalístico e, o que é mais controverso e passível de discussão, nem mesmo a publicação jornalística é suficiente para que um acontecimento seja considerado um acontecimento jornalístico.

Da mesma forma que fatos potencialmente jornalísticos podem ser ignorados, acontecimentos tornados públicos através do jornalismo não se tornam, apenas pela publicação, acontecimentos jornalísticos. A partir desse raciocínio, rejeitamos a perspectiva que define a validade de um acontecimento pelo hábito da publicação ou que define notícia como o que os jornais publicam. Essa afirmação não desconsidera o saber jornalístico prático, mas reconhece a possibilidade de erro e individualiza a identidade do acontecimento jornalístico e a ação dos jornalistas.

O último elemento essencial do acontecimento jornalístico esclarece e reforça a necessidade ir além da publicação. De acordo com Alsina (2009), além da variação do ecossistema e da comunicabilidade, os acontecimentos jornalísticos se caracterizam pela implicação dos sujeitos. Assim, não podemos definir acontecimentos jornalísticos como aquilo que interessa aos jornalistas, pois essa definição afasta os acontecimentos da sua relação social. Por mais que o reconhecimento do acontecimento e sua transformação em notícia seja feita no âmbito do sistema jornalístico, a sua finalidade se manifesta na sociedade. São os sujeitos que outorgarão ao acontecimento jornalístico transformado em notícia um tipo de implicação.

Alsina (2009) descreve quatro tipos de implicação que podem ser atribuídas pelos sujeitos: (1) a implicação direta e pessoal, que diz respeito a acontecimentos jornalísticos que atingem um sujeito diretamente e na realização das suas atividades cotidianas, como uma notícia sobre um procedimento para receber um auxílio governamental necessário; (2) a implicação direta e não pessoal, que se refere a acontecimentos que atingem os sujeitos quanto a sua emotividade ou ideologia, mas não trazem implicações para o seu cotidiano; (3) a implicação indireta, que não atinge ao sujeito especificamente, nem no seu cotidiano, nem nos seus afetos e convicções, mas que visivelmente implica outras pessoas; e (4) a ausência de implicação, a respeito das notícias em que os sujeitos não conseguem sentir-se implicados, nem atribuir implicações a outros. Nesse último caso, o acontecimento em questão não tem o que é preciso para manter a atenção.

Sendo essas implicações afirmadas por cada sujeito, elas podem se alterar. Entretanto, essas definições das implicações (assim como a definição dos sujeitos) não é

desassociada da coletividade e do conhecimento partilhado socialmente. Para a teoria do agendamento, as prioridades do público são construídas em função dos meios de comunicação, que ao selecionar acontecimentos jornalísticos não transmite apenas o que ocorreu, mas também um conjunto de tipificações e hierarquias. Uma tese essencial dessa teoria é a de que o público usa as saliências da mídia para organizar as suas próprias agendas e prioridades (MCCOMBS, 2009).

Ainda sobre a implicação sobre os sujeitos, precisamos acrescentar uma reflexão sobre a pressuposição dos jornalistas. Por mais que os sujeitos avaliem a notícia quanto a sua implicação, não é essa avaliação que orienta a produção. Para que um acontecimento seja classificado como jornalístico e para que os produtores se deem ao trabalho de transformá-los em notícia, eles se guiam, nos termos de Alsina (2009), por um temário próprio constituído sobre a expectativa do envolvimento que um acontecimento jornalístico pode gerar.

Ainda segundo Alsina (2009), a construção desse temário deve ser o quesito mais deficitário dos estudos do agendamento, havendo uma ampla investigação da relação entre o temário jornalístico e o temário do público (sobre a qual se estabelece a tese geral do agendamento), mas pouca atenção para a construção específica do temário jornalístico. Ele exemplifica que alguns autores chegam a afirmar que não há razão para estudar o temário dos meios, uma vez que eles são incontroversos.

Enquanto pesquisamos a gênese do temário público, o temário da mídia é tido como fato consumado, e cujos mecanismos de produção quase não são explorados. O fato de que o temário dos meios de comunicação esteja mais exposto do que o temário do público é mera ilusão. (ALSINA, 2009, p. 151)

Não precisamos discutir, concordar ou discordar da teoria do agendamento, mas fazemos uso dela para delinear melhor o interesse desta tese, que é justamente o que Alsina compreende como aspecto de menor interesse para os teóricos dessa tradição. Não nos dedicaremos a investigar a conexão entre as prioridades midiáticas e as prioridades do público, mas a refletir teoricamente sobre a construção do temário do jornalismo a partir da pressuposição do que pode implicar e envolver o público.

Agora que delineamos o acontecimento jornalístico como um fenômeno social e histórico de natureza negocial e que diz respeito a variações do ecossistema social, desde que elas sejam comunicáveis e que impliquem os sujeitos, podemos partir para o estudo específico destes temários na tradição de estudos jornalísticos. Nos referimos a definição concreta dos temas e acontecimentos que devem ser priorizados pelos meios de

comunicação durante o processo de reconhecer os acontecimentos jornalísticos entre os acontecimentos gerais e de transformá-los em notícia.

Nesse sentido, a primeira parte desta seção será apresentar alguns fragmentos históricos úteis não só pelo valor ilustrativo, mas principalmente pelo auxílio no sentido de pensar a seleção dos acontecimentos com algum estranhamento, longe da estabilidade e da naturalização dos processamentos atuais. No segundo momento, serão apresentados conceitos e trabalhos essenciais a essa tradição de estudo, da qual este trabalho é devedor, bem como serão sinalizados conflitos e divergências que precisam ser enfrentados para que possamos avançar na proposição objetivada.

Esta seção ainda vai expor um desafio específico para os estudos do processo de determinação dos acontecimentos jornalísticos: a existência de uma imprecisão terminológica que ora se manifesta em uma pulverização de termos para se referir aos mesmos processos, ora em uma utilização distinta e concorrente dos mesmos termos essenciais. Sem minimizar a problemática terminológica, que faz com que um estudante não possa dizer que se interessa por valores-notícia ou por critérios de noticiabilidade sem antes afirmar através de que autores concebe esses termos, é preciso esclarecer que ela é indício de outras dificuldades. Os estudos voltados para a seleção de acontecimentos de interesse jornalístico, muitas vezes negligenciam, nessa confusão de termos e interferências, definições que estejam fundadas em um corpo integrado de princípios jornalísticos e que se direcione para o aprofundamento da compreensão teórica da prática.

Por esse motivo, a terceira parte dessa seção retomará e problematizará os elementos expostos na segunda e, com auxílio de alguns estudiosos essenciais, apresentará uma avaliação do estado geral da pesquisa em comunicação voltada para a definição dos acontecimentos jornalísticos e, a partir dessa avaliação, começará a delinear algumas ausências que precisam ser levadas em consideração por um conceito de relevância jornalística. A parte final dedica-se especificamente a tais ausências e as concebe como tarefas que orientam a elaboração conceitual que desejamos fazer.

## 2.1 A ESCOLHA DE ACONTECIMENTOS: FRAGMENTOS HISTÓRICOS

Antes de iniciar a exposição da discussão teórica de que esta tese é herdeira, desejamos tratar de três momentos distintos, e bastante separados no tempo, em que a seleção dos acontecimentos para a publicação é colocada em evidência. Mais do que uma

retomada histórica com objetivo de ilustrar ou de sediar uma tradição, esse passo para trás permite pensar a seleção de acontecimentos submetidos a influências históricas e sociais diversas e diante dessa diversidade perceber mudanças e permanências.

A primeira obra é, na verdade, a mais recente das três, porém nos conduz para um período anterior à rotina produtiva, anterior à empresa jornalística (e a lógica capitalista em que as empresas operam) e mesmo anterior ao jornalismo como conceito. O texto em questão é do português Jorge Pedro Sousa, que, auxiliado por historiadores e outros pesquisadores em comunicação, se dedica ao estudo do que chama de fenômenos pré-jornalísticos.

Citando Cuadrado, Sousa (2008) afirma que o primeiro exemplo seguro de um fenômeno pré-jornalístico seria as *Actas Diurnas*, tipo de ata surgida na Roma Antiga, no século II a.C. e que seguiram sendo publicadas por quase 400 anos, desaparecendo apenas quando a sede do Império Romano foi transferida para Constantinopla. Estas atas são associadas ao jornalismo moderno porque possuíam periodicidade regular, conteúdos multifacetados com núcleo na informação e iniciativa editorial não só do Estado, mas também de particulares.

A este trabalho interessam particularmente os acontecimentos priorizados nessas publicações. Aspecto ao qual Sousa (2008, p. 39) dedicou especial atenção:

podemos dizer que os seus conteúdos integravam notícias dos decretos senatoriais e imperiais; dos nascimentos, casamentos e mortes das personalidades notáveis; das audiências concedidas pelo Imperador ou outros membros da família imperial; dos actos públicos dos imperadores e magistrados; dos funerais; dos processos judiciais; das batalhas travadas pelas legiões; das nomeações e eleições de indivíduos para cargos públicos; dos acontecimentos ocorridos nos municípios e colónias romanas; dos combates de gladiadores; de julgamentos e execuções e respectivas listas de executados, etc. Às vezes teriam sido inseridos nas *Actas* os elogios fúnebres das personalidades notáveis que morriam, bem como notícias relacionadas com presságios, astrologia e adivinhações.

O conjunto de temas pode ser dividido em quatro grupos. Primeiro há acontecimentos ligados a comandos e ordens sobre a vida pública, o que não é de se estranhar, uma vez que a iniciativa editorial do Estado, mais abundante do que a iniciativa particular, tinha como objetivo governar através dessas publicações, espalhando a autoridade do imperador e dos seus subordinados pela imensidão territorial do império. O segundo grupo inclui acontecimentos da vida pública, com destaque para os eventos envolvendo personalidades consideradas notáveis; se o primeiro grupo auxiliava o império a governar, este segundo podia ampliar uma sensação de pertencimento entre os

concidadãos em relação a Roma, a partir do compartilhamento de costumes e de figuras de referência. O terceiro grupo inclui guerras e batalhas, que deixamos a parte não só pelo teor militarizado do Império Romano, mas principalmente pela função essencial da guerra naquela sociedade. Por fim, o quarto grupo inclui o lazer e cultura, com os combates de gladiadores e as perspectivas futuras dos presságios, astrologias e adivinhações.

Excetos sobreviventes registrados pelo estudioso Ugo Bellochi, citado por Sousa (2008, p.39-40), nos permitem observar exemplos destas *actas*.

Ano 586 da fundação de Roma. 28 de março. Os fasces encontram-se nas mãos de Emílio. À primeira hora da manhã, um vencedor, coroado de louro, sacrificou uma ovelha no templo de Apolo. Às duas da tarde, reuniu-se o Senado na curia Hostilia. Aprovou-se um senado consulto, em virtude do qual os pretores deverão sentenciar baseando-se nos seus éditos perpétuos. Quinto Minúcio Escápula, acusado de violência por Publio Lentulo ante o pretor da cidade Cneu Beblio, foi defendido por Caio Sulpício. Foi condenado por quinze votos e decidiu-se aplicar a sentença por 33 votos.

29 de março. Os fasces encontram-se nas mãos de Licínio. Relampejou e um carvalho foi golpeado por um raio no cimo do monte Velia pouco depois do meio-dia. Houve uma rixa numa taberna, ao fundo da rua de Jano, e o taberneiro do Osso do Casco ficou gravemente ferido. Caio Titínio, edil da plebe, multou a uns talhantes por venderem à população carne não inspeccionada. Com o dinheiro da multa construiu-se uma capela a Laverna no templo da deusa Terra

A descrição dos temas prioritários somada aos dois excetos já permite visualizar semelhanças com os acontecimentos noticiados na contemporaneidade. Os atos dos governos, as pessoas proeminentes, os conflitos e o lazer continuam sendo objeto da informação jornalística e por mais que os presságios e adivinhações já não possuam lugar cativo, também não estão totalmente ausentes, ainda que o formato tenha se modificado e a importância tenha sido reduzida. Os excetos ainda expõem a descrição de fenômenos da natureza (o raio que golpeia um carvalho), ocorrências cotidianas (a rixa em uma taberna) e a aplicação na legislação (como julgamentos e multas).

Como ancestrais do jornalismo na Idade Média, Sousa (2008) cita crônicas, cartas e relatos de viagem, mas volta a conferir maior destaque a publicações disseminadas no período renascentista, em que as condições sociais e técnicas voltaram a estabelecer uma realidade estimulante para a proliferação de publicações informativas. Assim, o autor destaca as Folhas Volantes, Ocasionais ou Avulsas, publicações habitualmente constituídas por uma única folha (de onde vem o nome) dedicada a um tema ou assunto.

Com a popularização e o barateamento das técnicas de impressão (é nesse período que Gutemberg desenvolve sua prensa de tipos móveis), publicações mais volumosas também se tornam populares, mas essas deixavam de se chamar folhas e passavam a ser nomeadas de Relações Ocasiais ou Avulsas. Elas se diferenciavam não só pela quantidade de material, mas pela quantidade de temas.

Sobre esses, que mais uma vez são o centro do nosso interesse, Sousa (2008) ressalta que eram populares acontecimentos ligados à política, ao comércio, a crimes, a calamidades e a batalhas, além de acontecimentos curiosos e insólitos. O que leva o autor a concluir que os atuais valores-notícia já operavam no passado, antes do termo ser elaborado ou mesmo antes da existência do jornalismo.

Pode dizer-se, assim, que as notícias das folhas volantes já obedeciam a critérios de noticiabilidade idênticos aos contemporâneos, o que acentua a natureza cultural e histórica dos valores-notícia (negatividade, referência a fenômenos insólitos, novidade, referência a pessoas de elite, utilidade prática das informações, etc.). (SOUSA, 2008, p. 60)

Há, nessa obra de Jorge Pedro Sousa (2008), a primeira tese aqui apresentada sobre os valores-notícia. Para o autor, eles possuem uma natureza cultural e histórica, o que justifica a similaridade com o passado. A uma conclusão semelhante chega o historiador Mitchell Stephens (1993). O autor também se propõe a comparar a identificação e a seleção dos acontecimentos jornalísticos das sociedades modernas com a de sociedades fora dessa lógica, em que a necessidade de destacar temas estaria desobrigada de pressões que na atualidade são cotidianas. A comparação de Stephens, por sua vez, se volta para sociedades orais, especificamente grupos Zulus.

Para Stephens (1993, p. 81), não só os parâmetros básicos para se julgar as notícias nas sociedades orais e nas sociedades modernas são semelhantes, também são semelhantes os tipos básicos de histórias.

Temos em comum relatos de acidentes, terremotos, expedições militares, esportes, o tempo, morte e violações da lei. Nós também espalhamos alarmes – a despeito dos perigos, caso as expectativas de vida possam servir de guia, terem se tornado mais distantes. Nossas notícias econômicas podem não incluir atualmente fatos acerca da fertilidade de pastos individuais, e o movimento de embarcações pode ter sido relegado ao plano de brincadeira; não obstante, os relatos que recebemos sobre as reservas de moeda ou sobre as bolsas de mercadorias desempenham essencialmente as mesmas funções que a braçada de capim apanhada pelo beduíno.

Com esse e outros raciocínios e argumentos, Stephens reforça sua tese da existência de “qualidades duráveis” que permanecem nos valores-notícia. Por mais que as sociedades mudem e as notícias adaptem-se a essas mudanças, o autor percebe essa

adaptação limitada, distante de uma reestruturação radical. Ele conclui que “os seres humanos têm estado trocando consistentemente, através de sua história e de várias culturas, um corpo de notícias tão similar que inevitavelmente desperta interesse nessas notícias, se é que esse interesse não é inato” (STEPHENS, 1993, p. 83-84).

Adiante retomaremos esse autor, a fim de problematizá-lo e de explorar uma consequência desta perspectiva, mas antes disso, queremos chegar a uma segunda obra de importância histórica. Se textos como o de Stephens (1993) e de Sousa (2008) pretendem compreender a natureza dos acontecimentos jornalísticos deslocando o olhar para fora das sociedades contemporâneas, em um exercício de estranhamento, a obra a seguir se diferencia por descrever sua própria época e sociedade.

Essa outra perspectiva é essencial, uma vez que nos livra do risco a que estão expostos os trabalhos que avaliam os acontecimentos de outras sociedades e períodos: não perceberem particularidades locais, ao serem orientados por um olhar que busca correspondências com o jornalismo contemporâneo. Em outras palavras, precisamos considerar que trabalhos como o de Jorge Pedro Sousa e o de Mitchell Stephens, mesmo habilmente construídos e mesmo chegando a conclusões válidas e coerentes, podem ser insensíveis a particularidades das formas e lógicas de seleção e disseminação de acontecimentos, justamente por serem orientados pelo olhar comparado, que observa o passado ou o distante em relação ao presente e familiar.

O segundo marco a que nos referimos é a já citada tese “*De relationibus novellis*”, defendida por Tobias Peucer na Universidade de Leipzig, em 1690. Esse trabalho é inaugural em muitos sentidos: ele é a primeira tese sobre jornalismo apresentada em uma universidade, apresenta uma primeira proposta de critérios para selecionar ou restringir o conteúdo publicado e o faz em um momento sensivelmente próximo ao surgimento dos primeiros jornais.

Os critérios para a seleção dos acontecimentos são concebidos em duas dimensões: por um lado, o autor retoma o que é realizado como referência, uma vez que elabora “um comentário sobre as publicações de notícias (*novellae*)” (PEUCER, 2004, p.15), por outro, ele também assume uma tarefa propositiva, “de modo que seja dada preferência aos *axiomnemonéutas*, ou seja, àqueles que merecem ser recordados ou conhecidos” (PEUCER, 2004, p. 20).

A definição do que merece lembrança e conhecimento tem como horizonte a utilidade, a atualidade e amenidade/prazer.

Eu diria que a finalidade dos novos periódicos é mais própria para o conhecimento de coisas novas acompanhadas de um certa utilidade e atualidade. Foi por esta causa que começaram por primeiro lugar a serem escritos e divulgados os periódicos. (PEUCER, 2004, p. 26)

Entretanto, o autor adverte que essas três finalidades podem ser constringidas. Por um lado, interfere na seleção dos conteúdos “adequados” a busca do lucro (que, segundo Peucer, é uma razão prática de surgimento dos periódicos), por outro, também pode interferir a falta de instrução dos autores, que sem critérios ou por ignorância podem confundir o que precisa ser dito e o que deve ser omitido (PEUCER, 2004).

Sendo assim, Peucer oferece uma primeira listagem de acontecimentos que merecem ser recordados ou conhecidos. A listagem é organizada em três grupos que afirmam o que deve ser selecionado e ainda por três precauções quanto ao que não deve aparecer nos jornais. Para facilitar nossa percepção, vamos expor cada grupo seguido do que o autor exemplifica como a sua negação.

O primeiro grupo inclui o que foge à banalidade e causa surpresa, por ser diferente do que é aceito como normal ou simplesmente por ser novo.

São desta natureza, em primeiro lugar, os prodígios, as monstruosidades, as obras ou os feitos maravilhosos e insólitos da natureza ou da arte, as inundações ou as tempestades horrendas, os terremotos, os fenômenos descobertos ou detectados ultimamente, fatos que têm sido mais abundantes que nunca neste século. (PEUCER, 2004, p. 20)

A este grupo são relacionadas as seguintes precauções ou razões para não publicar:

que aí não se ponha coisas de pouco peso ou as ações diárias dos homens; ou as desgraças humanas, das quais há uma fecunda abundância na vida comum. Tais podem ser as tempestades que acontecem regularmente de acordo com a diversidade de estações e clima; os atos privados dos príncipes, como fazer uma caçada, celebrar um banquete, assistir a uma comédia, fazer uma excursão a esta ou àquela montanha, passar em revista alguns batalhões. Igualmente, o trato aos cidadãos, entre eles, os castigos dos malfeitores, as conjecturas sobre afazeres públicos que ainda não são conhecidos e outras coisas desta natureza que são mais próprias de um diário particular que de uma resenha pública. (PEUCER, 2004, p. 21).

Nesse primeiro grupo fica bastante evidente a prioridade concedida aos acontecimentos com foco nas variações do ecossistema, bem como as suas implicações temporais. Deve ser publicado o que é capaz de causar surpresa, devendo em consequência ser ignorado o que é banal, de forma que cabe aos jornais desconsiderar a

as maravilhas da vida privada dos sujeitos notórios e as desgraças que são habituais para os sujeitos comuns.

A busca pelo novo e pelo inusitado encontra semelhança no jornalismo cotidiano e se o equivalente à “vida privada dos príncipes” é hoje um tema de grande interesse, “as desgraças humanas, das quais há uma fecunda abundância na vida comum” parecem continuar sendo indiferentes aos periódicos, a menos que possuam algum teor de novidade ou um caráter insólito que as realce.

No segundo grupo, Peucer inclui elementos da administração e os eventos da vida pública, mais uma vez com foco no que transita e não no que permanece.

Depois, as diferentes formas dos impérios, as mudanças, os movimentos, os afazeres da guerra e da paz, as causas das guerras, os planos, as batalhas, as derrotas, as estratégias, as novas leis, os julgamentos, os cargos políticos, os dignatários, os nascimentos e mortes dos príncipes, as sucessões em um reino, as inaugurações e cerimônias públicas que parecem se instituir novamente ou que parecem mudar ou que são abolidas, o óbito de varões ilustres, o fim de pessoas ímpias, e outras coisas. (PEUCER, 2004, p. 20-21)

E, como precaução, acrescenta uma outra possibilidade de interferência a se unir com o desejo do lucro e o desconhecimento, o interesse dos poderosos:

que não se expliquem indiscriminadamente aquelas coisas dos príncipes que não querem que sejam divulgadas. Porque é coisa perigosa escrever sobre aquilo que pode lhe mandar ao degredo. Assim então, as pessoas prudentes aconselham que cabe esperar até que aqueles tenham desaparecido dentre os vivos ou que já não lhe possa causar danos (PEUCER, 2004, p. 22).

Ao perigo de escrever o que desagrade aos príncipes, soma-se a terceira consideração do que é adequado publicar: os temas moralmente impostos, seja pela religião, seja pela concepção hegemônica de cultura e saber,

como a origem desta ou daquela religião, seus autores, seus progressos, as novas seitas, os preceitos doutrinários, os ritos, os cismas, a perseguição que sofrem, os sínodos celebrados por motivos religiosos, os decretos, os escritos mais notáveis dos sábios e doutos, as disputas literárias, as obras novas dos homens eruditos, as instituições, as desgraças, as mortes e centenas de coisas mais que façam referência à história natural, à história da sociedade, da Igreja ou da literatura. (PEUCER, 2004, p. 21)

Na última precaução, o compromisso do jornal com a moralidade vigente é reforçado:

que não se insira nos periódicos nada que prejudique os bons costumes ou a verdadeira religião, tais como coisas obscenas, crimes cometidos de modo perverso, expressões ímpias dos homens que sejam graves para os ouvidos piedosos. Quando se explicam estas coisas, tal como disse Plínio, é como se as estivesse ensinando. É por isso que em algumas cidades se estabeleceu com

uma prudente decisão que não seja permitido imprimir periódicos sem que estes tenham sido aprovados pela censura. (PEUCER, 2004, p. 22).

Em conjunto, os pares de recomendações e precauções assumem compromisso com acontecimentos atuais e fora da normalidade – ignorando o que é banal; com informações que digam respeito à administração e aos eventos da vida pública – desde que não desagrade aos governantes; e com informações adequadas à moralidade vigente – omitindo os acontecimentos ou explicações que possam impressionar ou ensinar as imoralidades em questão. Nos termos dos elementos essenciais do acontecimento jornalístico, há uma evidente atenção para a variação do ecossistema e uma preocupação indireta com a comunicabilidade, não com a possibilidade de transmissão propriamente dita, mas com os desafios à comunicabilidade decorrentes da natureza dialética resultante da negociação entre o sistema jornalístico e o ecossistema social.

Tomadas nessas grandes categorias, ou subdivididas em outras, essas orientações guardam, assim como as expressões pré-jornalistas descritas por Sousa (2008) e Stephens (1993), nítidas semelhanças com as concepções contemporâneas de quais são os acontecimentos merecedores de divulgação. Ainda devemos destacar, que mesmo muito cedo na história do jornalismo, percebemos uma seleção de acontecimentos, que mesmo guiados por qualidades e concepções de validade, são também constrangidas por outras ordens de forças, entre as quais a ignorância e o interesse em alcançar lucro, conforme destacado por Peucer (2004), e a interferência de poderosos e a moralidade vigente, conforme visualizado nos excertos.

Mesmo nesses momentos iniciais da exposição, não podemos deixar de chamar a atenção para a utilização da imprensa como instrumento para interesses religiosos e políticos. Nesse sentido, nos auxilia Alsina (2009) que ressalta que o controle e a censura não devem ser entendidos somente como o ato de orientar a retirada de um conteúdo ou a menção a um acontecimento, mas também como elemento essencial para o reconhecimento dos acontecimentos convenientes.

Quando obteve importância política, a informação passou a ser muito bem controlada pela cúria e pelo poder civil. Deveríamos lembrar aqui a teoria autoritária da mídia escrita, onde se justifica a censura prévia, pois entende-se que os meios de comunicação devem estar subordinados à autoridade estabelecida, sem publicar qualquer coisa que a pudesse perturbar. (ALSINA, 2009, p. 120)

Como nesta seção nos interessa retomar momentos e textos históricos, essa discussão será interrompida, por hora. Mas o texto que segue, também dotado de caráter

inicial para os estudos do jornalismo e especificamente para os estudos dos acontecimentos de interesse jornalístico, continuará conduzindo nossa atenção para as interferências a que a identificação e a seleção desses acontecimentos sofrem.

O terceiro e último texto a destacar nesse levantamento histórico fragmentado, é a primeira discussão acadêmica a respeito dos fatores ligados a seleção dos conteúdos noticiáveis. Assim, avançamos para 1960, ano em que Galtung e Ruge publicaram *A estrutura do noticiário estrangeiro*, trabalho que faz uma apresentação sistemática de fatores que “parecem particularmente importantes” (GALTUNG; RUGE, 1999, p. 61) e a partir deles elabora uma dedução de hipóteses.

Já no início do texto, os autores apresentam uma metáfora que traz indícios do percurso a ser seguido. Eles nos pedem para pensar a seleção das notícias realizada pelos jornalistas comparando-a com o ato de sintonizar estações de rádio. A aproximação com um procedimento técnico, aponta para uma modificação na forma de perceber a seleção dos acontecimentos: para além de características e qualidades dos acontecimentos (enquanto variações de um ecossistema), merecerão espaço na listagem dos autores os fatores técnicos que são imprescindíveis para que a empresa jornalística possa produzir e entregar o produto noticioso.

Johan Galtung e Mari Ruge, um sociólogo e uma cientista política, respectivamente, pensam o jornalismo em um período consideravelmente diferente daquele vivenciado por Tobias Peucer. Mesmo que o acadêmico alemão já relacionasse a busca do lucro ao surgimento dos periódicos, são os autores do século XX que se debruçam sobre um jornalismo fortemente consolidado enquanto empresa capitalista cuja prática é exercida em uma rotina e é atravessada por um conjunto de demandas ligadas à produtividade e à qualidade técnica e estética do produto jornalístico.

A listagem dos autores reflete o jornalismo observado. Galtung e Ruge apresentam 12 fatores que aumentam as chances de um acontecimento ser transformado em notícia, dos quais oito “baseiam-se na discussão pura e simples acerca do que facilita e do que impede a percepção” (GALTUNG; RUGE, 1999, p. 67), sendo, por isso, considerados culturalmente livres, enquanto os quatro restantes seriam culturalmente influenciados e estariam se referindo ao “Nordeste do mundo” (GALTUNG; RUGE, 1999, p. 67), também denominado como potências ocidentais.

Os oito primeiros fatores são: 1. Frequência (a frequência de ocorrência do acontecimento deve ser semelhante a frequência de publicação do produto jornalístico) 2. Amplitude, 2.1. intensidade absoluta, 2.2. aumento da intensidade; 3. Clareza ou inequivocidade; 4. Significância, 4.1. proximidade cultural, 4.2. relevância; 5. Consonância, 5.1. previsível, 5.2. desejados; 6. Imprevisibilidade, 6.1. imprevisível, 6.2. escasso; 7. Continuidade; 8. Composição ou Equilíbrio.

Os oito fatores misturam qualidades dos acontecimentos, como a amplitude, a significância, a consonância e a imprevisibilidade; qualidades técnicas no material produzido, como a clareza e uma diversidade equilibrada de temas; e, por fim, qualidades técnicas para a seleção, como a frequência e a manutenção do interesse pelos acontecimentos que foram julgados interessantes antes como a continuidade.

A partir desses fatores, principalmente as qualidades técnicas, visualizamos como a complexificação do fazer jornalístico amplia a compreensão da comunicabilidade. Para uma organização jornalística profissional já não basta que um acontecimento possa ser comunicável, é preciso que esta transmissão se adeque a um conjunto de demandas técnicas e estéticas que foram sendo acordadas entre os membros do sistema como referências de qualidade.

A esses fatores unem-se: 9. Nações de elite; 10. Pessoas de elite; 11. Personificação; e 12. Negatividade. Como estes fatores são considerados culturalmente influenciados, os autores dedicam-se a explicá-los. Os dois primeiros recebem uma mesma justificção. Para os autores, as nações de elite e as pessoas de elite são priorizados pois possuem uma importância intrínseca e porque servem como objeto de identificação.

“Acções de elite são, pelo menos geralmente e na perspectiva a curto prazo, mais importantes do que as atividades dos outros: isso aplica-se tanto às nações de elite como às pessoas de elite” (GALTUNG; RUGE, 1999, p. 67), além de que “a elite pode ser utilizada, em certo sentido, para falar de toda a gente” (idem). Por mais que possamos, e devamos, questionar as justificativas dadas, isto é, problematizar a afirmação de que os sujeitos proeminentes e as nações proeminentes podem ser representantes dos que estão às margens e ainda mais de que eles possuam uma importância intrínseca, um dos grandes méritos que atribuímos à obra de Galtung e Ruge está nessa tentativa de justificar, de fornecer explicações, que no caso dos fatores nove e dez se voltam (ainda que de maneira estereotipada) para a implicação dos sujeitos.

A personalização, por sua vez, indica que os jornalistas dão preferência a acontecimentos que podem ser expressos em termos pessoais, apresentando um responsável ou um culpado, em detrimento de uma conjuntura que é causadora de algum problema. Para explicar essa preferência, Galtung e Ruge apresentam cinco razões que não são alternativas, mas se reforçam.

1. “A personificação é um resultado do idealismo cultural segundo o qual o homem é dono do seu próprio destino” (GALTUNG; RUGE,1999, P. 68); 2. A personificação é consequência da necessidade de provocar identificação no público; 3. A personificação é resultado do fator frequência, pois as pessoas são mais fáceis de fixar e representar do que as estruturas; 4. A personificação ainda é “consequência direta da concentração elitista” (idem); e 5. A personificação está de acordo com as técnicas de recolha da notícia.

Esse conjunto de justificativas, se analisado à luz dos elementos essenciais do acontecimento jornalístico, segundo Alsina (2009), permite notar que a personificação é justificada a partir da comunicabilidade (aqui compreendida como qualquer fator que interfere na produção e transmissão) nos itens três, quatro e cinco. O item um justifica a personificação chamando a atenção para o ecossistema e o item dois menciona a implicação dos sujeitos.

A negatividade, por fim, não só indica que os jornalistas preferem selecionar acontecimentos cujas consequência sejam problemáticas, mas também que o aumento na negatividade torna as notícias ainda mais atraentes. Para justificar essa preferência, os autores elaboram quatro justificativas.

1. As notícias negativas correspondem melhor ao fator frequência; 2. As notícias negativas também correspondem ao fator clareza, já que são mais consensuais, menos ambíguas; 3. As notícias negativas são mais consoantes, isto é, correspondem a pré-imagens do público sobre o mundo; e 4. As notícias negativas são mais inesperadas. Retomando a relação com os elementos essenciais do acontecimento jornalístico, podemos relacionar os dois primeiros à comunicabilidade, uma vez que justificam a negatividade pelo seu auxílio à produtividade e à simplificação da produção; e os dois últimos à negociação com o ecossistema, o item três faz referência a estabilidade do ecossistema e o quatro, contraditoriamente, se volta para sua variação.

Os autores repetem que também essas justificativas não se excluem, mas se reforçam e nós repetimos que elas são passíveis de questionamento, embora seja válida a busca de justificativas. De nossa parte, questionamos a conexão entre negatividade e o fator frequência, pois nem tudo o que é negativo ocorre dentro da temporalidade de um dia; e a conexão entre negatividade e não ambiguidade. Apoiados em Stuart Hall et al (1999), e no trabalho que discute a cobertura dos *mugging* na Inglaterra, podemos interrogar se o negativo é, de fato, menos ambíguo ou se a negatividade e o horror de diversos acontecimentos são utilizados como justificativa para negligenciar atores e discussões sociais mais amplas e equívocas.

Depois dos 12 fatores, Galtung e Ruge (1999) expõem considerações sobre o funcionamento geral do processo de seleção através de algumas hipóteses, das quais destacamos duas. A hipótese da aditividade esclarece que os fatores não agem isoladamente, mas em agrupamentos e que quanto mais fatores forem agrupados mais atraente para o jornalista será o acontecimento. “Quanto mais alta for a pontuação total de um acontecimento, maior será a probabilidade de se tornar notícia, e de se tornar manchete (headlines)” (GALTUNG; RUGE, 1999, p. 72).

A segunda hipótese refere-se à complementaridade e afirma que não é preciso ter uma pontuação 12 para ser manchete, pois “se o acontecimento for baixo numa dimensão ou fator, ele pode compensar isso sendo alto noutro, e ainda ser notícia” (GALTUNG; RUGE, 1999, p. 73). Os autores ainda afirmam que, após a seleção, os fatores são úteis para apontar para o que deve ser salientado, em um processo de distorção que ocorre em todas as fases, da seleção à recepção.

O texto de Galtung e Ruge carrega as marcas de uma forma nascente de perceber a seleção dos acontecimentos noticiáveis. O início da reflexão acadêmica sobre a seleção dos acontecimentos se dá, não por acaso, na década em que a teoria do espelho e a tradição de focalizar o acontecimento em si como fonte do interesse jornalístico perde influência. Deslocando a reflexão para dentro da redação e para os processos produtivos, os autores apresentam fatores que misturam principalmente variações do ecossistema e qualidades técnicas, que podem ser associadas à comunicabilidade. Eles ainda se dedicam a justificar a vigência de alguns fatores, isso é, renunciam em alguns momentos a aceitação dos indicadores como fenômenos espontâneos.

Em conjunto, esses três momentos, permitem visualizar a existência do que Mitchell Stephens denominou “qualidades duráveis”, mas além disso possibilitam visualizar a relação negocial da seleção do acontecimento jornalístico, já que em muitos momentos estão envolvidos interesses externos (políticos, econômicos, religiosos, dentre outros) e disposições técnicas, como as rotinas produtivas.

Para nós, ainda é importante salientar que nos três momentos a definição do acontecimento noticiável foi feita em função dos procedimentos em curso. Citando Alsina (2009), poderíamos atribuir aos dois primeiros processos de seleção um teor majoritariamente funcionalista, em que parece adequado pensar nos selecionadores como mensageiros e no conteúdo da mensagem como inevitável, minimizando tanto a intervenção dos agentes quanto a influência do processo.

Na obra de Galtung e Ruge, e na maior parte das discussões que seguirão, por sua vez, o teor funcionalista é abandonado em privilégio de uma função interpretativa. Como resultado do declínio do mito do jornalista imparcial (aos moldes positivistas), “as mensagens transmitidas pelos jornais são estudadas como sendo resultado de uma série de mediações internas da organização informativa” (ALSINA, 2009, p. 222). Continuando e aprofundando a perspectiva de Galtung e Ruge, veremos como os textos a seguir permitirão retirar o aspecto natural dos acontecimentos noticiados, problematizando suas condições de existência, produção e disseminação.

## 2.2 PRODUÇÃO ACADÊMICA: MUDANÇAS E PERMANÊNCIAS

Lançado em 1979, “*Deciding what’s news*” do americano Herbert Gans é outro marco para os estudos dos acontecimentos jornalísticos. Seguindo, a já citada concepção do jornalismo como uma atividade social e técnica, Gans (2004) oferece uma análise sociológica de como empresas jornalísticas, jornalistas, fontes de informação, audiência e ainda outros atores participam da definição do que é notícia.

Em Gans (2004), a seleção do acontecimento jornalístico é descrita como um processo complexo e relacional envolvendo não só o conteúdo e suas qualidades, mas também considerações que ajudam jornalistas a excluir excessos, a lidar com ausências e até a balancear outras ordens de forças, tudo isso enquanto constrói um produto cujas qualidades e quantidades são previamente demandadas. Em alguma medida, é possível dizer que essa tendência já estava presente na obra de Galtung e Ruge (1999), mas em

Gans (2004) se inicia um processo formal de subdivisão dos critérios e de valorização das necessidades práticas para a construção de uma notícia.

No lugar de listar um conjunto de fatores que interferem na escolha do conteúdo, como fizeram Galtung e Ruge, o autor divide os critérios admitidos em três grupos específicos: as considerações substantivas, as considerações relativas ao produto e as considerações relativas à concorrência. Com essa subdivisão, Gans (2004, p. 146, tradução nossa<sup>2</sup>) ratifica que “a seleção de histórias envolve mais do que o conteúdo das histórias” e que as “notícias consistem em histórias que são adequadas ou convenientes”, reforçando a dimensão prática do fazer notícia e a comunicabilidade do acontecimento, na dimensão ampliada que já mencionamos.

As considerações substantivas são as únicas que se voltam para a seleção dos temas e para as qualidades que estes devem possuir. E em resumo, Gans (2004) afirma que o conteúdo adequado aos jornais pode ser dividido entre o importante e o interessante, categorias que permanecerão sendo consideradas essenciais em muitas outras obras<sup>3</sup>. Mesmo que o ser importante e o ser interessante carreguem marcas de uma percepção positivista do jornalismo, Gans (2004, p. 147, tradução nossa) turva essa condição ao afirmar que o “importante e o interessante não são considerações úteis até que adquiram sujeitos ou objetos que indiquem para quem e a quem uma determinada história é importante e/ou interessante e por que critérios<sup>4</sup>”

Ele também permite uma aceitação desnaturalizada do importante e do interessante ao mencionar, em muitos momentos, que a definição obedece a decisões estratégicas. O primeiro critério que especifica o importante, por exemplo, é a posição governamental, na qual ele afirma que o governo federal e suas atividades são sempre importantes e ainda mais quanto mais alta for a posição hierárquica dos atores envolvidos, na sequência, entretanto, ele afirma que o jornalismo atribui importância ao governo e ratifica a sua hierarquia “por razões muito práticas<sup>5</sup>” (GANS, 2004, p. 147, tradução

---

<sup>2</sup> Estas e as demais citações em outros idiomas serão traduzidas para facilitar a legibilidade do texto, os trechos originais serão expostos em notas de rodapé. No original: “story selection involves more than story content.” (GANS, 2004, p. 146) e “the news consists of suitable stories” (GANS, 2004, p. 146)

<sup>3</sup> Mauro Wolf (2009), Nelson Traquina (2005), Nilson Lage (1979) e Lorenzo Gomis (2002) são exemplos de autores que consideram adequado resumir os critérios de seleção dos conteúdos entre a importância e o interesse.

<sup>4</sup> “importance and interest are not useful considerations until They acquire subjects which indicate to whom and for whom a particular story is important and/or interesting, and by what criteria”.

<sup>5</sup> “for very practical reasons”.

nossa). Da mesma forma, ao falar do interesse, ele ressalta que o conteúdo interessante é escolhido para balancear as edições, já que as histórias importantes normalmente trazem um teor negativo, além de que as importantes seriam abruptas, enquanto as interessantes são atemporais, podendo ser utilizadas de última hora, se uma substituição for necessária.

Essas justificativas mostram que na sociologia da seleção de acontecimentos produzida pelo autor, além das considerações relativas ao produto e à concorrência, também as considerações substantivas são influenciadas pelo processo produtivo, já que o “ser importante” e o “ser interessante” se estabelecem com influência da comunicabilidade. Adiante, no seu texto, Gans afirma que as “considerações sobre produtos são aplicadas a todas as histórias, mas quanto menos importante, mais considerações sobre produtos entram em julgamento de notícias<sup>6</sup>” (GANS, 2004, p. 157, tradução nossa), o que, longe de ser contraditório, reforça a natureza negocial do acontecimento jornalístico. Assim, mesmo que o processo de produção interfira na definição do que é importante, após essa definição, os critérios podem se impor, fazendo com que alguns temas sejam inevitáveis, apesar da dificuldade de produzi-los.

De maneira prática, acontecimentos são considerados importantes quando incluem a já citada (1) posição governamental e hierárquica; (2) o impacto sobre a nação ou sobre o interesse da nação; e (3) a desordem, especificamente em referência a violação de valores nacionais ou da ordem estabelecida; ou ainda se (4) atingem uma grande quantidade de pessoas; e, por fim, se (5) são significativos para o passado ou para o futuro estimado. Para Gans (2004, p. 155), as histórias importantes podem ser chamadas de histórias necessárias, “significando até que ponto sua seleção é obrigatória<sup>7</sup>”. Em conjunto, as considerações substantivas se justificam por uma mistura entre a comunicabilidade e o ecossistema (item 1, 2), pela variação do ecossistema (itens 3 e 5), ou ainda pela implicação dos sujeitos (item 4).

De natureza diferente são as considerações substantivas interessantes, mas elas também se subdividem em unidades mais significativas. Para o autor, uma informação é interessante quando (1) envolve pessoas, especificamente pessoas comuns em situações incomuns ou pessoas notórias em situações cotidianas; outra possibilidade de interesse está no acontecimento que possui (2) inversão de papéis, o que é exemplificado pela

---

<sup>6</sup> “These product considerations are applied to every story, but the less important a story, the more product considerations enter into news judgment”

<sup>7</sup> “signifying the extent to which their selection is obligatory”

anedota do homem mordendo o cachorro; também são escolhidos como interessantes; (3) anedotas; (4) os acontecimentos que evocam identificação ou sentimentos como pena, admiração e simpatia; (5) as histórias de heróis, nas quais ele destaca a superação dos limites; e, por fim, (6) histórias surpreendentes, que causem espanto, mas sem serem efetivamente importantes.

Esses aspectos se relacionam majoritariamente com a variação do ecossistema, mas também abrangem a pressuposição de implicação dos sujeitos. Sobre os acontecimentos interessantes, como já foi dito, o autor ainda atribuiu uma relação com o exercício cotidiano do jornalismo, já que a utilização desse tipo de consideração substantiva equilibra o teor das edições e facilita sua elaboração, por serem menos impactados pelo tempo.

As categorias seguintes aprofundam a dimensão técnica da seleção noticiosa. As que são relativas ao produto estabelecem que, sendo produtos, as notícias precisam de uma série de disposições técnicas: devem se adequar à tecnologia utilizada pelo meio de divulgação; devem adequar-se ao formato ou estrutura adequada para disseminar as mensagens; devem possuir alguma dimensão de atualidade, já que a atualidade é um elemento definidor do jornalismo; devem ainda ter qualidades enquanto história, isto é ter ação, ritmo, completude, parcimônia e repercutir padrões estéticos e técnicos; por fim, os produtos notícia devem ainda compor um todo balanceado, de modo que devem ser misturadas notícias longas e curtas, serias e divertidas, boas e más, bem como balancear diferentes partes do país, diferentes grupos demográficos e diferentes orientações políticas, tudo para garantir que a audiência não se canse ou se aborreça (GANS, 2004).

A competição entre empresas jornalística é a referência para a última categoria de adequação à notícia. As considerações relativas à concorrência esclarecem que são privilegiados conteúdos exclusivos, pois as empresas jornalísticas estão sempre tentando superar seus concorrentes com informações mais rápidas ou descobertas exclusivamente; a competição também gera expectativa mútua, fazendo com que conteúdos sejam selecionados porque se acredita que o concorrente o fará. Para Gans (2004, p. 177), essas duas expectativas “desencorajam inovações (...) e isso, por sua vez, contribui para a semelhança das notícias em programas ou revistas concorrentes<sup>8</sup>”. Por fim, os critérios

---

<sup>8</sup> “they discourage innovations (...) and this in turn contributes to the similarity of the news in competing programs or magazines”.

relativos à concorrência ainda fazem com que sejam abandonados temas ou abordagens recém mencionadas pela concorrência; e com que se consolide um consenso sobre as considerações mais importantes.

A obra de Gans, como já dissemos, está certamente entre as mais influentes para o estudo do processo de seleção dos acontecimentos que serão transformados em notícia. Veremos, a partir de agora, autores que foram influenciados por essa sociologia ao mesmo tempo em que aprofundaremos discussões, mas antes disso cabe chamar a atenção para o fato de que tanto Gans quanto Galtung e Ruge (1999) não mencionam termos como noticiabilidade e valores-notícia.

Em Wolf, cuja obra está localizada na perspectiva do Newsmaking, valores-notícia e critérios de noticiabilidade não só são mencionados, mas também recebem definições que se encarregam de estabelecer a diferença entre os conceitos. Repetidamente, Wolf (2009) situa a noticiabilidade como um conjunto de requisitos envolvendo valores profissionais, a rotina da organização a gestão do processo produtivo.

A noticiabilidade é constituída pelo conjunto de requisitos que se exigem dos acontecimentos – do ponto de vista da estrutura do trabalho nos órgãos de informação e do ponto de vista do profissionalismo dos jornalistas – para adquirirem existência pública de notícias. (WOLF, 2009, p. 190)

Pode também dizer-se que a noticiabilidade corresponde ao conjunto de critérios, operações e instrumentos com os quais os órgãos de informação enfrentam a tarefa de escolher, quotidianamente, de entre um número imprevisível e indefinido de factos, uma quantidade finita e tendencialmente estável de notícias (WOLF, 2009, p. 190)

Ou ainda que a noticiabilidade é “o conjunto de elementos através dos quais o órgão informativo controla e gere a quantidade e o tipo de acontecimentos” (WOLF, 2009, p.195).

Por sua vez, os valores-notícia são definidos como um componente da noticiabilidade. “Esses valores constituem a resposta à pergunta seguinte: quais os acontecimentos que são considerados suficientemente interessantes, significativos e relevantes para serem transformados em notícias?” (WOLF, 2009, p.195).

Citando Golging e Elliott, Wolf afirma que os valores-notícia são utilizados como critérios de seleção dos elementos a serem incluídos e como linhas-guia para a apresentação do material. “Os valores/notícia são qualidades dos acontecimentos, ou da sua construção jornalística, cuja presença ou cuja ausência os recomenda para serem incluídos num produto informativo” (Golding e Elliott, apud WOLF, 2009, p. 196)

Quando a sua utilização, Wolf cita Gans para esclarecer que os valores-notícia desempenham a função prática de contribuir para uma seleção rápida, quase automática, e ainda flexível. Por serem utilizados de maneira rápida e demandarem pouca reflexão, os valores-notícia se adequam à rotina produtiva que disponibiliza pouco tempo, ao passo que por serem flexíveis se adequam à variedade de acontecimentos que podem se desenrolar no mundo todos os dias.

A partir dessas definições parece claro que os critérios de noticiabilidade dizem respeito ao conjunto geral de requisitos que dispõe sobre a adequabilidade dos produtos noticiosos, com foco na necessidade prática de administrar sua produção (a dimensão da comunicabilidade), ao passo que os valores-notícia seriam componentes específicos da noticiabilidade orientados especificamente para o tema dos acontecimentos (relação com a variação no ecossistema). Entretanto, quando produz uma listagem concreta dos elementos que orientam a seleção dos acontecimentos, seja por qualidades dos acontecimentos, seja por necessidades administrativas, técnicas e processuais, Wolf (2009) denomina todos os itens de valores/notícia.

Wolf adapta as considerações (substantivas, as relativas ao produto e as relativas à concorrência) de Gans (2004) e até mesmo os exemplos utilizados pelo autor estadunidense à sua listagem de valores-notícia, trazendo como novidade apenas uma categoria específica para os valores-notícia relativos ao público. De acordo com ele, os valores-notícia derivam de considerações relativas:

- a. às características substantivas das notícias; ao seu conteúdo;
- b. à disponibilidade do material e aos critérios relativos ao produto informativo;
- c. ao público;
- d. à concorrência. (WOLF, 2009, p. 200)

As categorias a, b e d, como já foi dito, possuem os mesmos indicadores mencionados na listagem de Gans (2004). Já os critérios relativos ao público referem-se à imagem que os jornalistas têm do público, ainda que o autor afirme que eles sabem muito pouco e tenham pouco interesse nisso. Ao longo da sua descrição, Wolf (2009) apresenta mais uma categoria: os critérios relativos aos meios de comunicação, que em Gans (2004) fazem parte dos critérios relativos ao produto.

A relação entre a totalidade dos indicadores e o conceito de valor-notícia nos parece incoerente, pois muitos deles extrapolam os limites da definição estabelecida pelo autor. Uma crítica semelhante à obra de Wolf é feita pela pesquisadora brasileira Gislene

Silva (2005). Para ela, o autor turva as diferenças entre os conceitos de valor-notícia e critério de noticiabilidade.

Silva (2005, p. 96) compreende noticiabilidade

como todo e qualquer fator potencialmente capaz de agir no processo da produção da notícia, desde características do fato, julgamentos pessoais do jornalista, cultura profissional da categoria, condições favorecedoras ou limitantes da empresa de mídia, qualidade do material (imagem e texto), relação com as fontes e com o público, fatores éticos e ainda circunstâncias históricas, políticas, econômicas e sociais.

Ao passo que os valores-notícia são descritos inicialmente como “características do fato em si” (SILVA, 2005, p. 97). Assim como ressaltamos a aparência positivista de relacionar o valor substantivo dos acontecimentos a critérios como o importante e o interessante, precisamos problematizar a definição dos valores-notícia como características dos fatos neles mesmos, uma vez que como dissemos no começo desta seção, os acontecimentos são fenômenos sociais e históricos cuja compreensão nunca se processa de maneira isolada ou “em si”.

Ainda assim, devemos esclarecer que Silva (2005), não constrói sua noção de valor-notícia tendo o positivismo como referência, mas sim compreendendo a notícia como construção social e como produto cultural. Adiante, no mesmo texto, ela apresenta uma definição mais ampla para os valores-notícia: seriam eles um “mapa, código, perspectiva ou esquema que orienta o trabalho do jornalista, que os auxilia no campo do saber de reconhecimento. Esse saber de reconhecimento é a capacidade de identificar quais são os acontecimentos que possuem valor como notícia”. (SILVA, 2005, p. 100)

Silva (2005) soma aos conceitos de valor-notícia e critério de noticiabilidade, o de seleção de notícia. Este último se referindo ao processo de hierarquização e escolha que se prolonga ao longo de toda a cadeia de produção da notícia. Para ela, em resumo, os valores-notícia são saberes de reconhecimento dos acontecimentos; a seleção de notícia é o processo de hierarquização que ocorre não só com base nos valores-notícia, mas em outras necessidades; e a noticiabilidade, conceito mais amplo dos três, se refere ao conjunto de todos os fatos que interferem na produção notícia, incluindo os valores-notícia e a seleção de notícias e ainda outras fontes de influência.

A autora chama a atenção para a necessidade de diferenciar tais conceitos, pois ao mesmo tempo em que a discussão teórica tem contribuído para consolidar fundamentos importantes para o campo jornalístico, “o uso de conceitos comuns entendidos de maneira

muito diversa tem dificultado a sistematização de ideias basilares no estudo da produção noticiosa” (SILVA, 2005, p. 96), o que favorece um obscurecimento. Trataremos da questão conceitual adiante, agora vamos apresentar mais um autor, cuja produção se afasta da separação estabelecida por Silva, mas se aproxima de Wolf e de Gans.

O português Nelson Traquina (2005) faz uma interessante revisão de muitas perspectivas sobre os valores-notícia, ele inclui autores como Galtung e Ruge, Gans, Wolf, Tuchman, Golding e Elliott, Stephens e Stuart Hall. Considerando a produção de outras referências para a área, Traquina (2005) elabora sua própria definição de valor-notícia e ainda uma listagem de indicadores que descrevem esses valores e a sua atuação.

Nos seus valores-notícia, Traquina destaca não só a função cultural de consolidar uma visão do mundo partilhada pelos jornalistas, mas também uma função técnica na orientação simplificada dos processos de seleção.

Podemos definir o conceito de noticiabilidade como o conjunto de critérios e operações que fornecem a aptidão de merecer um tratamento jornalístico, isto é possuir valor como notícia. Assim, os critérios de noticiabilidade são o conjunto de valores-notícia que determinam se um acontecimento, ou assunto, é suscetível de se tornar notícia, isto é, de ser julgado como merecedor de ser transformado em matéria noticiável e, por isso, possuindo ‘valor-notícia’ (TRAQUINA, 2005, p. 63)

Quanto a função da noticiabilidade, o primeiro trecho da definição é claro. Para o autor, os critérios indicam a aptidão de um acontecimento para ser transformado em notícia; de forma que sua função é orientar o jornalista indicando o que possui valor. Quanto a natureza, entretanto, a definição do autor nos parece confusa, uma vez que não consegue avançar além da ação operacional de possuir valores-notícia e de reconhecê-los nos fatos. O que é incontroverso, independente da profundidade do conceito, é que para Traquina (2005) os valores-notícia funcionam ao longo de todo o processo de produção.

Traquina (2005) subdivide os valores-notícia como de seleção e de construção. Os valores-notícia de seleção, como o nome já adianta, referem-se aos critérios utilizados para selecionar os acontecimentos, subdividindo-se em substantivos e contextuais. Enquanto os substantivos “dizem respeito à avaliação direta do acontecimento em termos da sua importância ou interesse como notícia”, os contextuais “dizem respeito ao contexto de produção da notícia” (TRAQUINA, 2005, p. 78).

Os valores-notícia de construção, por sua vez, “são qualidades da sua construção como notícia e funcionam como linhas-guia para a apresentação do material, sugerindo o

que deve ser realçado, o que deve ser omitido, o que deve ser prioritário na construção do acontecimento como notícia” (TRAQUINA, 2005, p. 78). Ainda que os itens utilizados pelo autor para descrever cada grupo sejam originais, é possível perceber uma grande semelhança em relações a listagens anteriores.

Esse conjunto de autores, especificamente Gans (2004), Wolf (2009), Traquina (2005), e em alguma medida também Silva (2005), partilham uma perspectiva comum quanto aos processos de seleção dos acontecimentos noticiáveis. Eles estão preocupados em descobrir como os jornalistas executam seus julgamentos. Nesse âmbito, os valores-notícia e critérios de noticiabilidade (independente da conceituação) são observados principalmente sobre uma ótica operacional, eles são vistos como instrumentos, saberes instrumentais, dispositivos que servem para tornar o ato de selecionar mais rápido, mais produtivo, condizente com a lógica produtiva das empresas de comunicação, com as rotinas e as pressões gerais exigidas da prática.

Citando Staab, Franciscato (2014) resume um elemento essencial a respeito da tradição estadunidense e europeia de estudo da noticiabilidade: “os valores noticiosos são colocados em uma posição anterior e causal ao momento em que a produção jornalística ocorre” (FRANCISCATO, 2014, p. 97). Nesta perspectiva, esses valores e critérios estão entre os responsáveis por explicar o que constitui notícias e a atividade jornalística seria responsável por moldar ou reforçar padrões de qualidade que permite à atividade desenvolver-se, além de exportar tal modo de hierarquizar a realidade para a população. Em outros termos, esses autores compreendem a relação entre o sistema midiático e o ecossistema social como sendo conduzida majoritariamente pelo primeiro grupo.

Um outro conjunto de autores, partindo de abordagens que aprofundam a compreensão da realidade como construção, por sua vez, ampliam a descrição dos mecanismos que levam a adoção dos valores-notícia ou critérios de noticiabilidade, assim como ampliam a rede de condicionantes. Entram em pauta, com mais intensidade, processos sócio-histórico-culturais, que passam a ser utilizados como elementos centrais para explicar todo o processo.

Nesta perspectiva, os valores e critérios perdem força, uma vez que deixam de ser vistos como uma elaboração da profissão que molda e orienta a forma de selecionar notícia, e passam a ser compreendidos como o resultado de valores sociais prévios. Em

outros termos, os valores-notícia não estariam propondo uma forma de observar a realidade social, mas adotando uma forma preexistente à realidade jornalística.

Parece-nos que na perspectiva construcionista, os valores noticiosos perdem força na produção jornalística, não sendo adequado atribuir-lhes uma posição de causalidade. Alguns estudos que têm reforçado o papel dos elementos socio culturais na produção noticiosa situam os valores noticiosos como consequências (e não causas) desta determinação (FRANCISCATO, 2014, p. 98)

Hall et al (1999) representam bem esta perspectiva. Os autores situam os valores-notícia como estruturas da ideologia profissional que necessitam da aceitação de um consenso para operar. Longe de ser o proponente de um discurso hierárquico, o jornalismo estaria submetido à existência de uma lógica estabelecida, hierárquica, hegemônica e, é claro, ideológica. Sem se submeter a tal lógica, o jornalismo nem mesmo faria sentido em sociedade. Ainda que os autores não desconsiderem a existência de alguma liberdade para os jornalistas, afirmam que a mídia é, por excelência, uma instituição cuja prática é fortemente baseada na aceitação de um consenso. Nessas perspectivas, fica explícita uma subordinação do sistema midiático ao ecossistema social.

A identificação social, classificação e contextualização de acontecimentos noticiosos em termos destes quadros de referência de fundo constitui o processo fundamental através do qual os media tornam o mundo a que eles fazem referência inteligível a leitores e espectadores. Este processo de ‘tornar-se um acontecimento inteligível’ é um processo social – constituído por um número de práticas jornalísticas específicas, que compreendem (frequentemente só de um modo implícito) suposições cruciais sobre o que é a sociedade e como ela funciona. (HALL et al, 1999, p. 226)

A redução do protagonismo dos agentes de comunicação é tamanha que os autores esclarecem não serem os jornalistas os “definidores primários” da informação, este papel é privilégio das fontes oficiais e poderosas. São privilegiadas as fontes hierarquicamente organizadas e que são socialmente reconhecidas como mais credíveis e seguras, uma vez que estão em posição de serem porta-vozes de uma estrutura adaptada. São esses definidores que estabelecem “o limite de todas as discussões subsequentes, através do seu enquadramento do problema” (HALL et al, 1999, p. 231).

Nesse contexto, os valores-notícia enquanto instrumentos da ideologia profissional ajudariam a garantir a reprodução continuada na forma dominante.

Assim, os media ajudam a reproduzir e a manter as definições da situação que favorecem os poderosos, não só recrutando activamente os poderosos nas etapas iniciais onde os tópicos são estruturados (HALL, 1975), mas favorecendo certas formas de expor tópicos e mantendo certas áreas estratégicas em silêncio (HALL et al, 1999, p. 236).

Mesmo que a atuação dos valores-notícia receba uma interpretação diferente dos autores do primeiro grupo, os acontecimentos jornalísticos mantem-se. Os autores denominam o singular ou fora do comum como “valor-notícia primário ou fundamental” (HALL et al, 1999, p. 225) e acrescentam a este uma lista complementar, influenciada pelo trabalho de Galtung e Ruge (1999).

Contudo, e com certeza ‘a singularidade’ não esgota a lista, como nos será revelado ao olharmos para qualquer jornal: acontecimentos que se referem a pessoas ou países de elite; acontecimentos que são dramáticos; acontecimentos que podem ser personalizados para essencialmente evidenciar as características de humor humanas, como tristeza, sentimentalismo, etc.; acontecimentos que têm consequências negativas e acontecimentos que são parte ou podem fazer parte de um assunto noticiável existente, são todos notícias possíveis. (HALL et al, 1999, p. 225)

Por um caminho semelhante segue Van Dijk (1990). Para o autor, o próprio uso do termo ‘valor’ sugere a existência de valores jornalísticos na cognição social, afinal todo valor que impera em uma sociedade é sempre um valor social. Quanto à origem, os valores jornalísticos são concebidos como formulados em função de organizações orientadas ao benefício, em relação com as rotinas sociais e favorecendo o relato dos atores que organizaram vinculações com a imprensa. “Dessa maneira, os valores jornalísticos refletem os valores econômicos, sociais e ideológicos na reprodução do discurso da sociedade através dos meios de comunicação<sup>9</sup>” (VAN DIJK, 1990, p. 175, tradução nossa).

Além da imagem dominante da sociedade que os jornalistas refletem, o autor indica que há ainda limitações cognitivas mais específicas, que definem os valores jornalísticos. É neste momento que o autor apresenta mais uma lista de qualidades dos acontecimentos jornalísticos, são eles: a novidade; a atualidade; a pressuposição (indicando que os acontecimentos e discursos só podem ser entendidos se nos basearmos em grande quantidade de informação anterior); a consonância (segundo a qual a notícia deve estar de acordo com normas, valores e atitude socialmente compartilhadas); a relevância; o desvio e a negatividade; e a proximidade (VAN DIJK, 1990).

Quer sejam percebidos como causas, quer como consequências, as listas concretas de valores-notícia, critérios de noticiabilidade (ou ainda outras denominações) não se alteram em demasia. Do ponto de vista da seleção do conteúdo, especificamente, também não há muitas surpresas: permanecem influentes ora os indicadores listados por

---

<sup>9</sup> “De esta manera, los valores periodísticos reflejan los valores económicos, sociales e ideológicos en la reproducción del discurso de la sociedad a través de los medios de comunicación”

Galtung e Ruge (1999), ora a perspectiva lançada por Gans (2004), que arranja suas considerações substantivas em torno do importante e do interessante e das suas subdivisões.

Por mais que Gans (2004) relacione o estabelecimento do importante e do interessante a necessidades práticas da empresa jornalística, autores como Wolf (2009) e Traquina (2005) utilizam essas duas dimensões sem o mesmo cuidado. Nesses autores, o importante e o interessante não são explorados ou refletidos de maneira a justificar sua existência, deixando passar certa herança da teoria do espelho sobre o potencial de significação dos acontecimentos, que poderiam ser importantes ou interessantes por eles mesmos sem necessidade uma problematização social.

Em Wolf (2009) e em Traquina (2005), a questão passa a ser a ação coercitiva que a rotina e as hierarquias socioculturais e econômicas impõem sobre os conteúdos importantes e interessantes. Mas a legitimidade de tal importância e interesse não é discutida. Os critérios substantivos ou valores-notícia de seleção continuam orbitando em torno do mesmo conjunto de elementos.

Ainda que a perspectiva de Hall et al (1999) e de Van Dijk (1990) nos encaminhe para perceber o importante e o interessante por outra perspectiva, isto é, como consequência de um conjunto de hierarquias, a seleção dos acontecimentos permanece pouco problematizada.

Shoemaker e Cohen (2005), dão importante contribuição diante dessa ausência de problematização. Voltando-se exclusivamente para o que torna um acontecimento válido (não com o objetivo de desconsiderar as influências técnicas ou estruturais, mas desejando sofisticar a percepção dos conteúdos), os autores propõem dois critérios de noticiabilidade essenciais, que substituem a importância e o interesse pelo desvio e pela significância social.

Antes de aprofundar o entendimento desses dois critérios, é preciso destacar que em Shoemaker e Cohen, a noticiabilidade tem um sentido distinto. Enquanto em autores como Wolf (2009) e Silva (2005) a noticiabilidade faz referência a um conjunto de disposições ligadas a procedimentos da produção noticiosa, o que salienta uma dimensão técnica-administrativa do fazer notícia, em Shoemaker e Cohen a noticiabilidade é uma grandeza individual, cognitiva e ligada ao acontecimento, não a sua produção.

Marcos Paulo Silva (2014, p. 75), explica que os autores compreendem a noticiabilidade como um construto de ordem cognitiva acionado tanto por jornalistas quanto por qualquer outra pessoa, quando acontecimentos do mundo os atingem.

A noticiabilidade deve ser interpretada, assim, como a medida pela qual as informações sobre um evento tocam as várias partes que compõem a realidade social de uma pessoa; isto é, baseado no modo como um acontecimento se conecta a uma determinada realidade ocorre o entendimento do mundo por parte das pessoas envolvidas nessa dinâmica interpretativa – possibilidade que concede também à noticiabilidade o estatuto de uma construção sociocultural.

Nesta perspectiva, a dimensão técnica que nos demais autores compõem a noticiabilidade é esvaziada. Os procedimentos técnicos deixam de ser concebidos junto a noticiabilidade e são realocados para as noções de notícia e de seleção noticiosa. A notícia, como artefato social e profissional, é compreendida como um produto que sofre influência da rotina produtiva, das características organizacionais da empresa jornalística, das organizações sociais envolvidas e das variáveis culturais e ideológicas. Essas influências interferem também na seleção noticiosa, mas não na noticiabilidade.

Em suma, significa reconhecer que qualquer pessoa, independente do estatuto de jornalista, pode atribuir juízos de noticiabilidade aos eventos que compõem sua realidade, mas somente os eventos que respondem aos critérios compartilhados no âmbito [da] prática profissional do jornalista são admitidos fundamentalmente como notícias. (SILVA, 2014, p. 76)

Os valores-notícia, por sua vez, são considerados pelos autores como aspectos ligados à rotina e não aos acontecimentos. O que faz com que listagens como a de Traquina (2005), ou mesmo de Wolf (2009), que apontam para a existência de valores-notícia ligados à concorrência, ao meio ou ao contexto de produção, por exemplo, sejam bem-vindas nessa tradição de estudo.

Depois desse parêntese, podemos voltar às duas dimensões de noticiabilidade apresentadas pelos autores e entendê-las de maneira mais aprofundada. O desvio e a significância social são compreendidos, por Shoemaker e Cohen (2005), como critérios capazes de explicar e resumir não só a prioridade atribuída por jornalística a temas, mas sobretudo as preferências individuais, de qualquer sujeito.

Em outras palavras, não é o jornalista, como profissional, que se interessa por acontecimentos desviantes e com significância social, mas as pessoas (entre as quais os jornalistas) que se interessam por estas duas dimensões da informação. Além de deslocar a noticiabilidade para um âmbito cognitivo e social, os autores também se dedicam a explicar as razões de ambas as dimensões da noticiabilidade.

O desvio é definido como a característica de pessoas, ideias ou eventos que se distinguem de outros de uma mesma região, comunidade, vizinhança ou família. Segundo os autores, ele é um critério de noticiabilidade devido a razões cognitivo-biológicas.

As pessoas prestam mais atenção às notícias ruins ou desviantes, porque é do seu interesse fazer isso. Quando as pessoas inspecionam o ambiente e pensam em estímulos desviantes, aumentam a probabilidade de se adaptarem com a função de neutralizar ou diminuir as ameaças ao status quo<sup>10</sup>. (SHOEMAKER; COHEN, 2005, p. 12, tradução nossa)

Os autores ainda subdividem o desvio em unidades menores: o desvio normativo, o desvio estatístico e o desvio pela mudança social. Enquanto o desvio normativo trata do desrespeito de normas ou leis e o desvio estatístico se refere ao que difere da maioria ou do que é usual, o desvio pela mudança social diz respeito a ideias, pessoas ou eventos que desafiam a ordem estabelecida, o que pode ocorrer de maneira generalizada ou limitada a um âmbito.

Shoemaker e Cohen (2005), em síntese, fazem uso de conhecimentos da psicologia cognitiva (como também o farão Sperber e Wilson (2001), na seção seguinte), para explicar o interesse humano por informações desviantes. E com esse conceito explicam e resumem outros, mais comuns na literatura jornalística, tais como “novidade; estranheza ou incomum; conflito; controvérsia; e sensacionalismo<sup>11</sup>” (SHOEMAKER; COHEN, 2005, p. 07-08, tradução nossa). Todos esses termos fazem referência a “indicadores de notícias que nos dizem algo diferente do nosso dia-a-dia<sup>12</sup>” (SHOEMAKER; COHEN, 2005, p. 08, tradução nossa).

O segundo critério de noticiabilidade, a significância social, demanda explicações de outra natureza. Quanto a definição, “significância social pode geralmente ser definida como aquilo que tem relevância para o sistema social – quer o sistema social seja tão grande quanto o mundo ou tão pequeno quanto a vizinhança<sup>13</sup>” (SHOEMAKER; COHEN, 2005, p. 08, tradução nossa). A razão para tal relevância já não é cognitivo-biológica, mas social: “há uma tendência a observar as coisas que poderão afetar as vidas

---

<sup>10</sup> “People pay more attention to bad or deviant news items because it is in their best interest to do so. When people survey the environment and think about deviant stimuli, They increase the likelihood that They will adapt in orde to neutralize or diminish threats to the status quo”

<sup>11</sup> “novelty, oddity, or the unusual; conflict; controversy; and sensationalism”

<sup>12</sup> “These indicators of news tell us about something diferente from our day-to-day lives”

<sup>13</sup> “social significance, although it can generally be defined as that whic has relevance for the social system – whether the social system is as large as the world or as small as a neighborhood.”

das pessoas, seja em um nível pessoal, seja público<sup>14</sup>” (SHOEMAKER; COHEN, 2005, p. 14, tradução nossa).

Eventos como eleições têm significância social, assim como novas leis. Decisões de tribunais, eventos culturais, fechamento de um museu, inflação mais alta ou mais baixa, desvalorização da moeda, guerra, ataques terroristas, um novo medicamento contra a Aids, fechamento de jornais, início da rede de TV a cabo, morte de pessoas proeminentes, e assim por diante<sup>15</sup>. (SHOEMAKER; COHEN, 2005, p. 14, tradução nossa)

Esse critério, também se divide em unidades menores, são elas a significância política, a significância econômica, a significância cultural, a significância pública ou do bem-estar social. De maneira geral, o núcleo do argumento ligado à significância social afirma que nós somos socializados a atentar para um conjunto específico de acontecimentos.

A importante distinção entre a explicação biológica e cultural é que o argumento biológico presume que humanos nascem com uma predisposição para atentar ao conteúdo das novidades. Em contraste, a explicação cultural assume que a predisposição para atentar para novidades pode ser aprendida e é uma função da socialização geral dos indivíduos para sua comunidade ou país<sup>16</sup>. (SHOEMAKER; COHEN, 2005, p. 16, tradução nossa)

Dessas duas explicações separadas, os autores elaboram uma tese geral sobre a noticiabilidade, em que ela é concebida como o resultado da interação desses dois modelos. Em outros termos, “(...) humanos são ao mesmo tempo naturalmente interessados em eventos desviantes e socializados para atentar para eventos que têm alguma significância para suas culturas e sociedades particulares<sup>17</sup>” (SHOEMAKER; COHEN, 2005, p. 18, tradução nossa).

Uma das hipóteses que orientou a massiva pesquisa<sup>18</sup> dos autores supunha que quanto mais proeminente fosse uma notícia, mais noticiabilidade haveria no seu

---

<sup>14</sup> “there is a tendency to watch out for things that will affect their lives, either on a personal or a public level”

<sup>15</sup> “Events such as elections have social significance, as do new laws, decisions, devaluation of currency, war, terrorist attacks, a new AIDS medicine, the closing of newspapers, the beginning of cable television networks, the death of prominent people, and so on.”

<sup>16</sup> “The important distinction between the biological and cultural explanation is that the biological argument presumes humans are born with a predisposition to attend to news content. In contrast, the cultural explanation assumes that a predisposition to attend to news can be learned and is a function of the overall socialization of individuals to their community or country”.

<sup>17</sup> “(...) with humans both innately interested in deviant events and socialized to attend to events that have some significance to their particular culture and society”

<sup>18</sup> Os dados da pesquisa que deram origem à obra “*News around the world: content, practitioners, and public*” foram obtidos com base na análise de conteúdo de mais de 32 mil notícias de 60 organizações espalhadas em dez países (África do Sul, Alemanha, Austrália, Chile, China, Estados Unidos, Índia, Israel, Jordânia e Rússia); com base em entrevistas com membros da audiência e jornalistas; e por fim com a realização de 80 grupos focais.

conteúdo. Em outras palavras, os autores julgavam que mesmo a notícia sendo um produto social e um artefato resultante de um processo de produção, enquanto a noticiabilidade é um construto cognitivo/social, haveria uma conexão entre elas e o conteúdo selecionado como notícia seria também o conteúdo mais noticiável.

Entretanto, um dos resultados do trabalho que mais interessa a esta tese é a negação de tal hipótese. “*Portanto, uma das principais conclusões de nosso estudo é que o que as pessoas - mesmo os jornalistas - pensam ser noticiável não é necessariamente o que se torna notícia*”<sup>19</sup> (SHOEMAKER; COHEN, 2005, p. 337, tradução nossa).

De acordo com a pesquisa, quando era requerido das pessoas organizar manchetes reais em ordem de destaque havia uma notável concordância com a hierarquia organizada pelas empresas jornalísticas<sup>20</sup>, entretanto quando o que as pessoas sugeriam como tema era comparado com o conteúdo, os autores descobriram que “o acordo entre as pessoas e o jornal era muito menor ou que não havia nenhum acordo. Em alguns casos, as pessoas queriam o oposto do que o jornal enfatizava<sup>21</sup>.” (SHOEMAKER; COHEN, 2005, p. 337, tradução nossa), razão pela qual os autores concluíam que os jornais não dão cobertura suficiente ao que é desviante e socialmente significativo, sendo as notícias orientadas por outras dimensões, que não a noticiabilidade.

Outro autor que pode auxiliar a reflexão sobre a distância entre as notícias e o acontecimento jornalístico é o espanhol Lorenzo Gomis (2002). Assim como alguns dos seus colegas, ele focaliza os temas capazes de caracterizar os acontecimentos jornalísticos, os chama de valores-notícia e os resume em torno do importante e do interessante. O diferencial de Gomis (2002), está na definição dessas suas dimensões. Para ele, o importante e o interessante não dizem respeito a acontecimentos específicos, como atividades envolvendo líderes governamentais, a desordem ou a presença de sujeitos proeminentes, ao tipo de repercussão de provocam. Enquanto o importante repercute em novos acontecimentos, ações e consequências materiais; o interessante repercute em comentários, sendo capaz de gerar discussões, mas não novos fatos.

---

<sup>19</sup> “Therefore a major finding of our study is that what people – even journalists – think is newsworthy is not necessarily what becomes news”

<sup>20</sup> Esse resultado se assemelha a resultados encontrados por Feitoza (2016) e Guerra e Barreto (2013)

<sup>21</sup> “we found that the agreement between people and the newspaper was much lower or there was no agreement at all. In few instances, people wanted the opposite of what their newspaper emphasized.”

É a repercussão, e não o importante e o interessante, o núcleo da definição de valor-notícia do autor e é a partir deste conceito único que Gomis (2002) explica sua noção de noticiabilidade. Para ele, a noticiabilidade de um fato pode ser explicada e medida pela sua capacidade de repercutir.

A perspectiva da repercussão encontrou muitas críticas, entre as mais eloquentes estão as que argumentam que a percepção serve mais como método a posteriori do que como sistema prévio de avaliação de notícias, já que a efetiva repercussão só poderá ser conhecida depois (CASASÚS, 1988). Entretanto, gostaríamos de destacar a flexibilização presente na definição de Gomis (2002) e a sua potencialidade.

Ao desatrelar a importância e o interesse de qualidades fixas nos acontecimentos, o autor permite reconectar a notícia com a população para a qual a notícia se destina, deixando de repetir uma tipificação que pode estar se esvaziando de sentido e oferecendo a possibilidade de uma outra ordem de valor, este atrelado a geração de efeitos e sentidos junto ao público.

Quando aceitamos, por exemplo, que o “que o Presidente da República faz é importante porque o Presidente da República é importante” (TRAQUINA, 2005, p. 80) perdemos a possibilidade de questionar o acontecimento pela sua capacidade de gerar algo e desconsideramos a implicação sobre os sujeitos como um elemento essencial do acontecimento jornalístico. Nesta situação específica, e também em muitas outras, o jornalismo fica refém da tipificação e dos agentes que se beneficiam com ela.

Os políticos estão sempre dispostos a subir ao palco e dizer algo. Com a vantagem de que podem dizer a primeira coisa que lhes passe pela cabeça. Não é necessário que expliquem uma decisão, um projeto. Podem limitar-se a dar uma opinião, até a improvisar uma reação. Pode ser, por exemplo, uma opinião sarcástica sobre uma frase que acaba de pronunciar um rival político. Quanto mais amena a saída, quanto mais engenhosa a declaração, mais comentário provocará, mais longe irão as conversas do público, mais rica será em repercussões registráveis. Poder-se-ia negar, sim, que isto tenha importância, mas ocorre que tampouco acontecem tantas coisas importantes na ação política – se colocamos a atenção neste campo como exemplo de âmbito importante (GOMIS, 2002, p. 236).

Além de questionar a importância do pronunciamento de agentes políticos, podemos ampliar esse raciocínio para outros acontecimentos e, de maneira geral, antecipar como tarefa para o conceito de relevância jornalística que ele não se fundamente em uma tipologia de fatos, mas em uma tipologia de efeitos.

### 2.3 SOBRE A SELEÇÃO DE ACONTECIMENTOS JORNALÍSTICOS

A partir do processo que começamos a sistematizar com Gans (2004) percebemos o fortalecimento de uma perspectiva de estudo que, mesmo voltada para a seleção dos acontecimentos que serão transformadas em notícia, privilegia a discussão sobre os condicionantes ou fatores que constroem e orientam a eleição desses temas. Assim como pudemos notar a discordância quanto a utilização de termos essenciais, destacadamente valores-notícia e noticiabilidade.

Nesta seção, vamos retomar a exposição anterior chamando a atenção para aspectos centrais dessa área de pesquisas e para alguns empecilhos ao desenvolvimento de saberes coesos, bem como para a exportação dos ganhos teóricos para o fazer jornalístico. O primeiro aspecto sobre o qual desejamos refletir diz respeito à denominação, isto é, a seleção de termos para representar e sumarizar a área, dentre os quais os valor-notícia e os critérios de noticiabilidade.

A origem desses dois termos não é fácil de identificar, mas em *Teorias da Comunicação*, obra de 1985, Wolf (2009) utiliza ambos. O termo valor-notícia é retirado da obra de Golding e Elliott, *“Making the News”*, publicada na Inglaterra em 1979, ao passo que a expressão critérios de noticiabilidade não é atribuída a terceiros, mas apresentada como uma elaboração do autor a partir de obras essenciais, destacadamente “Creating reality” de Altheid, publicado em 1976; “The exception proves the rule”, texto de Gaye Tuchman, de 1977; e “La ‘normalizzazione’ dei giornalisti” publicada por Garbarino em 1982.

Assim, por mais que os termos em questão sejam influentes na atualidade e que grande parte dos estudos contemporâneos sobre a identificação e a seleção dos acontecimentos jornalísticos se identifiquem como estudos da noticiabilidade ou estudos dos valores noticiosos, os termos não estão presentes nas obras de referência clássica, como a de Galtung e Ruge, datada de 1965, e a de Gans, lançada em 1979. No lugar de critérios de noticiabilidade ou valores-notícia, Galtung e Ruge (1999) se referem a fatores necessários para a seleção do conteúdo e Gans (2004) denomina seus indicadores de considerações quanto ao conteúdo das histórias, quanto ao produto e quanto à concorrência.

Ainda outros autores apresentam denominações diversas como: valores informativos (LIPPMANN, 2008); valor da notícia, elementos de interesse da notícia e valor jornalístico das notícias (BOND, 1962); atributos fundamentais da notícia e temas de interesse geral (AMARAL, 1978); critérios de escolha das notícias (ERBOLATO, 1978); critérios de avaliação formal (LAGE, 1979); e atributos de relevância (CHAPARRO, 1994)<sup>22</sup>.

Como foram textos posteriores que passaram a utilizar o valor-notícia e os critérios de noticiabilidade como referência, a volta aos clássicos não proporciona uma segurança conceitual para o campo. No lugar dela, visualizamos uma pulverização de termos, bem como reutilizações de um mesmo termo com sentidos diferentes e, algumas vezes, opostos.

Fora dos estudos voltados especificamente para a identificação e a seleção dos acontecimentos jornalísticos é bastante comum que valores-notícia e critérios de noticiabilidade sejam utilizados como sinônimos. Dentro desse setor de estudo, por sua vez, a situação é oposta, os conceitos não só são diferenciados, mas muitas vezes são concorrentes. Começamos a mencionar essa questão ao fazer referência à pesquisadora brasileira Gislene Silva (2005), para a qual a falta de fortalecimento dos termos é um entrave para o desenvolvimento das pesquisas em jornalismo.

A autora parte da diferenciação entre valores-notícia e critérios de noticiabilidade presente na obra de Wolf (2009), mas sente a necessidade de reforçar os seus limites a fim de diferenciar dimensões que, apesar de se interinfluenciarem, são de ordens diferentes. Para ela, os valores-notícia estariam ligados à ordem dos acontecimentos e os critérios de noticiabilidade ao processo de produção (incluindo o acontecimento, mas sem limitar-se a ele). Assim como fizemos, a autora critica o fato de todos os indicadores apresentados por Wolf serem nominados de valores-notícia, já que muitos deles extrapolam a definição considerada pelo próprio autor.

Em Traquina (2005), como vimos, o conceito de critério de noticiabilidade recebe menos espaço e no seu lugar o de valor-notícia é expandido, subdividido e passa

---

<sup>22</sup> A listagem não teve a pretensão de ser exaustiva e foi organizada conforme período de lançamento da primeira edição das obras: *Opinião Pública*, Walter Lippmann, 1922; *Introdução ao Jornalismo*, Fraser Bond, 1954; *Técnica de Jornal e Periódico*, Luiz Amaral, 1968; *Técnicas de Codificação em Jornalismo*, Mário Erbolato, 1978; *Ideologia e Técnica da Notícia*, Nilson Lage, 1979; *Pragmática do Jornalismo*, Manuel Carlos Chaparro, 1994.

a sediar ações que Silva (2005) atribuiria aos critérios de noticiabilidade, como a construção do produto noticioso; ou à seleção de notícias, como a hierarquização posterior à identificação e seleção dos acontecimentos.

Dessa forma, os mesmos termos, valor-notícia e critério de noticiabilidade, têm sentidos distintos se considerado em relação a Traquina (2005), a Wolf (2009) ou a Silva (2005). Os três autores concordam em relação a função operacional dos valores-notícia e critérios de noticiabilidade, ou seja, compreendem que esses elementos são utilizados pelos jornalistas como instrumentos que orientam a execução da prática; eles também concordam que há fatores técnico-estruturais e fatores sociais ligados a identificação do acontecimento impactando no valores-notícia e nos critérios de noticiabilidade, suas discordâncias se sediam na escolha dos termos para organizar cada grupo de impacto.

Eles discordam quanto a alocação dos fatores técnicos-estruturais como parte exclusiva dos critérios de noticiabilidade (SILVA, 2005), como parte dos valores-notícia (TRAQUINA, 2005) ou, conceitualmente, como parte dos critérios de noticiabilidade, mas existindo de maneira prática através dos valores-notícia (WOLF, 2009). Entre esses autores, compreendemos que há muito mais semelhanças do que diferenças, uma vez que eles concebem um mesmo fenômeno e os mesmos conjuntos de influências, ainda que os organizem sob formas terminológicas diferentes.

Autores como Van Dijk (1990) e Hall et al (1999) também utilizam o termo valor-notícia e modificam sua compreensão, entretanto, eles o fazem menos reivindicando uma alteração terminológica e mais propondo uma outra dimensão para sua origem, discutiremos essa questão a seguir. Agora, queremos mencionar outra divergência sobre os termos, essa muito mais sólida do que a visualizada entre Wolf (2009), Traquina (2005) e Silva (2005). Nos referimos ao uso que Shoemaker e Cohen (2005) fazem do termo noticiabilidade.

Os autores, como dissemos, dão preferência ao estudo dos acontecimentos jornalísticos, ainda que não desconsiderem a existência de condicionantes técnicos e estruturais. Mesmo se referindo aos acontecimentos, o termo utilizado pelos autores é noticiabilidade e não valor-notícia, este último recebe menos espaço na obra.

Para Shoemaker e Cohen (2005), a noticiabilidade não é um conceito técnico-estrutural do âmbito da produção das notícias, mas sim um construto cognitivo de influência biológica e social. Enquanto nos demais autores, os valores-notícia ou critérios

de noticiabilidade, qualquer que seja a sua dimensão e sua origem, eram conceitos relativos ao jornalismo, para Shoemaker e Cohen (2005), o valor-notícia pode continuar sendo concebido dessa forma, mas não a noticiabilidade.

É preciso notar que também há divergências entre a obra de Shoemaker e Cohen (2005) e a concepção social de valor-notícia de autores como Van Dijk (1990) e Hall et al (1999). Para Shoemaker e Cohen, a noticiabilidade não é apenas um indicador socialmente influenciado, mas também um indicador cognitivamente elaborado. Estes últimos autores não atribuem à organização jornalística a responsabilidade pela existência da noticiabilidade, nem condicionam essa grandeza exclusivamente as ordens sociais hierárquicas, há na noticiabilidade de Shoemaker e Cohen (2005) uma dimensão que está ausente na compreensão dos acontecimentos noticiáveis dos demais autores mencionados: a dimensão cognitiva.

Certamente, o conceito de noticiabilidade de Shoemaker e Cohen (2005) é muito mais próximo do conceito de valor-notícia de Silva (2005) e de Wolf (2009), do que do próprio conceito de noticiabilidade desses autores. Mas como não recebe a mesma denominação, costuma ser tomado mais como uma oposição ou alternativa ao conceito de noticiabilidade, do que como uma ampliação de perspectiva dos valores-notícia.

A falta de uma unidade mínima na utilização dos termos, concordamos com Silva (2005) quanto a isso, favorece um obscurecimento e dificulta o avanço de questões essenciais. O obscurecimento vem, entre outras razões, da dificuldade de reunir textos e perspectivas e do isolamento de muitos trabalhos em micro campos que são apenas superficialmente diferentes.

A pulverização de termos para se referir ao mesmo fenômeno é uma dificuldade particular para os que desejam estudar a área. É difícil fazer um levantamento exaustivo quando os termos essenciais estão em constante mudança e quando muitas referências ou estudiosos dessas referências destacam mais as oposições e apresentam alternativas do que se esforçam para consolidar aspectos comuns. A falta de unidade torna difícil para um jovem pesquisador visualizar os problemas que afetam o jornalismo nesse âmbito, porque a própria literatura, por mais rica que seja, nos conduz para discussões terminológicas que mais dispersam as discussões sobre fundamentos do que as orientam para um amadurecimento geral.

Como solução, esta tese não desconsiderará nenhum dos autores, nem acolherá plenamente nenhuma das perspectivas conceituais, mas as tomará como complementares. Na sequência evidenciaremos a que estaremos nos referindo, quando fizermos menção aos valores-notícia ou critérios de noticiabilidade. Agora, vamos expor uma outra reflexão necessária, não mais referente à nomeação dos conceitos, mas a sua natureza que, constantemente, é preterida dando prioridade para o estudo dos seus condicionantes.

Conforme Franciscato (2014), ora os condicionantes são concebidos como resultado de forças internas, de forma que os valores-notícia ou critérios de noticiabilidade são tratados como causa, como responsável explicativo para as preferências temáticas; ora os condicionantes são prioritariamente externos, de forma que os valores-notícia ou critérios de noticiabilidade deixam de ser concebidos como causa e passam a ser enquadrados como consequências, já que a seleção das notícias seria, antes de tudo, resultado de ordens de valores exteriores e anteriores ao jornalismo, tal qual a ideologia dominante.

Numa ou noutra perspectiva, a atenção para os acontecimentos, ou melhor, a discussão sobre o que fundamenta a eleição de um acontecimento como digno de ser transformado em notícia não se aprofunda. Uma prova disso são os indicadores do conteúdo a selecionar, que permanecem mais estáticos do que dinâmicos, mesmo diante das mudanças sociais e da mudança de perspectiva quanto ao funcionamento e os condicionantes dos valores-notícia e critérios de noticiabilidade.

Mencionamos essa manutenção dos indicadores de temas e conteúdos a privilegiar, através da ideia de Stephens (1993) de que existem “qualidades duradouras”. Nelson Traquina (2005, p. 63) é outro autor para o qual essa estabilidade não passa despercebida, de acordo com ele, por mais que existam alterações, os “valores-notícia básicos têm variado pouco”.

Para nós, a existência de ‘qualidades duradouras’ ou de ‘valores-notícia básicos’ é evidente, do que se discorda é da conclusão resultante elaborada por Stephens e endossada por Traquina (2005), referente a inevitabilidade do conteúdo jornalístico atual.

Será surpreendente o fato de os assuntos das notícias terem aparentemente mudado tão pouco? A que outros tópicos poderiam estar dedicadas as notícias? Poderíamos imaginar um sistema de notícias que desdenhasse o insólito a favor do típico, que ignorasse o proeminente, que dedicasse tanta atenção ao antigo quanto ao novo, ao legal quanto ao ilegal, à paz e à guerra, ao bem-estar quanto à calamidade e à morte? Indubitavelmente, a amálgama particular de anedota e informação, que o ser humano chama de notícia, reflete alguma das

categorias e dos padrões mais básicos através dos quais a mente humana avalia os fenômenos que ocorrem no mundo social. (STEPHENS, 1993, p. 84)

De maneira mais específica, compreendemos como problemática a suposta incapacidade de imaginar um sistema de seleção temática diferente e a aceitação passiva de que os valores ou critérios existentes são inevitáveis, principalmente quando eles não foram suficientemente estudados, problematizados e quando outras ordens não foram experimentadas.

Para nós, a estabilidade dos acontecimentos noticiáveis pode ter outra explicação, que não a sua inevitabilidade. Não só nos autores mencionados a partir de Gans (2004), mas antes nas obras de Galtung e Ruge (1999), Peucer (2004) e Sousa (2008) é perceptível uma tendência a reforçar os saberes se seleção já consolidados, uma vez que voltam a eles para descrever e sistematizar suas categorias ou para estudar seus condicionantes e empecilhos.

Em oposição, neste trabalho, não questionamos os empecilhos internos e externos, nem desconsideramos as categorias e descrições, mas acreditamos que os indicadores da seleção podem ser, eles mesmos, empecilhos para a boa escolha de acontecimentos, isso porque as definições apresentadas carecem de substância e amplitude. Franciscato (2014) foi muito pertinente ao diagnosticar que parece estar ausente um quadro amplo de compreensão do jornalismo e do seu papel social.

Grande parte dos estudos que se dedicam a categorizar valores noticiosos teve finalidade principal de sistematizar critérios de reconhecimento e classificação dos eventos. Carecem da construção de um corpo de princípios integrados e articulados que dariam aos estudos a possibilidade de se tornarem teorias. (FRANCISCATO, 2014, p. 87)

Os estudos são muito hábeis ao explorar a dimensão técnico-operacional de valores-notícia e critérios de noticiabilidade, isto é, em descrever sua ação cotidiana, sua importância para a execução da prática e suas limitações concretas. Mas faltam reflexões que percebam os indicadores de maneira mais densa, mais crítica e, talvez, mais útil ao aprimoramento teórico do jornalismo, uma vez que não partam da concepção de que os acontecimentos selecionados não poderiam ser diferentes dos atuais ou que uma mudança não caberia ao jornalismo.

Não podemos negar que tipificar é um recurso bastante usual e funcional no cotidiano profissional; Questionamos, no entanto, a incapacidade de grande parte dos estudos de ir além dessas regras práticas precárias e de não usar a densidade conceitual presente em tradições das ciências humanas para produzir uma teoria que estabeleça uma abordagem mediadora entre as grandes tradições e os saberes da prática. (FRANCISCATO, 2014, p. 110-11)

Do conjunto de autores mencionados, visualizamos o trabalho de Shoemaker e Cohen (2005) como o que mais se afasta dessa limitação descritiva da prática. Ainda que os autores também formulem indicadores a partir dos processos de seleção em curso e que não acrescentem uma reflexão que alinhe o papel da noticiabilidade e o papel das notícias (ou talvez, o papel do jornalismo como instituição social, diante da noticiabilidade), a amplitude da pesquisa e da metodologia utilizada consegue ir além de uma descrição, apoiando-se na psicologia cognitiva e em conhecimentos sociológicos para justificar a existência da noticiabilidade atual. Assim como em Gomis (2002), mas com mais densidade, Cohen e Shoemaker (2005) nos deixam diante do descompasso entre as expectativas da população e o que se efetiva como notícia, permitindo perceber que o dito importante pode ser questionado ou até desconsiderado e que existem desejos e fundamentos sociais para a seleção de outros acontecimentos.

Para Guerra (2014), o conjunto de estudos sobre os valores-notícia tem destacado apenas uma dimensão derivada. Tradicionalmente, os valores-notícia costumam ser tomados como ‘regra práticas’ ou ainda como saberes que operacionalizam a seleção jornalística por trazerem as características essenciais dos acontecimentos, mas não são explorados quanto a sua funcionalidade ou quanto a sua natureza.

Essa função ou natureza, segundo o autor, é “o fato de serem parâmetros de relevância tipificáveis e provenientes das expectativas da audiência” (GUERRA, 2008, p. 179-180). As expectativas não devem ser concebidas como um sinônimo de gosto ou preferência, mas sim como uma construção de um vínculo cognitivo entre produtores e audiência (GUERRA, 2014). Por essa perspectiva, os valores-notícia não são apenas compreendidos como regras, nem como características dos acontecimentos por eles mesmos, mas como parâmetros que auxiliam o fazer indicando as características dos acontecimentos a partir do vínculo entre o jornalismo, como instituição que possui uma função a cumprir, e o público/audiência, que possui necessidades e interesses concretos.

Poderíamos afirmar que, na dimensão trabalhada por Guerra (2014), os valores-notícia têm uma obrigação derivada do “contrato pragmático fiduciário” de Alsina (2009, p. 47), que é social e historicamente definido e que é continuamente reforçado pela mídia, na tentativa de autolegitimar o seu papel social. Mas, enquanto o contrato pragmático fiduciário chama a atenção para o reforço da segurança e legitimidade da informação jornalística, os valores-notícia versariam sobre a expertise da seleção de acontecimentos.

O que a obra de Guerra (2008, 2014) realiza é uma expansão do entendimento dos valores-notícia do âmbito predominantemente técnico, para o âmbito institucional; já que eles estariam entre os conceitos e normas que definem o que é ser jornalismo ou, mais especificamente, o que a informação jornalística deve privilegiar para estar compatível com o jornalismo como instituição social e corpo de conhecimentos.

Do ponto de vista operacional, o autor considera os valores-notícia como recursos de identificação dos acontecimentos (tendo como horizonte as expectativas da audiência) e os diferencia dos critérios organizacionais, que são indicadores elaborados a partir da necessidade de gerir a administração e a operação das organizações, voltando-se para a exequibilidade da prática e para os padrões estéticos e técnicos do produto. “Os critérios organizacionais definem, portanto, uma margem de operação dentro da qual as técnicas jornalísticas deverão ser operadas” (GUERRA, 2014, p. 45).

O que nos é caro, nessa perspectiva, tem semelhança com o elemento que destacamos no texto de Gomis (2002): a relação entre o valor-notícia e a repercussão ou geração de um efeito no público. O processo de reconhecimento e seleção dos acontecimentos, conforme Guerra (2008, 2014), engloba os três elementos apontados por Alsina (2009, p.140) como essenciais para um acontecimento jornalístico: a “variação do ecossistema”, a “comunicabilidade do fato” e a “implicação dos sujeitos”. Com exceção de Shoemaker e Cohen (2005), os conceitos de valor-notícia ou de noticiabilidade dos demais autores privilegiam uma das duas primeiras dimensões ou ambas, mas dificilmente avançam para a terceira.

Considerando a intenção deste trabalho, de pensar a relevância dos acontecimentos noticiáveis, a implicação sobre os sujeitos é essencial, assim como a responsabilidade jornalística de buscar tal implicação. Isso porque compreendemos o jornalismo como uma instituição social, com uma função concreta na sociedade, cuja legitimidade, como foi dito, está baseada em acordos com a população, os quais precisam ser constantemente retomados com a finalidade de autorreferenciar a prática.

Essa compreensão do jornalismo como instituição social, com obrigações específicas para a sociedade, precisa se refletir nos acontecimentos selecionados. Por esse motivo, retomamos a ideia defendida por Franciscato (2014), de que falta aos estudos dos valores noticiosos e da noticiabilidade uma compreensão ampliada do jornalismo e das

suas obrigações e, também por esse motivo, compreendemos que apenas descrever ou interpretar os acontecimentos noticiáveis em atuação é insuficiente.

Acreditamos que os estudos dos valores-notícia e da noticiabilidade precisam desenvolver uma perspectiva crítica (lastreada, de maneira geral, na função social do jornalismo e especificamente no seu compromisso com ser relevante), que seja capaz de refletir sobre os acontecimentos para além da sua presença ou ausência nos noticiários, e para além dos constrangimentos que interferem no seu reconhecimento e seleção.

Neste sentido, outra contribuição importante trazida por Guerra (2014) é aquela que, além dos valores-notícia, aponta para a existência dos valores de referência e os valores potenciais.

A distinção entre valor-notícia como conceito, e valor-notícia de referência como uma tipologia de regras práticas que recomendam ou não a inclusão de um fato no noticiário, decorre da necessidade de reconhecer a diferença entre a necessária existência de parâmetros de relevância que recomendam a inclusão de um fato no noticiário e os parâmetros efetivamente usados por organizações jornalísticas para avaliar os fatos que devem entrar no noticiário sob sua responsabilidade. (GUERRA, 2014, p. 47)

Assim, enquanto os valores-notícia são parâmetros gerais, ligados à instituição jornalística e ao seu contrato com o público, os valores-notícia de referência dizem respeito a valores já utilizados para orientar a prática, menos em função do público geral e da instituição e mais em referência a uma audiência e a uma organização jornalística. Os valores-notícia potenciais, por sua vez, se referem a possibilidades não esgotadas nos valores-notícia de referência, uma vez que “não é razoável admitir que os valores-notícia operados pelas organizações sejam os únicos possíveis” (GUERRA, 2014. P. 48).

Para nós, um dos desafios essenciais ao estudo dos acontecimentos jornalísticos é refletir sobre a possibilidade de outros temas, abandonando a tese de Stephens (1993) e de Traquina (2005) de que os acontecimentos transmitidos pelo jornalismo não poderiam ser outros. Mas uma reflexão dessa natureza requer que, antes, seja explorada a natureza e o fundamento dos saberes de seleção, como pretendemos fazer aqui.

Acreditamos, orientados pelas contribuições de Franciscato (2014), que tanto a busca por novos valores-notícia, quanto a elaboração de um conceito de relevância jornalística deve priorizar a construção de um corpo de princípios integrados e articulados, pois sem eles, os estudos não têm a possibilidade de se tornarem teorias. Ainda que o este trabalho não tenha a intensão nem a pretensão de produzir uma teoria,

queremos pensar a seleção dos acontecimentos dentro dessa dimensão, de forma que o conceito de relevância jornalística não seja apenas interpretativo ou descritivo de regras práticas, mas sim um crítico da ação prática tendo como horizonte saberes cognitivos e sociais sobre a relevância e os compromissos cotidianamente reforçados pelo jornalismo.

#### 2.4 TAREFAS ACADÊMICAS

A trajetória da pesquisa acadêmica sobre os acontecimentos jornalísticos, ao mesmo tempo em que oferece um legado, também apresenta demandas para o conceito de relevância jornalística que desejamos formular. Antes de explicitá-las, desejamos resumir alguns aspectos essenciais estabelecidos por essa tradição (que se enquadram nessa dimensão de legado), bem como destacar algumas escolhas ou sistematizações necessárias para lidar com os conflitos internos à área de estudo.

Do percurso acadêmico relatado e dos fragmentos da sua história, herdamos a percepção de que o processo de seleção dos acontecimentos não acontece apenas com base nas variações do ecossistema, mas decorre de um complexo equilíbrio de forças que envolve o saber de reconhecimento, aspectos ideológicos e organizacionais como as rotinas, a standardização das práticas produtivas, os interesses da empresa jornalística, a moralidade vigente e as influências individuais dos jornalistas e das fontes.

Herdamos também a compreensão de que os valores-notícia e critérios de noticiabilidade têm uma importante função operacional: auxiliar o jornalista na execução cotidiana da prática, incluindo o reconhecimento e a seleção de acontecimentos sem comprometer muito tempo e reflexão. Ainda assim, a função operacional e a existência de constrangimentos não são consideradas suficientes para o entendimento desses valores. A literatura também nos auxilia na percepção de que falta aprofundar os estudos sobre os acontecimentos privilegiados e sobre os fundamentos desse privilégio.

Assim, nos interessam particularmente os acontecimentos jornalísticos. E sobre esses, herdamos o entendimento de que têm sido identificados a partir de um conjunto de qualidades duráveis (STEPHENS, 1993) ou valores-notícia básicos (TRAQUINA, 2005) que são estáveis na determinação de que conteúdo deve ser tornado público. Essa estabilidade não afirma que os acontecimentos selecionados não sofram qualquer alteração ao longo do tempo e das sociedades, mas assegura, com o auxílio de diversas obras, que os temas não se alteram completamente, existindo qualidades que se perpetuam

para além do momento histórico, das sociedades, dos modos de produção e dos constrangimentos enfrentados.

Ainda sobre as qualidades duráveis ou valores-notícia básicos, herdamos de estudos mais recente, a decisão de não os denominar simplesmente como o importante e o interessante. A rejeição desses termos procura se afastar de percepções que valorizem os fatos por eles mesmos, bem como da herança positivista que continua incidindo sobre o fazer jornalismo (MEDINA, 2008). Mais complexas são as percepções de que as qualidades duráveis se justificam por disposições cognitivas e sociais, que orientam a atribuição de importância e interesse (tanto dos jornalistas quanto do público), não com base nos acontecimentos ou em qualidades inatas, mas em necessidades e costumes.

A essas heranças, precisamos somar algumas definições que são necessárias para lidar com conflitos internos à área de estudo. As decisões continuam sendo baseadas na tradição do campo, mas, desta vez, demandam um esforço de sistematização e reflexão maior. Precisaremos estabelecer, principalmente, a que estaremos nos referindo ao usar termos como valor-notícia e critério de noticiabilidade. Como já mencionamos, acreditamos que grande parte das discordâncias é majoritariamente terminológica, podendo e devendo ser conciliada. É nessa direção que desejamos conduzir o trabalho.

Decidimos, então, optar pelos conceitos mais amplos, não só em relação a esses estudos, mas também em referência a discussões que circundam o campo jornalístico. Utilizaremos o conceito de valor-notícia de maneira a não desconsiderar a tradição filosófica de estudo do valor, como categoria. Mesmo sem um aprofundamento nessa direção (já que ela extrapolaria o interesse já amplo desta tese), compreendemos, conforme Dewey (1926), que toda valoração é necessariamente uma forma de crítica, uma vez que realiza um juízo de algo, quanto ao seu uso ou função imediata.

Assim, os valores-notícia serão concebidos como categorias valorativas intrinsecamente consistentes com uma dimensão crítica, uma vez que carregam um juízo quanto ao uso e a função da notícia. Esse juízo se liga ao reconhecimento dos acontecimentos (WOLF, 2009; SILVA, 2005), com referência a expectativas de relevância da audiência (GUERRA, 2008, 2014), que se manifesta através um construto social e/ou cognitivo e se consolida no interesse por informações desviantes e socialmente significantes (SHOEMAKER; COHEN, 2005).

O termo noticiabilidade, por sua vez, quando for utilizado estará se referindo a um arranjo mais amplo do que o do valor-notícia, uma vez que o inclui, assim como inclui também outros critérios organizacionais (GUERRA, 2014) e elementos externos à organização. Em resumo, os critérios de noticiabilidade serão compreendidos como todo e qualquer fator capaz de agir na produção da notícia (SILVA, 2005), incluindo todo o conjunto de critérios, operações e instrumentos utilizados para gerir a quantidade e o tipo de notícias (WOLF, 2009).

Tanto os valores-notícia quanto os critérios de noticiabilidade se relacionam com a definição do que é um acontecimento jornalístico, mas enquanto o primeiro conceito se volta para a variação do ecossistema com foco no que pode implicar os sujeitos, os critérios de noticiabilidade se volta para a variação do ecossistema com foco no que melhor atende a comunicabilidade e a outros interesses não jornalísticos.

Depois de apresentar essas resoluções e de citar algumas heranças do campo, podemos chegar às tarefas, que compreendemos serem recomendadas por essa tradição ao conceito de relevância jornalística. Destacaremos cinco tarefas principais: priorizar a aproximação de saberes comuns a essa área de estudo; priorizar a busca por fundamentos, em detrimento da descrição de atuações ou de constrangimentos; integrar-se ao jornalismo como um corpo mais amplo de princípios; considerar outras tradições de estudo, externas ao jornalismo; e orientar a elaboração para efeitos e não para os fatos.

As duas primeiras tarefas podem ser facilmente inferidas do percurso desta seção. O conceito de relevância jornalística que desejamos formular deve rejeitar as polarizações presentes nos estudos dos valores-notícia e da noticiabilidade, pois elas atuam, muitas vezes, isolando resultados de pesquisa que deveriam estar em diálogo a fim de amadurecer todo o campo. O primeiro passo nessa direção foi a compreensão dos valores-notícia e dos critérios de noticiabilidade a partir da confluência de ideias de vários autores, compreendidas como complementares. Dessa mesma forma pretendemos elaborar o conceito, que é objetivo geral desta tese, a partir do aproveitamento mais amplo e coerente possível do que a área oferece.

Esse aproveitamento, entretanto, não deve se processar sem direção. Ele não pode ser refém apenas dos desenvolvimentos elaborados, assim como a compreensão dos acontecimentos jornalísticos não pode ser definida exclusivamente pelo que já ocupa

espaço nos jornais: é preciso buscar fundamentos compatíveis com o problema motivador deste trabalho. Os fundamentos de uma relevância jornalística devem trazer não só a possibilidade de observar criticamente um conteúdo existente, mas também de reivindicar temáticas costumeiramente ignoradas e de esclarecer quando não são as razões ligadas à relevância dos acontecimentos jornalísticos que operam para a rejeição de um tema.

Da mesma forma que as duas primeiras tarefas estão relacionadas, também estão as duas próximas. O conceito de relevância jornalística que desejamos elaborar precisa estar integrado a um corpo de princípios que digam respeito ao jornalismo e a sua atuação social, assim como a saberes de outras áreas, externas ao jornalismo, mas capazes de tangenciá-la, a exemplo das ciências humanas e sociais e dos estudos filosóficos e da linguagem. Essa relação é necessária para que o conceito de relevância jornalística possa ir além do reconhecimento ou da descrição de fatores relevantes, sendo capaz de conciliar-se com reflexões teóricas do campo e de fora dele, bem como abrir espaço para uma teoria específica de relevância jornalista que concilie valores-notícia e critérios de noticiabilidade.

Por fim, e de maneira mais específica, esses estudos provocam o conceito de relevância jornalística que desejamos elaborar a não se exemplificar através de fatos, acontecimentos ou qualidades, mas sim a partir dos efeitos ou repercussões que esses fatores podem provocar sobre o público. Um conceito de relevância jornalística não pode perder de vista sua relação com o público e a necessidade de constante reafirmação e legitimação.

Depois desse recorte sobre as contribuições da tradição acadêmica dos estudos do jornalismo para o conceito em questão, começaremos a expandir a nossa compreensão da relevância a partir de teorias elaboradas fora do Jornalismo, mas que, conforme apontamos na quarta tarefa, é necessário para que esta tese possa propor reflexões aprofundadas e para que o Jornalismo possa fazer uso da densidade conceitual de outras tradições de estudo, em busca de uma abordagem mediadora entre as grandes tradições e os saberes da prática.

### 3 DUAS TRADIÇÕES DE ESTUDO DA RELEVÂNCIA

A seção anterior, ao descrever e discutir a tradição acadêmica de estudo dos valores-notícia e critérios de noticiabilidade, fez menção à relevância. Como já foi destacado, visualizamos autores que utilizaram o termo como indicador da seleção de acontecimentos (TRAQUINA, 2005; VAN DIJK, 1990; GALTUNG, RUGE, 1999), assim como autores que compreenderam a relevância como uma categoria mais ampla justificadora de todos os indicadores (WOLF, 2009).

Diferente da utilização anterior, a partir de agora a relevância será o foco principal de estudo. Esta seção apresentará duas teorias que apesar de separadas e desenvolvidas a partir de tradições distantes, chegaram a resultados ora similares ora complementares, quanto a natureza e a utilização da relevância. De maneira sucinta, esta seção pretende aprofundar a compreensão do que é relevância, a fim de nos orientar quanto ao que deve ser relevância jornalística.

De início, será apresentado a teoria da relevância desenvolvida por Sperber e Wilson (2001, 2005, 2010) cuja utilização linguística e a fundamentação cognitiva apresentam um conceito ligado à geração de efeitos e à economia de esforços, que permite pensar em uma relevância anterior ao gosto, consideravelmente genérica e inevitável. Ainda nessa tradição destacaremos as obras de Costa (2008, 2009) e Rauen (2008, 2013, 2018) cujas críticas permitem tanto ampliar a tipologia de efeitos e esforços quanto acrescentar limitações e propor reordenamentos para o percurso argumentativo.

Na sequência, será descrito o resultado dos estudos desenvolvidos por Alfred Schutz (2012, 1970), pensador austríaco cuja obra possui uma associação mais direta com o jornalismo, não só pela existência de trabalhos como o do português João Carlos Correia, que se dedicou a sistematizar uma “Teoria da comunicação de Alfred Schutz” (2005), mas também porque a orientação sociológica do autor faz com que seja constituída uma relevância mais próxima das reflexões sociais necessárias ao jornalismo.

Essas duas literaturas serão comparadas e utilizadas como pontos complementares. Para tanto, utilizamos a obra do filósofo alemão Jam Straßheim, estudioso da obra de Alfred Schutz, que percebe no encontro entre essas tradições, um potencial amplificador. Straßheim (2010) não só apresenta semelhanças entre as obras de Schutz e de Sperber e Wilson, mas também divergências que são complementadas através de um diálogo inter-teórico. Esse autor ainda elabora um conceito unificador entre as teorias, que julgamos suficientemente amplo e pertinente.

Assim como foi feito nas seções anteriores, esta também se encerrará listando obrigações requeridas ao conceito de relevância jornalística. Neste caso, os saberes previamente elaborados quanto ao conceito geral de relevância e quanto aos problemas inerentes a essa área de estudo repercutem no entendimento de uma natureza e de uma função que uma relevância jornalística não pode desconsiderar.

### 3.1 A TEORIA DA RELEVÂNCIA DE SPERBER E WILSON

Como conseguimos nos entender? Como é que este arranjo específico de palavras consegue transmitir uma mensagem coerente e específica a ponto de que diversos leitores consigam compreender, discutir, aprovar ou reprovar as ideias que movimentaram o processo de escrita? Uma resposta bastante influente para essas perguntas se apoia no modelo comunicativo da codificação-decodificação. Esse modelo explica que nos entendemos, pois as partes envolvidas (o emissor e o receptor) conseguem acessar e manipular um mesmo código, tanto para transformar uma ideia abstrata em mensagem codificada, quando para reestabelecer a mensagem em ideia.

Assim, nos entendemos, porque, durante o processo de comunicação, o emissor codifica a sua intenção comunicativa a partir do código e o envia através de um canal para o receptor que, decodificará o código a fim de ter acesso à mensagem, o que deve ocorrer se as partes efetivamente compartilham o código e se não há ruídos, que possam comprometer o processo.

A permanente influência desse modelo decorre da sua eficiência e eficácia para explicar relações formais de comunicação. Encontros comunicativos formais, como esta tese, de fato, tentem a utilizar a linguagem dessa forma linear, quase como um meio de transporte para a informação. Contudo, a linguagem não pode ser plenamente entendida através dessas relações formais, uma vez que há muitos outros usos e propósitos, além da transmissão da informação.

A comunicação humana é um processo muito mais complexo do que a formulação de um sinal codificado e a sua posterior decodificação. Na linguagem cotidiana é comum que as pessoas subvertam o código, utilizando-o para significar o oposto do seu significado tradicional ou para provocar a instabilidade das interpretações. Em algumas piadas ou brincadeiras infantis é possível observar a ampliação do sentido comum, muitas vezes a graça está no fato de que a primeira interpretação, a simples

decodificação, é visivelmente errada. Sem muita dificuldade, as pessoas riem e o fazem porque chegam ao sentido alternativo.

Podemos exemplificar com uma narrativa simples: vamos imaginar que um amigo recomenda ao outro que mude sua forma de se vestir, que seja mais ousado, menos antiquado. Momentos depois o amigo que foi criticado passa por um pequeno acidente e é coberto de lama por um carro em alta velocidade. Ao encontrar o que lhe fez a recomendação, este lhe diz: “Agora sim! Que bom que você levou meu conselho a sério!”. Na situação, não há dúvida de que o falante está subvertendo o código, nem o amigo sujo de lama, nem uma pessoa que acompanha a situação e nem nós acreditamos que o falante está sendo literal, nós atribuímos à fala um sentido alternativo, mas por quê?

Para o filósofo e linguista Herbert Paul Grice nos entendemos, porque, além do código, o processo comunicativo é composto por inferências e implicaturas. Em “*Logic and Conversation*”, Grice (1975) elaborou um modelo comunicativo para suprir as ausências do modelo da codificação e decodificação, com o auxílio da pragmática. Nos termos do autor, além de uma implicatura convencional, obtida através do significado formal das palavras, haveria também uma implicatura conversacional, determinada por princípios básicos do ato comunicativo, que não são retirados do código, mas inferidos.

Da mesma forma que os sentidos semânticos da implicatura convencional são obtidos através de um sistema de codificação lógico, Grice (1975) afirma que também as implicaturas conversacionais fariam uso de uma lógica.

Portanto, deve haver um lugar para uma lógica não simplificada e mais ou menos sistemática das contrapartes naturais desses dispositivos; essa lógica pode ser auxiliada e guiada pela lógica simplificada dos dispositivos formais, mas não pode ser substituída por ela; de fato, não apenas as duas lógicas diferem, mas às vezes entram em conflito; as regras válidas para um dispositivo formal podem não ser válidas para sua contraparte natural<sup>23</sup>. (GRICE, 1975, p. 43, tradução nossa)

Para Costa (2009), nem mesmo Grice percebia, o potencial da sua produção.

Grice, no momento em que desenvolveu sua Teoria das Implicaturas, o fez de maneira bem menos pretensiosa do que o tempo viria a consagrar. Na verdade, tudo o que ele pretendia era mostrar que inferências não lógicas no sentido estrito poderiam ser avaliadas sistematicamente, contribuindo significativamente para a organização semântica de um fragmento discursivo.

---

<sup>23</sup> “So there must be a place for an unsimplified, and so more or less unsystematic, logic of the natural counterparts of these devices; this logic may be aided and guided by the simplified logic of the formal devices but cannot be supplanted by it; indeed, not only do the two logics differ, but sometimes they come into conflict; rules that hold for a formal device may not hold for its natural counterpart”.

Não eram inferências dedutivas ou indutivas como abordadas na tradição, mas, ainda assim, lógicas em sentido amplo. (COSTA, 2009, p. 17)

Essa lógica comunicacional específica funciona, para Grice (1975), graças a um princípio de cooperação que condiciona indivíduos participantes de um ato comunicativo a agir dentro de um limite colaborativo. Para o autor, quando a lógica semântica formal é insuficiente, nos entendemos, pois somos guiados por uma outra lógica, a lógica inferencial cooperativa.

É neste ponto que podemos chegar aos autores que dão nome a esta subseção. A obra de Grice auxilia Sperber e Wilson (2001) quanto à compreensão das dimensões inferenciais da comunicação e quanto ao entendimento de que existe uma lógica específica para além o código, mas esses autores discordam quanto ao princípio cooperativo. Em alternativa, Sperber e Wilson (2001) afirmam que não é a cooperação que explica a comunicação, já que pode existir comunicação sem que os sujeitos desejem cooperar, mas sim uma tendência cognitiva de privilegiar a relevância.

Essa tradição de estudos da relevância tem origem, portanto, numa questão linguística/comunicativa. Ela se debruça sobre o problema da compreensão, especificamente em situações em que o código linguístico é claramente insuficiente, e produz com o auxílio da psicologia cognitiva uma teoria dedicada a oferecer uma resposta coerente. Embora essa origem e função tragam impactos, a Teoria da Relevância resultante extrapola os limites da sua produção e origina um conjunto de ideias capaz de contribuir para reflexões sobre a maneira como as pessoas, em diversas situações, definem preferências e constroem hierarquias.

Para entender a Teoria da relevância de Sperber e Wilson (2001, 2005) devemos observar as duas dimensões em torno das quais ela se constrói: a cognição e a comunicação. Enquanto a cognição possui uma relação intrínseca com a relevância, já que esta é uma tendência de funcionamento daquela; a comunicação possui com a relevância uma relação de aplicação, uma vez que a comunicação só se processa graças a uma tendência compartilhada de ser relevante.

## **I. Relevância e cognição**

O primeiro princípio da relevância, também chamado de princípio cognitivo, não consta na edição de 1986, de *“Relevance: communication and cognition”*, obra que inaugura a teoria. A afirmação central contida nele já está presente na obra, mas a sua elevação à categoria de princípio ocorre depois, motivada, segundo os autores, por interpretações errôneas das ideias. Nesse primeiro princípio, Sperber e Wilson (2005, p. 181) afirmam que “a cognição humana tende a ser dirigida para a maximização da relevância”, ou seja, indicam que tendemos a dirigir a nossa atenção para o que é potencialmente mais relevante ou para o que pode conduzir a uma maior relevância.

Partimos da suposição de que a cognição é uma função biológica e de que os mecanismos cognitivos são, em geral, adaptações. Como tais, eles são o resultado de um processo de seleção natural darwiniana (embora outras forças evolucionárias possam ter ajudado a modelá-los). Assumimos, então, que os mecanismos cognitivos evoluíram em pequenas etapas incrementadas, a maioria delas consistindo na seleção de uma variante que se desempenhou melhor do que as outras que estavam próximas. Há muitas maneiras pelas quais uma variante de um mecanismo biológico pode desempenhar-se melhor do que outras. Pode haver uma diferença qualitativa no tipo de benefícios que as diferentes variantes produzem, ou a diferença quantitativa, quando o mesmo benefício pode ser obtido com maior grau ou com menor custo energético (SPERBER; WILSON 2005, p. 182).

A razão para que a cognição priorize a relevância, dessa forma, está no desenho dos mecanismos biológicos em geral e nos mecanismos cognitivos de forma específica. O que os autores fazem, nesse ponto do seu processo argumentativo, é supor que a cognição humana, parte integrante de um conjunto dos mecanismos biológicos humanos, foi pressionada a adaptar-se. “O que podemos esperar é que, em geral, um mecanismo biológico durável com uma função estável terá evoluído em direção a um melhor balanceamento de custo e benefícios, isto é, em direção a uma maior eficiência” (SPERBER; WILSON 2005, p. 182).

Aceitando a premissa dos autores, de que a cognição foi pressionada a evoluir em direção ao processamento mais eficiente da relevância, três questões são imediatamente demandadas: (1) o que a cognição processa/manipula em busca de relevância? (2) O que faz com que algo seja relevante? (3) E como base em que os processamentos ocorrem?

Quanto ao que é processado pela cognição, são exemplificadas “elocuções, pensamentos, memórias, ações, sons, vistas, cheiros e assim por diante” (SPERBER; WILSON, 2001, p. 11). A lista não dá conta da totalidade, apenas procura esclarecer que a cognição pode se ocupar em processar tanto estímulos e fenômenos externos ao

indivíduo quanto suposições internas, elaboradas subjetivamente. Suposições, estímulos e fenômenos são chamados, genericamente, de *inputs* ou entradas.

Por sua vez, o que faz com que um *input* de qualquer tipo ou origem pareça relevante é a sua capacidade estimada de gerar efeitos positivos para a cognição do indivíduo que o processa. Conforme os autores, um *input* gera um efeito cognitivo positivo para um indivíduo, quando

se conecta com informações do background disponível, de modo a produzir conclusões que importam a esse indivíduo: ou melhor, para responder uma questão que ele tinha em mente, aumentar seu conhecimento em certo tópico, esclarecer uma dúvida, confirmar uma suspeita, ou corrigir uma impressão equivocada (SPERBER; WILSON, 2005, p. 223)

O efeito é, portanto, uma conclusão que importa em uma dada circunstância e pode ser de três tipos: de fortalecimentos, de revisão ou abandono e de implicação contextual. No efeito de fortalecimento a melhoria gerada é o reforço de um saber que já constava no contexto cognitivo, ocorre que os *inputs* concordam com o que já se sabia, de forma que não servem para ampliar os conhecimentos, mas são usados para torná-los mais sólidos. No efeito de revisão ou abandono, ocorre o oposto da situação anterior, o *input* e algum saber do contexto cognitivo se negam mutuamente. Nesse caso, se o *input* desperta relevância ele gerará uma revisão ou o abandono de um conhecimento falso que tinha sido internalizado anteriormente. Por fim, o efeito de implicação contextual ocorre quando o encontro entre um *input* e o contexto cognitivo do indivíduo gera algo novo, uma conclusão que é diferente do *input* e do contexto, servindo para ampliar este último.

No processo de resposta à segunda questão, a terceira já foi insinuada. Os processamentos dos *inputs*, em busca de efeitos, ocorrem com base em um background de conhecimentos prévios, também denominado de contexto cognitivo do indivíduo. O contexto cognitivo se refere, como deve ter ficado evidente, a um certo repertório de informações, experiências e conhecimentos, que os indivíduos possuem previamente e que utilizam para compreender os *inputs*. É o processamento do *input* à luz do contexto cognitivo, que possibilitará ao sujeito alcançar efeitos, ou seja, melhorar o seu conhecimento sobre algum tema.

A partir dessas três respostas, podemos alcançar um primeiro sentido de relevância, dado em sua dimensão mais básica, a classificatória. “Uma suposição é relevante para um indivíduo em um dado momento se e somente se ela tem efeito cognitivo positivo em um ou mais contextos acessíveis a ele nesse momento” (SPERBER;

WILSON, 2005, p. 187). Essa dimensão é a mais básica porque nela há uma relação direta com o aspecto mais elementar e necessário para que exista relevância, a geração de efeitos: fica claro que sem efeitos não há relevância, ainda os efeitos não sejam a única grandeza a interferir nessa constituição.

Para que um *input* gere efeitos em uma cognição é necessário que um esforço seja realizado. Como exemplos podemos dizer que para que um texto jornalístico seja capaz de informar uma pessoa é preciso que ele seja lido e compreendido, da mesma forma que, para que uma teoria seja compreendida, ela requer, antes, um esforço de estudo. A informação e a aplicação de uma teoria são exemplos de efeitos, ou melhorias no conhecimento de mundo do sujeito, mas esses efeitos, como quaisquer outros, não são alcançados sem que um esforço se realize.

Os esforços são o percurso necessário para alcançar os efeitos e juntos, esses dois elementos permitem uma compreensão mais precisa do princípio cognitivo da relevância. Quando os autores indicam que a busca por relevância é uma tendência cognitiva, não estão afirmando que a cognição tende a buscar efeitos cognitivos de maneira ininterrupta. Na verdade, afirmam que cognição tende a ser eficiente, balanceando a geração de efeitos e os custos ou esforços necessários para obtê-los.

A união entre os efeitos e os esforços permite avançar para as dimensões comparativas e quantitativas da relevância. Enquanto a dimensão classificatória possui uma função básica e estruturante: esclarecer que a geração de efeitos é uma condição para a existência de relevância; a dimensão classificatória será mais factível, primeiro porque levará em conta os esforços, sem os quais os efeitos não podem existir, e segundo porque conceberá que os *inputs* estão em constante competição com outros *inputs*.

Na dimensão comparativa, os autores esclarecem que o processamento de informações realizado pela cognição não tem à disposição recursos infinitos, mas, ao contrário, precisa preocupar-se sempre com a redução de esforços. De maneira geral, alcançar um efeito demanda esforços e, normalmente, quanto maior um esforço, maior tende a ser o efeito decorrente, da mesma forma que quanto menor o esforço, menor também tende a ser o efeito resultante.

Ainda assim, como não existem recursos ilimitados, os sujeitos e suas cognições não poderão priorizar sempre esforços mais intensos. A dimensão comparativa da relevância, foca nessa relação de equilíbrio e apresenta duas condições de existência. "Condição de grau 1: uma suposição é relevante para um indivíduo na medida em que os efeitos contextuais positivos obtidos, quando ela é otimamente processada, são amplos"

(SPERBER; WILSON, 2005, p. 187). E continuam. "Condição de grau 2: uma suposição é relevante para um indivíduo na medida em que o esforço requerido para obter esses efeitos cognitivos é pequeno" (SPERBER; WILSON, 2005, p. 187).

Diante da necessidade de balancear efeitos e esforços, Sperber e Wilson (2001) consideram que a cognição privilegia a geração de efeitos, uma vez que estaria subordinada a uma meta mais geral, "a maximização da relevância da informação processada" (SPERBER; WILSON, 2001, p. 93), conforme apresentado no primeiro princípio. Assim, de acordo com eles, a menos que esteja em estado de exaustão, a cognição tende a interessar-se mais pelos ganhos do que pela economia de esforços.

Parece que a meta da cognição humana é o melhoramento do conhecimento que o indivíduo tem do mundo. Isso significa o acrescentamento de mais informações, informações que sejam mais correctas, mais facilmente recuperáveis e mais desenvolvidas em áreas de uma preocupação maior para o indivíduo (SPERBER; WILSON, 2001, p. 91)

Por fim, na dimensão quantitativa os autores esclarecem que relevância não é uma questão de tudo ou nada, mas uma questão de graus. Mesmo sendo uma dimensão pouco desenvolvida, já que se afasta da perspectiva cognitivo-pragmática que interessa aos autores, ela é interessante para deixar claro que os *inputs* não são apenas relevantes ou irrelevantes, nem são apenas mais ou menos relevantes do que um outro ao qual é comparado, na verdade há diversos efeitos e diversos esforços concorrendo para gerar diversas gradações de relevância. A primeira página de um jornal impresso, por exemplo, carrega marcas dessa gradação, as notícias não foram apenas classificadas como relevantes, mas foram hierarquizadas de forma que algumas são consideradas mais relevantes do que outras. Enquanto uma se transforma em manchete, as demais ocupam diversos outros espaços de menor privilégio.

As três dimensões da relevância não indicam extensões isoladas. Na verdade, todo *input* relevante possui uma dimensão classificatória, que institui, em primeiro plano, o motivo de algo ser relevante; envolve esforços necessários para que os efeitos sejam alcançados; e possui gradações, que só fazem sentido em comparação com os graus de relevância de outros *inputs*.

Os efeitos e dimensões da relevância oferecem um suporte para entender os processamentos cognitivos em variadas situações e para perceber como é desempenhada a tendência à maximização da relevância, descrita no primeiro princípio. Até então, esses saberes se voltam para a compreensão do indivíduo e da sua cognição de maneira isolada.

Para tratar de uma dimensão relacional e de como a cognição dá suporte as interações comunicativas, é necessário avançar para o segundo princípio da relevância.

## II. Relevância e comunicação

O segundo princípio da relevância se volta para a situação particular em que a cognição de um indivíduo movimenta a cognição de outro e traz as consequências do primeiro princípio para o processo comunicativo. Ao tratar da relação entre relevância e a cognição esclarecemos que diversos fenômenos, estímulos e suposições podem ativar o processamento de relevância. Neste sentido, é verdade que um barulho de chuva pode ser considerado relevante e reter a atenção cognitiva do indivíduo, como também o cheiro de uma fruta ou a cor da copa de uma árvore. Mas, entre essa variedade de *inputs* há um espaço privilegiado para as mensagens linguísticas.

Esse privilégio se deve, por um lado, à eficiência comunicativa das mensagens linguísticas, capazes não só de indicar que algo está acontecendo, mas também de transmitir ideias, conceitos, impressões; por outro lado, o privilégio também se liga ao fato de a mensagem linguística permitir certo contato com a cognição do outro, uma vez que no processo comunicativo há, não só a transmissão de uma informação, mas também de um desejo de comunicar. Para entender melhor esta última afirmação, os autores estabelecem uma separação entre intenção informativa e intenção comunicativa.

A Teoria da relevância define como intenção informativa o desejo de levar alguma informação ao receptor e intenção comunicativa como a pretensão de informar o receptor sobre a intenção informativa do emissor (SPERBER; WILSON, 2001). Enquanto a intenção informativa se liga ao conteúdo, a intenção comunicativa se relaciona ao agente e ao reconhecimento da sua intenção de dizer qualquer coisa.

Essas duas intenções se unem no segundo princípio da relevância, ou princípio comunicativo. De acordo com os autores, ao expor ao mesmo tempo uma intenção de informar e de comunicar, o enunciador apresenta uma credencial para o que está sendo exposto. Em essência, o segundo princípio afirma que ao se dar ao trabalho de comunicar algo, o comunicador torna evidente não só uma intenção informativa e comunicativa, mas em conjunto manifesta uma espécie de garantia da validade do estímulo.

O comunicador afiança, ao se dispor a comunicar, que o ato comunicativo valeu o próprio esforço e que deve valer o esforço do receptor. Uma vez que as cognições tendem a maximizar relevâncias, não há motivos para que eu acredite que alguém se deu ao trabalho de comunicar algo sem validade, então eu confio, a princípio, na avaliação de quem se dá ao trabalho de comunicar-me algo.

Nos termos dos autores, o segundo princípio afirma que um ato comunicativo comunica uma presunção de relevância ótima. Precisamente, a presunção de relevância ótima foi definida em torno de duas cláusulas que qualificam os estímulos ostensivos: “a) O estímulo ostensivo é relevante o suficiente para merecer o esforço do destinatário em processá-lo; b) O estímulo ostensivo é o mais relevante compatível com as habilidades e preferências do comunicador” (SPERBER; WILSON, 2005, p. 193).

Assim, no ato comunicativo linguístico, o enunciador faz uso de um instrumento extremamente eficiente (a linguagem) e ainda reforça essa eficiência ao apresentar uma certa fiança de relevância. Essa fiança não afirma que o estímulo gerará os maiores efeitos possíveis, mas que é um estímulo que equilibra, desde o emissor, os efeitos e os esforços.

No item a), a presunção de relevância ótima aborda o efeito e o esforço do receptor, na perspectiva do comunicador. Em outras palavras, toda vez que um comunicador emite um estímulo em direção a um receptor ou receptores potenciais, ele o faz presumindo uma série de interesses em alcançar efeitos e um limite energético ou limite de esforços que os destinatários estariam dispostos a executar. Esse item é especialmente interessante para pensar os acontecimentos jornalísticos que, como vimos, são selecionados a partir de uma presunção de implicação no público.

Por sua vez, o item b) se volta com mais atenção para o comunicador, o que é raro nesta teoria, normalmente orientada para a recepção e interpretação. Esse item nos permite explicar a existência de comunicadores preguiçosos ou dedicados, o que, por sua vez, se relaciona, à importância que o comunicador atribui à geração de efeitos no receptor. Um comunicador que, por algum motivo, considera muito importante gerar determinado efeito em um receptor, pode dispor-se a elevar os seus esforços em busca de entregar estímulos comunicativas mais simples e que demandem menos esforços do receptor. Da mesma forma, um comunicador pode priorizar o seu processamento de relevância e esforçar-se menos, por já estar cansado ou sobrecarregado.

Assim, além da proporcionalidade da relação entre efeitos e esforços em um plano cognitivo (quanto maior o esforço, maior tende a ser o efeito que se pode alcançar), a relevância ótima articula também uma relação inversamente proporcional entre efeitos nos receptores e esforços dos comunicadores. A ação do comunicador que aumenta seus esforços, em busca de aumentar efeitos sem um aumento muito grande esforços no receptor, pode ser percebida, por exemplo, quando um jornalista se esforça para converter um saber especializado em uma comunicação mais compreensível ao público.

Zamboni (2001) fala da existência de um “trabalho de artesão” que vai desde a escolha dos vocábulos, até a consideração do suporte no qual o material comunicativo será produzido e entregue. Estudando o jornalista especializado em ciência, por exemplo, Gomes fala do processo de adaptação da linguagem de um contexto específico para outro mais amplo. Ao voltar-se para informações complexas, ao menos em teoria

o jornalista especializado em ciência é capaz de ‘traduzir’ o discurso do cientista para os cidadãos comuns. Obtém-se essa ‘tradução’ a partir de transformações linguísticas a níveis local e global. Na realidade, trata-se de uma tradução intralinguística ou retextualização (GOMES, 1996, p.45)

Na perspectiva da Teoria da relevância, esse artesanato comunicativo e essa retextualização são condições em que o comunicador aumenta seu esforço a fim de fazer com que o estímulo ostensivo que emite seja mais claro, mais contextualizado ou mais compatível com realidades não-especializadas e, conseqüentemente, com que demande menos esforços da sua audiência.

A compreensão dos dois princípios da relevância e dos termos e conceitos diretamente implicados são o que podemos chamar de “núcleo duro” da teoria desenvolvida por Sperber e Wilson. Desse núcleo duro seguirão os autores, intencionando expandir a teoria; os críticos, dedicados a problematizar aspectos e, em alguns casos, propor acréscimos; e utilizadores, interessados em aplicar as ideias a seus interesses específicos de pesquisa. Na sequência, serão expostas críticas especialmente produtivas, por serem úteis para a utilização da Teoria da relevância aplicada ao jornalismo.

### **III. Críticas e acréscimos à Teoria da relevância e Sperber e Wilson**

Um questionamento recorrente, diante da exposição dos elementos centrais da Teoria da Relevância de Sperber e Wilson (2001, 2005, 2010), é aquele que se volta para as irrelevâncias. É corriqueiro mencionar a aparente irrelevância de informações,

interações comunicativas e situações que não só chamam a atenção da nossa cognição, mas que também nos despertam afetos, com os quais lidamos com a mais profunda aprovação ou com a mais dissimulada negativa.

O linguista brasileiro Jorge Campos da Costa representa e refina essa perspectiva listando constrangimentos que, conforme apresenta, se contrapõem aos princípios e a algumas implicações da Teoria da relevância de Sperber e Wilson. Costa (2008) lista sete fenômenos comunicativos que se enquadram nessa provocação à teoria da relevância e que, por isso, recebem a denominação de irrelevâncias da vida cotidiana. São eles o discurso amoroso, a conversa *light*, a cultura de massa, as perguntas e respostas, a conversa telefônica, os cumprimentos e contatos e a navegação na internet.

Cada um dos aspectos é discutido em separado, mas de maneira geral apontam para problemas comuns: a repetição constante de informações já conhecidas e o baixo ganho cognitivo. De acordo com ele,

o discurso de sociabilidade diária, os cumprimentos, as conversas *light* de lazer, os diálogos intermináveis altamente redundantes pelo telefone, a atenção dedicada ao rádio, televisão, internet, em notícias repetidas e já não mais informativas, tudo parece ser uma prática interminável de irrelevâncias absolutamente familiares. A própria Internet com seu um trilhão de páginas é navegada praticamente pelos mesmos caminhos. Os internautas deixam uma rota do histórico de navegações em que é surpreendente a redundância de mesmos sites. E o que dizer das falas afetivas e amorosas, em que expressões de amizade e de amor são repetidas de maneira exaustiva e, até, mecanicamente, por uma vida. Isso sem chegar ao autismo típico do exilado urbano que não chega a ouvir o que o outro diz, concentrado em falar de si mesmo e de seus problemas pela milionésima vez. E as considerações sobre o tempo, sobre política e sobre futebol, são relevantes exatamente em quê? E as advertências e conselhos de mais velhos e superpais que, dizem os jovens, entram por um ouvido e saem pelo outro. E quanto ao discurso político, como é possível justificar e explicar a relevância das intermináveis e falsas promessas. E as falácias argumentativas, sempre as mesmas. E o que dizer dos clichês, ditados e provérbios? (COSTA, 2008, p. 14-15)

Ao longo do seu percurso argumentativo, Costa (2008) estrutura um texto desprezioso, a partir do qual apresenta provocações e conclusões muito sofisticadas, que não anulam a Teoria da relevância, mas reorientam-na, principalmente quanto a validade do princípio cognitivo. Para ele, as pessoas realmente são guiadas por relevâncias, mas na maior parte das interações são dirigidas pelo baixo custo e não pelo impacto dos maiores benefícios. E sobre esses, é preciso considerar que nem sempre parecem ser acréscimos de conhecimento.

Parece que a noção positiva de relevância, a noção de racionalidade-guia em que o benefício dirige o custo, funciona, primeiramente, quando as pessoas estão envolvidas com a produção profissional, com a objetividade funcional para gerar conhecimento. Tal atividade contrasta com a enorme tendência ao

lazer, cujas propriedades são diferentes, dado que o aproveitamento afetivo, emocional, em que o prazer dirige o processo, caracteriza um outro tipo de benefício em que o custo baixo é uma das exigências fundamentais. (COSTA, 2008, p. 21)

Em suas conclusões ele aponta para a necessidade de reconsiderar o equilíbrio entre custos e benefícios, indicando que a tendência à inércia e à economia de esforços é privilegiada em detrimento da tendência a elevar a geração de efeitos; e aponta também para a ampliação do que se entende por efeitos e esforços. Ele indica que o custo de processar pode envolver: o processamento cognitivo, mental, neurofisiológico, assim como o processamento da linguagem não só ao nível fonológico, mas também sintático, semântico e pragmático; o grau de acessibilidade dos contextos e da memória lexical; o grau de calculabilidade das inferências; e o grau de percepção dos ambientes cognitivos.

Por sua vez, os benefícios para que algo seja considerado relevante podem envolver:

grau de importância quanto ao conteúdo/proposição; grau de adequação, de conexão, de interatividade; compreensão de implicaturas; implicação contextual; benefício retórico; benefício cultural; benefício moral; benefício psicológico; benefício emocional (COSTA, 2008, p. 23)

No ensaio intitulado *Sobre relevância e Irrelevâncias*, o também linguista Fábio José Rauen se propõe a responder as provocações apresentadas por Costa a partir de um acréscimo à Teoria da relevância. Rauen (2008) apresenta uma abordagem alternativa, em que o princípio cognitivo de relevância é resguardado, desde que acrescido de um limite para o desgaste energético e de um *background* de conhecimentos saturados.

Para Rauen (2008), falta à Teoria da relevância um elemento que constranja a geração de efeitos, fazendo com que a produção cesse ou seja reduzida. Na obra que inaugura a teoria da relevância, seus autores apontam para situações em que existe a interrupção dos efeitos, no entanto, é fato que as colocações não se destacam dentro da teoria. De acordo Sperber e Wilson (2001, p. 200), “excepto quando se encontram num estado de completa exaustão, os seres humanos acham que vale a pena raciocinar”.

A iniciativa de Rauen (2008), todavia, dá destaque a essa limitação e não a condiciona apenas a situações extremas. Ele argumenta que a cognição tende a procurar ao mesmo tempo os maiores efeitos e os menores esforços, precisando administrar relações de equilíbrio a todo tempo. A proposição difere da perspectiva de Sperber e Wilson (2001), para a qual a mente apenas se preocupa em evitar esforços dispensáveis.

Em tese, aplicar recursivamente o princípio cognitivo implica continuamente obter informações relevantes, num estado permanente

estressante de captura de informações. Tomado nesses extremos, o princípio cognitivo de relevância é intuitivamente incorreto, porque seres humanos saudáveis alteram estados tensos e distensos, onde a cognição opera aparentemente guiada ora pelos efeitos, ora pelos custos. (RAUEN, 2008, p. 40)

Para o autor, a obtenção de relevância pela geração de efeitos continua sendo a prioridade da cognição, mas essa precisa, em alguns momentos, reduzir o custo de processamento, a fim de reequilibrar o dispêndio energético do corpo. Essa economia seria gerida por uma variável moderadora, a variável de exaustão, acionada toda vez que o organismo monitorasse desgastes ou consumo excessivo de recursos. Diante da exaustão, o organismo tenderia a bloquear parcialmente os recursos para a obtenção de efeitos, dificultando ou até impossibilitando o sucesso do indivíduo. Esse, diante do bloqueio, não teria alternativa além de descansar, dedicando-se a estímulos compatíveis com o esforço que o corpo permite realizar.

A variável de exaustão traz duas consequências:

a) embora, em tese, um organismo possa aumentar o custo de processamento para obter maiores efeitos cognitivos, essa estratégia tem de ser compensada por estratégias de minimização de custos, mesmo que a eficiência também seja minimizada em termos de efeitos cognitivos; b) A eficiência cognitiva em termos da otimização de efeitos cognitivos em relação ao custo de processamento é inversamente proporcional ao tempo de investimento de energia para a obtenção desses efeitos cognitivos, de forma que o aumento de custo implica aumento de eficiência apenas em curto prazo e abaixo de um ótimo de Pareto. (RAUEN, 2008, p. 41-42).

Quanto ao ótimo de Pareto:

No domínio de uma variável de exaustão, num processamento cognitivo ótimo, não é possível aumentar a obtenção de efeitos cognitivos sem degradar a reserva energética do sistema cognitivo. Isso implica que o investimento em termos de custos cognitivos é constringido por um limiar para além do qual: a) os efeitos cognitivos não compensam o investimento energético; e b) o investimento energético acima desse limiar degrada as reservas de energia do sistema. (RAUEN, 2007, p. 1020 - Rodapé 14)

A máxima de exaustão, em sua primeira consequência, instrumentaliza a percepção de que indivíduos podem aumentar o custo energético com a finalidade de obter maiores benefícios, mas esse aumento precisa ser compensado. De acordo com essa consequência, uma pessoa que resolve se dedicar a um aprendizado, comprometendo sua atenção e seu esforço cognitivo será forçada, pela própria cognição, a compensar o esforço extra adiante se expondo a um período de distensão e permitindo que corpo e mente relaxem do esforço executado.

O fato de que um grande esforço obrigará um relaxamento faz com que a relação entre maior esforço e maior efeito seja verdadeira apenas no curto prazo e abaixo de um nível de degradação energética. Em outros termos, ainda que um maior esforço gere maiores efeitos, a exaustão faz com que quem realize um grande esforço precise, na sequência, economizar energia. Maiores esforços geram, sim, maiores efeitos, mas essa relação é regulada pela necessidade de não exaurir a cognição e sim de conservá-la, de forma que um maior esforço tende a gerar um maior efeito, mas ao mesmo tempo aciona uma variável de exaustão que reduz a capacidade de esforço e conduz para o descanso.

Essa máxima procura dar conta dos casos apontados por Costa (2008) em que a cognição se interessa por estímulos geradores de benefícios pequenos. Não seria esse, na perspectiva de Rauen (2008), um indício de que a cognição privilegia a constante redução de esforços, nem de que é orientada pela inércia, mas o resultado de um momento de distensão, comum a cognições forçadas a lidar com realidades complexas e exigentes, como as que experimentamos na atualidade. Esse acréscimo à Teoria da Relevância também pode ser útil para refletir sobre acontecimentos jornalísticos denominados pela tradição como *Soft News*, concebendo-os não como notícias menos importantes ou como informações que balanceiam as edições (GANS, 2004), mas como acontecimentos que servem à necessária distensão cognitiva.

A segunda variável, por sua vez, se volta para a aceitação de estímulos repetidos. A repetição, de acordo com Rauen (2008), pode ser explicada por duas afirmações. A primeira advém da máxima anterior e indica que a cognição pode preferir estímulos triviais e até repetidos, pois eles tenderão a exigir baixos custos (se adequando ao momento de distensão) e a segunda complementa a primeira indicando que nenhuma suposição é plenamente certa, de forma que “é a reiteração sucessiva de uma suposição que a torna mais forte ou mais factual” (RAUEN, 2008, p. 43).

Essa repetição se faz necessária até um limiar teórico de saturação, para além do qual, uma nova repetição da mesma suposição deixa de ser saliente e é filtrada pelo organismo, posto que se torna irrelevante. Em outras palavras, há um ótimo de Pareto também para a variável saturação, de modo que um estímulo novamente apresentado deixa de sensibilizar os mecanismos, na medida em que os efeitos cognitivos não mais compensam os esforços para a obtenção desses efeitos cognitivos de fortalecimento mediante reiteração. (RAUEN, 2008, p. 43).

Assim, a variável de saturação formula uma explicação para a adoção de rotinas; para o interesse por estímulos repetidos, respondendo a Costa (2008); e também para a insensibilidade a algumas situações, em uma aproximação com conceitos sociológicos e

filosóficos como a naturalização e a invisibilidade social (TOMÁS, 2008). Para a compreensão das dinâmicas de recepção do conteúdo jornalístico, as duas variáveis também permitirão, adiante, construir algumas explicações e teorizações necessárias.

Por hora, entretanto, é necessário avaliar que as variáveis de exaustão e saturação, de fato, explicam os sete fenômenos comunicativos supostamente irrelevantes, apontados por Costa (2008) e que fazem isso dentro da Teoria da relevância, ainda que reorganizando os seus limites. Todavia, o que não é problematizado, pelas duas variáveis (e que nos parece ser a conclusão mais sólida a que Costa chega), diz respeito a indicação de que existiriam outros esforços e outros efeitos, além do acréscimo de conhecimento.

A conclusão de Costa (2008), se assemelha a uma das críticas sistematizadas por Vidal (1996), na obra *“Introducción a la pragmática”*, em capítulo voltado para a Teoria da Relevância de Sperber e Wilson. De acordo com a linguista espanhola, apesar de o modelo da relevância ser um dos mais atrativos e influentes dentro do panorama geral da pragmática, faz-se necessária a crítica a dois aspectos fundamentais: o seu teor reducionista e a sua orientação quase exclusivamente interpretativa.

O reducionismo, se volta para a meta geral, isto é, para compreensão de que a cognição é guiada pela pretensão de melhorar nosso conhecimento de mundo.

Essa posição é reducionista porque, para começar, parte da suposição de que nosso único objetivo é melhorar constantemente nossa representação do mundo, armazenando cada vez mais e melhores informações sobre o que nos rodeia. No entanto, parece claro que nem a única coisa que nos interessa aos humanos é acumular informações, nem o objetivo de todas as informações que armazenamos é melhorar nossa representação do mundo: em muitos casos, nossas finalidades são mais práticas e imediatas<sup>24</sup>. (VIDAL, 1996, p. 130, tradução nossa)

Essa perspectiva, presente também em Mey e Talbot (1988) e em O’Neil (1988), se assemelha à conclusão de Costa (2008). Diversas situações, fáceis de exemplificar e imaginar, parecem ser consideradas relevantes não por um acréscimo de conhecimento, mas por outros ganhos, a exemplo dos ganhos morais e afetivos. Nessa crítica, está a percepção (necessária ao jornalismo, ainda que possa não parecer) de que a informação nem sempre é o ponto central ou o único aspecto envolvido nos atos comunicativas.

---

<sup>24</sup> “Esta postura es reducionista porque, para empezar, parte del supuesto de que nuestro único objetivo es mejorar constantemente nuestra representación del mundo, almacenando cada vez más y mejor información sobre aquello que nos rodea. Sin embargo, parece claro que ni lo único que nos interesa a los humanos es acumular información, ni el propósito de toda la información que almacenamos es mejorar nuestra representación del mundo: en gran número de ocasiones nuestros fines son más prácticos y más inmediatos.”

Como consequência desse reducionismo, o enfoque da Teoria da relevância tende a minimizar ou até ignorar a dimensão social da comunicação. “A linguagem é usada não apenas para apontar informações novas e relevantes, ou para modificar as crenças do outro; em várias ocasiões, o objetivo é criar, manter, mostrar, reforçar ou destruir relações sociais<sup>25</sup>” (VIDAL, 1996, p. 131, tradução nossa).

A segunda crítica se dirige ao teor interpretativo da teoria. A autora aponta, sem erro, que há pouco espaço para ir além da relevância do enunciado apreendido pelo ouvinte/receptor. A razão para essa limitação pode ser inferida nas motivações de Sperber e Wilson (2001, 2005), que formulam a Teoria da Relevância como uma alternativa à explicação de Grice (1975) de porque nos entendemos.

Ainda assim, Sperber e Wilson (2001, 2005) construíram uma teoria infinitamente maior do que sua motivação, o que gera não só potencialidades, mas também demanda aprofundamentos. Ao fundamentar a relevância em uma propriedade cognitiva e ao explicar a possibilidade da comunicação como uma especialidade desse processamento, os autores permitem muito mais do que explicar a escolha de um contexto ou de outro, em um processo interpretativo, eles lançam uma teoria geral para as escolhas e hierarquias, que nos ajuda a entender como atribuímos relevância ao mundo.

Sendo assim, não precisamos limitar esses conhecimentos ao receptor diante de um enunciado. Podemos nos perguntar também sobre os enunciadores, sobre razão e relevância das suas enunciações, sobre as suas motivações, sobre seu processo produtivo e sobre as expectativas de relevância que esperam comunicar. Para isso, de acordo com Vidal (1996, p. 132, tradução nossa) “Seria necessária uma teoria que explique que mecanismos intervêm ao passo da intenção do emissor à verbalização de tal intenção, levando em consideração os elementos da situação comunicativa e a identidade do interlocutor<sup>26</sup>”.

No caminho dessas críticas e necessidades, Rauen (2013, 2016, 2018) propôs uma teoria paralela, fundamentada da Teoria da Relevância, mas não limitada a ela. A

---

<sup>25</sup> “El lenguaje se usa no sólo para aportar información nueva y relevante, o para odificar las creencias del otro; en múltiples ocasiones, lo que se intenta es crear, mantener, mostrar, reforzar o destruir relaciones sociales”

<sup>26</sup> “Sería necesaria una teoría que explicara qué mecanismos intervienen en el paso de la intención del emisor a la verbalización de dicha intención, teniendo en cuenta los elementos de la situación comunicativa y la identidad del interlocutor”.

Teoria de Conciliação de metas, assim como as variáveis de exaustão e saturação, não invalida as proposições de Sperber e Wilson, mas orienta um certo reordenamento.

Um primeiro movimento realizado por Rauen (2013) e necessário para a elaboração da sua Teoria da Conciliação de metas diz respeito a realocação do lugar das metas no processamento de relevância. Em Sperber e Wilson, como já foi destacado, a meta aparece como uma disposição genérica que auxilia no balanceamento geral entre efeitos e esforços. Tal meta seria “a maximização da relevância da informação processada” (SPERBER; WILSON, 2001, p. 93), uma vez que a cognição tende ao melhoramento do conhecimento que o indivíduo possui.

Ainda que essa meta se apresente como uma disposição geral, Sperber e Wilson (2001) esclarecem que ela não é conduzida como uma política de longo prazo, visando um amplo aperfeiçoamento futuro, mas objetivando ganhos pontuais, percebidos no balanceamento de efeitos e esforços em cada momento. Para além das impossibilidades levantadas na variável de exaustão, a meta geral da cognição ainda pode ser criticada como reducionista, conforme apontado em Vidal (1996) e Costa (2008). Já em Rauen (2013), as metas não são tratadas como uma disposição geral, mas como um ordenamento que é tão imediato e pontual quando o balanceamento que é realizado. Para Silveira e Feltes (1999, p. 189)

as pessoas prestam atenção a estímulos que, em alguma medida, vêm ao encontro de seus interesses ou se ajustam às circunstâncias do momento. Assim, os indivíduos tanto podem estar reagindo a estímulos, muitos dos quais nada contribuíram, como agindo por interesses prévios, e os inputs são processados num contexto que se ajusta a esses interesses.

A perspectiva se conecta com as afirmações de Lindsay e Gorayska (2004) que também compreendem uma relação entre meta e relevância distinta da de Sperber e Wilson (2001, 2005). De acordo com Rauen (2013, p. 189), os autores “argumentam que relevância é um predicado dependente de meta (*goal dependent predicate*), de modo que indivíduos atribuem relevância a inputs que se conectam com um propósito”.

Com o auxílio desses pensadores, Rauen (2013) adota na sua teoria uma noção de meta que é mais participativa e mais integrante. Na Teoria da conciliação de metas, antes de se falar numa meta geral (a teoria não se opõe a meta geral de Sperber e Wilson) são apontadas metas diversas que estão no início de um processo de atribuição de relevância e conduzem-no. A meta como concebida por Rauen (2013) parece estar mais próxima da noção de objetivo específico, enquanto em Sperber e Wilson (2001) funciona

como uma condicionante geral ou como uma tendência padrão. Vejamos em uma representação gráfica.

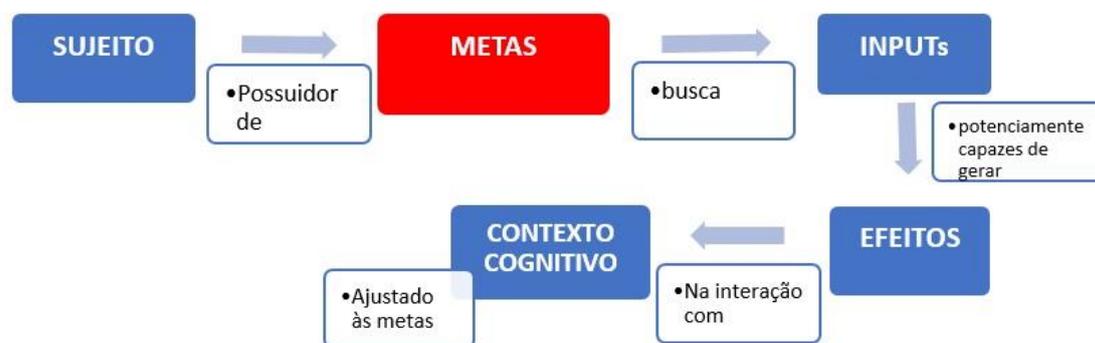
Fluxograma 1 - Processamento da relevância em Sperber e Wilson



Fonte: elaboração própria

Nessa literatura, sendo a meta uma disposição geral, ela nem precisa ser representada, bastando saber que ela está envolvida no balanceamento entre efeitos e esforços fazendo a cognição priorizar os primeiros. Em Rauen (2013), por sua vez:

Fluxograma 2 - Processamento da relevância em Rauen



Fonte: elaboração própria

A meta passa a fazer parte do processamento de relevância, condicionando-o, além de reavaliar a ação do sujeito. No processamento de relevância de Sperber e Wilson a ação do indivíduo é reativa, movimentada pela emergência de um *input* ou, no caso da comunicação ostensiva-inferencial, pelo princípio comunicativo da relevância. Por sua vez, para Rauen (2013), os sujeitos intervêm deliberadamente em um contexto ajustando-o a interesses, ou mesmo perseguindo *inputs* que podem levar ao alcance dos interesses; assim, eles são proativos e não reativos.

Neste artigo, defende-se a hipótese de que a ampliação do contexto cognitivo é abduativa, e a cognição é movida antes por uma conclusão presumida do que pela emergência de premissas, de maneira que a modelagem dedutiva é apenas parte do processo de avaliação dessas hipóteses abduativas (RAUEN, 2013, p. 190)

Podemos entender a abdução como um processo de prova indireta, semidemonstrativa em que a premissa maior é evidente, porém a menor é só provável, presumível quanto ao futuro. O termo apareceu em Platão e Aristóteles e foi retomado por Pierce para indicar o primeiro momento do processo indutivo, o da escolha de uma hipótese capaz de explicar determinados fatos empíricos (ABBAGNANO, 2012).

Afirma-se, nessa modelação proativa, que guiado por uma meta o agente produziria uma inferência a melhor solução para alcançá-la. Ou, nos termos da Teoria de Sperber e Wilson (2001, 2005, 2010), que em busca das metas desejadas, aciona-se um processamento de relevância guiado pelo efeito e balanceado pelos esforços. Concordamos com Cardoso (2015) quando argumenta que “a noção de conciliação de metas superordena a noção de relevância cognitiva” (CARDOSO, 2015, p. 159).

No que tange às metas, defenderemos que elas são condutoras da relação entre efeitos cognitivos positivos e esforço de processamento. São as metas que fazem com que o indivíduo se disponha a despender, *a priori*, um maior esforço de processamento. Do mesmo modo, proporemos que as metas guiam o processo de seleção de premissas (RAUEN; BEZ, 2016, p. 100).

Para essa teoria, a comunicação ostensiva-inferencial pode ser descrita e explicada em termos de hipóteses abduativas antefactuais em direção às metas do agente. Sendo hipóteses, não há garantias de que se concretizem, motivo pelo qual o autor visualiza quatro possibilidades: conciliação ativa, quando a realidade ao fim da ação concilia-se com a meta e a hipótese é fortalecida e estocada no contexto cognitivo; inconciliação ativa, quando a realidade não se concilia com a meta e a hipótese é rejeitada; conciliação passiva, quando o indivíduo não executa a ação e ainda assim a meta é satisfeita, momento em que a hipótese fica suspensa, demandando uma explicação abduativa pós-factual; e inconciliação passiva, quando indivíduo não executa a ação e a meta, como esperado na hipótese, não é alcançada.

O conjunto dessas abordagens críticas apresenta aspectos centrais que podem aperfeiçoar a Teoria de Sperber e Wilson (2001, 2005, 2010) e, servindo ao propósito deste trabalho, fazê-la mais hábil a explicar a seleção cotidiana explorada pelos jornalistas. Entre as vantagens a destacar estão, principalmente, a expansão da noção de efeito e a reorientação consequente da relevância, que se torna mais aberta para o social. A partir da noção de meta e da aceitação de que a mente humana “não apenas processa informações e, desse modo aprimora seu conhecimento de mundo, mas, e sobretudo, interage com o mundo num contexto de intenções práticas próprias e alheias” (RAUEN,

2018, p. 27), podemos manter os sofisticados dispositivos de Sperber e Wilson e ainda ir além, nos aproximando da realidade social que é sede e destino da atividade jornalística.

Em resumo, essa tradição apresenta a possibilidade de compreender a atribuição de relevância como uma tendência cognitiva de buscar efeitos de várias ordens incluindo a sobrevivência, o conhecimento, o afeto, a satisfação moral, o bem-estar social, dentre muitos outros. O que é feito considerando não apenas as metas específicas (biológicas ou sociais; pessoais ou alheias) que comandam os efeitos, mas também os esforços que essa busca requer. A mesma cognição interessada em ganhos adicionais é constrangida pelos gastos, tendo que funcionar ora disposta a fazer mais, ora disposta a fazer menos.

Por mais que a relação entre a realidade social e a atribuição de relevância tenha começado a ser estabelecida, ainda falta aprofundar-se nessa dimensão que, após aberta, provoca novas questões e novos olhares. As metas que vão além do melhoramento do conhecimento e orientam à busca de afetos, à satisfação moral ou ao bem-estar social, por exemplo, tornam inevitável olhar para a seleção do acontecimento noticioso com outras perguntas. Além de questionar a partir de que metas e de que efeitos o discurso sobre o acontecimento jornalístico sustenta sua promessa de relevância, surge a necessidade de explorar o social e o individual como instâncias complementares de tal promessa. Para esse desafio complementar, de expandir o entendimento de relevância em uma dimensão social, apresentamos a relevância de Alfred Schutz.

### 3.2 A TEORIA DA RELEVÂNCIA DE ALFRED SCHUTZ

Diferente da experiência produtiva que acompanhamos ao tratar da Teoria da relevância de Sperber e Wilson, em que o tempo permitiu aos autores formular uma abordagem específica para a relevância e entrar em contatos com críticas, reordenar ideias e adicionar saberes, a experiência envolvendo a sociologia de Alfred Schutz foi bastante distinta. Primeiro, a relevância não foi, durante muito tempo, o foco da atenção do autor, ainda que sempre surgisse como um conceito caro para diversos raciocínios sobre a realidade social e a estruturação do mundo da vida. Quando, por fim, Schutz dedicou-se a sistematizar e a concluir saberes que, apesar de muito coesos, encontravam-se fisicamente dispersos, a vida encerrou-se antes.

O fato de esses estudos da relevância não terem sido finalizados por Schutz, não diminui, em absoluto, sua produtividade para este trabalho. Na verdade, essa perspectiva

complementa as lacunas da tradição anterior. Enquanto na Teoria de Sperber e Wilson (2001) relevância é um fenômeno cognitivo com uma aplicação especial à comunicação; a relevância de Schutz (1970, 2012) é um fenômeno social.

Schutz (2012) desenvolveu um pensamento original e influente, que influenciou as obras de Berger e Luckmann (1985, 2012), Straßheim (2010) e, no campo da comunicação, João Carlos Correia (2005). Berger e Luckmann foram alunos de Schutz e utilizaram muitos dos seus pensamentos no amadurecimento da sua sociologia do conhecimento, Luckmann, especificamente, ainda se dedicou a reunir e estruturar estudos da relevância que Schutz desenvolvia quando da sua morte. Straßheim (2010) é especialmente interessante por aproximar as teorias da relevância de Schutz e de Sperber e Wilson, ao passo que Correia (2005) contribui com uma primeira aproximação entre a obra de Schutz e as teorias do jornalismo.

Quanto às obras que influenciaram a Schutz, destacam-se a sociologia compreensiva de Weber e a fenomenologia de Husserl. Da sociologia weberiana, Schutz (2012) aderiu ao individualismo, embora ressaltasse a necessidade de uma teoria da ação humana. Por sua vez, da fenomenologia husserliana, retirou importantes pressupostos e procedimentos metodológicos, também com ressalvas. Uma vez que a obra de Husserl (2006) não costuma ser muito utilizada no campo da comunicação, acreditamos ser útil introduzi-la brevemente.

A fenomenologia pode ser apresentada como o estudo descritivo de todos os fenômenos que se oferecem a experiência do sujeito ou, de maneira mais sucinta, como uma ciência de fenômenos. O chamado clássico de Edmund Husserl, que convida a “Voltar às coisas mesmas!”, não implica uma postura cínica de validação exclusiva do mundo físico e também não se aproxima do positivismo, que faz uma tentativa ingênua de isolar o fato como verdade concreta. “Com efeito, este termo ‘coisas’ remete ao alemão *Sache* e não *Ding*. Enquanto *Ding* corresponde à coisa física (a *res* de Descartes), *Sache* designa o problema, a questão, a aposta de um pensamento” (DEPRAZ, 2011, p. 27).

Não é a materialidade “pura” que a fenomenologia almeja, mas a experiência do sujeito. A experiência no sentido empirista, esvaziada de um sujeito que a vivencia e da possibilidade de conduzir a ideias e essências, é duramente criticada por Husserl. Em sentido inverso, também não há um privilégio absoluto da subjetividade. Assim, o interesse da fenomenologia não está nem no sujeito, nem nos objetos do mundo de

maneira isolada, mas na relação que há entre eles, bem como na relação entre o sujeito e a sua consciência.

Depois de estabelecer a pretensão de voltar às coisas e de fazê-lo sem o intermédio de teorias prévias, a fenomenologia fica diante do desafio de instrumentalizar seus anseios. Husserl se coloca em um problema metodológico complexo, que podemos começar a delinear:

- (1) Ao nascermos, somos recebidos em um mundo de sentidos prévios;
- (2) Esses sentidos são captados como sendo naturais;
- (3) Os sentidos intermediam nossas experiências e nosso contato com o mundo;
- (4) Sendo assim, como podemos voltar às coisas mesmas e como podemos fazê-lo sem sermos conduzidos pelos sentidos anteriores?

Em resposta, a metodologia fenomenológica aponta para um exercício que é ao mesmo tempo simples e árduo: a tarefa de descrever. O fenomenólogo deve, então, apresentar/explicitar aquilo que vê, tentando ser o mais completo possível, ou seja, não negligenciando qualquer faceta da coisa, evento ou situação que se constitui em objeto da descrição; ao mesmo tempo em que se esforça em não preencher a experiência com sentidos externos. Sendo um método descritivo, a fenomenologia requer, em resumo, ser completo, mas não completar (DEPRAZ, 2011).

À descrição, o fenomenólogo deve somar a redução. A redução se realiza, entre outros, através do que Husserl denomina de epoché transcendental. O termo epoché, retirado dos céticos, diz respeito ao ato de interromper o curso natural de nossos pensamentos e de nossas ações cotidianas a partir da suspensão das certezas ou do ato de colocar “entre parênteses” (HUSSERL, 2006, p. 81).

Ao longo de sua obra, Husserl apresentou esses elementos metodológicos sistematizados em diferentes arranjos. Para nós, interessa o método genético, que conduz a fenomenologia husserliana ao mundo da vida, assunto que Schutz (2012) desenvolverá detalhadamente. A fenomenologia genética apresenta uma forma de redução renovada, que tenta se desvincular da referência ao objeto.

O fio condutor da descrição não é mais o objeto intencional (compreendido na tematização privilegiada do ato que o visa), mas a gênese da vivência do objeto em seu modo de acesso à consciência. Neste sentido, o método genético tem por virtude evidenciar os limites do objetivismo, os tornando ainda mais estreitos. (DEPRAZ, 2011, p. 49)

A via do mundo da vida recebe pouca atenção de Husserl, mas aquilo que deixou indicado foi justamente a tarefa assumida por Alfred Schutz.

Para começar a tratar da sociologia fenomenológica de Schutz é preciso destacar que, diferente de Husserl, ele recusou uma busca pelo transcendental e se ateve a uma fenomenologia mundana. Em essência, o fenômeno que interessava a Schutz eram os saberes corriqueiros que acionamos e compartilhamos todos os dias e que são necessários para que as sociedades permaneçam como um sistema de sentidos comuns e não como um simples agrupamento de pessoas.

Para compreender como os saberes compartilhados socialmente se estabeleceram, em que se fundamentam e como são experimentados pelos sujeitos sociais, ou seja, para produzir a sua sociologia do conhecimento, Schutz (2003) se volta para o mundo da vida, tomando-o ao mesmo tempo como cenário e como elemento participante. Quando o mundo da vida faz referência ao lugar em que ocorrem as nossas vivências cotidianas e em que encontramos os nossos semelhantes, ele pode ser tomado como cenário. Por sua vez, quando adotamos a conversão reflexiva, compreendemos que o mundo da vida é o corpo de acordos sociais que fundamenta a minha consciência subjetiva e, portanto, participa através de mim.

Assim, o mundo da vida é um âmbito de realidade em que (1) estou incluído, assim como (2) estão incluídos os outros sujeitos, (3) os objetos de que fazemos uso e (4) as normas, saberes e sentidos gerais que ordenam todas as relações entre sujeitos e entre sujeitos e objetos. O mundo da vida é lugar e fundamento do meu comportamento quando, por exemplo, saio de casa para uma caminhada, quando (guiada por uma norma) ando pela calçada e não pelo meio da rua, quando (guiada por um saber) me deixo ordenar pelas cores do semáforo, quando (guiada por um sentido) me desvio ou não de outro pedestre que segue na mesma calçada, mas numa direção oposta. O mundo da vida também é lugar e fundamento do uso da linguagem, é graças a ela que os termos caminhada, calçada, semáforo e pedestre, por exemplo, apontam para uma imagem mental relativamente estável e compartilhada.

Duas características fundamentais desse mundo de vivências e acordos é o fato de ser pressuposto e intersubjetivo. Ao indicar que o mundo da vida é tomado como pressuposto, Schutz (2003) esclarece que a realidade social é vivenciada pelos sujeitos

como uma realidade pronta, dotada de regras, conhecimentos, tipificações e hierarquias de relevância que já existiam antes dele e que existirão depois.

Cada sujeito inicia o seu contato com esse mundo organizado aceitando a realidade manifesta e a compartilhando com os demais. Ao sair para a caminhada, que nos serve de exemplo, não me questiono sobre a existência ou a razão da existência de uma regra que me manda andar pela calçada, nem se existe uma relação entre o vermelho e o ato de parar. Suponho antecipadamente que o mundo existe e que as regras existem, já existiam antes de mim e continuarão existindo. Abortada a reflexão genética, apenas obedeço às regras, muitas vezes, nem mesmo concebendo-as como regras, mas como uma realidade e um comportamento que é natural.

Isso acontece porque meu interesse fundamental no mundo da vida não é explorar os seus fundamentos, mas fazer uso dele. Se minha caminhada tem como destino a padaria, onde pretendo tomar café-da-manhã, é esse interesse que me guia. Refletir sobre os fundamentos da mobilidade no mundo da vida apenas dificultaria alcançar o meu objetivo. O que acontece no mundo da vida é, então, uma espécie de epoché às avessas, no lugar de suspender as crenças, suspendemos as dúvidas.

Essa suspensão das dúvidas é a atitude típica no mundo da vida e é identificada como atitude natural. Nela, de acordo com Schutz (2012, p.70-71),

aceitamos como inquestionável o mundo dos fatos que nos circunda como algo existente exteriormente. Podemos até colocar em dúvida alguns dados do mundo exterior, ou mesmo desacreditar todas as experiências desse mundo que quisermos, mas mesmo assim, a crença ingênua acerca da existência de algum mundo exterior, essa 'tese geral do ponto de vista natural', irá subsistir imperturbável.

Adotamos essa atitude de naturalização da realidade dada, pois não nos interessa questionar tudo a todo tempo, para viver e realizar no mundo da vida precisamos poder deixar de lado a dúvida. Mesmo sujeitos especializados, que se ocupem profissionalmente de problematizar um aspecto da realidade, de desnaturalizar ou de tentar alcançar uma explicação para ele, não podem estender o estranhamento que realizam em sua área de expertise para todas as áreas da sua vida. Para que possam conviver em sociedade, diversos conhecimentos, destacadamente os do mundo comum, deverão ser aceitos e utilizados como foram apreendidos, isto é, como uma realidade ordenada e objetivada.

De acordo com Schutz (2012, p. 85), é antes de tudo “um motivo pragmático que governa nossa atitude natural em relação ao mundo da vida”. Assim, para conseguir

realizar as trocas necessárias, para ir à padaria tomar café-da-manhã, para fazer compras em um supermercado, para se fazer entender por um garçom em um bar ou pelos amigos, filhos e companheiros, tanto as pessoas comuns como os especialistas aceitam as regras e conhecimentos do mundo da vida, que se impõem de maneira “maciça, urgente e intensa” (BERGER; LUCKMANN, 1985, p. 38) e que conduz o indivíduo a um pensar habitual, que capta a realidade como auto evidente.

Pensar de maneira habitual pode ser algo contínuo, desde que alguns pressupostos continuem a valer: (1) que a vida, e em especial a vida social, continue a ser o que era antes, ou seja, que os mesmos problemas que requerem as mesmas soluções continuarão a ocorrer e, portanto, que nossas experiências anteriores continuarão a valer para lidar com situações futuras; (2) enquanto pudermos confiar no conhecimento que nos foi transmitido por nossos pais, professores, governantes, tradições, hábitos etc., mesmo que não entendamos sua origem e seu real significado; (3) que no curso dos afazeres da vida ordinária seja suficiente saber apenas um pouco a respeito do tipo geral ou do estilo dos acontecimentos que podemos encontrar em nosso mundo da vida, de modo que possamos administrá-los ou controlá-los ; (4) que nem os sistemas de receitas enquanto esquemas de interpretação e expressão, nem os pressupostos básicos que acabamos de mencionar sejam apenas parte da nossa esfera pessoal, mas que sejam aceitos e aplicados por todos os nossos contemporâneos. (SCHUTZ, 2012, p. 94)

A dúvida fenomenológica não é, portanto, uma impossibilidade, bem como a atitude natural não é uma disposição irremediável. O questionamento dos sentidos sociais não está de nenhuma forma proibido, ele apenas não é compatível com um conjunto de interesses fortalecidos dentro dos próprios sentidos sociais. Para um pensar não habitual é preciso que a conjuntura mude ou mudem os interesses. Nesse sentido, o exercício da epoché fenomenológica, que é essencialmente um pensar não habitual, tenta construir estruturas reflexivas que provoquem a estabilidade dos interesses ou da conjuntura. Para essa epoché (que supera o caráter pressuposto) é preciso, primeiramente, um objetivo de compreender origens e fundamentos e, na sequência, uma disposição sistemática de instrumentos metodológicos que auxiliem a vigilância dos sentidos prévios e interesses, que nunca deixam de influenciar os avaliadores.

Além de ser pressuposto, o mundo da vida é ainda intersubjetivo, pois o sujeito não só reconhece uma realidade que, sem dúvidas, existe e é prévia, mas também percebe que esse mundo e essas regras se impõem aos seus semelhantes. Em outros termos, o sujeito compreende que os sentidos experimentos no mundo da vida não são sentidos privados, conduzindo-o a esperar dos demais uma reciprocidade de perspectivas, uma vez que a realidade que é para mim, também é para o outro e as regras que se impõem a mim, também se impõem ao outro.

O conceito de intersubjetividade é essencial na obra de Schutz, assim como na de muitos autores que sofreram influência direta ou indireta desse modo de pensar. Diferente do conceito de objetividade, cuja influência positivista orienta a um conhecimento fixo e absoluto, o conceito de intersubjetividade permite retomar um local de acordo, sem renunciar à natureza dos conhecimentos sociais, fluidos e mutáveis.

O conhecimento intersubjetivo das normas e sentidos que ordenam a minha experiência do mundo da vida, bem como a experiência dos meus contemporâneos, vai sendo armazenado, no que Schutz (2012) denomina de estoque ou acervo de conhecimento, uma estrutura similar ao contexto cognitivo de Sperber e Wilson (2005). À medida que passam por experiências, os sujeitos vão modificando os seus acervos seja reforçando um saber, seja substituindo uma crença por outra. Assim, o que molda a construção do acervo é o encontro do conhecimento intersubjetivo e normatizador e da experiência do sujeito (direta ou indireta), a partir da sua situação biográfica.

De acordo com Schutz (2012), a situação biográfica é a posição ocupada pelo indivíduo, e apenas por ele, em determinado momento da sua vida diária e que diz respeito não só a termos de espaço físico e temporal em que adquire suas experiências, mas também aos papéis sociais e as posições morais e ideológicas que desenvolve. Por esse motivo, da mesma forma que uma situação biográfica não é exatamente igual a outra, um acervo de conhecimento também não é. Essas são instâncias que entrelaçam o social e o individual, sem tomá-los como oposições. Para Schutz (2012), as subjetividades se formam a partir do social e o social só existe através do compartilhamento intersubjetivo, de forma que essas dimensões não são opostas, mas interdependentes.

No acervo de conhecimentos, os saberes não são armazenados como uma massa indiferenciada, mas são organizados a partir de tipificações e sistemas de relevância. O sistema de relevâncias que um sujeito possuiu e que o auxilia na sua vida cotidiana não se isola dos sistemas sociais. Isto é, existem hierarquizações de valores que predominam na realidade social e é a partir delas que os sujeitos constroem seus sistemas individuais.

Neste sentido, a questão passa a ser: “Como um membro individual de um grupo define sua situação privada no âmbito do quadro geral daquelas tipificações e relevâncias comuns, em termos dos quais o grupo define sua situação?” (SCHUTZ, 2012, p.95). A resposta, que será aprofundada e ampliada ao longo da obra de Schutz, aponta para um caminho que faz lembrar o que foi organizado por Rauen (2013), na teoria da conciliação

de metas. De acordo com Schutz (2012, p. 113), a “função seletiva do interesse organiza o mundo para mim em camadas de maior ou menor relevância”.

Nessa fenomenologia sociológica, os sistemas de relevância estão na base do que se consolida como conhecimento, pois a “aceitação de um sistema comum de relevâncias leva a uma autotipificação homogênea por parte de todos os membros do grupo” (SCHUTZ, 2012, p. 95) Em resumo, Schutz (2012) orienta a percepção do mundo da vida e dos sujeitos sociais de maneira cíclica, que tente a retroalimentação.

Partindo da origem do sujeito, podemos sintetizar o seguinte ciclo: ao nascer, um sujeito é apresentado ao mundo da vida constituído por valores, conhecimentos e normas, que são anteriores e tomados como pressupostos e intersubjetivos. Esses valores, conhecimentos e normas passam a fazer parte do sujeito, no seu acervo de conhecimento, e são utilizados por ele para intermediar a relação com o mundo da vida. À medida que vive, o sujeito reelabora seu acervo de conhecimento, a partir de motivações pragmáticas, e junto com seus contemporâneos reafirma ou modifica o mundo, ao qual serão expostos os sujeitos que ainda nascerão.

Os saberes sociais, que os sujeitos recebem prontos, não são dispostos de maneira indiferenciada. A sociedade é atravessada por sistemas de valorização diversos que se atravessam, se chocam ou se reforçam, e que são hierárquicos internamente. Alguns saberes são tomados como mais relevantes do que outros, assim como algumas normas ou valores recebem maior destaque. Nos indivíduos, os acervos intersubjetivos de relevância são a sede da construção dos acervos pessoais, que reafirmam ou modificam, a depender do interesse e da conjuntura, a realidade vigente.

Esses saberes nos conduzem a uma percepção indireta da relevância, ou seja, não nos voltamos para seu conceito ou suas características, mas para a sua relação com o conhecimento social (que é hierárquico). Adotamos esse caminho, pois ele se assemelha ao que foi traçado na obra de Schutz: de início a ideia de relevância era acionada para explicar as diferentes valorizações a saberes do acervo de conhecimento ou para explicar a relação entre sujeitos e conhecimentos sociais, só mais tarde é que Schutz se volta para o problema da relevância como objeto específico (WAGNER, 2012).

Por esse motivo, antes de chegar às últimas discussões de Schutz sobre relevância, desenvolvidas no ano do seu falecimento, 1959, é interessante compreender a relevância na sua dimensão relacional. Para tanto, serão explorados os sistemas e as zonas

de relevância, cuja definição e subdivisão é dada em função do interesse; e os domínios de relevância social, que tratam da hierarquização dos conhecimentos sociais como parte constituinte do viver em sociedade.

### **I. As relevâncias tangenciais de Alfred Schutz**

Na obra de Schutz (1970, 2012), construída na intersecção da fenomenologia e da sociologia, o conceito de interesse desempenha um papel essencial, desde as suas origens. Na fenomenologia, há uma atenção para os interesses genuínos das consciências individuais, ao passo que na tradição sociológica, há uma observação dos valores, hábitos e normas sociais e das suas imposições sobre o indivíduo na forma de interesses, metas ou objetivos. Em Schutz (2012), o conceito de interesse observará tanto as dimensões sociais quando as individuais, o que é feito, como já foi dito, sem tomá-las como opostas.

Para os seus primeiros estudos da relevância, o interesse também ocupa um lugar privilegiados, uma vez que é ele que modifica, mesmo que momentaneamente, a estrutura de relevância. Segundo o autor, “o objetivo a ser alcançado, o ato a ser realizado, o problema a ser resolvido tornam-se, então, o interesse dominante, e passam a selecionar o que é e o que não é relevante nesse momento particular” (SCHUTZ, 2012, p. 158).

Ao afirmar que a função seletiva do interesse organiza o mundo em camadas mais ou menos relevantes, Schutz (2012, p. 113) estabelece uma primeira relação entre interesse e relevância: quanto mais próximo está um saber, um acontecimento ou um fenómeno do que interessa ao indivíduo, mais relevante esse saber, acontecimento ou fenómeno lhe parecerá. Por essa relação já fica claro que relevância não é uma grandeza fixa, mas sim variável, bem como que o que é relevante para um sujeito pode ser indiferente para outro.

De acordo com Schutz (2012, p. 125), “é nosso interesse que divide o campo não problematizado daquilo que já é conhecido em várias zonas com diferentes relevâncias em relação a tal interesse, cada qual demandando um grau distinto de precisão no conhecimento”. O interesse faz aumentar ou diminuir a atribuição de relevância e, com isso, faz com que saberes sejam encarados de forma diversa.

Um cidadão, às vésperas da sua aposentadoria, tende a atribuir mais relevância a notícias sobre mudanças no sistema de previdência social do que um jovem, interessado

em iniciar sua atuação profissional. Enquanto para este último podem bastar informações pontuais, como as novas idades mínimas e os rituais legais para que a mudança seja validada, o primeiro precisa de informações mais amplas que expliquem, por exemplo, a forma como os cálculos serão feitos, a fim de que seja possível avaliar as implicações pessoais, além de orientar a ação (é melhor adiantar a aposentadoria, antes que as novas regras entrem em vigor?).

O interesse imediato em aposentar-se faz com que essas duas pessoas construam zonas de relevância distintas. Essas zonas podem ser definidas como arranjos hierárquicos que marcam a proximidade ou a distância entre o conhecimento e a motivação pragmática que guia o sujeito. Elas também estabelecem demandas distintas de precisão do conhecer. Schutz (2012) apresenta quatro zonas de relevância: a primária, a de mediação, a momentaneamente irrelevante e a absolutamente irrelevante. Antes de descrevê-las é importante deixar claro que esse conjunto de zonas não é estático, podendo mudar não só conforme os interesses se expandem ou restringem, mas também pela alteração da relação atribuída entre o fenômeno e o interesse.

Na zona primária está o que possui relação direta com a efetivação do interesse, ou seja, aquilo que precisa ser administrado ou realizado. Dada a necessidade desses elementos, há, na zona primária de relevância, uma demanda maior por clareza e precisão. A zona de mediação da relevância, por sua vez, engloba os estímulos, fenômenos e saberes que antecedem a apreensão da zona primária.

Se, ao observar as novas regras para o cálculo da idade mínima para a aposentadoria, o cidadão sentir dificuldade para compreender o cálculo, esse, passa a fazer parte de uma zona de mediação. O conhecimento dos saberes dispostos na zona de mediação tem uma função direcionada e limitada à zona primeira. Não é um interesse amplo de melhorar os conhecimentos matemáticos que guia o cidadão, mas o desejo instrumental de compreender especificamente o que se opõe à compreensão dos saberes primários. Na zona de mediação da relevância, dessa forma, estão os saberes que são obstáculos para a boa apreensão da zona primária.

A zona do momentaneamente irrelevante organiza os saberes que em um dado momento não parecem necessários para alcançar os objetivos, mas que podem vir a ser, adiante. Tais saberes não precisam ser conhecidos com clareza e detalhes, basta ao indivíduo conhecer sua existência, para que, se necessário, sejam buscados adiante. É o

caso do jovem, pouco interessado na aposentadoria, mas que jamais diria que essa é uma questão irrelevante. Por fim, a zona do absolutamente irrelevante permite ao sujeito ignorar alguns saberes e estímulos (em um dado contexto) visto que eles não dizem respeito ao interesse que se pretende alcançar.

Até agora, fica evidente a relação que o autor estabelece entre interesses e relevância, mas falta refletir sobre esses interesses. Nesse sentido, são feitas três afirmações essenciais: primeiro, é preciso destacar que nossos interesses não existem de forma isolada; em seguida, que interesses estão em constante interação com outros interesses; e, por fim, que os interesses e, conseqüentemente relevâncias, podem ser de duas ordens, os intrínsecos e os impostos.

O interesse imediato individual é apenas um elemento dentro de um sistema hierárquico, ou mesmo de uma pluralidade de sistemas, de interesses que na vida cotidiana chamamos de nossos planos – planos para a ação e para o pensamento, para aquele instante e para nossa vida (SCHUTZ, 2012, p. 126)

Os interesses imediatos que nos movem, mesmo sendo sentidos de maneira muito particular, são resultado de uma trama de possibilidades sediadas no mundo da vida e desenvolvidos através do nosso histórico de experimentação. Ainda que determinado brasileiro apresente um genuíno amor por um time de futebol de sua preferência, não é possível negar que esse interesse é construído dentro de um sistema hierárquico de interesses no qual o indivíduo foi socializado.

Cada conjunto de zonas de relevância, organizadas em função de um interesse imediato, faz surgir um sistema de relevâncias específico. Cada zona de relevância, vale ressaltar, atua em relações inconstantes e heterogêneas com outras zonas.

Os interesses que eu tenho numa mesma situação enquanto pai, cidadão ou membro da minha igreja ou da minha religião podem não apenas ser diferentes, mas incompatíveis entre si. Eu preciso, então decidir qual dentre esses interesses disparatados eu devo escolher de modo a definir qual será a situação que será o ponto de partida para reflexões mais aprofundadas. Essa escolha irá definir o problema ou estabelecer o objetivo que dividirá nosso mundo e nosso conhecimento sobre ele nas diferentes zonas de relevância. (SCHUTZ, 2012, p. 126)

Essas disposições sobre os interesses conduzem a uma subdivisão a respeito da relevância. Nesse momento, Schutz (2012) chama a atenção não mais para a proximidade entre o conhecimento e o interesse, mas para a origem do interesse. Dependendo da origem, os interesses e as relevâncias podem ser intrínsecos ou impostos. De maneira direta, relevância intrínseca diz respeito ao que foi tornado relevante por interesses que

escolhemos livremente, ao passo que relevância imposta é resultante de interesses socialmente condicionados.

A separação entre relevância intrínseca e imposta, assim como as zonas de relevância não são categorias isoladas. Ainda que as relevâncias intrínsecas partam do indivíduo, não é possível esquecer que esses se constituem em sociedade. Por sua vez, relevância imposta condiz com os interesses sociais, mas o social é resultado de relações intersubjetivas e mesmo o que tem importância social, pode passar a ser do interesse direto e genuíno do indivíduo.

Seguramente, somos livres para escolher no que estamos interessados, mas esse interesse, uma vez estabelecido, determina o sistema de relevâncias intrínseco ao interesse escolhido. Devemos então nos sujeitar a essas relevâncias e aceitar a situação determinada por sua estrutura interna, cumprindo com seus requisitos (SCHUTZ, 2012, p. 127)

Imaginemos, por exemplo, alguém que escolhe uma profissão. Essa escolha, mesmo que socialmente influenciada, é resultado de um conjunto de forças que atuam na posição biográfica do indivíduo. O sistema de relevâncias que norteia essa escolha pode ser compreendido como intrínseco, mas essa escolha espontânea implica diversas imposições. O sujeito, para se tornar o profissional da área que escolheu não poderá agir conforme sua própria determinação, mas deverá se sujeitar a imposições prévias e socialmente determinadas de competências que precisam ser desenvolvidas para que alguém se torne um profissional da área em questão.

Muitas vezes, entretanto, as imposições sociais nem estão ligadas a relevância intrínseca inicial. De acordo com Schutz (2012, p. 127-128) isso ocorre pois

nós não somos apenas centros de espontaneidade agindo no mundo e operando transformações nele, mas somos também meros receptores passivos de eventos que estão fora do nosso controle e que ocorrem sem nossa interferência. Situações e eventos que se impõem a nós como relevantes não estão conectados com os interesses escolhidos por nós, que não são originados em atos que escolhemos realizar, mas que temos que aceitar tal como são, sem qualquer capacidade de transformá-los por nossas atividades espontâneas, a não ser fazendo com que essas relevâncias impostas sejam transformadas em relevâncias intrínsecas.

As pessoas podem transformar as relevâncias impostas em intrínsecas, mas essa separação não se liga a natureza da relevância, e sim a maneira como o indivíduo a percebe. No caso da relevância impositiva tornada intrínseca, ela certamente continuará sendo impositiva, mas dessa forma será compreendida pelo indivíduo como menos externa e mais relacionadas com os objetivos que julga livremente escolhidos. Talvez seja

uma estratégia de sobrevivência, aprender o gosto do que é obrigatório, uma vez que essa harmonização tente a reduzir a ação social coercitiva sobre o indivíduo.

A relevância imposta chama a atenção para a existência de ordens sociais de relevância, isto é, para hierarquias que, assim como o conhecimento social, são pressupostas e intersubjetivas. Essa dimensão social da relevância é potencializada na compreensão dos domínios de relevância social.

Esses domínios de relevância podem ser compreendidos como conjuntos de zonas estruturados a partir de valores e de uma estrutura cultural particular, ou ainda, como ordens de hierarquização da relevância. Um domínio de relevância pode ser limitado, como uma área de conhecimento, ou pode ser social, como o mundo da vida, que se apresenta como uma ordem geral dos domínios.

Os domínios de relevância destacam que além da hierarquização dos conhecimentos, explicadas através da ideia de relevância, há ainda hierarquizações das hierarquizações. Explicando melhor, os interesses fazem surgir zonas de relevância, mas essas não são independentes, e sim ordenadas a partir de domínios de relevância que abrangem as hierarquizações anteriores. A constituição do sistema de relevâncias do sujeito é resultado dessas hierarquias em fluxo, envolvendo a experiência e ordens sociais.

Os sistemas, domínios e zonas de relevância fazem parte dos saberes sociais que são tipificados. Quando um jornalista entre em contato com um acontecimento inédito, por exemplo, utiliza um conjunto de saberes típicos para orientar a sua apreensão e transmissão. As novidades, por mais peculiares que sejam, são enquadradas nos esquemas típicos e no domínio de relevância do campo, ainda que isso possa implicar um entendimento parcial. Adiante, essa e outras relações entre a relevância de Schutz e a comunicação serão aprofundadas, por hora é importante compreender que a tipificação não é resultado de um processo de racionalização, mas emerge na experiência do mundo como algo evidente, típico (SCHUTZ, 2012).

Os domínios de relevância e as tipificações são, então, parte da herança cultural, e funcionam, entre outros, como: (a) esquema de interpretação e de orientação; (b) origem das tipificações e relevâncias privadas; (c) critério para determinar fatos e eventos que devem ser considerados como iguais ou semelhantes; (d) instrumentos de generalização de situações únicas em casos típicos; e (e) elementos de socialização capazes de potencializar o sucesso das interações humanas. Foi a recorrência desse

conceito e seu caráter imprescindível diante da tarefa de explicar o conhecimento social, que fez com que a relevância se transformasse em um objeto particular para Schutz.

## II. O conceito tríplice de relevância

Em *Las estructuras del mundo de la vida*, Thomas Luckmann organizou e contribuiu com escritos que Alfred Schutz, seu professor e importante referência da sua obra, desenvolvia quando faleceu, no ano de 1959<sup>27</sup>. Os mesmos escritos foram também editados por Richard Zaner e publicados pela Universidade de Yale, sob o título de “*Reflections on the problem of relevance*”. Essas duas obras, referentes às sistematizações mais tardias de Schutz (1970), serão o fundamento desta subseção.

Neste momento da obra de Schutz, a relevância deixa de ser uma grandeza implicada e passa a ser o objeto ou problema central para a reflexão. Nos conceitos de zonas, domínios e sistemas de relevância, Schutz (2012) partiu da consciência de que existe uma valorização hierárquica do conhecimento social e se dedicou a estudar como os arranjos dessa hierarquia se processavam, tomando os interesses do indivíduo como referência. Os três conceitos foram desenvolvidos a partir de uma epoché dos interesses e não a partir de uma epoché da própria relevância, como disposição hierárquica.

Transformar a relevância em objeto, nessa tradição fenomenológica, é levar a descrição e a suspensão para suas manifestações mais básicas. Como resultado, a relevância apontada por Schutz e Luckmann (2003) e por Schutz (1970) não é apenas uma função das motivações que atingem ao indivíduo, mas também da seleção dos temas e das interpretações que são privilegiadas.

### i. Relevância temática

A primeira dimensão dessa relevância ampliada é a relevância temática. Ainda que o nome possa fazer parecer, ela não se refere aos temas propriamente ditos, mas

---

<sup>27</sup> A edição argentina utilizou o termo “significativdad” em substituição a “relevância”, diferente do que ocorre na edição de língua inglesa (idioma no qual o texto foi escrito e no qual se adota o termo *relevance*) e na edição alemã (*relevanz*), idioma nativo de Schutz e no qual ele escreveu alguns dos seus textos. Nesta tese, devido à importância central do termo, significativdad e relevância não são concebidos como sinônimos, e os termos espanhóis significativdad, assim como suas variações, serão sempre traduzidos como relevância.

investiga os processos hierárquicos que fazem com que um determinado tema receba o privilégio da atenção cognitiva. A observação da relevância temática focaliza as mudanças de tema, mais do que a permanência, ou seja, interessa particularmente o momento em que a atenção a um tema é substituída pela atenção a outro.

Essa relevância não se volta apenas para complexos processos de seleção (por que um estudante elege determinado objeto de pesquisa e não outro?), mas também para eleições que ocorrem sem que o indivíduo se dê conta (por que noto uma moeda que cai, mas ignoro a aparência do porteiro que me recebe?). Essa dimensão da relevância, assim como as demais, será separada em imposta e voluntária.

#### a) Relevância temática imposta

A relevância temática imposta trata dos processos que conduzem, sem a deliberação do indivíduo, um tema à atenção. Diferente da noção de imposição utilizada ao tratar dos sistemas de relevância imposta, a origem dessa interferência externa não é necessariamente social, podendo também ser uma disposição automática da cognição.

A primeira dessas relevâncias impostas, classificada como o tipo mais importante, é a atração forçada pelo não familiar dentro de um familiar circundante. Schutz (1970) afirma que diante do familiar, já esperado pois faz parte do acervo de conhecimento, a percepção pode se limitar a uma consciência da existência, ao passo que o que rompe com as expectativas automáticas necessariamente é tematizado. Certamente, o que é familiar em uma sociedade pode ser estranho a outra, mas em qualquer lugar e tempo o não familiar se impõe à atenção.

Imaginemos uma pessoa que vive sozinha em um ambiente consideravelmente ordeiro. A pessoa está acostumada com uma disposição familiar de móveis e objetos, bem como tem a expectativa de que nenhum deles se moverá por conta própria. Quando tudo ocorre como esperado, a pessoa não precisa pensar sobre a casa ou sobre a sua disposição, pode simplesmente entrar nela e seguir com seu cronograma, a casa é tão familiar que não se torna tema/objeto da atenção.

Por sua vez, se essa mesma pessoa, ao voltar do trabalho, percebe um embrulho de presente na mesa da sala ou nota que um móvel se encontra em um lugar diferente, necessariamente a casa se torna tema. Ela não pode ser tomada como um horizonte

seguro, pois nessas situações não estaria funcionando como um. O tema em que a pessoa estava pensando antes de entrar na casa (digamos que pensasse sobre o que seria feito para o jantar ou sobre um desentendimento que teve no trabalho) é imediatamente substituído pela ruptura da expectativa automática sobre a casa.

Essa imposição é facilmente visualizável nos discursos jornalísticos. Nos termos trabalhados na seção anterior, poderíamos associar a relevância temática imposta a variação do ecossistema que são surpreendentes. Os valores-notícia<sup>28</sup>, ao construírem o temário dos jornalistas, também carregam essa relação com a relevância temática imposta. Indicadores como o insólito, o surpreendente, o raro, o desviante, entre outros, frequentemente são privilegiados no processo de seleção dos acontecimentos jornalísticos. Os jornalistas, assim como qualquer pessoa que consome jornalismo, tenderá a prestar atenção ao atípico.

Outra mudança de tema que pode ser imposta à cognição e, portanto, outra forma de relevância temática imposta é o salto entre âmbitos de realidade. Essa relevância se refere a situação em que a mudança de um tipo de vivência ou de conhecimento, interrompe um fluxo de pensamento e impõe outro. É o que acontece, por exemplo, quando ao andar pela rua, uma pessoa tem a atenção atraída por uma capa de jornal ou de revista, seções que são produzidas justamente com o intuito de chamar a atenção, apoiando-se em imagens, cores fortes, termos impactantes e disposições não usuais. Mais do que uma escolha em observar as manchetes ou as matérias de capa, estamos diante de uma capacidade desses dispositivos de “fisgar” uma atenção inicial.

Uma terceira forma de impor um tema à cognição é a mudança ou tensão de consciência, vivência ou conhecimento dentro do âmbito de realidade. Nessa situação, a atenção é capturada não por algo externo, mas pelo desenvolvimento do tema ao qual o indivíduo já estava dedicado. O autor de um texto jornalístico, por exemplo, ao associar um caso de violência doméstica à sociedade patriarcal, conduzirá a atenção do leitor nessa direção, mesmo que adiante o leitor discorde da argumentação, a leitura do texto é capaz de forçar a atenção para o aspecto mencionado.

---

<sup>28</sup> PEUCER, 1960 (surpresa, incomum); LIPPMAN, 1922 (surpresa); BOND, 1962 (incomum); GALTUNG; RUGE, 1965 (inesperado, raro); WARREN, 1975 (curiosidade); ERBOLATO, 1978 (raridade) ...

As duas últimas relevâncias impostas já começaram a apontar para o quarto tipo, a relevância temática socialmente imposta. Nesse, os autores destacam que o curso dos atos dos semelhantes pode expor temas a serem acolhidos pela cognição. A ação dos semelhantes pode ser tematizada por ser não familiar, como também pode provocar mudanças de âmbito de realidade e de tensão em um mesmo âmbito, mas para além disso, “os semelhantes também podem entrar em um fluxo de experiência e forçar novos temas ao indivíduo sem que sua ação se apresente como atípica ou não familiar na interpretação resultante<sup>29</sup>” (SCHUTZ; LUCKMANN, 2003, p. 189, tradução nossa).

De maneira sucinta, a relevância temática socialmente imposta diz respeito à capacidade das pessoas, que estão a minha volta, de impor temas para a minha atenção. Essa forma específica de relevância temática imposta se assemelha ao segundo princípio da relevância, conforme a tradição de Sperber e Wilson (2001), segundo a qual um ato comunicativo comunica uma presunção de relevância ótima. Dessas duas literaturas é possível inferir que nem sempre o processamento de relevância depende de um ato autônomo de seleção, algumas vezes temas são lançados à consciência, noutras a ação comunicativa dos outros é capaz de impor destaque.

A relevância temática, como um todo, formula um certo desafio para perspectivas que associam relevância exclusivamente ao interesse ou às metas. Quanto a sua origem, ela explora um pressuposto similar ao que baseou o primeiro princípio da relevância de Sperber e Wilson (2005), para ambos a cognição é capaz de tender à relevância sem que esse processo seja intermediado pelo um interesse ou uma meta consciente, de forma que relevância pode funcionar como uma disposição involuntária.

#### b) Relevância temática voluntária

Além da atenção movida involuntariamente, os autores apontam para as mudanças de tema que não se desenrolam automaticamente na cognição do indivíduo, mas que são parte de um processo decisório. De início, é preciso esclarecer que não há uma linha divisória contundente entre o que é imposto e o que é motivado, de forma que em algumas situações as classificações podem se sobrepor ou ser de difícil separação.

---

<sup>29</sup> “los semejantes también pueden entrar en un flujo de experiencia y forzar nuevos temas al individuo sin que su acción se presente como atípica o no familiar en la interpretación resultante”.

Ainda assim, o estudo dos tipos ideais continua sendo válido, uma vez que eles auxiliam no reconhecimento dos casos concretos.

A relevância temática voluntária se caracteriza por uma mudança de tema que ocorre por decisão do indivíduo. A decisão de dar atenção a algo está relacionada com outras estruturas de relevância, que ajudam a explicar por que um tema é considerado relevante pelo sujeito, mas, por hora, vamos focalizar o ato de priorizar voluntariamente um tema. Uma pessoa que observa a página principal de um site de notícias, se vê diante de uma grande quantidade de títulos e pode ter sua atenção atraída por imagens e chamadas, em um caso de relevância temática imposta, entretanto, essa mesma pessoa pode escolher aprofundar a informação apontada em um dos títulos e não em outros.

Motivado pelo interesse de entender o acontecimento ou de contextualizá-lo, a pessoa pode procurar textos, teorias e discussões que permitam complexificar a percepção do tema; pode ler conteúdos relacionados ou ainda entrar em contato com outra pessoa para transmitir a informação e discuti-la. Nessas situações, além da escolha de priorizar um tema, há também a escolha de desenvolver o objeto de atenção.

De acordo com Schutz e Luckmann (2003), o processo de desenvolvimento de um tema pode se dar a partir de um horizonte interno ou externo. No primeiro, o indivíduo atenta para as partes que o tema contém, observando o objeto de forma pormenorizada. Já no horizonte externo há uma tentativa de desenvolver o tema analisando vínculos que vão além dele ou tipificações amplas que envolvem e explicam o objeto.

Por mais que essa relevância temática de desenvolvimento, esteja entre as disposições voluntárias e que haja a possibilidade de escolher desenvolver o tema por um ou outro caminho, é preciso considerar que existe uma ordem de imposição temática atuando de maneira paralela. O campo, no qual se pode tentar desenvolver o tema, tem uma história anterior e que se impõe. “Isso significa que a direção para o desenvolvimento posterior do tema e para as possibilidades de constituir subtemas estão, em certa medida, pré-ofertadas<sup>30</sup>” (SCHUTZ; LUCKMANN, 2003, p. 193, tradução nossa).

Ainda que os horizontes de desenvolvimento do tema sejam ilimitados, em princípio, o campo está circunscrito, com mais ou menos clareza, porém circunscrito. Quem resolve, deliberadamente, dedicar atenção a um objeto de estudo precisará começar

---

<sup>30</sup> “Esto significa que la dirección para el para el desarrollo ulterior del tema y para las posibilidades de las subtematizaciones están, em certa medida, pre-dadas”.

a entender o que o objeto é, o que já foi dito sobre ele, que tipos de usos ou sentidos ele desperta e quais os problemas ele carrega. Nada diferente do que está sendo feito, neste trabalho ao estudar relevância, como um conceito geral, a fim de elaborar uma relevância jornalística.

### c) Relevância hipotética

Mesmo sendo apresentada, na obra de Schutz e Luckmann (2003), como uma forma de relevância temática, a relevância hipotética talvez seja um dos tipos mais complexos e difíceis de individualizar. Essa complexidade vem de uma estrutura temporal diferenciada e da sua relação necessária com as relevâncias motivacionais e interpretativas, das quais falaremos adiante. A relevância hipotética diz respeito a priorização de um tema a partir de uma hipótese ou estimativa de que, no futuro, tal tema será relevante. Apenas quando esse futuro for alcançado é que a relevância poderá ser afirmada. Essa estrutura de relevância, muito comum e importante para a ação social se assenta em estimativas que podem se confirmar ou não.

Nossa conduta no mundo da vida está, em grande medida, co-guiada por relevâncias hipotéticas. Nossa ação é frequentemente ajustada para originar situações em que é possível determinar se uma relevância hipotética deve ser convertida em uma relevância 'válida' ou deve ser considerada nula<sup>31</sup> (SCHUTZ; LUCKMANN, 2003, p. 195, tradução nossa)

É a relevância hipotética que explica, por exemplo, porque a pessoa que volta do trabalho e vê um móvel fora do lugar ou um presente sobre a mesa, observa com cuidado todos os cômodos da casa. Se for confirmada a hipótese de que uma pessoa pode ter entrado sem a autorização, o ato de transformar os cômodos em tema, priorizando a sua observação detalhada, pode se converter em uma relevância válida.

Da mesma forma, um estudante que se dedica a obra de um autor por ouvir de um colega (relevância temática socialmente imposta) que ele poderia responder alguns dos seus questionamentos, não faz senão uma aposta sobre o futuro. Caso o autor realmente seja útil, a relevância hipotética se confirmará, caso não seja, a tematização da obra não teve real validade no momento. Jornalistas, no processo de produção cotidiana,

---

<sup>31</sup> “Nuestra conducta en el mundo de la vida cotidiana está, en gran medida, co-guiada por significatividades hipotéticas. Nuestra acción es frecuentemente ajustada para originar situaciones en que es posible determinar si una significatividad hipotética debe ser convertida en una significatividad 'válida' o debe ser considerada nula”.

utilizam relevâncias hipotéticas quando são guiados não pelo que o tema é, mas pela aposta do que virá a ser. É o que acontece, por exemplo, em valores-notícia como implicação, consequência, repercussão ou impacto. Na relevância temática hipotética parece estar sendo testada uma hipótese abdutiva, conforme Rauen (2013).

O conjunto das relevâncias temáticas impositivas, voluntárias e hipotéticas atenta para diferentes razões pelas quais um elemento recebe atenção cognitiva. A relação entre tema e privilégio cognitivo faz dessa dimensão da relevância a mais próxima dos saberes desenvolvidos por Sperber e Wilson (2001, 2010). Ainda assim são visualizadas divergências entre as literaturas.

Enquanto Sperber e Wilson definem relevância em torno da capacidade de gerar efeitos sem comprometer muitos esforços, Schutz e Luckmann (2012) indicam que um tema pode ser considerado relevante não só por uma disposição automática da cognição, mas também pela motivação do indivíduo e pela hipótese de que o tema poderá a ser relevante em outro momento. Como a relevância fenomenológica não se limita a seleção de temas, a aproximação mais ampla dessas duas literaturas só poderá ser realizada adiante. Por hora, seguiremos para outra dimensão da relevância schutziana.

## ii. Relevância interpretativa

Se a relevância temática estava interessada na estrutura que faz com que um tema seja priorizado, através da atenção recebida; a relevância interpretativa quer saber por que alguns temas recebem uma explicitação detalhada e outros são tomados como resolvidos. E ainda, qual é a interpretação privilegiada, entre as que estavam disponíveis.

Antes de tudo, é preciso lembrar que ao dirigir nossa atenção para um tema, não o captamos isoladamente, mas em relação a experiências anteriores, isto é, em relação ao nosso acervo de conhecimento disponível no momento. Assim, é possível afirmar que a relevância temática não se realiza sem a interpretativa e que essa última se constrói em função do acervo de conhecimento disponível, assim como qualquer interpretação não é nada além da utilização de saberes consolidados para a compreensão de novos.

Schutz e Luckmann (2003) distinguem, pois, duas formas principais de relevância interpretativa, a imposta e a motivada. A relevância interpretativa imposta ocorre quando o tema coincide com o acervo de conhecimento de maneira

suficientemente familiar e segura. Suficiente, nessa conjuntura, significa que é adequado ou que garante o domínio da situação dada, dispensando necessidade de ir além.

No caso da interpretação imposta, não há um problema ou um conflito. O conhecimento de fundo se adequa tão bem à compreensão do novo que o processo interpretativo ocorre de maneira automática e pouco evidente. O sujeito sequer compreende que está diante de um processo interpretativo, parece estar simplesmente captando a realidade como ela é. Essa interpretação, portanto, é típica da ação no mundo da vida, ainda que não se limite a ela.

Em ambientes especializados, a relevância interpretativa imposta também pode ser comum. É o que acontece diante de saberes técnicos, por exemplo, em que profissionais aprendem um saber prático que os torna capazes de dominar a situação, ainda que os afaste de reflexões sobre a prática e enfraqueça a possibilidade de formular soluções alternativas. Todas as vezes que os saberes instrumentais são aplicados e resultam na resolução da questão, eles fortalecem o modo de fazer habitual e minimizam a necessidade de aprofundamentos.

Os valores-notícia, assim como outros conhecimentos operacionais que compõem a rotina produtiva dos jornalistas, costumam ser utilizados nessa dimensão da relevância. Eles são conhecidos e manipulados com precisão, mas administrados como se fossem a própria captação do tema e não uma interpretação possível. Nesse contexto, é compreensível que a reflexão sobre os valores e critérios de seleção conduzam a conclusões taxativas que defendem que o jornalismo não poderia ser feito de outra forma e que reformulações sejam percebidas como utópicas ou próprias de desconhecedores.

Na relevância interpretativa imposta ocorre o que Sperber e Wilson (2001) chamariam de efeito de fortalecimento, uma vez que os saberes já armazenados são ratificados a cada vez em que a sua utilização resulta em uma interpretação compatível com o contexto e com os interesses imediatos. Há, nessa interpretação, uma tendência à redução de esforços. Se o sujeito já conhece uma forma de resolver o problema e se essa forma permanece bem sucedida, não há razão para buscar outras interpretações.

Não é possível esquecer que as explicações habituais, que se desenrolam automaticamente em uma relevância interpretativa imposta, sobrevivem graças ao seu sucesso. É certo que essas interpretações podem ser, e muitas vezes são, equivocadas ou incompletas, mas elas se reforçam por não trazerem problemas ou por gerarem problemas

administráveis, do ponto de vista dos produtores e dos seus interesses. Assim, parece evidente que uma reflexão sobre relevância jornalística, para provocar a maneira tradicional de selecionar acontecimentos, não pode deixar de evidenciar os problemas decorrentes da tradição, não só para os produtores, mas também para o público com o qual o jornalismo se compromete.

É justamente quando as complicações aparecem que o fluxo interpretativo automático é interrompido e o sujeito precisa sair do automático e formular explicações “manualmente”. A interpretação é priorizada quando um sujeito não consegue explicar uma novidade, pois (1) falta ao acervo elementos para englobar o tema; (2) a compreensão é insuficiente, pois mesmo possuindo elementos para englobar o tema, o domínio da situação não é garantido; e por fim, pois (3) o tema contradiz o acervo, ou seja, a interpretação automática conduz a erro. Na ausência de uma interpretação automática, o indivíduo precisa escolher a explicação mais coerente, o que é feito em função do tema e da motivação que levam ao problema.

Diante de duas, ou mais, interpretações igualmente compatíveis com a relevância temática, a relevância interpretativa se vincula às outras estruturas de relevância: a motivacional e a temática. A seleção do tema, como já dissemos, irá auxiliar na organização do conhecimento alternativo produzido, apontando sua coerência, ao passo que a motivação ajudará a selecionar a interpretação mais adequada em função do interesse que precisa ser alcançado.

Dessa forma, os atos de interpretação motivados não são interpretações livres, mas circunscritos à situação e ao tema. Em Schutz e Luckmann (2003) e Sperber e Wilson (2010), a interpretação escolhida também será influenciada pelas características do tema (incluindo seu autor) e pelo nível de confiança atribuído a ele no acervo de conhecimento.

A relevância interpretativa motivada poderia gerar efeitos que Sperber e Wilson (2005) denominaram como os de revisão ou abandono e até de implicação contextual, mas também nesse momento existe uma interpretação limitada por certa redução de esforços. Afinal, as interpretações motivadas também tenderão a parar diante da satisfação da meta ou da resolução do problema.

Muitas possibilidades de explicitação não alcançam relevância; muitas continuações possíveis da explicitação resultam desnecessárias. Isto significa que a explicitação pode ser interrompida ou finalizada nos mais variados níveis de clareza e confiança, e ainda ser ‘suficiente’ para o interesse determinado

pelo plano e relacionado com a situação<sup>32</sup> (SCHUTZ; LUCKMANN, 2003, p. 146, tradução nossa)

Fica bastante evidente, ao longo da exposição das ideias dos autores, que as suas dimensões da relevância são necessariamente interdependentes. Da mesma forma que não é possível acessar um tema sem interpretá-lo, a relevância interpretativa se desenvolve ou é desenvolvida em função do tema e da motivação. Essa última ainda carece de aprofundamento.

### iii. Relevância motivacional

Nas duas dimensões de relevância anteriores, mencionamos a interferência da motivação. Na relevância temática voluntária para a mudança de tema e na relevância interpretativa motivacional, por exemplo, as definições necessariamente sofriam a influência das motivações que guiam o sujeito. “Todos estes enunciados remetem claramente ao fato de que as relevâncias tanto temáticas quanto interpretativas estão indissolúvelmente ligadas com o vínculo motivacional<sup>33</sup>” (SCHUTZ; LUCKMANN, 2003, p. 206, tradução nossa).

Para uma boa compreensão dessa relevância é preciso ampliar o entendimento do termo motivo. Schutz (2012) aponta para a necessidade de distinguir dois sentidos que, muitas vezes, são confundidos no termo em questão. Por um lado, existe a motivação ligada a finalidade, que denomina como “motivo-com-a-finalidade-de” (SCHUTZ, 2012), “motivo-para” ou “motivação no contexto para” (SCHUTZ; LUCKMANN, 2003); por outro há os “motivos-porque” (SCHUTZ, 2012) ou “motivação no contexto porque” (SCHUTZ; LUCKMANN, 2003).

Os motivos-para tratam das finalidades que guiaram atos ou conjunto de atos, estão ligados a projetos de ação que são colocados em prática na expectativa de alcançar um objetivo no futuro. O ato e o seu projeto têm o objetivo de proporcionar o interesse, que não seria alcançado sem ele. Por sua vez, os motivos-porque estão ligados ao passado e se referem a razão de um ato. Enquanto o motivo-para incentiva uma ação com foco no

---

<sup>32</sup> “Muchas posibilidades de explicitación no alcanzan significativdad; muchas continuaciones posibles de la explicitación resultan innecesarias. Esto significa que la explicitación puede ser interrumpida o finalizada em lo más variados niveles de claridade y credibilidad, y no obstante ser ‘suficiente’ para el interés determinad por el plan y relacionado con la situación”.

<sup>33</sup> “Todos estos enunciados remiten claramente al hecho de que las significativdades tanto temáticas como interpretativas están indisolublemente ligados con el vínculo motivacional”.

seu resultado futuro (para, com a finalidade de), os motivos-porque justificam ações a partir de uma atitude ou pose habitual (SCHUTZ; LUCKMANN, 2003).

Por sua vez, uma atitude é um corpo organizado de ação-reação-interpretação não formulado pelo indivíduo, mas acionado nele, condicionando uma atitude típica. “Uma atitude, por fim, está pronta, em circunstâncias típicas, para por em movimento maneiras típicas de conduta, assim como cadeias típicas de motivações-‘para’; e, na verdade, de modo imediato, sem ter que ‘planejar’ primeiro<sup>34</sup>” (SCHUTZ; LUCKMANN, 2003, p. 214, tradução nossa).

Há, dessa forma, dois tipos fundamentais de relevâncias motivacionais influenciando os sujeitos. Algo pode ser relevante pois é o processo através do qual eu alcanço o meu interesse (Relevância motivacional finalística) ou por fazer parte de uma estratificação previamente absorvida que estabelece qual é a forma adequada de agir.

Em uma variação no ecossistema que não envolve, a administração pública, como um acidente, uma jornalista pode, ainda assim, buscar uma fonte oficial com o intuito de fortalecer o apelo do conteúdo. Procurar uma fonte é um aspecto do planejamento de ação que leva ao fim de produzir o conteúdo jornalístico (motivo-para), ao passo que a procura da fonte oficial, nesse caso, se dá por razões anteriores ao jornalista que executa a ação (motivo-porque).

A valorização prioritária da voz dos administradores públicos não faz parte de um planejamento específico de cada jornalista, antes disso é a internalização de uma atitude típica, carregada de hierarquias que tendem a ser repetidas. De acordo com Schutz e Luckmann (2003, p. 215), a atitude não é um plano, mas sim uma “síndrome estratificada<sup>35</sup>”. A existência anterior ao indivíduo faz com que os motivos-porque sejam difíceis e até desconfortáveis de explicitar.

Ademais, as atitudes não se constituem tipicamente em uma ‘só’ experiência, por isso não está presente na memória nenhuma situação específica de aquisição. É por isso que, com frequência, as atitudes não contêm nenhuma recordação específica da situação de aquisição, são difíceis de tematizar e não

---

<sup>34</sup> “Una actitud, por ende, está pronta, en circunstancias típicas, para poner en movimiento maneras típicas de conducta, así como cadenas típicas de motivación ‘para’; y, en verdad, de modo inmediato, sin tener que ‘planear’ primero”.

<sup>35</sup> “síndrome estratificado”

são acessíveis, a não ser com dificuldade para a consciência reflexiva<sup>36</sup>. (SCHUTZ; LUCKMANN, 2003, p.215, tradução nossa)

Devido ao planejamento e à possibilidade de explicitação, a relevância motivacional finalística é concebida como livre ou passível de maior atuação individual, lembrando que a liberdade e a individualidade não implicam um desligamento com o social ou com estruturas prévias. Já a relevância motivacional condicional é tomada como automática e socialmente imposta.

Por fim, as três dimensões da relevância de Schutz e Luckmann (2003), conduzem a uma compreensão em três esferas: a da atenção, a do acervo e a do interesse. Do ponto de vista temático, relevância é uma função da consciência que atribui ou sujeita atenção a um tema. Do ponto de vista interpretativo, a “relevância interpretativa é uma função do acervo vigente e, por conseguinte, da biografia do indivíduo<sup>37</sup>” (SCHUTZ; LUCKMANN, 2003, p. 201, tradução nossa). Por fim, do ponto de vista motivacional, relevância é uma função do interesse.

A separação é essencial para um reconhecimento de cada estrutura, mas, na prática, a relevância de Schutz é uma reunião dessas três dimensões. Em outros termos, por mais que existam organizações específicas, o fenômeno relevante aciona ao mesmo tempo, a atenção, o acervo e o interesse dos sujeitos. “Só na reflexão pode aparecer um ou outra em ‘primeiro lugar’, em cujo caso pode ser captada como a relevância ‘fundamental’, ao passo que as outras duas aparecem como condicionadas por ela<sup>38</sup>” (SCHUTZ; LUCKMANN, 2003, p. 223, tradução nossa).

No processo de construção dessas dimensões tríplexes da relevância, Schutz e Luckmann (2003) priorizaram o processamento individual da relevância como “coisa mesma”. Interessou (1) a cognição individual que privilegia um tema e não outro, (2) bem como as relações interpretativas que são preferidas pelo sujeito e (3) as motivações para e porque individualmente influentes. Essa individualização não implica um abandono da

---

<sup>36</sup> “Además, las actitudes no se constituyen típicamente en una ‘sola’ experiencia, por lo cual no está presente en la memoria ninguna situación específica de adquisición. Es por ello que, con frecuencia, las actitudes no contienen ningún recuerdo específico de la situación de adquisición, son difíciles de tematizar y no son accesibles sino con dificultad para la conciencia reflexiva.”

<sup>37</sup> “la significatividad interpretativa es una función del acervo vigente de conocimiento y, por conseguinte, de la biografía del individuo.”

<sup>38</sup> “Solo en la reflexión puede aparecer una o otra ‘en primer término’, em cuyo caso puede ser captada como la significatividad ‘fundamental’, mientras que las otras dos aparecen como condicionadas por ellas.”

intersubjetividade. Como é próprio da fenomenologia, a volta às coisas não objetiva uma limitação ao caso, mas sim uma expansão ao típico.

Não só a as relevâncias temáticas, interpretativas e motivacionais remetem a um indivíduo que é exemplo típico e genérico, mas também esse indivíduo se mantém em constante relação com os seus vínculos sociais, uma vez que sempre é tomado como “produtor e produto” do mundo da vida em que habita. Assim, diferente da relevância de Sperber e Wilson (2001) em que a dimensão social era apenas implicada, em Schutz e Luckmann (2003) as estruturas subjetivas de relevância dependem do social.

Por um lado, a dependência ocorre pois os indivíduos se relacionam com dados e situações concretas, por outro, pois a construção das suas relevâncias individuais é socialmente motivada.

As relevâncias subjetivas da situação atual do adulto normal dependem de elementos sociais dados, mas as interpretações e os motivos que foram ‘socializados’ no curso da biografia cumprem uma função decisiva quanto a determinação e o domínio da situação. As relevâncias interpretativas e motivacionais ‘socializadas’ remetem, a sua vez, a situações ‘originárias’ de aquisição baseadas em relevâncias temáticas intersubjetivas e formadas por elementos sociais dados imediatos<sup>39</sup>. (SCHUTZ; LUCKMANN, 2003, p. 247, tradução nossa).

Por mais que o caráter social não seja igual em toda parte e os indivíduos também não sejam iguais, eles lidam com o que está socialmente dado a partir de um acervo que também foi constituído socialmente e a partir de relações e motivos que possuem origens no mundo da vida e que voltam a esse mundo.

O sistema subjetivo de relevâncias do adulto normal é, então, amplamente “socializado”; mas não devemos esquecer que isso é impresso biograficamente em todo o seu ser, totalmente à parte das relevâncias “independentes”. É, de fato, extensivamente “socializado” e mostra semelhanças amplas e típicas com os sistemas subjetivos de relevâncias de semelhantes e contemporâneos<sup>40</sup>. (SCHUTZ; LUCKMANN, 2003, p. 252, tradução nossa)

A relação entre as relevâncias individuais e a sociedade é essencial para o estudo que esta tese pretende desenvolver, bem como para localizar o lugar dos meios de

---

<sup>39</sup> “Las significatividades subjetivas de la situación actual del adulto normal dependen así de elementos sociales dados, pero las interpretaciones y los motivos que han sido ‘socializados’ en el curso de la biografía cumplen una función decisiva en cuanto a determinar y dominar la situación. Las significatividades interpretativas y moticacionales ‘socializadas’ remiten, a su vez, a situaciones ‘originarias’ de adquisición basadas en significatividades temáticas intersubjetivas y formadas por elementos sociales dados inmediatos”.

<sup>40</sup> “El sistema subjetivo de significatividades del adulto normal está, entonces, ampliamente ‘socializado’; pero no debe olvidarse que esto se halla biográficamente impresso en todo su ser, totalmente aparte de las significatividades ‘independientes’. Está, em verdad, extensamente ‘socializado’, y muestra amplias y típicas semejanzas con los sistemas subjetivos de significatividades de los semejantes y contemporâneos”.

comunicação de massa nesse processo. Compreendendo que o social é uma forte influência na construção das tipificações individuais de relevância e que este social é reconstruído, cada vez mais, de forma mediada, é possível apontar os meios de comunicação de massa como construtores, divulgadores e compartilhadores dos sistemas de relevância, motivo pelo qual estudar relevância nos meios de comunicação e relevância no jornalismo é essencial para entender as tipificações sociais como um todo.

Em resumo, da tradição schutziana, é possível sintetizar que relevância se relaciona com mundo da vida e com o interesse pragmático de fazer algum uso desse mundo. Quanto a sua utilização, relevância é acionada pela atenção, pela interpretação e pelos interesses dos sujeitos sociais, que se adequam ao mundo da vida ora de maneira ativa, ora reproduzindo imposições já estabelecidas. Ao fim dessa síntese podemos dedicar um espaço para aprofundar as comparações das duas tradições em uso.

### 3.3 ENTRE TEORIAS DA RELEVÂNCIA

Ao longo da exposição da teoria de Schutz, foram mencionados alguns pontos de convergência ou divergência entre essa literatura e a oriunda da tradição fundada por Sperber e Wilson. Esta seção continuará e aprofundará esse exercício com o auxílio do filósofo alemão Jan Straßheim, estudioso da obra de Alfred Schutz, que ao se deparar com a Teoria da relevância de Sperber e Wilson, percebeu nas duas literaturas uma possibilidade de aprimoramento e refinamento mútuo.

Apesar de suas origens em debates praticamente desconectados em toda a divisão disciplinar e histórica entre a ciência social recente e a filosofia social da "revolução pré-cognitiva", sugeriu-se que a teoria da relevância (TR) de Sperber e Wilson e a teoria da relevância de Schutz (TRS) são abordagens bastante comparáveis<sup>41</sup> (STRAßHEIM, 2010, p. 28, tradução nossa).

Straßheim (2010) compreende que a comparação entre essas literaturas é possível pois suas divergências e semelhanças são estratégicas. Ambas desejam explorar a capacidade dos seres humanos de interagir e de se entender em contextos variados, de maneira estável e ainda assim flexível; e compreendem que a linguagem formal possui um papel fundamental nesse processo, embora não o explique completamente, já que há, não só, processos de entendimento que se estabelecem sem a linguagem formal, mas

---

<sup>41</sup> “Despite their origins in practically unconnected debates across the disciplinary and historical divide between recent cognitive science and pre-‘cognitive revolution’ social philosophy, it was suggested that Sperber’s and Wilson’s relevance theory (RT) and Schutz’s relevance theory (SRT) are quite comparable approaches”

também momentos em que existe mais de um sentido linguístico disponível, mas ainda assim as pessoas conseguem entender-se, privilegiando uma mesma opção.

O que, para as duas literaturas, responde à questão do entendimento é o processamento de relevância. A relevância funciona, nas duas teorias, como um processo hierárquico necessário para que as pessoas possam realizar suas atividades cotidianas e para que não se demorem em infindáveis alternativas que precisariam ser consideradas sempre que algum fenômeno demandasse um posicionamento ou uma interpretação.

Essas duas teorias se voltam para a questão de como selecionamos um sentido ou um pensamento, em detrimento de tantos outros que poderiam ter sido selecionados, bem como formulam explicações para essa seleção. Ambas observam, portanto, a natureza de dinâmicas de seleção, que classifica um fenômeno como mais relevante do que outro (STRAßHEIM, 2010).

Ainda sobre a natureza do conceito, é um ponto convergente a percepção de que a organização e os processos da mente humana são fundamentalmente voltados para a busca de relevância, ainda que haja divergências quanto à forma dessa busca. As estruturas do acervo de conhecimento (SCHUTZ, 2012; SCHUTZ; LUCKMANN, 2003) e do contexto cognitivo (SPERBER; WILSON, 2001) são muito similares não só como sede das avaliações de relevância, mas também na indicação de que os saberes não são dispersos, mas organizados em núcleos de referência ou tipificações.

As duas literaturas ainda apontam para uma arbitragem local, ou seja, toda relevância é sempre dada em função de um indivíduo e do seu conhecimento armazenado. De acordo com Straßheim (2010), o caráter local de relevância orientado à expectativa tem duas implicações importantes:

Por um lado (a), ele ressalta a necessidade de vincular uma noção de relevância ao passado experiencial de uma pessoa: expectativas de relevância (mais obviamente do que cálculos globais dela) dependem crucialmente do que provou ser relevante até agora, isto é, da situação historicamente em desenvolvimento de uma pessoa<sup>42</sup>. (STRAßHEIM, 2010, p. 05, tradução nossa)

Em segundo lugar (b), as seleções envolvidas pareceriam um pouco mal descritas como "escolhas". Com certeza, muitas vezes escolhemos conscientemente entre duas ou mais alternativas, as "possibilidades problemáticas", como Schutz as chama (Schutz, 1970: 22), mas invariavelmente "as" alternativas se destacam contra milhões de outras em que nunca pensamos. A maioria das experiências possíveis nunca se tornarão experiências reais para

---

<sup>42</sup> "For one thing (a), it underscores the need to bind a notion of relevance to a person's experiential *past*: expectations of relevance (more obviously than global computations of it) depend crucially on what has proved relevant so far, that is, on the historically developing situation of a person."

os indivíduos, e isso é, em sua maior parte, não porque eles descartam-na como "irrelevante", mas porque eles nunca avaliam sua relevância<sup>43</sup>. (STRAßHEIM, 2010, p. 06, tradução nossa)

Aos aspectos apontados por Straßheim (2010), acrescentamos que também são comuns às duas literaturas, um constrangimento à geração de relevância ligado à redução de esforços. Ainda que o esforço, como categoria ganhe muito mais espaço em Sperber e Wilson, Schutz afirma, em mais de um momento, que a necessidade de selecionar é condicionada por um suprimento limitado de tempo e de energia (SCHUTZ, 2003), bem como que há constrangimentos limites impostos pela ordem ontológica das coisas na natureza, incluindo as exigências biológicas e uma ordem de simultaneidade e sucessão.

O interesse do sujeito também é um ponto comum. Dessa vez, entretanto, o elemento é desenvolvido em Schutz, mas apenas mencionado em Sperber e Wilson, que concebem que as conclusões relevantes são aquelas que estão em função do que o indivíduo tinha em mente (SPERBER; WILSON, 2005), mas não conferem espaço a esse elemento na sua literatura, como foi visto na crítica elaborada por Rauen (2013).

Por fim, ainda é um ponto comum, o privilégio à comunicação ostensiva ou explícita, tomada como um tipo de interação especialmente produtiva para os estudos da relevância. Straßheim (2010) chega a concluir que uma teoria da relevância séria inevitavelmente se voltaria para a comunicação como campo de estudo.

Sobre as divergências, Straßheim (2010) destaca três aspectos, que pretende transformar em um “toma-lá-dá-cá”, isto é, em um exercício de perguntas e respostas inter-teórico, capaz de fortalecer ambas. Os aspectos incluem: o julgamento de um sujeito do que é relevante para os outros; a definição da relevância; e, o que apresenta como principal divergência, a concepção de diferentes tipos de experiência que devem ser investigados pela teoria da relevância.

Sobre o julgamento do que é relevante para outrem, a Teoria de Sperber e Wilson não atribui muita atenção. Os autores afirmam que a humanidade, como um todo, foi exposta a um conjunto comum de pressões evolutivas que moldaram o desenvolvimento da cognição, fazendo com que todos os envolvidos em um processo comunicativo

---

<sup>43</sup> “Secondly (b), the selections involved would appear somewhat ill-described as ‘choices’. To be sure, we often choose consciously between two or more alternatives, the “problematic possibilities”, as Schutz calls them (Schutz, 1970: 22), but invariably ‘the’ alternatives stand out against millions of others we never even think of.<sup>55</sup> Most possible experience never becomes actual experience for an individual, and this is for the most part *not* because she discards it as ‘irrelevant’ but because she never even assesses its relevance.”

busquem efeitos, assim como tentem minimizar esforços, mas apesar de afirmar que a avaliação de relevância depende do indivíduo e do seu julgamento local, não aprofundam reflexões sobre como um sujeito prevê o que será relevante para o outro.

Para essa ausência, Straßheim (2010), recomenda o conceito de tipificação, desenvolvido por Schutz. A teoria de Schutz correlaciona nossa idealização do outro a tipificações que orientam uma percepção do que o outro deve ser e priorizar. Essa tipificação pode funcionar tanto em um âmbito genérico, quando assumo a posição política de alguém devido a suas roupas ou aos lugares que a pessoa frequenta, quanto específico, quando, por exemplo, em relações íntimas são criadas tipificações particulares, como piadas internas.

De uma forma ou de outra os tipos são categorias que possuem uma aparente inércia e uma naturalização que é tomada como garantida até evidência do contrário (STRAßHEIM, 2010). Assim, o tipo explica não só como um sujeito pode estimar o que é relevante para o outro, mas também como diversos aspectos da interação são ao mesmo tempo rotineiros e flexíveis.

Sobre o tipo de experiência que pode ser avaliado por uma teoria da relevância, Straßheim (2010) avalia que a Teoria de Sperber e Wilson é mais restritiva, focalizando representações lógicas ou quase lógicas, diferente da Teoria de Schutz, mais ampla e praticamente não-restritiva. Por mais que seja possível identificar na literatura de Sperber e Wilson (2001, p. 11) a abertura para outros tipos de análise: os autores indicam que pensamentos, memórias, sons, cheiros, ações são *inputs* capazes que estimular o processamento de relevância, é fato que a aplicação feita pelos autores prioriza situações comunicativas ostensivas e inferenciais.

Como solução, Straßheim (2010) indica a necessidade de fortalecer, em Sperber e Wilson a noção de interesse, além e concebê-lo como um conceito tipificado.

- (a) Intuitivamente, uma suposição parece surgir mais facilmente em minha mente quando a vejo relacionada a projetos, intenções ou desejos que tenho no momento. Por outro lado, quando alguma suposição concebível não se relaciona de maneira alguma com um objetivo que está agora fortemente em minha mente, é improvável que eu pense sobre ela<sup>44</sup>. (STRAßHEM, 2010, p. 22, tradução nossa)

---

<sup>44</sup> “(a) Intuitively, an assumption seems to spring to my mind more easily when I see it as related to projects, intents or wishes that I happen to have at the moment. Conversely, when some conceivable assumption does not relate at all to a goal which is now strongly on my mind, I am quite unlikely to think of it.”

E continua:

- (b) A intuição coloca essa ênfase ao lado dos efeitos, enquanto aspectos da relevância relacionados aos objetivos. Afinal, o negócio cotidiano de compreender o mundo e as pessoas ao nosso redor parece envolver muito mais do que uma observação teórica que é apenas influenciada ou marginalmente condicionada (por exemplo, pelo lado do esforço) pelos objetivos existentes<sup>45</sup> (STRAßHEIM, 2010, p. 23, tradução nossa)

Por fim, quanto à conceitualização de relevância, a diferença se dá não só pela ausência de um conceito organizado em Schutz, mas também pela percepção de Straßheim (2010) de que, caso o conceito existisse, ele seria consideravelmente diferente. Vimos, na subseção referente à obra de Schutz, que o autor aponta para diversas instâncias e arranjos de relevância, além das dimensões temáticas, interpretativas e motivacionais, ainda há uma apresentação de zonas, sistemas e domínios de relevância. Mas esse conjunto não se organiza em um conceito totalizante, ainda que a existência da relevância fosse, necessariamente um encontro dessas dimensões.

Sperber e Wilson (2005), em oposição, apresentam um conceito de relevância organizado em função de duas grandezas, os efeitos e os esforços. Straßheim (2010) critica os efeitos e os esforços, como havia sido criticado por Costa (2010), indicando que nesses termos, o conceito de relevância apenas cobriria parte das disposições de Schutz.

Para lidar com essa divergência, Straßheim (2010) propõem um conceito integrador. Ele sugere manter a noção de relevância em duas dimensões, a contextualização e a continuação. Em seus termos: “relevância é uma dinâmica de seleção útil para um indivíduo, na medida em que realiza processos de continuação, por um lado, e processos de contextualização, por outro<sup>46</sup>” (STRAßHEIM, 2010, p. 19, tradução nossa).

Ainda que as tendências de continuar e de contextualizar sejam conceitualmente distintas, o autor apresenta a hipótese de que elas são não excludentes, mas podem se suportar e se pressupor mutuamente. Ele ainda aponta que esse conceito une três tons

---

<sup>45</sup> “(b) Intuition adds to this emphasis put on the effect side as far as goal-related aspects of relevance are concerned. After all, the everyday business of understanding the world and people around us seems to involve far more than a theoretical observation which is only influenced or marginally conditioned (sc. on the effort side) by *existing* goals.

<sup>46</sup> “Relevance is a dynamics of selection useful to an individual in that it realizes processes of continuation on the one hand and processes of contextualization on the other.”

distintos do significado de "relevante" encontrados nos usos cotidianos do termo, em usos aplicados e nas duas literaturas de referência:

- a) O que é relevante é colocado em primeiro plano, fica em relevo e comanda o foco de interesse de uma pessoa (Straßheim, 2010);
- b) O que é relevante tem importância, é significativo ou surpreendente, faz diferença por fornecer evidências decisivas, mostrando novos lados para o mundo. Esses termos se referem aos benefícios da contextualização, que indica porque alguns estímulos são privilegiados em detrimento de outros (Straßheim, 2010);
- c) O que é relevante é pertinente, ou seja, é coerente com uma situação precedente, aplicável ao problema em mão. Em outras termos, a relevância traz benefícios no sentido da continuação.

Em conjunto, essas modificações são vistas por Straßheim (2010) não só como uma forma de aperfeiçoar e aproximar as duas teorias, mas como forma de abrir conexões com outros autores, também interessados em processos seletivos e de entendimento.

Antes de concluir esta seção, é importante apontar que o encontro dessas literaturas nos direciona para pensar a seleção dos acontecimentos jornalísticos e os valores-notícia a partir de diversas questões que incluem os efeitos e os esforços; a atenção, a interpretação e a motivação; e ainda as relações cognitivas e sociais/individuais (que se complementam) de forma impositiva e motivada. Unificadas, por fim, na continuação e na contextualização útil.

Nesse sentido, a aproximação entre as teorias nos parece não só possível, mas também necessária na instrumentalização de relevância como a que desejamos fundamentar. De nossa parte, compreendemos que a contribuição de Straßheim (2010), pode sintetizar a base de um novo olhar para a seleção dos acontecimentos e das qualidades noticiosas, bem como pode ser um efetivo espaço de encontro para aspectos que as duas teorias da relevância mencionam isoladamente.

### 3.4 TAREFAS DAS RELEVÂNCIAS GERAIS

Ao longo desta seção, exploramos a relevância, sua ação e seus problemas a partir de tradições distintas, o que não as impediu de formular teorias compatíveis e complementares (STRAßHEIM, 2010). O estudo dessas duas literaturas foi necessário

para ampliar o nosso entendimento do que é relevância, aqui compreendido como um conceito-componente do que poderá ser entendido como relevância jornalística.

Além de adaptar os saberes gerais para a realidade jornalística, também precisamos estabelecer que dimensão dessa realidade será priorizada. Dada a amplitude do conceito de relevância, é fácil supor que ele pode ser aplicado em mais de um ambiente: poderíamos utilizar a ideia de relevância em uma pesquisa de recepção para analisar a relevância das notícias para o público, assim como poderíamos utilizar relevância em uma dimensão puramente profissional e refletir sobre o que é relevante para o jornalista. Embora essas duas possibilidades sejam interessantes e, certamente, capazes de contribuir com o campo, nosso interesse é outro.

O conceito de relevância jornalística que desejamos formular pretende aplicar os saberes gerais das teorias da relevância para conceituar o ato cotidiano de selecionar acontecimentos que supostamente serão relevantes para o público. O conceito ocupará, dessa forma, um lugar intermediário já que é processado por uma cognição, em geral a dos jornalistas, mas é orientada ao público. É o contexto cognitivo/acervo de conhecimento dos jornalistas que realiza o processamento, mas é para a contextualização ou para a continuação do público que se destinam.

Essa dimensão intermediária pode ser validada por ambas as teorias da relevância. Sperber e Wilson (2001, 2005), apesar de não focalizarem a suposição do que é relevante para o outro, estabelecem que o processamento de relevância, de todos os seres humanos, compartilha tendências que garantem a comunicação, a recepção e o entendimento. Schutz (2012, 1970) dedica maior atenção à compreensão do outro, bem como nos direciona para compreender que todos os âmbitos estão em constante fluxo, isto é, a cognição dos jornalistas (principais selecionadores) não desconsidera a do público ou a da sociedade, na verdade ela se constitui interferindo e sofrendo interferências das demais, além de que também jornalistas são público e sociedade.

Assim, as principais tarefas das teorias da relevância para um conceito de relevância jornalística dizem respeito a adaptações à realidade jornalística de maneira geral e ao ato de selecionar acontecimentos jornalísticos de maneira específica. Partindo do conceito do conceito integrador de Straßheim (2010) e de dimensões essenciais de ambas as teorias, podemos começar a listar algumas das tarefas concretas.

Uma vez que relevância é uma dinâmica de seleção útil para um indivíduo, na medida em que o auxilia em processos de continuação e contextualização (STRAßHEIM, 2010), é preciso salientar no conceito de relevância jornalística a necessidade de contribuir com o público não só oferecendo o que é pertinente, para a realidade social em curso (continuação), mas também possibilitando ampliar e aprofundar os conhecimentos e as cadeias de interesses que hierarquizam o privilégio da nossa atenção, as nossas interpretações e os nossos interesses (contextualização).

Na sequência, considerando que a avaliação de relevância é arbitrada sempre localmente (em referência a um sujeito com um conhecimento armazenado e com motivações pragmáticas), também precisamos conceituar qualquer relevância específica como uma hierarquização variável e dependente. Mesmo que os jornalistas ofereçam as notícias para uma grande variedade de receptores, eles não desconsideram essas arbitragens, mas supõem arbitragens médias, relativa a um leitor-modelo (ECO, 1993) ou arbitragens mais setorizadas, ligadas a grupos específicos. Os interesses e os saberes prévios pressupostos ao público são ingredientes essenciais do conceito a ser desenvolvido.

Outra tarefa essencial é contingenciar relevância jornalística a um desgaste energético. Nesse caso, há dois desgastes a serem considerados: por um lado é preciso considerar o esforço dos profissionais, que vão identificar e selecionar os acontecimentos jornalísticos, além de transformá-los em notícia e, por outro, o esforço presumido do público, cujo desgaste pode impedir todo o processo de recepção e determinar uma irrelevância. Em um âmbito ou em outro, é da natureza da relevância ser contingenciada por disponibilidades energéticas limitadas.

Assim como a avaliação relevância movimenta-se não só a partir de motivações pragmáticas, mas também de maneira involuntária, imposta pela cognição ou pelo hábito, também a dimensão jornalística precisará considerar essa dupla dimensão. Nesse sentido, há acontecimentos jornalísticos cuja relevância terá uma relação direta com as motivações que envolvem os indivíduos e mais facilmente poderá impactar a uns e não a outros, bem como há acontecimentos cuja relevância se desenrola involuntariamente, sendo menos variável entre os membros da audiência.

Essas tarefas, diretamente ligadas ao conceito geral de relevância, respondem à orientação metodológica de identificar os saberes anteriores capazes de responder a uma

ou a algumas partes do problema motivador. Junto com os saberes herdados da tradição acadêmica de estudo da seleção de acontecimentos, o conceito de relevância nos permite seguir para o segundo movimento metodológico necessário para a formulação de um conceito, elaborar o estatuto capaz de aproximar os saberes difusos.

Assim, a seção seguinte será dedicada a aproximação entre as teorias da relevância, o conceito de acontecimento jornalístico e as concepções acadêmicas dessa seleção, sobre o plano dos valores-notícia em uso. Isto é, desejamos investigar temários jornalísticos (listagens dos acontecimentos e das qualidades dos acontecimentos disponíveis na literatura da área), em busca de observar as relações que se estabelecem e as ausências evidentes entre as orientações para a seleção, a compreensão acadêmica do ato de selecionar e as teorias da relevância.

O exercício em questão pretende ser um primeiro espaço direto de aproximação, nesta tese entre o jornalismo e as teorias da relevância, útil pelo seu potencial descritivo das avaliações em curso e pelo auxílio ao reconhecimento das formas de despertar relevância cotidianamente utilizadas. Assim, antes de formular e defender o conceito de relevância jornalística, que é objetivo geral desta tese, vamos dedicar a seção seguinte ao exercício de investigar os temários de acontecimentos jornalísticos a partir de conceitos e saberes fundamentais, como teorias de Sperber e Wilson e de Schutz.

#### 4 VALORES-NOTÍCIA À LUZ DAS TEORIAS DA RELEVÂNCIA

Na segunda seção, em busca de compreender a perspectiva acadêmica sobre a seleção de acontecimentos jornalísticos, apresentamos algumas listagens dedicadas a enumerar características desses acontecimentos. Nesta seção, algumas dessas listas serão retomadas, porém com um objetivo diferente. Lá desejávamos refletir sobre a concepção geral dos processos seletivos, destacando conceitos, conflitos, mudanças e permanências. Aqui, interessa comentar os itens mais recorrentes dessas listas, confrontando-os com a concepção teórica da área e com as teorias da relevância.

O ato de listar foi privilegiado pela sua capacidade de representação e pela amplitude que conferiu ao trabalho. Acreditamos que as listagens são representantes válidas do jornalismo cotidianamente praticado porque sua elaboração costuma sintetizar ou descrever a realidade jornalística em curso. Além disso, a validade dessas listas é ratificada todas as vezes que um pesquisador as utiliza como referência para observar uma cobertura. Quanto a amplitude, a utilização permitiu que o trabalho não se limitasse a uma amostra particular, mas pudesse comentar, ao mesmo tempo, um conjunto amplo de itens, elaborados com referência a diferentes lugares e tempos.

Assim, no lugar de estabelecer uma amostra de informações jornalísticas, sintetizar os acontecimentos mencionados e discutir sua relevância, faremos uso de sínteses previamente elaboradas e partiremos delas para nossa discussão. Mesmo diante dos méritos dessas listagens, é importante deixar claro que qualquer recorte implica certa limitação na compreensão de fenômenos complexos (MORIN, 2015).

Por mais que as listagens sejam produtivas por terem sido testadas e por estarem em um espaço de intersecção entre a produção acadêmica e a produção cotidiana, elas não afastam a possibilidade de aproximar as teorias da relevância de outras representantes da produção jornalística como as notícias, entrevistas, reportagens, fotografias e outros gêneros; ou ainda de aproximar as teorias da relevância de entrevistas com os produtores e com a sua compreensão dos processos de seleção de acontecimentos jornalísticos.

Para esclarecer o que está sendo nomeado como lista e como item, podemos observar um recorte da obra “*Pragmática do jornalismo: buscas práticas para uma teoria da ação jornalística*”, publicado no ano de 1994, pelo jornalista português Manuel Carlos Chaparro. Na obra, Chaparro expõe uma lista de “atributos do produto jornalístico”, que inclui nove itens relacionados à relevância e um à definição do jornalismo.

- Atributo de definição ..... INTERESSE
- Atributos de relevância ..... Atualidade  
Proximidade  
Notoriedade  
Conflito  
Conhecimento  
Consequências  
Curiosidade  
Dramaticidade  
Surpresa

(CHAPARRO, 1994, p. 120)

A listagem de Chaparro diferencia-se da de outros autores pela ausência de uma descrição ou explicação dos elementos constituintes. Independente disso, ela cumpre a função de apresentar indicadores concretos do que deve estar presente em uma notícia (e ser buscado em um acontecimento). Na verdade, é possível interpretar que a falta de detalhamento dos indicadores é um indício da congruência dos saberes.

Ainda que a listagem de Chaparro (1994) seja original e organizada ao seu modo, seus itens podem ser apenas mencionados, porque dialogam com a realidade jornalística, com outras listagens e com a tentativa de outros autores de realizar a mesma tarefa. O que estamos dizendo é que autores diferentes, com concepções distintas de jornalismo (e das suas possibilidades), ao listar o que deve ser selecionado pelos jornalistas, têm recorridos a estruturas estáveis de reconhecimento do acontecimento jornalístico.

Essa afirmação não é diferente da que foi feita na segunda seção, quando discutimos e citamos Traquina (2005) e Stephens (1993) e mencionamos as suas concepções de “valores-notícia básicos” e “qualidades duráveis”, respectivamente. O que se altera é que agora desejamos ir à materialidade dessa estabilidade e analisá-la com o auxílio das teorias da relevância e da compreensão do que é um acontecimento jornalístico. Assim, no lugar de aceitar que a estabilidade desses indicadores representa a consolidação do que pode ser noticiável, tomamos essa estabilidade como problema de análise, com o objetivo de explorar a dimensão relevante nos itens que se repetem.

A cada uma das listagens encontrada foi feita duas demandas: que fossem autorais e originais. Com a primeira demanda, desejamos evitar itens recortados das suas relações textuais particulares, mesmo que por citação direta, e privilegiar listagens que fossem expostas e discutidas por quem as formulou. Esse critério fez com que produções clássicas como as de Golding e Elliott, Stieler e Warren não estivessem entre o material analisado, apenas porque não pudemos acessá-las integralmente.

Ao mencionar a originalidade, por sua vez, desejamos evitar listas que se dedicassem a repetir a totalidade ou a maior parte de outras enumerações, isso porque interessa especificamente a manipulação dos saberes de seleção todas as vezes que um enredo é proposto. Essa exigência levou a exclusão dos valores-notícia apresentados por Wolf (2009), que retoma os indicadores apresentados por Herbert Gans (2004), e por Stuart Hall et al (1999), que retoma Galtung e Ruge (1999).

Com o auxílio de sites de busca, destacadamente o *Scholar Google*, e de autores que também se dedicaram a observar esse tipo de listagens, a exemplo de Fernandes (2004), Silva (2004) e Santos (2014), foram encontrados 13 trabalhos, que satisfizeram as duas exigências mencionadas. Cada um desses trabalhos, apresentou uma listagem de acontecimentos ou qualidades que são ou devem ser notícia. Alguns com maior sofisticação acadêmica, outros com maior atenção à rotina produtiva, mas todos com uma forte conexão entre os itens efetivamente apontados. O quadro abaixo expõe os autores de cada uma das listagens analisadas e os organiza por ano de lançamento, além de mencionar o país em que a obra original foi publicada.

Quadro 1 - Autores e ano da primeira edição e país de publicação

<b>Autor</b>	<b>Ano</b>	<b>País</b>
<b>Tobias Peucer</b>	1690	Alemanha
<b>Fraser Bond</b>	1954	Estados Unidos
<b>Galtung e Ruge</b>	1965	Noruega
<b>Luiz Amaral</b>	1968	Brasil
<b>Mário Erbolato</b>	1978	Brasil
<b>Herbert Gans</b>	1979	Estados Unidos
<b>Nilson Lage</b>	1979	Brasil
<b>Teun van Dijk</b>	1988	Holanda
<b>Manuel Chaparro</b>	1994	Brasil
<b>Lorenzo Gomis</b>	2002	Espanha
<b>Pamela Shoemaker e Akiba Cohen</b>	2005	Estados Unidos
<b>Gislene Silva</b>	2005	Brasil
<b>Nelson Traquina</b>	2005	Portugal

Fonte: elaboração própria

Para privilegiar os itens, as 13 listas foram fragmentadas, conforme a subdivisão interna. Da obra de Chaparro (1994), por exemplo, retiramos nove itens individualizáveis entre si (atualidade, proximidade, notoriedade, conflito, conhecimento, consequências, curiosidade, dramaticidade e surpresa), além do interesse como elemento geral. Cada item

foi então aproximado de afirmações semelhantes, presentes nas listagens de outros autores, a fim de encontrar grupos regulares.

A intenção, portanto, não é comentar a produção de cada autor, mas sim os itens que se repetem e que, em conjunto, revelam uma síntese dos acontecimentos que costumam ser noticiados. O interesse em torno da regularidade dos itens também ameniza o fato de alguns textos clássicos não aparecerem entre as listagens, uma vez que o objetivo é utilizar o conjunto de textos para pensar a seleção de acontecimentos jornalísticos não quanto ao pensamento de um autor, mas quanto as regularidades que atravessam as produções, das mais clássicas às menos celebradas.

Para reunir os itens em grupos foram realizadas, segundo Medeiros (1991), dois tipos de leitura, a de estudo e a crítica. A primeira refere-se à assimilação dos conteúdos e inclui não só a leitura, mas a releitura, a anotação e o resumo, ela foi útil para sintetizar os elementos-chave de cada item, principalmente, em autores que descreveram amplamente cada elemento. O segundo tipo, por sua vez, se dedica a reflexão, avaliação e comparação dos textos de referência, o que foi especialmente necessário, uma vez que as listagens podiam expressar uma mesma ideia, utilizando termos distintos.

Depois de repetidas rodadas de leituras de estudo e crítica, os itens das 13 listagens foram reunidos em 24 grupos, que podem ser organizados em três ordens fundamentais: (1) as que identificavam os acontecimentos e as suas qualidades; (2) as que identificavam demandas técnicas dos procedimentos jornalísticos; e (3) as que identificavam características e critérios do jornalismo. Uma vez que o interesse específico dessa tese é formular uma definição de relevância jornalística capaz fundamentar a seleção dos acontecimentos, decidimos priorizar a primeira ordem, diretamente dedicada a enumerar o que deve ser privilegiado.

Não desconsideramos a influência dos procedimentos técnicos, nem das características e critérios do jornalismo na seleção do acontecimento, mas como foi dito na segunda seção, privilegiamos refletir sobre os indicadores, em busca de problematizar sua percepção exclusivamente instrumental.

Essa ordem inclui 14 grupos ou, mais especificamente, 14 itens que orientam os jornalistas e pesquisadores sobre a seleção dos acontecimentos. Mesmo que, nos textos originais, tais itens sejam identificados por uma variedade de termos, eles correspondem ao que definimos, como valor-notícia, isto é, são categorias ligadas ao reconhecimento

dos acontecimentos com referência a expectativas da audiência. Assim, nossa materialização da discussão partirá desses 14 valores-notícia e os comentará a luz das teorias da relevância

#### 4.1. A PROVOCAÇÃO ANALÍTICA DAS TEORIAS DA RELEVÂNCIA

Os 14 valores-notícia mais acionados pelas listagens foram a negatividade, o incomum, o consonante, a amplitude/intensidade, o conflito, o conhecimento, a proximidade, o dinheiro/economia, o governo/política, a proeminência, o entretenimento, a emoção, a atualidade e a relevância. Para o objetivo desta seção, é necessário definir a compreensão média do indicador e, principalmente, refletir sobre ele.

Assim, o exercício que começaremos a realizar será composto por três movimentos: primeiro, vamos expor fragmentos das listagens que nos permitiram reunir o valores-notícia em um dos 14 grupos, mesmo quando os autores não utilizam um mesmo termo; na sequência, buscamos relações entre cada um dos valores-notícia e o conceito de acontecimento jornalístico, principalmente quanto a variação do ecossistema e a implicação dos sujeitos. Por mais que a comunicabilidade também seja um elemento constituidor do acontecimento jornalístico, na prática jornalística, esse elemento costuma ser indicado fora dos valores-notícia.

Tomando os valores-notícia como indicadores de acontecimentos em função da expectativa do público, desejamos observar como cada um dos itens efetivamente aponta para tipos ou qualidades dos acontecimentos (variação no ecossistema) e como pressupõem as expectativas do público (implicação dos sujeitos). Dos valores-notícia, que funcionam como instrumentos do fazer e indicadores de relevância jornalística, espera-se a capacidade de apontar tanto para os eventos a serem privilegiados quanto para a implicação que justifica esse privilégio.

Seguindo para a relação entre os valores-notícia e as teorias da relevância, buscaremos nessas teorias gerais das escolhas e hierarquias, justificativas para a implicação dos sujeitos. Considerando a densidade dessas literaturas, o quadro abaixo, retoma e resume alguns dos principais conceitos trabalhados na seção três e que agora serão utilizados para comentar os valores-notícia.

Quadro 2 – Resumo de conceitos e saberes das teorias da relevância, separados por autor

<b>Principais conceitos de referência</b>	
<b>Sperber e Wilson (2001, 2005, 2010)</b>	
<b>Princípio cognitivo</b>	A cognição humana tende a ser dirigida para a maximização da relevância
<b>Princípio comunicativo</b>	Um ato comunicativo inferencial comunica que o estímulo é relevante o suficiente para merecer o esforço do destinatário e que é o estímulo mais compatível com as habilidades e preferências do comunicador.
<b>Meta geral da cognição</b>	Melhorar o conhecimento de mundo do sujeito.
<b>Efeito de fortalecimento</b>	Melhoria do conhecimento de mundo causada por um <i>input</i> que reforça um saber que já estava armazenado no contexto cognitivo do indivíduo.
<b>Efeito de revisão ou abandono</b>	Melhoria do conhecimento de mundo causada por um <i>input</i> que conduz à revisão ou o abandono de um saber que já constava no contexto cognitivo do indivíduo e que passa a ser compreendido como impreciso ou errado.
<b>Efeito de implicação contextual</b>	Melhoria do conhecimento de mundo causada por um <i>input</i> que se soma ao contexto cognitivo do indivíduo e desdobra em uma conclusão nova, diferente do <i>input</i> e do conhecimento previamente armazenado.
<b>Schutz (1970) e Schutz e Luckmann (2003)</b>	
<b>Relevância temática</b>	Investiga os processos hierárquicos que fazem com que um tema receba o privilégio da atenção.
<b>Relevância temática imposta</b>	Dinâmica que conduz, sem a deliberação do indivíduo, um tema à atenção. A condução pode ser imposta pelo não familiar, pelo salto entre âmbitos da realidade, pela mudança ou tensão da consciência dentro de um âmbito da realidade e pela imposição social.
<b>Relevância temática voluntária</b>	Dinâmica que conduz um tema à atenção como parte de um processo de decisão do indivíduo. As escolhas podem se referir ao desenvolvimento de um tema ou a mudança do tema de atenção.
<b>Relevância hipotética</b>	Dinâmica de seleção temática a partir de uma hipótese ou estimativa de que, no futuro, tal tema poderá ser relevante.
<b>Relevância interpretativa</b>	Investiga o desenvolvimento dos temas, especificamente, procura explicar a razão para que alguns desenvolvimentos envolvam uma explicitação detalhada e outros sejam tomados como resolvidos.
<b>Relevância interpretativa imposta</b>	Dinâmica de explicação que ocorre quando o tema coincide com o acervo de conhecimento de maneira suficientemente familiar e segura. A interpretação não é percebida como tal, o sujeito sente que está captando uma realidade não problemática.
<b>Relevância interpretativa motivada</b>	Dinâmica de explicação que interrompe o fluxo interpretativo impositivo porque o acervo conhecimento disponível é insuficiente para a compreensão do tema.
<b>Relevância motivacional</b>	Investiga os processos de seleção e hierarquização orientados por interesses e motivações
<b>Relevância motivacional condicionada</b>	Dinâmica de seleção e hierarquização ligada a atitudes prévias, motivos-porque.
<b>Relevância motivacional finalística</b>	Dinâmica de seleção e hierarquização ligada à obtenção de um interesse ou motivação futura, motivos-para.
<b>Straßheim (2010)</b>	
<b>Relevância</b>	Relevância é uma dinâmica de seleção útil para um indivíduo, na medida em que o auxilia a continuar ou contextualizar.
<b>Continuação</b>	Capacidade de fornecer evidências pertinentes ao problema em mão.
<b>Contextualização</b>	Capacidade de fornecer evidências decisivas que mostram novos lados do mundo.

Fonte: elaboração própria.

Estes e outros conceitos retirados de Schutz, Straßheim, Sperber e Wilson e dos críticos desses últimos podem revelar-se compatíveis as justificativas para os valores-notícia frequentes, podem negá-las ou podem ocupar um espaço de ausência, quando a relevância de um valor é suposta, mas não justificada. Mais importante do que o tipo de relação, entretanto, é observar a compatibilidade entre teorias da relevância e os valores-notícia. Esse exercício coloca à prova a pressuposição de que relevância jornalística se comporta como uma forma particular de relevância geral e ainda permite compreender que dimensões das relevâncias costumam ser exploradas e quais recebem pouca atenção.

No caminho de elaborar um conceito de relevância jornalística, esta seção é um primeiro passo em direção à sobreposição de saberes teóricos da pesquisa em jornalismo (destacadamente os conceitos de valor-notícia e acontecimento jornalístico) e de saberes das teorias da relevância, ambos localizados sobre o plano da seleção jornalística dos acontecimentos.

### **I. Negatividade**

Para iniciar essa aproximação dos saberes fundadores do conceito de relevância jornalística, poucos valores-notícia seriam mais produtivos do que a negatividade, isso porque ele é um dos itens mais acionados para identificar a seleção jornalística, tanto no âmbito da pesquisa quanto na prática. A negatividade, como valor-notícia, está tão presente na rotina jornalística que uma crítica comum feita aos produtos e aos profissionais se volta para o privilégio do que é terrível. Entre os jornalistas opera, inclusive, a máxima de que “notícia ruim é notícia boa, enquanto a notícia boa nem é notícia”. Entre as obras observadas, essa máxima parece encontrar um respaldo considerável.

Na listagem de Galtung e Ruge (1999), a negatividade é apresentada como um dos fatores culturalmente capazes de influenciar a transição dos acontecimentos em notícias. “Quanto mais negativo for o acontecimento nas suas consequências, mais provável será a sua transformação em notícia” (GALTUNG; RUGE, 1999, p. 67), os autores ainda apresentam quatro justificativas para isso, mas antes de chegar a elas, queremos apresentar outros autores que reforçam esse interesse.

Para Van Dijk (1990, p. 178, tradução nossa), “grande parte dos discursos jornalísticos trata de acontecimentos negativos, como problemas, escândalos, conflitos,

crimes, guerras ou desastres<sup>47</sup>”. Para Gislene Silva (2005) é notícia o que envolve tragédia/ drama, bem como catástrofes, acidentes, risco de morte e morte, além de violência e crime. A morte, especificamente, é apresentada como característica de destaque por Peucer (2004), Amaral (1978) e Traquina (2005). Outros termos utilizados em torno dessa negatividade são infração, violência e violação, assassinato, tragédia, monstruosidade, escândalo e desvio, sendo que este último também pode apresentar um lado positivo (SHOEMAKER; COHEN, 2005).

O interesse pelo que é ruim, voltando a Galtung e Ruge (1999), se deve a quatro razões que se combinam, a primeira delas é que a notícia negativa seria mais compatível com o canal noticioso por ser mais rápida do que a notícia positiva. Na segunda razão, os autores afirmam que as notícias negativas seriam mais consensuais. Na terceira, dizem que as notícias negativas seriam mais consoantes com que o público prediz e espera. Por fim, na quarta razão indicam que o negativo é mais inesperado.

Como foi dito, na segunda seção, as duas primeiras justificativas para a negatividade se voltam para o que é conveniente para a empresa jornalística, sem muita atenção para a implicação dos sujeitos. As duas últimas, por sua vez, se voltam para qualidades da variação do ecossistema (que discutiremos a seguir), mas que pela sua contradição, uma vez que o negativo pode ser tanto o esperado quanto o inesperado, não nos parece suficiente para justificar o interesse pelo negativo.

Uma reflexão muito mais elaborada vem da obra de Van Dijk (1990), que aciona saberes sociológicos, psicológicos e cognitivos. Para o autor, a psicologia justifica o interesse pelo negativo pois esses acontecimentos “estão diretamente relacionados com o sistema emocional de autodefesa, no qual a fascinação por tudo aquilo que pode ir mal é uma preparação para uma ação evasiva ou protetora<sup>48</sup>” (VAN DIJK, 1990, p. 178, tradução nossa). Em termos cognitivos, o autor relaciona a negatividade a uma “simulação geral dos possíveis incidentes que podem irromper em nossas próprias vidas cotidianas<sup>49</sup>” (VAN DIJK, 1990, p. 179, tradução nossa) e por fim, a justificativa social, se deve ao reforço de normas e valores sociais, já que o negativo “aplica um consenso de

---

<sup>47</sup> “gran parte del discurso periodístico trata de sucesos negativos, como problemas, escándalos, conflictos, crímenes, guerras o desastres”.

<sup>48</sup> “están directamente relacionados con el sistema emocional de autodefensa, en el cual la fascinación por todo aquello que puede ir mal es una preparación efectiva para la acción evasiva o protectora”.

<sup>49</sup> “simulación general de los posibles incidentes que pueden irromper en nuestras propias vidas cotidianas.”

normas e valores sociais que ajudam a definir e a confirmar o próprio grupo<sup>50</sup>” (VAN DIJK, 1990, p. 179).

O teórico português Nelson Traquina (2004), em entrevista à jornalista brasileira Gislene Silva, foi perguntado sobre a relação entre o jornalismo e a negatividade. A resposta de Traquina trouxe reflexões interessantes não só para esse valor-notícia, mas também para os demais. De início, ele conectou o interesse pela negatividade a uma disposição humana básica e, com um exemplo, explicou como o destaque ao negativo lhe parece natural. Em seguida, entretanto, o teórico destacou a importância de refletir sobre os valores-notícia no que diz respeito aos efeitos gerados, neste caso a consequência de manter o jornalismo como uma “sequência sem fim de negativismo”.

Com essa reflexão, o teórico contraria a máxima de que notícias seriam necessariamente ruins e afirma que é preciso introduzir notícias positivas.

Evidentemente, um jornal só com boas notícias terá pouca durabilidade. Mas acho importante que os jornalistas, conscientes dos valores-notícia, façam um esforço para fornecer ao público também notícias positivas, até para não criar esse fenômeno social de desligar-se do Jornalismo, desligar-se do telejornal pela razão de estar farto de más notícias. Como cidadão, tenho ouvido, em conversas diversas, muitas reclamações desse tipo. De fato, sistematicamente meia hora só de desgraças pode levar ao afastamento do público. Com certeza, não é possível ignorar as más notícias, mas deve haver um esforço para também ter algumas notícias positivas, sobre ações que estão sendo feitas por diversos setores da sociedade, e assim dá existência pública a essas ações. (TRAQUINA, 2004, p. 202)

Essa perspectiva, que algumas vezes não se manifesta tão claramente na obra do autor, é compatível com uma das tarefas apresentadas na segunda seção, isto é, compreender os valores-notícia para além da identificação de valores já estabilizados, mas em compatibilidade com a atuação social da prática. Em outros termos, os valores precisam ser confrontados com os efeitos da sua existência e com a função social do jornalismo.

Dito isto, podemos seguir na observação da negatividade em relação ao acontecimento jornalístico e às teorias da relevância. Quanto a variação do ecossistema e a implicação dos sujeitos, o valor-notícia negatividade se dedica primordialmente ao primeiro elemento, ou seja, ele destaca um tipo ou qualidade esperada da variação do ecossistema e esclarece que variações negativas devem ser privilegiadas. Ainda que alguns autores tentem justificar o privilégio da negatividade e dessa forma formulem

---

<sup>50</sup> “aplica un consenso de normas y valores sociales que ayudan a definir y a confirmar el propio grupo.”

hipóteses sobre a implicação dos sujeitos, de maneira geral, esse valor privilegia uma característica negativa da variação e não a implicação da negatividade para os sujeitos.

Apesar de pouco recorrente, a implicação sugerida em Van Dijk (1990) é bastante compatível as justificativas embasadas nas teorias da relevância. Considerando, Segundo Straßheim (2010), que é relevante aquilo que é útil para os sujeitos continuarem ou contextualizarem sua relação com o mundo e com a sociedade, a negatividade implicaria os sujeitos e seria alçada ao primeiro plano cognitivo, porque representa ameaça a continuidade.

Com base na literatura de Schutz (1970) e de Schutz e Luckmann (2003), podemos apontar que acontecimentos negativos despertam uma relevância temática hipotética, diretamente relacionada a uma relevância motivacional finalística, ambas voltadas para o impulso bastante primitivo de autopreservação e proteção. Em resumo, o negativo se torna relevante por acionar tanto o interesse de evitá-lo, quanto a hipótese de que o conhecimento dos temas desviantes pode se tornar útil no futuro.

Sperber e Wilson (2005, 2010) também nos permitem associar a negatividade à geração de efeitos preventivos. Como foi esclarecido na seção anterior, a relevância como concebida pelos autores é uma função biológica, cujo emprego primordial é garantir a sobrevivência da humanidade, através do melhoramento da capacidade cognitiva. Assim, o acontecimento negativo é relevante pois contribuiu para nossa segurança e conforto, ao chamar a atenção para o que coloca em risco a vida ou a integridade física (como as circunstâncias de mortes, tragédias, acidentes, assassinatos e crimes) e os interesses sociais (justificando nosso interesse por escândalos, perdas ou transgressões das normas).

O que essas tradições de estudo da relevância nos dizem é que nos interessamos pelo negativo porque nossa cognição o compreende como um investimento útil para prevenir problemas futuros e para garantir a estabilidade dos nossos interesses corriqueiros. Assim, a grande quantidade de produtos jornalísticos sobre crimes, morte e catástrofes, bem como o impulso comum de diminuir a velocidade para observar um acidente em uma via são mais do que um gosto condenável pela tragédia, são antes disso um investimento preventivo, em busca de evitar que tal negatividade nos atinja.

A maior parte dessa argumentação se consolidou sobre a relação entre a negatividade e o funcionamento da cognição humana, mas também é possível relacionar a negatividade ao gosto e verificar que o privilégio da negatividade pelo jornalismo pode,

em muitos momentos, deixar de responder a um impulso humano e passar a se relacionar com uma estética do negativo. Não exploraremos essa dimensão, mas acreditamos que o jornalismo sensacional (menos o acontecimento que possui uma qualidade negativa ou dramática e mais o exercício de potencializar por recursos técnicos essa dramaticidade) é um claro indício da ação jornalística que deixa de responder a interesses cognitivos inatos e passa a manipulá-los com a finalidade de potencializar as chances de obter atenção.

## **II. Incomum**

Este valor-notícia costuma ser relacionado ao anterior, ainda que do ponto de vista da relevância ele movimente relações distintas e seja mais amplo. Nas 13 listagens, ele é um dos mais constantes, embora acione diversos termos. Stuart Hall et al, cuja lista de valores-notícia não consta entre as 13 analisadas, visto que em muitos momentos apenas reproduz a listagem de Galtung e Ruge (1999), iniciam sua disposição sobre os valores-notícia com referência a este valor, que qualificam como o “valor-notícia primário ou fundamental” (HALL et al, 1999, p. 225). Para esses autores, os valores-notícia estruturam o processo de seleção dos acontecimentos orientados para “itens que são ‘fora do comum’, o que de certo modo vai contra as nossas expectativas ‘normais’ acerca da vida social, o inesperado terremoto ou a alunagem, por exemplo” (idem).

Entre os autores analisados, o incomum aparece desde a listagem de Peucer que, como vimos, organiza três séries que determinam o que noticiar em oposição ao que deve ser ignorado: o primeiro item a ser privilegiado pelo autor é o incomum. “Os prodígios, as monstruosidades, as obras ou efeitos maravilhosos e insólitos da natureza ou da arte” (PEUCER, 2004, p. 20). E em oposição, o primeiro item a ser evitado deve ser o que é banal, “que aí não se ponha coisas de pouco peso ou as ações diárias dos homens”, bem como “o tratamento dos cidadãos, entre eles” e “as diversões domésticas” (PEUCER, 2004, p. 21), esse tipo de informação deve ser evitado sob a justificativa de que “não serviria nada a ninguém saber de tudo isso” (PEUCER, 2004, p. 22).

Fraser Bond, aponta o incomum como um elemento de interesse da notícia e afirma que “originalidade e incongruência formam a base de muito do que consideramos notícia” (1962, p. 95) e ainda que “alguma coisa que não pode acontecer e contudo acontece é notícia” (1962, p. 97). Para Nilson Lage (1979, p. 71), “a raridade de um acontecimento é fator essencial para o interesse que desperta”, assim como para Erbolato

(1978, p. 56) “o que foge da rotina é interessante” e para Amaral (1978, p. 62), “o fato que se repete, monotonamente vai perdendo o interesse até cansar”.

Herbert Gans (2004), Gislene Silva (2005) e Manuel Chaparro (1994) afirmam que devem ser noticiadas histórias que podem evocar surpresa ou ser inesperadas. Galtung e Ruge (1999) e Nelson Traquina (2005, p. 84) chamam a atenção para o valor-notícia inesperado, definido, neste último, como “aquilo que irrompe e que surpreende a expectativa da comunidade jornalística”. Por fim, para Shoemaker e Cohen (2005), o incomum é um dos dois grandes valores-notícia, identificado pelo termo desvio, ou seja, aquilo que difere do que é familiar. “Esse indicador da notícia nos fala sobre algo diferente do nosso dia-a-dia<sup>51</sup>” (SHOEMAKER; COHEN, 2005, p. 08, tradução nossa).

O incomum pode estar em um time azarão que vence o líder do campeonato, em “Crateras misteriosas [que] surgem e causam espanto na Rússia” (UOL, 03/09/2020)<sup>52</sup> e ainda em manobras políticas ou outras ações pouco usuais. Apesar de ser relacionado ao valor-notícia anterior, o incomum não é necessariamente negativo, assim como o negativo também não é necessariamente incomum, tanto que diversas situações dramáticas podem se banalizar a ponto de serem naturalizadas. Evidentemente, acontecimentos podem convergir esses dois valores-notícia, mas, nesse caso, estarão operando expectativas de relevância de natureza distinta.

Um aspecto comum entre a negatividade e o incomum é que ambos são tipos ou qualidades esperadas da variação no ecossistema. Assim como a negatividade, o incomum ressalta uma característica que torna as variações mais atraentes e que aumenta a chance de um acontecimento atrair o interesse jornalístico: quanto mais incomum, maior tende a ser o interesse. Também é semelhante entre o negativo e o incomum a pequena atenção à implicação dos sujeitos, sendo que para esse último, nenhum dos autores se propôs a justificar o que lhe confere valor.

Para além das semelhanças, quando analisado na sua relação com as teorias da relevância, o incomum revela conexões distintas. Nos termos das teorias da relevância de Schutz (1970), o incomum movimenta uma relevância temática imposta, assim sendo é cognitivamente improvável ignorar o incomum, visto que o não familiar força a cognição

---

<sup>51</sup> “These indicators of news tell us about something different from our day-to-day lives.”

<sup>52</sup> <https://www.uol.com.br/tilt/noticias/redacao/2020/09/03/crateras-misteriosas-surgem-e-causam-espanto-na-russia-entenda-fenomeno.htm>

a mudar de tema e privilegiar o que o que é desconhecido, raro ou pouco comum. Ainda nessa literatura, outra modalidade de relevância que pode ser relacionada ao incomum é a relevância temática hipotética, pois diante do desconhecido, a cognição encontra uma fonte potencial de novas informações. Diferente do que ocorreu com o valor-notícia negatividade, a relevância temática hipotética ligada ao incomum não se vincula diretamente à relevância motivacional, isto é, não há uma clara conexão entre o incomum e os interesse do sujeito, a menos que se considere a ampliação do contexto cognitivo como um interesse em si.

Sperber e Wilson (2005), como já foi dito, concebem a ampliação do contexto cognitivo como a meta geral da cognição. Assim, para eles, o incomum também seria inevitável uma vez que é um estímulo essencialmente capaz de melhorar o conhecimento armazenado, seja por um efeito de revisão ou abandono (mostrando ser possível o que se considerava impossível, por exemplo), seja por um efeito de implicação contextual (desdobrando informações novas ao conhecimento de mundo do sujeito).

Por fim, quanto à utilidade, o incomum pode não ser pertinente para um interesse específico ou interferir diretamente no cotidiano dos sujeitos, mas se torna útil pela capacidade de contextualizar (Straßheim, 2010), ou seja, fornece evidências que exploram novas realidades e expandem a relação entre o sujeito e as ocorrências do mundo, ainda que possam ser utilizadas para reforçar o *status quo*.

A semelhança inicial que costuma ser estabelecida entre o negativo e o incomum talvez advenha do medo como um afeto fundante das sociedades modernas (SAFATLE, 2015) e, em consequência, do aprendizado de temer e desconfiar do que é diferente. Autores como Amaral (1978) e Gislene Silva (2005) chegam a alocar o surpreendente e o suspense ou a emoção, nas mesmas categorias que as catástrofes e as tragédias, nos fazendo inferir que o mesmo medo acionado pelo negativo pode ser atribuído ao diferente. Esse raciocínio, inclusive, ajuda a colocar alguma luz sobre muitas reações violentas destinadas a pessoas que são ou adotam formas de vida distintas do socialmente familiar, mesmo que elas não representem qualquer ameaça aos que vivem conforme a tradição.

### **III. Consonante**

O valor-notícia consonante forma com o incomum certa polaridade. Enquanto o incomum afirma que devem ser noticiados os acontecimentos inesperados, raros ou surpreendentes, o valor-notícia consonante afirma que devem ser privilegiados os acontecimentos que estão em compatibilidade com o que já se conhece, ou seja, os acontecimentos comuns.

Para Galtung e Ruge (1999), há uma relação entre a pré-imagem de mundo e a disponibilidade para receber certas informações. “Uma pessoa prediz que algo acontecerá e isto cria uma matriz mental para maior facilidade na recepção e no registro do acontecimento se finalmente tiver lugar” (GALTUNG; RUGE, 1999, p. 66).

Van Dijk (1990) dedica dois valores-notícia ao interesse pelos acontecimentos familiares: a pressuposição e a consonância. Ao descrever esse último ele afirma que a notícia deve estar em consonância com “normas, valores e atitudes socialmente compartilhadas<sup>53</sup>”, pois isso a torna “mais fácil de compreender, e sem dúvida, mais fácil de aceitar<sup>54</sup>” (VAN DIJK, 1990, p. 176, tradução nossa). A consonância seria um tipo específico de pressuposição, que indica que “os acontecimentos e o discurso só podem ser entendidos se nos basearmos em grandes quantidades de informação passada<sup>55</sup>” (VAN DIJK, 1990, p. 176, tradução nossa).

Para o português Nelson Traquina (2005, p. 93), “quanto mais a notícia insere o acontecimento numa ‘narrativa’ já estabelecida, mais possibilidades a notícia tem de ser notada. O que quer dizer que a notícia deve ser interpretada num contexto conhecido, pois corresponde às expectativas do leitor”. É interessante destacar que na listagem de Traquina (2005) a consonância é enquadrada como um valor-notícia de construção, o que significa que ela é percebida não como uma característica buscada nos fatos, mas como uma qualidade da apresentação do material. Essa distinção do autor, nos permite avançar para a relação da consonância com o acontecimento jornalístico.

O consonante pode ser descrito como uma qualidade esperada da variação no ecossistema, mas não como um tipo. Isso porque a consonância revela uma qualidade interpretativa e não temática. Espera-se que a variação seja interpretável a luz do ecossistema, a qualidade esperada é uma conexão estável e segura com o pré-existente.

---

<sup>53</sup> “normas, valores y actitudes sociales compartidos”.

<sup>54</sup> “más fácil de comprender y, sin duda, más fácil de aceptar”

<sup>55</sup> “los acontecimientos y el discurso sólo pueden entenderse si nos basamos en grandes cantidades de información pasada”

Nas coberturas jornalísticas também há temas qualificados pela consonância, mas nesse caso, é comum que sejam buscados outros valores-notícia para diferenciar a abordagem e validar o conteúdo.

Nas proximidades do Natal, por exemplo, é habitual produzir matérias jornalísticas sobre opções de presentes. A informação não tem nada de inusitado ou incomum, na verdade ela está de acordo com a experiência do período, com o hábito de comprar presentes, com a dúvida dos presenteadores e com a falta de dinheiro. Essas notícias são acionadas pelo consonante, mas tendem a provocar os jornalistas a adaptar o material oferecido à audiência de referência. “10 sugestões de presentes pegada nerd ou social para este Natal”, Galileu, 21/12/2020; “Confira 60 sugestões de presentes de Natal de até R\$ 100”, Jornal Extra, 20/12/2020; “É trend: ideias de presentes de Natal para todos os estilos. Confira!”, Purepeople, 18/12/2020; e “De R\$14 até R\$229: veja a lista que vai salvar você no presente de Natal”, UOL, 18/12/2020.

Ambas as teorias da relevância podem justificar esse valor-notícia. Com base na teoria de Schutz (1970), podemos visualizar nos acontecimentos consonantes a presença prioritária de uma relevância interpretativa imposta, isto é, de uma tendência a continuar interpretando estímulos ou acontecimentos com base no acervo de conhecimento já consolidado. A relevância interpretativa imposta também nos ajuda a compreender porque o valor-notícia consonante não é muito popular: a utilização desse tipo de relevância ou interpretação ocorre sem que o sujeito se dê conta, como se fosse uma simples captação de uma realidade estática e não uma interpretação a partir de saberes internalizados. Indiretamente, a consonância também se liga a relevância motivacional condicional, pois internaliza uma estratificação ou atitude típica e habitual.

A tradição de Sperber e Wilson (2005) nos permite relacionar a consonância e os efeitos de fortalecimento, bem como compreender por que existem não só interpretações consonantes, mas também temas consonantes. Através deste valor-notícia não é provável chegar a informações novas ou a revisão de conhecimentos já estabilizados, entretanto, ele pode ser relevante por reforçar conhecimentos já existentes.

As vantagens do efeito de fortalecimento são bastante evidenciadas na obra de Rauen (2008). Uma vez que a cognição não conta com uma quantidade ilimitada de recursos, é necessário alternar estados de tensão e de distensão, a consonância e os efeitos de fortalecimento são excelentes para cognições cansadas ou distensas, porque o esforço

de processamento para reforçar um saber adquirido é menor o que o necessário para adquirir um novo saber ou modificar uma crença prévia.

A consonância também é adequada ao trabalho dos jornalistas. Por mais que seja comum associar o cotidiano jornalístico a um ambiente frenético em que acidentes, escândalos ou mortes acontecem em um piscar de olhos, na verdade, grande parte do conteúdo produzido repete acontecimentos rotineiros e previsíveis. Não é preciso ser jornalista ou um entusiasta da área para notar que sempre há notícias sobre a economia e os presentes de Natal, sobre as atrações do fim de semana, sobre a chegada do verão e a lotação das praias, sobre a alta ou baixa produtiva da indústria, entre outros.

O que as teorias da relevância trazem de acréscimo para a compreensão do valor-notícia consonante é o reconhecimento de que sua presença não se deve apenas à ausência de acontecimentos incomuns, mas também a busca cognitiva por conforto, segurança e distensão oriunda da certeza de que o ecossistema continua estável e continua sendo a referência necessária para a compreensão da realidade.

Por mais que a consonância não seja útil para contextualizar a relação dos sujeitos com a realidade social, ela é útil para garantir a continuidade, principalmente quando não nos referimos a continuidade diante de um desafio, mas a continuidade diante do viver rotineiro (STRAßHEIM, 2010). Mesmo com a utilidade de contribuir para a estabilidade e a continuidade, o consonante não sensibiliza a atenção invariavelmente, mas submetido à máxima de saturação (RAUEN, 2008). Por esse motivo, ainda que as notícias tratem de acontecimentos rotineiros e repetidos, os jornalistas sempre buscam novas abordagens ou algum detalhe que faça com que o cotidiano se renove.

Antes de encerrar, gostaríamos de turvar a aparente oposição entre o consonante e o incomum e, em oposição, argumentar que no texto jornalístico esses dois valores-notícia servem a um fim comum. Enquanto o consonante expõe o que é familiar e gera com isso conforto e estabilidade, o incomum apresenta o que irrompe ao familiar, tratando-o como negativo, com o fim de “neutralizar ou diminuir ameaças ao *status quo*<sup>56</sup>” (SHOEMAKER; COHEN, 2005, p. 12, tradução nossa).

Tanto os enunciados consonantes quanto os incomuns têm como função a manutenção do *status quo*, seja pela sua reafirmação (tranquilizando os receptores para o

---

<sup>56</sup>“neutralize or diminish threats to the status quo.”

fato de que as regras, normas e a realidade continuam sendo o que eram), seja pelo destaque a ameaças que podem comprometê-lo (alertando e ensinando sobre o diferente, em referência ao “normal-melhor” ao qual se deseja retornar). Em outros termos, o incomum, ainda que retratado como uma força que irrompe, tende a ser neutralizado pela passividade da repetição, englobado pela permanência do comum ou temido como sinônimo do negativo. O consonante, não está em verdadeira ameaça diante do incomum, mas em posição de ampliar-se e de subjugar-lo. As duas séries revelam, portanto, uma faceta conservadora da seleção dos acontecimentos jornalísticos (e do tipo de relevância), uma vez que ela se compromete com a continuidade e tende a proteger a ordem vigente.

#### IV. Amplitude/intensidade

Figura 1 – Primeira página de três jornais brasileiros no dia nove de outubro de 2020



Fonte: <https://www.vercapas.com.br/2020-08-09/>

No dia oito de agosto de 2020, o Brasil chegou ao número de 100 mil mortes notificadas em decorrência da pandemia de Covid-19. Depois de seis meses desde o primeiro caso e de se tornar rotineiro o quantitativo de mil mortes diárias, os jornais utilizaram a amplitude e o impacto do número para reforçar a dramaticidade da situação. Diversos jornais impressos, estamparam em suas edições de domingo (que costumam adotar um tom mais leve) o número de vidas perdidas. Os jornais Estado de Minas e Extra, do Rio de Janeiro, estabeleceram a conexão entre a quantidade e o impacto sobre todo o

país: as mortes são associadas a uma derrota sofrida pela nação, que é mostrada de luto ao adicionar a cor preta e cruzeiros à bandeira brasileira.

Já o jornal o Globo, também do Rio de Janeiro, aproveitou o número de mortes confirmadas para produzir uma capa que provoca uma reflexão mais personificada. Apesar de destacar o quantitativo, o jornal expõe fotos de brasileiros, com destaque para a foto de Rosana Aparecida, a trabalhadora doméstica que foi a primeira das 100 mil vítimas do vírus. Em muitos momentos, a amplitude ou a intensidade (principalmente quando dizem respeito a acontecimentos de teor negativo) é associada ao recurso discursivo da dramaticidade, pois por mais que os números de vítimas tragam um inerente poder retórico, as quantidades tendem a banalizar o drama de cada pessoa atingida, exigindo o reforço da dimensão individual.

Figura 2 – Primeira página do jornal Folha de São Paulo no dia nove de outubro de 2020



Fonte: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/fac-simile/2020/08/09/index.shtml>

O jornal Folha de São Paulo, do mesmo dia, além de destacar o número em questão, também se dedicou a dimensionar o que representam 100 mil mortes. Ao lado de uma foto, em preto e branco, de covas recém-fechadas, em que duas flores ocupam o primeiro plano, o jornal fez uma comparação numérica entre as vítimas do Covid-19 e de outras tragédias. Um infográfico mostra que, apenas no período em questão, o vírus Corona vitimou mais pessoas (no Brasil) do que a Guerra do Paraguai, do que o impacto

da bomba atômica de Hiroshima e do que as mortes no trânsito e por assassinato no ano de 2019.

O valor-notícia de que trataremos agora se volta especificamente para a relação entre jornalismo e as grandes quantidades, seja na dimensão do acontecimento, seja em relação aos atingidos. Para Herbert Gans (2004, p. 151, tradução nossa), a história mais importante é aquela que atinge a população inteira e “quanto maior o número, mais importante é a história<sup>57</sup>”. Mesmo quando não há números exatos à disposição, os jornalistas fazem julgamentos a partir da impressão; mencionam o número de pessoas que poderiam ser atingidas (mesmo que a possibilidade não se confirme); consideram o que interessa a grandes setores da população e ainda o que deveria interessar, a exemplo do que é dever/direito dos cidadãos (GANS, 2004).

Para alguns autores, a amplitude ou intensidade possui uma relação de oposição com o consonante: “os números muito grandes e os muito pequenos em relação à experiência cotidiana do público têm grande valor retórico simplesmente porque as pessoas não conseguem dimensioná-los” (LAGE, 1979, p. 70), havendo um “limiar que o acontecimento terá de ultrapassar antes de ser registrado” (GALTUNG; RUGE, 1999, p. 65). Também Nelson Traquina (2005) compreende a amplitude por essa perspectiva, para ele a notabilidade, ou qualidade do que é visível ou tangível, é um valor-notícia que se manifesta tanto pela “quantidade de pessoas” quanto pelo “contrário do ‘normal’” e pela falha ou defeito. (TRAQUINA, 2005, p. 83).

Fraser Bond (1962) se refere a essa dimensão nas suas três listagens. Entre os valores da notícia ele destaca o tamanho, já que “o muito pequeno e o muito grande atraem a atenção” (BOND, 1962, p. 94), entre os elementos de interesse da notícia, ele cita os “acontecimentos que afetam grandes grupos organizados” (BOND, 1962, p. 96) e, por fim, entre os valores jornalísticos da notícia, grupo que associa o valor e o grau de interesse, ele esclarece que é notícia “qualquer coisa que interesse vitalmente a um grande número de pessoas” (BOND, 1962, p. 98).

Gislene Silva (2005) apresenta entre os seus valores-notícia o impacto, que especifica através do número de pessoas envolvidas, número de pessoas afetadas ou grandes quantias. Amaral (1978) afirma que os produtos jornalísticos devem possuir um

---

<sup>57</sup> “the larger the number, the more important is the story.”

grande raio de influência, a fim de que notícia “interesse a grande parte da comunidade, a toda ela ou a círculos mais amplos do país ou do mundo” (AMARAL, 1978, p. 62).

De maneira geral, os autores estabelecem que os jornalistas se interessam por acontecimentos intensos (o que requer ultrapassar o limiar do comum) e por acontecimentos amplos (que de alguma forma envolvam ou atinjam muitas pessoas). Tanto a amplitude quanto a intensidade reforçam a relação do jornalismo com o que é grandioso e impactante, bem como com o poder retórico dos números.

Quanto aos acontecimentos jornalísticos, podemos associar a amplitude/intensidade a uma qualidade esperada da variação no ecossistema. Assim como os valores-notícia anteriores, a amplitude destaca uma qualidade a ser buscada nas ocorrências. Neste caso, o valor afirma que as variações do ecossistema atrairão a atenção do jornalista quanto melhor puderem ser expressas e visualizadas as quantidades envolvidas ou quanto mais pessoas atingirem.

É bastante comum utilizar números e percentuais a fim de destacar a amplitude ou intensidade de um acontecimento. Da mesma forma, acontecimentos que envolvem muitas pessoas como protestos, pesquisas ou mesmo mudanças governamentais costumam ser enquadradas e valorizadas a partir do seu quantitativo.

Para além da razão pela qual a amplitude e a intensidade têm valor retórico, as teorias da relevância nos auxiliam a refletir sobre o fundamento do nosso interesse no que é amplo ou intenso. Antes de expor as contribuições, gostaríamos de reforçar a subdivisão, colocando de um lado grandes montantes, mesmo que envolvam poucas pessoas, e de outro o que envolve muitas pessoas, mesmo que oriundo de medida única.

Vejamos um exemplo: uma pessoa que passa por uma rua conhecida e normalmente pacata ficará impressionada se, no lugar do ambiente esperado, encontrar uma multidão ou uma grande quantidade de pombos que não costuma ocupar o espaço. Numa situação ou noutra há uma relevância temática imposta motivada pelo não familiar, mas no caso das pessoas há ainda outras dimensões a destacar.

Ao observar a rua tranquila cheia de pombos, o fato parecerá principalmente curioso, já a multidão além da curiosidade despertará interesses. Nos termos de Schutz (1970), poderíamos dizer que há também uma relevância temática socialmente imposta;

e com base em Sperber e Wilson (2005), cuja explicação para esse aspecto é mais ampla, podemos estabelecer uma relação com o princípio comunicativo da relevância.

Uma vez que outras pessoas processam relevância, a multidão não se destaca apenas pelo atípico, mas porque o que atraiu as demais pessoas pode ser capaz de me atrair também. Em outros termos, nos interessa saber o que atraiu todas aquelas pessoas, pois formulamos a hipótese de que o que interessou aos demais pode também nos interessar. Voltando a Schutz (1970), estamos falando não só de uma relevância temática socialmente imposta, mas também de relevância motivacional condicionada e de uma relevância temática hipotética.

No exemplo anterior, a amplitude/intensidade inseriu-se em um contexto incomum, mas nem sempre esses dois valores-notícia estarão juntos. Uma notícia que informa que a loteria federal sorteará 50 milhões de reais ou que 35 milhões de brasileiros não têm acesso à saneamento básico, certamente foi acionada pelo valor-notícia em questão, mas não há nada de surpreendente nos sorteios, que se repetem toda semana, ou na situação do saneamento do país. O mesmo pode ser dito para altos índices de criminalidade ou para a produção recorde de um insumo.

O que também pode caracterizar o valor-notícia amplitude/intensidade é uma capacidade de potencializar outros valores-notícia. Para Sperber e Wilson (2005, 2010), relevância é uma função que equilibra efeitos e esforços e ao destacar grandes números ou grandes proporções, os jornalistas podem estar potencializando a compreensão dos efeitos. De fato, a gravidade de 35 milhões de brasileiros sem saneamento básico parece, instintivamente mais severa do que a de muitos brasileiros ou milhões de brasileiros.

Além da potencialização do grau de relevância pelo dimensionamento numérico dos efeitos, gostaríamos de expor duas outras hipóteses para a interpretação desse valor-notícia, essas, fora das teorias da relevância. Há, talvez, um senso de importância e seriedade que vem através da precisão dos números, oriunda da herança positivista (carregada não só pelo jornalismo, mas também pela sociedade) e da quantificação como uma das características essenciais da sociedade ocidental (CROSBY, 1999). Outra hipótese, mais filosófica, se refere a busca pelo concreto ou pelo grandioso dado o caráter volátil e limitado da existência humana.

Em resumo, as teorias da relevância nos auxiliam a perceber que o interesse pelo que é amplo ou intenso pode se dever ao teor surpreendente que o grandioso pode

provocar, momento em que serve para contextualizar; bem como a influência social ou de outras cognições para nossa presunção de relevância, momento em que é útil para a continuação. A relevância das grandes quantidades também pode ser uma forma de potencializar a compreensão dos efeitos e redimensionar a amplitude de um acontecimento. Além disso, a dimensão numérica ou grandiosa pode servir para potencializar outros valores-notícia, de forma que o tipo de relevância acionada pode sofrer variação a partir do valor reforçado.

Há, por fim, mais uma consideração a fazer. A teoria de Sperber e Wilson (2005, 2010), fundamenta-se no processo cognitivo e linguístico de comunicar-se com outrem; a teoria de Schutz (1970, 2012) e Schutz e Luckmann (2003) coloca tanto o outro quanto o conhecimento compartilhado, em uma dimensão social. As duas teorias são essenciais para o jornalismo, mas nenhuma se debruça sobre o tipo específico de comunicação processada pelo jornalismo: a comunicação de massa.

Na comunicação jornalística, não basta balancear efeitos e esforços (SPERBER; WILSON, 2005, 2010), servir aos interesses, à atenção ou ao conhecimento armazenado (SCHUTZ, 1979); também não basta ser útil para continuar e contextualizar (STRAßHEIM, 2010) tudo isso é apenas parcialmente válido se se referir a apenas um sujeito. Dessa forma, quando os autores se referem a capacidade de atingir ou interessar uma grande quantidade de pessoas, eles podem estar menos caracterizando um acontecimento a partir da implicação dos sujeitos e mais lembrando o lugar massivo inerente à prática jornalística.

## **V. Conflito**

Entre os autores cujas listas de valores-notícia estão sendo analisadas, poucos dedicam espaço para refletir sobre o fundamento dos indicadores apresentados. Há, como dissemos, grandes obras descritivas e capazes de sintetizar uma ilimitada variedade de acontecimentos através de um número restrito de valores, mas poucas dessas obras refletem sobre o porquê de a mídia e as pessoas privilegiarem certos acontecimentos e não outros. Uma exceção a essa afirmação está na obra de Nilson Lage.

Em sua obra, o jornalista brasileiro afirma que os critérios de avaliação têm sua existência justificada por impulsos psicológicos inatos como a agressividade, a

sexualidade, a posse alimentar e o desejo de proteção. Com a socialização, esses impulsos seriam realocados, sublimados ou desviados, de forma que a existência em sociedade seria caracterizada por sua utilização em uma dimensão simbólica.

É nesse sentido que o conflito, físico ou simbólico, é utilizado pelo autor para explicar o interesse em muitos acontecimentos.

Não é difícil compreender, por exemplo, as relações entre o debate parlamentar e o conflito físico; as palavras substituem, numa escala tolerável, a agressividade da ação, que se sublima desta forma. O vínculo permanece na metáfora corrente da *luta* partidária, da *batalha* eleitoral, da *campanha* política. Pelo mesmo critério, a grande violência da sociedade industrial será reduzida a episódios de violência individual (familiar, de grupos) no noticiário de polícia, ou ao intimismo das narrativas existenciais que projetam, na neurose dos indivíduos, essa violência mesma: a assimilação é tal que as causas essenciais se perdem e as ocasionais revoltadas perante a violência instituída serão as únicas chamadas correntemente de violentas. Técnicas de desvio podem ainda limitar a agressividade a regras, como no boxe ou no futebol, e ritualizá-la, produzindo, no espaço do ringue ou do campo, situações ideais de iguais oportunidades, regras consentidas e pronto castigo a suas violações. (LAGE, 1979, p. 66)

A tese de Lage, aproximável dos fundamentos da teoria de Sperber e Wilson (2005), pode não ser capaz de explicar todos os valores-notícia pelos quais passaremos, mas certamente é essencial para muitos deles. Um raciocínio semelhante esteve presente na reflexão sobre os valores-notícia negatividade e incomum e, de maneira menos articulada, está presente em outros autores que se referiram ao conflito como um critério de relevância.

Para Fraser Bond (1962), a notícia é interessante quando trata de conflitos e disputas, entre os quais estão não só os conflitos no uso mais literal do termo: “notícias de batalhas, de combates aéreos notícias sensacionais” (BOND, 1962, p. 95), mas também na “luta” entre o homem e a natureza, entre o indivíduo e a sociedade e entre grupos políticos e econômicos. Para o autor, o conflito “forma a base de muito do apelo das páginas esportivas” (BOND, 1962, p. 96). A rivalidade esportiva também é mencionada por Erbolato (1978), que ainda chama a atenção para o fato de que a rivalidade coloca o receptor em um lugar de torcedor.

Amaral (1978), Chaparro (1994), Gislene Silva (2005) e Traquina (2005) reforçam o interesse jornalístico pelos conflitos sociais e crises, bem como pelas disputas, brigas, greves, reivindicações, guerras e violências física e simbólicas, associando, todas essas ao interesse pelo que é conflituoso.

Do ponto de vista do acontecimento jornalístico, o conflito nos parece mais uma qualidade esperada da variação do ecossistema. Interessam as variações que envolvam as pessoas a ponto de gerar torcedores ou apoiadores, afinal, independente de ser um conflito físico ou simbólico, inato ou sublimados em relações metafóricas, o que todo conflito tem em comum é a geração de alternativas ou lados aos quais se filiar.

As teorias da relevância nos permitem compreender que o conflito internaliza certa provocação ao princípio comunicativo (SPERBER; WILSON, 2005) e à relevância temática socialmente imposta (SCHUTZ, 1979). Uma vez que a cognição das pessoas com as quais convivemos tem uma capacidade diferenciada de conduzir nossa atenção e nossas expectativas de relevância, uma situação de conflito nos coloca diante de uma situação em que há estímulos concorrentes, de um lado há pessoas (e cognições) apontando para uma opinião ou uma visão de mundo e de outro há outras pessoas e cognições apontando na direção oposta. Em outros termos, na situação de conflito não há apenas a cognição de outrem que conduz a minha, mas a cognição de pelo menos duas pessoas que estimulam a minha cognição ao mesmo tempo e para prioridades diversas.

Neste sentido, a tese de Sperber e Wilson (2005), de que a cognição tem como meta geral melhorar o conhecimento de mundo dos sujeitos, pode explicar o interesse pelo conflito em função da sua produtividade. Uma situação de conflito, geralmente, envolve perspectivas que se chocam e que, no seu confronto, podem conduzir a um resultado vencedor, julgado de forma satisfatória pelo sujeito, em função do melhoramento do seu conhecimento de mundo.

Entretanto, a crítica à meta geral da relevância, elaborada por Costa (2008), Vidal (1996) e Rauen (2013), se aplica também a essa situação. É ingênuo acreditar que a única razão que atrai a atenção para os conflitos é o objetivo de saber mais e melhor. Retomando aspectos mencionados por Lage (1979), podemos destacar que os conflitos sublimam afetos e impulsos de fácil identificação, porque são generalizados, como a raiva, o medo e a agressividade, mas, em adição, acrescentamos que os conflitos também provocam a socialização ao seu limite.

Não é incomum, por exemplo, que o debate entre parlamentares, a discussão entre colegas de trabalho ou contato faltoso entre jogadores de futebol possa elevar os ânimos e levar para um conflito físico. Dessa forma, além de ser produtivo para o melhoramento do conhecimento do mundo, os conflitos podem ser relevantes pela

capacidade de despertar benefícios psicológicos e emocionais e por colocar em evidência momentos em que a socialização dos impulsos psicológicos pode estar em risco.

## **VI. Descoberta/conhecimento**

O saber também possui um lugar de destaque no jornalismo, não qualquer saber, e sim um conhecimento densamente associado à novidade e/ou com impacto sobre a vida social. Os termos descoberta, progresso e invenção são utilizados pelos autores em um relacionamento com o conhecimento e a cultura. Neste valor-notícia há, por um lado, o interesse pelo que é novo e surpreendente e, por outro, a demanda por conhecimentos operacionais, que orientem quanto aos desafios da ação cotidiana.

“O homem tem interesse em saber que vai participar de um mundo, ou pelo menos de uma cidade, que logo lhe ofereça melhores condições de vida”, afirma Erbolato (1978, p. 56) ao apontar o progresso como uma qualidade que motiva o público. O mesmo autor ainda cita a descoberta e as invenções, como qualidades em separado, de acordo com ele, “há constante preocupação de todos para a melhoria do padrão de vida humanos” (ERBOLATO, 1978, p. 56).

Fraser Bond (1962) afirma que é notícia a descoberta, em qualquer setor em que se aplique. Manuel Chaparro (1994) lista o conhecimento como um atributo de relevância, o que também é feito por Peucer (2004, p. 21), ao indicar que devem ser noticiados “os escritos mais notáveis dos sábios e doutos, as obras novas dos homens eruditos”. Gislene Silva (2005, p. 104), por sua vez, associa o valor-notícia Conhecimento/cultura à “descobertas, invenções, pesquisas, progressos, atividades e valores culturais e religião”.

Por fim, Shoemaker e Cohen (2005) também se referem a esse valor, subdividindo-a em duas das dimensões. Na significância cultural, os autores incluem como item noticioso o que tem real ou potencial “impacto no sistema social de tradições, instituições e normas como a religião, a etnicidade ou as artes<sup>58</sup>” (SHOEMAKER; COHEN, 2005, p. 15, tradução nossa). Por sua vez, na significância pública se referem ao interesse pelo que representa melhoria ou ameaça ao bem-estar do público.

---

<sup>58</sup> “impact on a social system’s traditions, institutions, and norms, such as religion, ethnicity, or the arts”.

Entre os autores, se alternam duas formas de relacionar esse valor-notícia com o acontecimento jornalístico. Para os que priorizam o conhecimento pelo seu teor de novidade ou ineditismo, a descoberta/conhecimento é uma qualidade esperada da variação no ecossistema, assim como foram os valores-notícia expostos anteriormente. Por sua vez, para os que percebem o conhecimento como um valor em si, o valor-notícia passa a funcionar de maneira direta como uma forma de implicação sobre os sujeitos. No primeiro caso, o valor-notícia reforça um tipo de variação; no segundo um tipo de efeito.

Nos valores-notícia descritos anteriormente, os acontecimentos jornalísticos descreviam um tipo variação do ecossistema ou, mais especificamente, uma qualidade dessa variação; era necessário seguir para as contribuições das teorias da relevância para supor porque tais valores são capazes de impactar os sujeitos. Quando um valor-notícia é, por si mesmo, indicador da implicação, a relação com as teorias da relevância é mais direta, já que o que está sendo apontado não é a variação, mas a implicação propriamente dita. Ao longo de alguns dos valores seguintes essa questão será retomada, por hora, devemos destacar a justificativa das teorias da relevância para a existência desse valor.

Em Sperber e Wilson (2005), a justificativa para esse valor-notícia não poderia ser mais clara. Para os autores, é a busca por conhecimentos que movimenta a cognição e faz com que as pessoas processem relevância. Nessa tradição, adquirir novos conhecimentos é mais do que um efeito comum, antes é uma função biológica da cognição.

Em Schutz (1970), a justificativa pode ser estabelecida por mais de um caminho. O conhecimento pode ser relacionado a uma relevância motivacional finalística (relevância motivacional-para), quando o que se procura saber é necessário para alcançar determinado fim (“Não recebeu o auxílio emergencial de R\$ 600? Veja por que e como resolver” – UOL, 27/04/2020) ou ainda como relevância temática voluntária e relevância interpretativa motivada. No primeiro caso, o sujeito decide aprofundar um tema (“Estilo imortalizado: saiba como nasce um ícone da moda – Correio Brasiliense, 30/08/2020) e no segundo se vê diante da necessidade de interpretar uma realidade de maneira não usual, já que a usual não foi suficiente “Busque formas alternativas de pagar se boleto não chegar” – Estadão, 24/08/2020).

Para finalizar, Straßheim (2010), nos permite afirmar que os conhecimentos são relevantes por serem úteis tanto para continuar, o que ocorre quando o conhecimento é

necessário para uma interpretação ou para ampliar o conhecimento de um tema, quanto para contextualizar, que, por sua vez, ocorre quando o que se busca é principalmente conhecer e aumentar o acervo de conhecimento ou contexto cognitivo anterior.

## VII. Proximidade

Quando o jornal estadunidense *The New York Times* publica matéria em que discute como os presidentes Donald Trump e Jair Bolsonaro quebraram as defesas da América Latina no combate ao COVID-19<sup>59</sup>, é reconhecido, nesse conteúdo, um apelo diferenciado para os brasileiros, não só para os que vivem nos Estados Unidos e, consomem o conteúdo informativo do jornal, mas também para os que vivem no Brasil. Nos dois casos, há certa validação do produto jornalístico, pelo seu traço de familiaridade.

No Brasil e para os brasileiros, o conteúdo é relevante também porque fala sobre nós. De maneira semelhante, qualquer audiência tende a dedicar especial atenção para produções locais ou para veículos de comunicação distantes quando se veem representados ou mesmo mencionados. Em resumo, destaca-se o privilégio de acontecimentos que estabelecem relações ou vínculos de pertencimento entre o acontecimento e a audiência.

Nas listagens estudadas, esse vínculo é identificado pelo termo proximidade, um dos valores-notícia mais estáveis quanto a denominação e a repetição. A maior parte das listagens não só se referem a esse valor, mas fazem-no a partir desse mesmo termo. Mesmo o amadurecimento pelo qual o valor passou, demonstra uma coesão terminológica não muito comum entre os autores analisados.

Listagens como as de Fraser Bond (1962) e Erbolato (1978) tratam da proximidade de uma perspectiva principalmente geográfica. “O leitor acha mais interessante um pequeno acontecimento próximo do que um outro, mais importante a quilômetros de distância” (BOND, 1962, p. 93). “A grande arma dos jornais do interior e semanários comunitários (que se publicam nos bairros das cidades médias e grandes) é a divulgação dos fatos que ocorrem perto do leitor e a ele ligados” (ERBOLATO, 1978, p.

---

<sup>59</sup> <https://www.nytimes.com/2020/10/27/world/trump-bolsonaro-coronavirus-latin-america.html?searchResultPosition=2>

55). Nesse grupo também podemos mencionar Chaparro (1994), autor que não desenvolve a noção de proximidade, apenas a cita como um atributo de relevância.

A partir da listagem de Galtung e Ruge (1999) a compreensão da proximidade começou a se ampliar, isso porque para esses autores o valor é uma subdivisão do fator significância, que faz com que acontecimentos sejam privilegiados por incluir uma “proximidade cultural” (GALTUNG; RUGE, 1999, p. 65). A partir deste trabalho, publicado em 1960, outros autores ampliaram a percepção da proximidade para incluir não só o interesse particular pelo que está geograficamente próximo, mas também pelo que desperta uma afinidade, que independente da distância física.

Em um texto lançado em 1968, Amaral afirma que opera não só um interesse natural por “coisas que ocorrem mais perto que longe” (AMARAL, 1978, p. 63), mas que também existe a possibilidade de aproximar-se de um local distante por algum interesse. Nilson Lage (1979) também aplica essa noção ampliada de proximidade, mas a atribui menos a interesses individuais e mais a relações culturais ou comerciais que facilitam a penetração de mensagens originadas em produtores hegemônicos. “O raciocínio corrente é de que o homem se interessa principalmente pelo que lhe está próximo. No entanto, esta proximidade varia tanto com as trocas materiais (o comércio) quanto com as trocas culturais ou populacionais (migrações)” (LAGE, 1979, p. 67).

Por fim, Gislene Silva (2005), Nelson Traquina (2005) e Van Dijk (1990) também adotam a combinação entre proximidade geográfica e cultural. Vale destacar as explicações oferecidas por Van Dijk. Para ele, a proximidade cultural, a qual denomina proximidade ideológica provem da consonância; ao passo que a proximidade geográfica, por ele denominada proximidade local, se liga a relevância e a pressuposição, isso porque a “notícia pode ser mais relevante devido a possibilidade de proporcionar informação necessária para a interação direta ou para outras atividades cognitivas e sociais<sup>60</sup>” (VAN DIJK, 1990, p. 180, tradução nossa).

Depois de demonstrar a coesão das afirmações dos autores, podemos seguir para a relação entre o valor-notícia e o acontecimento jornalístico. Diferente da maior parte dos valores-notícia anteriores, a proximidade, seja ela geográfica ou cultural, não pode ser definida como uma qualidade esperada da variação no ecossistema. Ou seja, estamos

---

<sup>60</sup> “noticia puede ser más relevante debido a que puede proporcionar información necesaria para la interacción directa o para otras actividades cognitivas y sociales.”

afirmando que as variações no ecossistema não são selecionadas por serem próximas (como são por serem negativas, incomuns, amplas ou conflituosas), mas qualquer acontecimento se potencializa caso ocorra nas proximidades geográficas ou culturais, do grupo de referência. Assim, classificamos a proximidade não como uma qualidade da variação no ecossistema, mas como uma ordem de preferência para as variações no ecossistema, que orienta os jornalistas a privilegiar os acontecimentos familiares.

Ao refletir sobre a razão para que essa ordem de preferência ocorra, nos aproximamos da reflexão sobre relevância. Como foi apontado por Van Dijk (1990), um acontecimento próximo, principalmente do ponto de vista local, tende a ter mais implicações sobre os sujeitos do que os acontecimentos distantes. É, mais provável que um sujeito seja implicado pelas mudanças no tráfego da sua cidade do que por um terremoto em outro país. Mas se ampliarmos o que compreendemos como implicação, também poderemos perceber na proximidade cultural uma ordem geradora de implicações, se não uma implicação direta e pessoal, ao menos uma implicação que o atinge emocionalmente ou ideologicamente os sujeitos.

Em termos mais precisos, afirmamos que a proximidade, como ordem de preferência para variações no ecossistema, costuma ser privilegiada pois os acontecimentos jornalísticos próximos potencializam a chance de implicar sobre os sujeitos. Uma vez que implicação sobre os sujeitos é o elemento do acontecimento jornalístico mais próximo da reflexão sobre relevância, podemos começar a explorar a conexão entre esse valor-notícia e as teorias de referência.

Na relevância de Schutz (1970) e Schutz e Luckmann (2003), em que há uma forte conexão entre relevância e interesses, é fácil justificar o privilégio dessa ordem de variações no ecossistema. Não só nas duas relevâncias motivacionais, mas na relevância interpretativa motivada e na relevância temática voluntária, o privilégio está diretamente relacionado a interesses pragmáticos dos sujeitos, os quais tendem a ser mais facilmente atingidos pelos acontecimentos próximos (local ou culturalmente), já que são esses que interferem no desenrolar da vida cotidiana ou representam sua identidade.

Na teoria de Sperber e Wilson (2001, 2005) a justificativa para a proximidade é mais complexa. Como, para os autores, relevância está ligada ao melhoramento do conhecimento de mundo (meta geral da cognição) a proximidade, que tende a envolver o que é familiar e conhecido, não deveria ser priorizada, mas preterida, a menos que

trouxesse alguma novidade. O que as evidências jornalísticas fazem crer, entretanto, é um potencial de atração que é anterior à decodificação do conteúdo e à visualização de uma eventual novidade.

Diante dessa ausência, devemos retomar estudiosos dessa tradição e sua crítica à meta geral da cognição (RAUEN, 2018; COSTA, 2008; VIDAL, 1996). Costa (2008, p.23), como já foi dito, chama a atenção para benefícios outros, que não o conhecimento, a exemplo do “grau de adequação, de conexão e de interatividade” de um estímulo. A proximidade, nesse sentido, mesmo que não possa acrescentar um conhecimento novo, pode despertar relevância por fazer com que as pessoas se sintam vistas, como parte de uma realidade social específica.

Por fim, nos termos de Straßheim (2010), a proximidade é especialmente útil porque contribui para a continuação. É a informação próxima que, geralmente, apresenta respostas para os problemas em mão, orientação para os desafios cotidianos, e que validam e mencionam as representações com as quais os sujeitos já se identificam.

### **VIII. Dinheiro/economia**

Ainda que este valor não esteja entre os mais mencionados pelos autores, apenas quatro das 13 listagens apresentam-no como um item em separado, é bastante comum que o dinheiro ou a economia sejam mencionados indiretamente principalmente nos valores-notícia amplitude/intensidade e proeminência. Optamos por mantê-lo independente porque nenhum dos valores com que essa grandeza se relaciona é capaz de explorar todas as suas dimensões.

Referindo-se ao dinheiro e à economia, Fraser Bond (1962) faz duas considerações ao processo de seleção. Primeiro o autor afirma que as pessoas se interessam por assuntos que envolvem dinheiro. “O amor ao dinheiro pode ser a raiz de todo mal – certamente é a raiz de muito interesse em notícia” (BOND, 1962, p. 95). Na sequência, o autor ainda indica que a economia, os custos cotidianos e as grandes somas de dinheiro são alguns dos valores jornalísticos da notícia. “Qualquer coisa que afete, direta ou indiretamente o ‘bolso’ (este é o motivo por que matérias sobre o alto custo de vida ocupam tanto espaço)” e “qualquer coisa que se relacione com grandes somas de dinheiro” (BOND, 1962, p. 98).

Para Erbolato (1978), o dinheiro motiva o público e para Amaral (1978), diversos assuntos diários exemplificam o interesse por dinheiro, em destaque: “alta e baixa dos preços, impostos, falência, escroqueria, roubos, fortunas espetaculares (loteria, herança)” (AMARAL, 1978, p. 62). Também Shoemaker e Cohen (2005) dedicam espaço para esse valor, que é apresentado com uma subdivisão da significância social.

A significância econômica de uma notícia refere-se à extensão em que o conteúdo da notícia tem impacto potencial ou real sobre a troca de bens e serviços, incluindo o sistema mensal, negócios, tarifas, trabalho, transporte, mercados de trabalho, recursos naturais, e infraestrutura<sup>61</sup>. (SHOEMAKER; COHEN, 2005, p. 15, tradução nossa)

Entre esses autores há duas perspectivas implícitas que nos ajudam a refletir sobre o interesse pelo dinheiro. Na primeira afirmação de Bond (1962) e em Erbolato (1978), o interesse pelo dinheiro é tratado como fim, há um processo de naturalização em que o dinheiro é tratado como valor em si mesmo, sendo ele a raiz ou o motivador, respectivamente. Já em Amaral (1978), em Shoemaker e Cohen (2005) e nos valores jornalísticos de Bond (1962), o dinheiro é tratado como meio, momento em que também se fortalece a atenção para o sistema econômico, nessa perspectiva, o dinheiro e a economia são tratados como ordens estrategicamente relevantes em virtude das implicações práticas desempenhadas para a sociedade e para o sujeito.

Para nós, as duas perspectivas são válidas. Mesmo não reforçando a valorização do dinheiro como um impulso espontâneo da cognição, é preciso reconhecer a aceitação naturalizada que o dinheiro e a economia recebem, sendo desejados ou estimados mesmo sem uma associação a um fim. Isso ocorre porque o sistema capitalista atua não só como meio de produção, mas também como ideologia dominante.

Em sociedades capitalistas de mercado, como são a maior parte dos países ocidentais, a economia e o dinheiro ordenam a relação dos sujeitos com a realidade antes mesmo que esses possam se dar conta disso. Ideias como a propriedade e o trabalho fundamentam não só os processos econômicos, mas toda a organização social, a valorização simbólica, a justiça e a democracia. É comum, por exemplo, identificar os sujeitos pelo trabalho que exercem e pelo status social atrelado à ocupação, assim como

---

<sup>61</sup> “The economic significance of a news item refers to the extent to which the content of the news item has potential or actual impact on the exchange of goods and services, including the monetary system, business, tariffs, labor, transportation, job markets, natural resources, and infrastructure.”

é inegável que, apesar da suposta igualdade democrática, os sujeitos são constantemente hierarquizados a partir do seu poder na sociedade para o consumo (BAUMAN, 2008).

Em adição a essa valorização naturalizada, o dinheiro/economia é também uma ordem privilegiada da variação no ecossistema que orienta os jornalistas a priorizar variações que envolvam dinheiro ou a economia. Esse item não é associado a uma qualidade, não só porque os termos dinheiro ou economia não qualificam as variações do ecossistema, mas também porque o dinheiro ou a economia não são, por eles mesmos, elementos que atraem os jornalistas. O que fazem, efetivamente, é potencializar a capacidade de atração de outros valores-notícia, não só a intensidade/amplitude e a proeminência, mas todos os demais.

A razão para que o dinheiro/economia seja uma ordem privilegiada de variações do ecossistema, como já foi insinuado, se deve ao lugar estratégico desse elemento sobre as implicações dos sujeitos. Em resumo, afirmamos que envolver dinheiro ou a economia potencializa a atuação de outros valores-notícia e pré-valoriza as variações no ecossistema porque a economia e o dinheiro já são previamente impactantes para os sujeitos no desempenho de sua vida cotidiana.

Chegando às explicações inferidas das teorias da relevância, encontramos uma avaliação bastante similar à que foi feita para o valor-notícia proximidade. Na tradição schutziana, podemos associar o dinheiro ou as questões econômicas a interesses prévios que motivam os sujeitos, numa relação com a relevância motivacional finalística. Em outros termos, o aumento de um preço pode ser considerado um desafio e implicar que o sujeito precisa cortar gastos, assim como a redução pode ser considerada uma oportunidade de economizar um valor. Ainda nessa tradição podemos também justificar as relações menos pragmáticas e mais ideológicas com a economia, nas quais é acionada uma relevância motivacional condicionada, por essa perspectiva, o dinheiro/economia é priorizado não pela sua capacidade de levar a um fim específico, mas por ser um recurso condizente com as formas estratificadas e tipificadas de viver.

Assim como com a proximidade, o dinheiro/economia, também pode ser associado à relevância temática voluntária e à relevância interpretativa motivada, uma vez que essas duas expressões da relevância se ligam a interesses que podem influenciar uma mudança cognitiva de tema ou a busca de uma interpretação alternativa. Uma diferença a destacar é que, por conta da ideologia valorizadora da economia e do dinheiro,

também a relevância interpretativa imposta pode se ligar a esse valor, já que sua valorização é compatível com os sistemas de relevância socialmente aceitos.

Novamente, na tradição de Sperber e Wilson (2001, 2005) a justificativa do valor-notícia dinheiro/economia só é desafiadora enquanto nos fixamos no núcleo duro da teoria e no seu privilégio para a ampliação de conhecimento. Ao expandir a noção de efeitos e reconhecer a existência de benefícios econômicos ou mesmo ao reconhecer que a noção de sobrevivência nas sociedades contemporâneas foi ampliada para incluir o consumo, o conforto e o estilo de vida, o dinheiro/economia passa a ser um valor-notícia facilmente justificado como capaz de gerar efeitos, principalmente de fortalecimento, das formas não-problemáticas de viver.

Em resumo, afirmamos que o dinheiro/economia gera expectativas de relevância tanto porque é um valor-notícia compatível com os valores das sociedades capitalistas quanto porque pode ser meio para garantir a execução de diversos interesses, materiais e imateriais. Nos termos de Straßheim (2010), o dinheiro/economia traz mínimas contribuições para a contextualização, por outro lado, é um grande representante da relevância pela utilidade para continuação, já que sua relevância vem da presumível capacidade de implementar desejos e interesses.

## **IX. Governo/política**

A política é uma área especialmente nobre para o jornalismo. Além de ser tema, ela pode ser referência para especialização dos profissionais (jornalistas políticos) e para estabelecer espaços preferenciais de recolha de informação. A política ainda é valorizada pela atenção privilegiada conferida aos seus agentes e pela existência de seções inteiras dedicadas apenas a esses acontecimentos.

Apesar desse *status* atribuído à política, muitas listagens tratam o valor-notícia em questão de maneira indireta, não o mencionando como item, mas explorando-o apenas na discussão de outros valores. É comum, por exemplo, que o governo/política seja mencionado ao descrever o valor-notícia proeminência ou seja acionado como exemplo do valor-notícia impacto/quantidade, já que as ações governamentais são, em geral, impactantes para grandes grupos.

Assim como ocorreu com o dinheiro/economia, mais uma vez optamos por individualizar este valor-notícia, já que a proeminência e o impacto/quantidade

mencionam apenas parte do que esse item sugere. Os termos governo e política serão utilizados para resumir acontecimentos ligados à administração pública, aos agentes públicos, aos partidos políticos (já que eles têm pretensões quanto a administração pública) e a toda questão costumeiramente ligada ao poder público.

Quanto à antiguidade, Sousa (2008) identificou a priorização dos acontecimentos políticos em fenômenos pré-jornalísticos, como as citadas *Actas diurnas*, do Império Romano, e *Folhas volante*, do período Renascentista. A função dessas produções, inclusive, sugere que o *status* conferido à informação política pode se relacionar ao próprio surgimento do jornalismo, como instituição política e útil aos interesses da administração.

Entre as listagens posteriores ao jornalismo, esse valor é percebido já em Peucer (2004, p. 20), segundo o qual devem ser noticiadas “as diferentes formas de impérios”, “as novas leis, os julgamentos, os cargos políticos, os dignatários”, “as instituições” e ainda “as sucessões em um reino, as inaugurações e cerimônias públicas que parecem se instituir novamente ou que parecem mudar ou que são abolidas”.

Para Fraser Bond (1962, p. 98) é notícia “qualquer coisa que afete vitalmente o governo do país ou da cidade”. Para Gislene Silva, tanto o governo quanto a justiça são valores-notícia a considerar, enquanto o governo se refere ao “interesse nacional, decisões e medidas, eleições, viagens e pronunciamentos” (SILVA, 2005, p. 105), a justiça inclui acontecimentos ligados a “julgamentos, denúncias, investigações, apreensões, decisões judiciais e crimes” (SILVA, 2005, p. 105).

Shoemaker e Cohen (2005) também dedicam espaço para a questão política. Para os autores, a significância política é uma subdivisão da significância social. Ela se refere a extensão em que um acontecimento tem impacto potencial ou real na relação entre as pessoas e o governo ou entre governos, nos quais estão inclusos o que envolva os poderes legislativo, o judiciário ou o executivo.

Por fim, desejamos destacar a listagem de Gans (2004) cuja relação entre governo e importância agendou a percepção de muitos autores subsequentes. De acordo com o autor, “[o] governo federal e suas atividades são sempre importantes, mas quanto mais alto está um ator na hierarquia governamental, mais importantes são suas

atividades<sup>62</sup>” (GANS, 2004, p. 147, tradução nossa), no segundo capítulo, descrevemos a justificativa prática do autor para esse valor-notícia, mas vale lembrar que, para Gans (2004), a importância do governo se deve à necessidade prática de priorizar hierarquias que facilitem a seleção jornalística.

Quanto ao acontecimento jornalístico, esse valor-notícia estabelece, assim como o dinheiro/economia, uma ordem privilegiada de variações no ecossistema que deve ser priorizada não só graças a uma evidente capacidade de implicação na vida dos sujeitos (a vida em sociedade é ordenada por regras, leis e ações administradas pelos governos), mas também porque o governo, enquanto estrutura hierárquica representativa é previamente aceita como relevante. Em resumo, afirmamos que também o governo é capaz de potencializar a atuação de outros valores-notícia e de pré-valorizar as variações no ecossistema porque a política já é previamente impactante para a vida cotidiana.

Sobre as justificativas para o valor-notícia governo, retiradas das teorias da relevância, nos deparamos, mais uma vez, com um conjunto de razões semelhantes às que foram atribuídas para a proximidade e para o dinheiro/economia. Também o governo/economia se conecta à relevância motivacional finalística de Schutz e Luckmann (2003) e à relevância motivacional condicionada. No primeiro caso, afirmamos que o governo e as suas ações podem se ligar a interesses pragmáticos prévios que orientam a ação dos sujeitos, é o caso de notícias em que o governo propõe ou desiste de propor cortes de gastos que implicariam na revisão de benefícios destinados a idosos e pessoas com deficiência (“Governo quer decreto para cortar R\$ 10 bi de carentes” – Folha de São Paulo, 15/09/2020 e “Bolsonaro desiste do Renda Brasil e faz ameaças à equipe” – Folha de São Paulo, 16/09/2020), para os cidadãos que dependem de benefícios da seguridade social, a ação do governo implica diretamente no interesse de preservar seu meio de subsistência, assim como outros cidadãos são implicados por outras medidas. Já no segundo caso, o governo se torna do interesse do sujeito com base em atitudes habituais. É o que ocorre quando o governo é compreendido como importante pela posição ou importância intrínseca, mesmo quando não há um interesse específico ou uma necessidade concreta de ação governamental.

---

<sup>62</sup> “The federal government and its activities are always important, but the higher an actor is in the governmental hierarchy, the more his or her activities are of importance.”

O governo, como ocorreu com a proximidade e o dinheiro/economia, também pode ser associado à relevância temática voluntária e a relevância interpretativa motivada, já que o governo pode ser reconhecido como uma fonte privilegiada para aprofundar um assunto e como centro localizador de informações capaz de sustentar novas formas de interpretar a realidade. Devido à valorização pré-existente de tudo o que envolve o governo, como apontou Gans (2004), esse valor-notícia também pode ser associado a uma relevância interpretativa imposta. É o que ocorre, por exemplo, quando os jornalistas elegem o governo e os governantes como fontes necessárias para a interpretação de assuntos que nem mesmo os envolve diretamente.

Continuando as aproximações entre este valor e os dois anteriores, a tradição de Sperber e Wilson (2001, 2005) precisa ter a noção de efeitos ampliada, a fim de reconhecer a satisfação de metas cotidianas como efeitos possíveis. Sendo um centro decisório e um âmbito mais dinâmico do que a proximidade e o dinheiro, o governo pode implicar não só efeitos de fortalecimento e de revisão e abandono, como também implicação contextual, por orientar a ação e ampliar o conhecimento de mundo do sujeito. Nos termos de Straßheim (2010) e seguindo as inferências construídas a partir dos outros dois autores, o governo é relevante pois é útil para continuação tanto quanto para a contextualização, já que a administração pública funciona não só agindo e implicando na vida dos sujeitos, mas também como referência para a compreensão da realidade social.

Antes de seguir para o próximo valor-notícia, precisamos fazer uma consideração inicial unindo os valores-notícia governo/política e dinheiro/economia. Em conjunto, esses dois valores formam a maior parte do que é entendido como *Hard News*, em oposição às *Soft News*. No Manual de produção do jornal Folha de São Paulo, por exemplo, *Hard News* é definido como o relato relevante para a vida política, a vida econômica e a vida cotidiana, ao passo que as *Soft News* são concebidas como desprovidas de conexão concreta com os acontecimentos<sup>63</sup>.

Essa subdivisão não representa apenas um status diferenciado atribuído a acontecimentos jornalísticos políticos e econômicos, mas antes disso revela uma priorização dessas ordens de variação no ecossistema refletida na maneira como as empresas de comunicação organizam seus profissionais nos espaços de recolha de informações e até a disposição das notícias no produto jornalístico finalizado.

---

<sup>63</sup> [https://www1.folha.uol.com.br/fofha/circulo/manual\\_producao\\_h.htm](https://www1.folha.uol.com.br/fofha/circulo/manual_producao_h.htm)

Em situações comuns, dificilmente um assunto não vinculado à política ou à economia se torna manchete ou encontra muito espaço de destaque em *homepages* e escaladas de rádio e telejornais. Em adição a isso, as primeiras seções dos jornais impressos, as primeiras abas das páginas noticiosas e a primeira parte dos programas jornalísticos de rádio e televisão são dedicados às *Hard News*, reservando para as *Soft News* os espaços de menor destaque.

A pré-valorização dessas ordens de variação e das notícias resultantes ainda se liga ao *status* buscado pela organização jornalística, isso porque os temas políticos e econômicos costumam ser associados à seriedade jornalística. Por mais que o público se interesse, pelas *Soft News*, os jornais considerados ‘sérios’ e ‘respeitáveis’ são aqueles dedicados às *Hard News* que, como dissemos, são em grande parte compostas por acontecimentos ligados à política e à economia. Essa associação retroalimenta a valorização da política e da economia que, muitas vezes, passam a ser encaradas como ordens essencialmente importantes, independente da implicação dos sujeitos que efetivamente provoquem.

É inegável que tanto a economia quanto a política são relevantes devido a uma clara capacidade de implicar na vida dos sujeitos, mas quando a avaliação de relevância não é justificada surge a possibilidade de subverter a ordem de priorização das variações do ecossistema, valorizando os agentes ou a categoria no lugar das causas essenciais. É o que ocorre, por exemplo, quando Traquina (2005) afirma que “o que o Presidente da República faz é importante porque o Presidente da República é importante” (TRAQUINA, 2005, p. 80) ou, no cotidiano jornalístico, quando situações políticas e econômicas são destacadas sem uma preocupação com a explicação do que as valoriza.

O que estamos dizendo é que a compreensão prévia da economia e da política como ordens de variação do ecossistema especialmente relevantes é, por um lado, útil para auxiliar os veículos na gestão eficiente dos seus recursos, mas, por outro, é perigosa, uma vez que pode minimizar a necessidade de justificar as razões específicas que fazem determinados acontecimentos políticos ou econômicos serem relevantes.

Ao aceitar que a política ou a economia são intrinsecamente relevantes, o jornalismo se aproxima de estereótipos de qualidade, mas pode afastar-se do público, que avalia relevância caso a caso, em virtude de um efeito particular. A supervalorização da área e a falta de necessidade de especificar as relações concretas de relevância pode ser

vista em Stephens (1993, p.81), que trata como correspondentes a bolsa de valores e a “braçada de capim apanhada pelo beduíno”, concebendo esses dois interesses como evidência de uma mesma pulsão por informações ligadas à produção e à economia.

O que é ignorado, nessa equivalência, é a acessibilidade das implicações resultantes das duas variações no ecossistema. Enquanto a braçada de capim verde, representando fertilidade, é importante para toda a comunidade (os criadores de animais percebem na braçada de capim o alimento da sua criação, os agricultores a terra fértil para a produção e qualquer outra pessoa, mesmo que não seja criadora ou agricultora, percebe o que é necessário para ter alimento), a bolsa de valores, por si mesma não encontra correspondência tão simples nas cognições e, por isso, pode ser aceita como irrelevante por muitos sujeitos.

Uma vez que a atribuição de relevância não pode ser concebida sem um sujeito de referência e sem um contexto cognitivo ou acervo de conhecimento, aos jornalistas não basta selecionar os espaços de potencial capacidade de relevância, mas é preciso constantemente reforçar a razão das escolhas feitas. Em outros termos, nem o governo, nem o dinheiro, nem qualquer outro valor-notícia é relevante por ele mesmo, todos eles precisam destacar o que os capacita para contribuir com os sujeitos.

## **X. Proeminência**

Uma troca de ofensas entre colegas de trabalho, mesmo acionando o valor-notícia conflito, dificilmente tem o que é necessário para atrair a atenção dos jornalistas. Se, no entanto, os colegas de trabalho são dois atores famosos e a troca de ofensas ocorre diante de câmeras, o valor jornalístico do acontecimento se eleva. Em um terceiro cenário, se a ofensa pode ser vista em um vídeo produzido e disponibilizado por um deputado e dirigido a ministros do supremo tribunal federal, o acontecimento não só recebe espaço, mas destaque e desenvolvimento.

É o caso do deputado brasileiro Daniel Silveira (PFL-RJ), preso em flagrante após publicar vídeo com ataques a ministros do Supremo Tribunal Federal brasileiro. No dia da prisão, o caso recebeu atenção de diversos veículos, como o Jornal Folha de S. Paulo, que não só informou sobre o ocorrido, mas dedicou-se a discutir e a contextualizar o caso. “Moraes, do STF, manda prender deputado Daniel Silveira após ataques a ministros da corte” (Folha de S. Paulo, 17/02/2021), “Defesa de Silveira diz que prisão é

violento ataque à liberdade de expressão” (Folha S. Paulo, 17/02/2021), “PT pedirá cassação de Daniel Silveira no Conselho de Ética da Câmara” (Folha de S. Paulo, 17/02/2021), “Deputado resiste a usar máscara no IML e levanta a voz para policial civil; veja vídeo” (Folha de S. Paulo, 17/02/2021), “Prisão de deputado mostra custos do bolsonarismo para os poderes” (Folha de S. Paulo, 17/02/2021).

O que faz com que a discussão de dois atores famosos atraia mais atenção dos jornalistas do que a discussão de dois colegas de trabalho desconhecidos é justamente a celebridade dos envolvidos. Por sua vez, no vídeo com ofensas envolvendo um deputado e ministros o valor-notícia proeminência continua em uso, mas nesse caso em uma relação indissociável com o governo/política. Não nos referimos a atuação dos dois valores em separado (que também ocorre), mas a uma proeminência que é decorrente de uma função administrativa e que está diretamente relacionada a execução de tal função.

Nos fenômenos pré-jornalísticos, estudados por Sousa (2008), já são encontradas menções do valor-notícia proeminência, bem como dessa atuação de dois tipos. Entre os acontecimentos que encontravam espaço nas *Actas Diurnas* e *Folhas volantes* estavam, por exemplo, os “nascimentos, casamentos e mortes das personalidades notáveis” e “os elogios fúnebres das personalidades notáveis que morriam” (SOUSA, 2008, p. 39). Ao mesmo tempo em que encontravam espaço os atos públicos do Imperador, dos senadores e dos magistrados.

Há, portanto, duas formas de proeminência a destacar: por um lado, há quem seja proeminente devido a função que exerce e em torno desse exercício; e por outro, há também os sujeitos cuja proeminência extrapola o limite do ato público, fazendo com que sejam noticiados, inclusive, aspectos particulares de suas vidas.

Na listagem de Peucer, publicada no ano de 1690, são encontradas afirmações bastante semelhantes às que foram descritas em Sousa (2008). O autor alemão afirma que devem ser noticiados “os nascimentos e mortes dos príncipes” e o “óbito de varões ilustres” (PEUCER, 2004, p. 21), ele também destaca, as “deliberações, os artificios e os costumes que são frequentes às cortes” (PEUCER, 2004, p. 26), em razão da utilidade para a vida das pessoas comuns. Em sentido oposto, ao mencionar o que não deve ser noticiado, o autor descarta “os atos privados dos príncipes, como fazer uma caçada, celebrar um banquete, assistir a uma comédia, fazer uma excursão a esta ou a aquela montanha, passar em revista alguns batalhões” (PEUCER, 2004, p.21) e a razão para que

tais acontecimentos sejam ignorados é o fato de que “não serviria nada a ninguém saber de tudo isto” (PEUCER, 2004, p.22).

Essa última recomendação não é acolhida pelas produções jornalísticas cotidianas. A vida privada de celebridades em geral não só é tema comum, mas também é assunto exclusivo de algumas produções. Ainda assim, o argumento sobre a falta de utilidade continua sendo influente. É bastante comum que os produtos e veículos jornalísticos dedicados a vida privada dos sujeitos célebres sejam acusados de serem irrelevantes ou mesmo de não serem jornalismo.

Para Fraser Bond (1962, p. 97), é notícia “qualquer coisa referente a uma pessoa de destaque, ou a alguém que tenha se tornado personagem público”, podemos notar que nessa consideração o contexto que torna alguém notório ou a utilidade da ação são postas em segundo plano, o foco está no sujeito que, após conseguir notoriedade (por qualquer razão que seja), irradia a sua proeminência para todas as suas ações. “Nomes famosos não só fazem notícia como, eles próprios, já são notícias” (BOND, 1962, p. 96).

Na listagem clássica de Galtung e Ruge (1999), a proeminência é ampliada e passa a envolver não só pessoas, mas também nações. De acordo com os autores, “quanto mais o acontecimento diga respeito às nações de elite, mais provável será a sua transformação em notícia” e “quanto mais o acontecimento diga respeito às pessoas de elite, mais provável será a sua transformação em notícia” (GALTUNG; RUGE, 1999, p. 67). Os autores justificam a importância dessas elites por duas razões principais: uma importância intrínseca e uma capacidade de ser objeto de identificação. “As ações da elite são, pelo menos geralmente e na perspectiva a curto prazo, mais importantes do que as atividades dos outros” e “a elite pode ser utilizada, em certo sentido, para falar de toda gente” (GALTUNG; RUGE, 1999, p. 67).

Além de Galtung e Ruge (1999), Lage (1979) também busca justificativas para o interesse pela proeminência. Para ele, a atração pelos sujeitos proeminentes, não é relacionada a uma importância intrínseca e nem a uma capacidade de representação. Essas justificativas são substituídas pela identificação ou pela aspiração e idealização. “A identificação, fora da pirâmide social e das motivações protetivas, ocorre também por semelhança (...) em algum aspecto considerável real; ou ainda por semelhança entre o real proposto (...) e as aspirações, fantasias, desejos do consumidor”. Em resumo: “Gente como a gente, gente como gostaríamos de ser” (LAGE, 1979, p. 74).

Mencionados esses dois últimos autores, os demais não dedicam espaço para refletir sobre o interesse pela proeminência. Seguindo a já citada tendência descritiva, é mais comum que os autores mencionem e exemplifiquem a proeminência. Para Erbolato (1978, p. 56), por exemplo, “tudo o que se refere a pessoas importantes (proeminentes) encontra interessados”, o autor não coloca em xeque o que torna uma pessoa importante ou proeminente, mas faz certo juízo depreciativo: “Chega-se ao absurdo de serem noticiados vários casamentos sucessivos de um só cantor, produtor ou atriz” (ERBOLATO, 1978, p. 60).

Chaparro (1994), como faz com todos os itens da sua listagem, apenas cita a notoriedade como um atributo de relevância da notícia. Gislene Silva (2005) além da notoriedade ainda cita as celebridades, a posição hierárquica, as elites (que podem ser indivíduos, instituições ou países) e os sucessos ou heróis, como formas de proeminência. Amaral (1978, p. 61) se refere às pessoas conhecidas que exemplifica através das “personalidades locais, regionais ou mundiais, vedetas de cinema, do rádio ou da televisão, políticos em evidência, cabeças coroadas, heróis de toda natureza”. Na referência às celebridades e às vedetas do cinema, rádio e televisão (às quais poderíamos adicionar, hoje, as celebridades da internet), fica evidente um outro aspecto contemporâneo da proeminência, não só a mídia concede espaço para o sujeito notório, mas também o espaço na mídia pode construir notoriedade para um sujeito.

Por fim, também Nelson Traquina (2005) menciona esse valor-notícia entre os seus critérios substantivos de seleção. “A notoriedade do ator principal é outro valor-notícia fundamental para os membros da comunidade jornalística”, uma vez que “a celebridade ou a importância hierárquica dos indivíduos envolvidos no acontecimento tem valor como notícia” (TRAQUINA, 2005, P. 79). Como para nós o que interessa são os fundamentos desse valor e a sua funcionalidade em relação aos acontecimentos jornalísticos, continuaremos a reflexão nessa direção.

Sobre a relação da proeminência com o acontecimento jornalístico, compreendemos que esse é mais um caso de ordem de privilégio das varrições no ecossistema. A proeminência de um sujeito não qualifica a variação no ecossistema, o que faz é orientar o jornalista para priorizar variações que envolvam sujeitos proeminentes, bem como potencializar outros valores-notícia. A razão desse privilégio requer não só retomar as teorias da relevância, mas também a separação inicialmente

estabelecida, entre a proeminência relativa à função pública e ao seu exercício e a proeminência ligada ao âmbito privado.

Entre as listagens mais antigas que observamos e descrevemos, a proeminência se liga prioritariamente a pessoas relacionadas ao exercício de poder, são os reis, príncipes, imperadores, presidentes, políticos em geral e elites (na qual se pode incluir, além da elite política, a elite econômica). Em geral, a justificativa de relevância desse tipo de proeminência será semelhante àquela descrita para o valor-notícia governo/administração ou dinheiro/economia, ou seja, acionam-se relevâncias temáticas, interpretativas e motivacionais. Mesmo quando são mencionados aspectos privados como nascimentos, casamentos e mortes, podemos argumentar que esses acontecimentos se ligam indiretamente ao poder, pois alteram os núcleos familiares que garantem a herança dos bens e, até hoje em alguma medida, do poder político.

Na proeminência desassociada do ato público ou da implicação direta há outros efeitos ou implicações a considerar. Nesse caso, a fundamentação mais sólida vem da tradição de Sperber e Wilson, especificamente dos acréscimos propostos por Costa (2008) e Rauen (2008). Ao chamar a atenção para a existência de outros efeitos que impulsionam o processamento de relevância tanto quanto a ampliação dos conhecimentos, Costa (2008) destaca, por exemplo, a possibilidade de benefícios culturais, emocionais e psicológicos. Rauen (2008), por sua vez, chama a atenção para o fato de que a cognição não pode funcionar sempre de maneira tensa (com foco nos efeitos e disposta a fazer grandes esforços), mas alternando estados tensos e distensos. Nesse último estado, a cognição tende a estar mais disposta a receber informações que divirtam, entretenham ou despertem afetos mais simples e inatos, o que pode ocorrer na segunda dimensão da proeminência.

Nesse sentido, a falta de implicação direta ou de impacto concreto no cotidiano dos sujeitos pode ser não o motivo da irrelevância do acontecimento, mas, em sentido oposto, o fundamento da relevância distensa que proporciona. Com a cognição sobrecarregada e a atuação da máxima de exaustão (RAUEN, 2008), esses acontecimentos podem ser privilegiados justamente porque são menos sérios, porque demandam menos esforços de processamento, porque podem ser mal compreendidos ou receber apenas parte da atenção sem que isso represente qualquer risco futuro. Em resumo, esses acontecimentos permitem à cognição relaxar e ainda garantem efeitos, como os emocionais, afetivos e de entretenimento.

Lage (1979) nos parece muito preciso ao destacar o interesse por pessoas que são como nós ou que são como gostaríamos de ser. Há, por um lado, um interesse por reconhecer-se ou identificar-se, e por outro, uma projeção, aspiração ou desejo que pode ser momentaneamente concretizado ao acompanhar a vida de outras pessoas. Neste último caso, as pessoas proeminentes podem acionar uma relevância motivacional finalística. As pessoas podem se interessar pela dieta de uma atriz (A dieta de Jennifer Aniston para manter a forma aos 51 anos é surpreendente – Metrôpoles, 26/08/2020), pelo novo corte de cabelo de um jogador de futebol (Cristiano Ronaldo mostra novo corte de cabelo; veja as melhores reações – Terra – Futebol, 26/05/2020) ou pela mansão do apresentador de televisão ( Paisagem paradisíaca e sofá de R\$ 120 mil: Conheça a mansão de Pedro Bial – Uol – Notícias da Tv, 03/09/2020), porque o cotidiano de alguns pode representar o desejo de outros.

Os novos processos de interação com as celebridades, proporcionados pelas redes sociais, ressaltam o interesse pelos hábitos cotidianos, privados e que tem pouca capacidade de impactar na vida dos fãs, a menos que a celebridade funcione como objeto de projeção ou ideal norteador. Vale destacar, entretanto, que muito do que pode despertar desejo ou interesse pode também ser inacessível, impraticável e evidência da desigualdade social, como um sofá que custa 120 mil reais.

Além da distensão, da identificação e da projeção, a proeminência também pode revelar interesses mais negativos, como o de ver a pessoa notória cometendo um erro, em uma situação agressiva, em um desentendimento ou apenas com uma escolha infeliz de roupa ou maquiagem. Talvez esse interesse revele uma intenção de reumanizar os ideais, uma vez que eles podem funcionar não só como uma referência, mas também como um horizonte opressor.

Antes de concluir essa seção, é preciso acrescentar que a separação entre as duas proeminências pode ser turvada. Um agente público, cuja proeminência esteja ligada ao cargo que exerce, pode também ser destacado em torno de aspectos privados da sua vida, até este ponto, as duas dimensões da proeminência permanecem separadas, o problema ocorre quando questões privadas são tratadas como questões de impacto público, simplesmente por envolver tais agentes.

Esse tipo de confusão ocorre, entre outros, porque o jornalismo tem se distanciado da reflexão sobre os efeitos. Nos termos de Lorenzo Gomis (2002), essa

situação seria a incapacidade de diferenciar o que repercute em outros fatos ou o que apenas é capaz de gerar comentários. Quando guiados por lógicas de funcionamento que estabelecem que tudo o que envolve sujeitos notórios, como o presidente, é notícia, os jornalistas se tornam reféns desses sujeitos e se distanciam da capacidade de diferenciar o que tem efetivo impacto para a vida cotidiana e o que serve para a distensão ou para que o público se identifique, se projete ou rejeite. Para nós, como já deve ter ficado claro, ambas as proeminências são válidas e podem receber espaço, mas é necessário não as confundir, o que só pode ser feito diante de uma reflexão sobre efeitos e metas.

## **XI. Entretenimento**

O conteúdo jornalístico não envolve apenas acontecimentos políticos e econômicos, assim como não são publicadas apenas notícias negativas, de desastres ou conflitos. Na seção anterior, ao explorar uma das dimensões da proeminência, começamos a nos referir a um outro conjunto de interesses, não ligados à sobrevivência, ao exercício da cidadania ou a obrigações econômicas. Este valor-notícia consolida a relação entre jornalismo, entretenimento, amenidade e diversão.

Nas listagens, diversos termos são utilizados. Além de entretenimento, amenidade, humor, curiosidade e interessante, há menções a acontecimentos específicos como esportes, sexo e aventuras. De maneira geral, os autores exploram o interesse jornalístico e/ou humano pelo que é agradável, mas fazem isso a partir de raciocínios distintos. Para alguns, como Gans (2004), a função do entretenimento no jornalismo é estratégica e compensadora.

Considerando o teor negativo, pesado e sério da maior parte dos acontecimentos jornalísticos, o entretenimento serviria para balancear as produções, a fim de que não se tornem demasiado cansativas ou enfadonhas para o público. Uma segunda função seria permitir ao veículo armazenar notícias e manipulá-las sem muita urgência, já que os acontecimentos dessa natureza seriam menos afetados pelo tempo do que os demais.

Essa perspectiva é compatível com a divisão do jornalismo em *Hard News* e *Soft News*, em que o primeiro grupo engloba o que é política, econômica e socialmente ‘relevante’ e o segundo é compreendido como um jornalismo de menor valor, necessário apenas na medida em que ameniza os efeitos colaterais das *Hard News* ou que ocupa as

suas ausências. Na sociologia da seleção noticiosa de Gans (2004) sequer é dado destaque a capacidade atrativa dos acontecimentos interessantes.

Em Peucer (2004), Erbolato (1978) e Bond (1962) o tratamento dado ao entretenimento é diferente, os autores destacam a capacidade de atração desse valor. Para Peucer (2004), há certo deleite na experiência geral proporcionada pelos jornais, uma vez que ela está separada da dor ou da aflição que acompanham a vivência concreta, mas para além do prazer da leitura e do conhecimento, há ainda notícias que atraem justamente pelo seu teor agradável. “A amenidade dos periódicos, assim como a de toda a história, ninguém que não seja obtuso não a negará” (PEUCER, 2004, p. 27).

Ao listar as motivações que impulsionam o público, Erbolato (1978) cita o humor como algo que se almeja. “O homem médio procura não só informação, mas dentro do possível algo que o entretenha” (ERBOLATO, 1978, p. 56). Gislene Silva (2005), lista o entretenimento/curiosidade como um valor-notícia que é ressaltado na aventura, nos divertimentos, nos esportes e nas comemorações.

Fraser Bond (1962, p. 95) destaca especificamente o sexo como um elemento de interesse, “a curiosidade sexual estimula o interesse desde a infância”. De maneira semelhante, Amaral (1978, p. 62) também afirma que os leitores se interessam por sexo, com o qual relaciona “casamentos, nascimentos, divórcios. Todas as preliminares sentimentais. Crimes passionais. Histórias picantes.” Erbolato (1978), já referido por listar o humor como um elemento que motiva o público, indica também que o sexo e a idade agem como motivadores. O autor associa o item ao valor raridade, sendo essa uma raridade voltada especificamente para questões como “casamentos entre pessoas de idade avançada”, “fotos de mulheres despidas” ou “uma pessoa que receba diploma de curso superior depois de septuagenária ou octogenária” (ERBOLATO, 1978, p. 57). Apesar de se referir a existência de uma motivação que conecta o público a esse tipo de entretenimento, o autor não deixa de fazer juízo do uso jornalístico, ao afirmar que tais assuntos são apenas “aproveitáveis jornalisticamente, para determinados vespertinos” (ERBOLATO, 1978, p. 57).

Também Lorenzo Gomis (2002, p. 232) se refere a acontecimentos que são “anedóticos, curiosos, mas não têm consequências”. Em muitos aspectos, o autor se aproxima de Gans (2004): ambos subdividem os conteúdos jornalísticos em importante e interessante; ambos associam o importante ao que deve ser dito, ao passo que o

interessante inclui o que pode ser dito; e ambos afirmam que o interessante é mais abundante e menos impactado pela ação do tempo. Por sua vez, uma diferença importante entre os autores é o fato de que Gomis (2002) aponta uma função para as notícias interessantes. De acordo com ele, o interessante serve para “nutrir a conversação humana de conhecimentos infinitamente variados e sugestivos, que ampliem os horizontes da curiosidade e a reflexão e nos permitam participar diariamente do grande teatro do mundo” (GOMIS, 2002, p. 241).

Em Gomis (2002), a separação entre *Hard e Soft News*, se for mantida, não se faz sem que seja necessário aprofundar a compreensão geral da segunda parte e sem que seja imperativo colocar em xeque estereótipos, como os que definem que boas notícias são notícias ruins e que jornalismo sério é exclusivamente aquele que trata de política, economia ou algum acontecimento desastroso. A questão essencial para rever o lugar das *Soft News* e do valor-notícia entretenimento é a compreensão da utilidade e do dispêndio nas sociedades ocidentais.

Sobre esse aspecto, vale considerar a contribuição do escritor francês Georges Bataille (2013). De acordo com o autor, a concepção clássica de utilidade faz referência ao que pode produzir ou conservar algo, “todo esforço particular deve ser redutível, para ser válido, às necessidades fundamentais da produção e da conservação” (BATAILLE, 2013, p. 19-20). A utilidade da produção inclui a aquisição ou criação de bens, bem como a reprodução humana; a conservação também se subdivide dessa forma, apresentando por um lado a utilidade pelo zelo dos bens e, por outro, pela luta contra a dor e contra outras formas de risco ou dano à existência humana.

Nos valores-notícia apresentados, percebemos uma farta representação dessa lógica utilitarista. A negatividade, o incomum, o consonante, o conflito e em certa medida a amplitude se justificam pela necessidade de proteger tanto aos sujeitos quanto ao modo de vida estabelecido. Já os valores-notícia conhecimento, dinheiro/economia, governo administração e a primeira parte da proeminência se voltam primordialmente para a produção, criação e desenvolvimento de algo. É a partir desse sentido clássico que o jornalismo e os seus valores-notícia se apresentam como atividade e recursos voltados ao útil e também é por esse motivo que determinados acontecimentos, enquadrados como *Soft News*, são considerados inferiores ou acessórios.

O prazer, quer se trate de arte, de desregramento admitido ou de um jogo, é definitivamente reduzido, nas representações intelectuais que tem curso, a uma

concessão, ou seja, a um descanso cujo papel seria subsidiário. A parte mais apreciável da vida é dada como a condição – às vezes mesmo como a condição lamentável – da atividade social produtiva. (BATAILLE, 2013, p. 20).

O entretenimento ou o deleite, não só no jornalismo, contrariam a lógica utilitarista e se enquadram no que o autor denomina de dispêndios improdutivos. O dispêndio improdutivo faz referência a ações e expressões que não servem à produção ou à conservação, mas que funcionam como fim em si mesmo. A finalidade do luxo, dos jogos, da arte, da atividade sexual sem fim reprodutivo, dos cultos e dos seus sacrifícios, assim como do humor e do entretenimento está no próprio ato ou expressão, sem necessidade de ganhos adicionais, por mais que eles possam existir.

Apesar da dificuldade social de lidar com esses dispêndios e mesmo diante da lógica economicista e utilitarista que comanda grande parte da produção de sentido e de conhecimento, Bataille (2013) conclui que a sobrevivência da sociedade está condicionada aos dispêndios que não podem ser contidos ou dirigidos para uma finalidade limitada. Uma evidência disso é o fato de que essas relações dispendiosas encontraram espaço em todas as sociedades, da pré-história à contemporaneidade, o que desafia a percepção de que sejam acessórias e não uma constante na forma de existir da humanidade. “Os homens asseguram sua subsistência ou evitam o sofrimento, não porque essas funções determinem por si mesmas um resultado suficiente, mas para ter acesso à função insubordinada do dispêndio livre” (BATAILLE, 2013, p. 33).

Não é necessário adotar a conclusão do autor, segundo a qual é o dispêndio e não a utilidade o que ordena a sociedade, para reconhecer a solidez do seu raciocínio e as evidências de que as pessoas, em todas as sociedades, buscam prazer, deleite e entretenimento, mesmo que precisem desgastar e destruir o que é considerado útil. Nesse sentido, são necessárias novas formas de valorizar e refletir sobre tais dispêndios, bem como novas formas de compreender as *Soft News* e o valor-notícia entretenimento, não mais visto como um valor menor, mas como uma busca essencial da cognição ou, ao menos, como formas de ação e expressão constante na história.

Depois dessa reflexão, é mais simples compreender a relação do entretenimento com o acontecimento jornalístico e com as teorias da relevância. Os valores-notícia anteriores comportaram-se como tipos/qualidades das variações no ecossistema ou como ordens privilegiadas dessas mesmas variações, diante deles utilizamos as teorias da relevância para explorar hipóteses capazes de justificar como tais valores impactam sobre

os sujeitos. Com o entretenimento a situação se altera, isso porque esse valor-notícia nem é uma qualidade da variação no ecossistema, nem uma ordem privilegiada de variações, na verdade ele atua diretamente como implicação sobre os sujeitos.

Sendo o entretenimento um tipo de dispêndio improdutivo, sua função não é outra além de entreter. A consequência disso é que esse valor se estabelece em uma relação mais direta com o público. Diferente de valores -notícia classicamente úteis, como o dinheiro/economia ou o governo/política, nos quais os fundamentos de relevância específica podem ser negligenciados em função da prévia valorização da área, o entretenimento, como valor-notícia, precisa ser validado caso a caso, em função de um objetivo claramente exposto.

Quanto à relevância, a relação também é mais direta e muito semelhante a mencionada para a segunda dimensão da proeminência. Na tradição de Sperber e Wilson (2001) acrescida por Rauen (2008), podemos apontar o entretenimento como um tipo de efeito próprio das cognições em estado distenso, e com o auxílio de Costa (2008) e orientação de Bataille (2013), podemos ainda conceber o entretenimento como um tipo particular de efeito, não subjugado a uma cognição distensa, podendo ser buscada mesmo com o ônus dos esforços ou diante de uma cognição descansada. Na tradição de Schutz (1970), mais uma vez, destaca-se uma relevância motivacional finalística, em que a intenção dos sujeitos é divertir-se ou deleitar-se em algo ameno e agradável.

## **XII. Dramaticidade**

Quando tratamos do valor-notícia amplitude/intensidade, mencionamos um efeito colateral dos grandes números: eles podem banalizar a dimensão individual do sofrimento e dos danos. Nesse sentido, o valor-notícia dramaticidade faz um movimento inverso, no lugar de valorizar uma dimensão quantitativa, sob risco de se afastar da emoção, valoriza o que atinge os sentimentos dos sujeitos, mesmo que para isso precise dar mais atenção ao individual. Também é possível, e em muitas situações necessário, que esses dois valores sejam utilizados juntos, uma vez que a amplitude justifica massivamente a validade da dramatização e ela age contra a frieza da amplitude.

Além da citada relação com a amplitude, a dramaticidade como referida pelos autores também se aproxima do valor-notícia negatividade, com a diferença de que neste

o foco não está no acontecimento, mas no efeito emotivo. Além da dramaticidade, outros termos utilizados pelos autores são: interesse humano, emocionante, apela a emoções primárias, provoca as emoções do leitor, provoca indignação, valor emotivo, apieda, evoca simpatia, pena ou admiração, drama, sentimentos e provoca expectativa.

Fraser Bond (1962) menciona esse tipo de interesse noticioso três vezes. De acordo com ele, as notícias que emocionam são denominadas pelo termo interesse humano. “Tais histórias apelam para as chamadas emoções primárias, como amor, piedade, horror, medo, simpatia, ciúme, sacrifício” (BOND, 1962, p. 96). O autor ainda afirma que deve ser noticiada “qualquer coisa que provoque as emoções do leitor – que o torne triste ou alegre” (BOND, 1962, p. 98) e “qualquer injustiça. Qualquer coisa que provoque a indignação do leitor é matéria jornalística” (BOND, 1962, p. 98).

Para Amaral (1978), os leitores têm maior interesse pelos acontecimentos que carregam valor emotivo. “Histórias de crianças, sobretudo quando são infelizes, histórias de animais (idem). Os grandes sofrimentos, casos absurdos e emocionantes” (AMARAL, 1978, p. 62). O autor ainda se refere a um interesse pelas pessoas em geral, exemplificado nos “sentimentos e preocupações de valor universal” (AMARAL, 1978, p. 61).

Gans (2004) é outro autor que se refere a este valor-notícia. Para ele, essas histórias evocam simpatia, pena ou admiração e são escolhidas justamente por essa capacidade. “Os selecionadores de histórias as escolhem porque esperam que o público se ‘identifique’ com uma vítima ou herói; não obstante, eles próprios muitas vezes são movidos.<sup>64</sup>” (GANS, 2004, p. 156, tradução nossa).

Nelson Traquina (2005) e Manuel Chaparro (1994) também apresentam valores-notícia denominados de dramaticidade. No caso de Traquina (2005), vale destacar que esse valor-notícia é classificado entre os valores de construção, de forma que o jornalista não deve apenas se sensibilizar para acontecimentos com potencial dramático, mas agir no sentido de um “reforço dos aspectos mais críticos, o reforço do lado emocional, a natureza conflitual” (TRAQUINA, 2005, p. 92).

Entre os seus valores de construção, Traquina ainda inclui a amplificação, que descreve como uma forma particular de dramatizar o acontecimento tornando-o amplo, “quanto mais amplificado é o acontecimento, mais possibilidades tem a notícia de ser

---

<sup>64</sup> “Story selectors choose them because they expect the audience to ‘identify’ with a victim or hero; nonetheless, they themselves are often moved”

notada, quer seja pela amplificação do ato interveniente ou das supostas consequências do ato” (TRAQUINA, 2005, p. 91). É o caso de manchetes como “Brasil chora a morte de Senna” e “América chora a morte de Nixon” (TRAQUINA, 2005, p. 91).

Erbolato (1978), denomina seu valor de interesse humano e, como ocorreu com Traquina (2005), reforça a necessidade de uma postura ativa de reforço à dramaticidade do acontecimento.

Dizer que um incêndio provocou prejuízos de 10 milhões de cruzeiros e destruiu o prédio de 20 andares, é pouco. O repórter deve contar o drama dos que esperam ser socorridos pelos bombeiros e as consequências, para as respectivas famílias dos que não conseguem ser salvos. (ERBOLATO, 1978, p. 57)

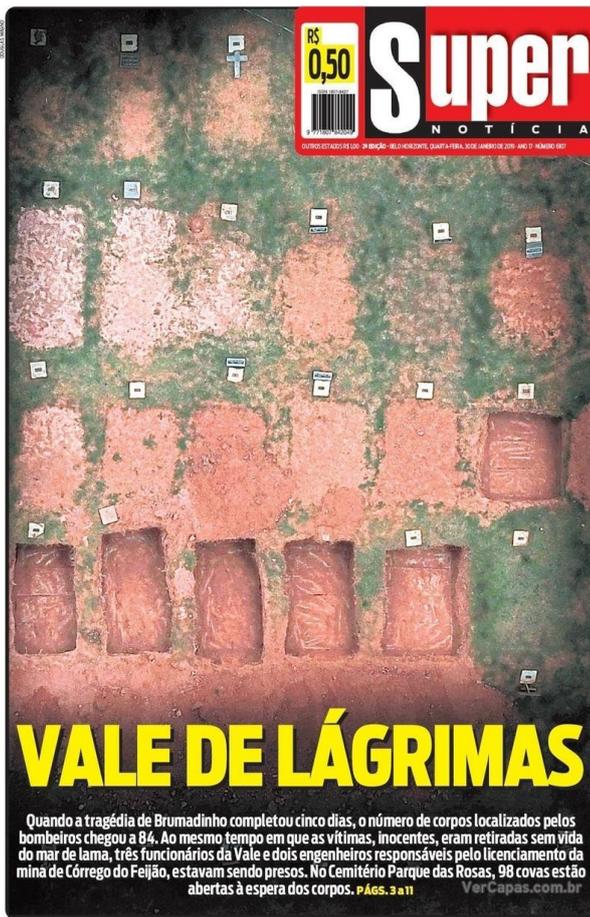
Entre os autores, dessa forma, o lugar das emoções se divide entre a percepção e valorização de acontecimentos com potencial dramático e o reforço da dramaticidade por meio de uma postura ativa, sustentada em recursos textuais e visuais. No cotidiano jornalístico, a utilização desse valor-notícia é abundante, em ambas as dimensões.

Para melhor visualizar esse uso (e indiretamente outros), podemos nos referir ao acontecimento jornalístico ocorrido no dia 25 de janeiro de 2019, quando se rompeu, em Minas Gerais, na cidade de Brumadinho, a represa de rejeitos da Mina Córrego do Feijão da empresa Vale. Com o rompimento, 13 milhões de metros cúbicos de rejeitos de minérios foram lançados sobre pessoas, casas, fazendas e animais, além de atingir o rio Paraopeba. Ainda que, no momento da ocorrência, nenhuma pessoa fosse capaz de estimar a dimensão da tragédia (com grande impacto humano, social, econômico e ambiental), havia uma lembrança recente a qual recorrer.

Pouco mais de três anos antes, outra represa de rejeitos de mineração também sediada no estado de Minas Gerais e também relacionada a empresa Vale, mas dessa vez na cidade de Mariana, se rompera, naquele que é considerado o maior desastre socioambiental da história do Brasil. Mais de 43 milhões de metros cúbicos de lama tóxica percorreram um total de 663 quilômetros até chegar ao mar. Segundo ambientalistas, no caso de Mariana, o efeito dos rejeitos será sentido por, no mínimo, 100 anos.

Do ponto de vista jornalístico, o valor desses acontecimentos é evidente, entre outros motivos, pela dramaticidade envolvida. A capacidade emotiva ficou evidente não só em imagens da destruição e dos trabalhadores do resgate, mas também nos termos utilizados: tragédia (Diário de Pernambuco, Meia hora, O globo), pesadelo (A tarde, Zero hora), mar de lama e mar de dor (Agora São Paulo, A tribuna, Folha de Pernambuco).

Figura 3 – Primeira página de jornais brasileiros e a emoção da tragédia de Brumadinho



Fonte: <https://www.vercapas.com.br/2019-01-28/> e <https://www.vercapas.com.br/2019-01-30/>

Enquanto nos primeiros dias os jornais dedicaram maior espaço a informar sobre o desastre, mesmo sem desconsiderar o teor dramático, no período subsequente, a discussão sobre a responsabilidade da Vale e a continuidade das buscas por corpos (uma vez que a chance de encontrar sobreviventes era quase nula) eram informadas com mais destaque para o valor-notícia dramaticidade.

Este valor-notícia, assim como o entretenimento, não sinaliza para uma qualidade esperada do acontecimento, nem para uma ordem de privilegiada de variações, em seu lugar aponta diretamente para uma implicação sobre o sujeito. A função do valor-notícia é justamente o que o denomina, isto é, emocionar, dramatizar ou reforçar o teor dramático e emocionante de situações acompanhadas pelos jornalistas.

A relação mais direta entre implicação e valor-notícia favorece que o público não seja negligenciado na utilização da emoção. É possível que a comunicação seja ineficiente ou incapaz de emocionar, mas mesmo nesse caso há uma relação direta sendo aplicada pelos jornalistas (se seleciona o acontecimento emocionante com o intuito de emocionar), a situação é diferente da que se processa quando se noticia a alta do dólar ou uma tramitação legal com a finalidade (muitas vezes não diretamente mencionada) de trazer conhecimento sobre os processos legais e econômicos que regem e implicam sobre a vida dos sujeitos. Além disso, uma vez que a emoção não é um valor-notícia tão ‘canônico’, é mais comum que os jornalistas se esforcem para justificar sua importância, não o tomando como óbvio e obrigatório.

Quanto à relevância, os tipos acionados são bastante semelhantes aos referidos para a segunda proeminência e para o entretenimento. Costa (2008) nos permite compreender a emoção como um tipo de efeito, ou seja, em situação comum pessoas poderiam ser atraídas por notícias de tragédias, como a de Brumadinho, não só por uma soma de valores como o negativo, o incomum e a amplitude, mas também por uma atração direta pelo que é dramático e pelo lugar que os afetos ocupam na vida cotidiana.

Na tradição de Alfred Schutz (1970), ressaltamos uma relevância motivacional finalística, em que a intenção dos sujeitos é envolver-se, emocionar-se e se deixar afetar por objetos, sentimentos e dramas que envolvem outras vidas, em sentido direto, mas toda a sociedade indiretamente. Retomando a associação com o valor-notícia negatividade, a emoção também pode despertar uma relevância temática hipotética voltada para um

impulso de preservação ou ainda para a tentativa de evitar que aquele drama ocorra também na vida dos sujeitos que recebem o conteúdo jornalístico.

Por fim, retomando Straßheim (2010), a emoção pode ser considerada útil para contextualizar, no sentido de que pode ampliar a compreensão dos sujeitos de problemas que podem atingi-lo, e para continuar, já que pode também reforçar riscos já conhecidos e que demandam um estado constante de alerta. Por outro lado, esse valor-notícia também pode transcender a utilidade e funcionar como um dispêndio improdutivo no qual o sujeito não teme por si, mas deseja ser solidário, ser envolvido, ou, em sentido mais amplo, ser afetado por dramas e emoções de terceiros.

### **XIII. Atualidade e relevância**

Os dois indicadores que seguem, apesar de amplamente mencionados na literatura, serão desconsiderados como valores-notícia. Argumentamos que tanto atualidade quanto relevância dizem respeito a estruturas mais amplas do que a dos valores, enquanto a atualidade marca a dimensão temporal do acontecimento sendo compreendida como uma ordem associada, mas distinta da relevância; esta última é desconsiderada como valor-notícia por ser ela mesma a origem de todos os valores.

#### **i. Atualidade**

Um elemento comum a praticamente todos os produtos jornalísticos é uma conexão entre o acontecimento e o tempo. O ‘quando’, uma das seis perguntas essenciais do lide, consolida essa relação ao incluir o tempo como um dos dados essenciais da composição de uma notícia. Mas, antes de ser um item para o ordenamento do texto jornalístico, a atualidade é concebida por muitos autores como um valor-notícia.

Para Fraser Bond (1962, p. 93), “o leitor quer que a notícia seja nova”. Segundo Amaral (1978, p. 60), “a notícia jornalística é a notícia do presente”. Erbolato (1978, p. 58), por sua vez, afirma que “o público deseja fatos novos e, por isso, a técnica é redigir sobre o que aconteceu ontem ou recentemente”. Gans (2004) chama a atenção para a necessidade de que os produtos jornalísticos sejam atuais, recentes, novos para a audiência ou ainda conectados com o novo através de um ‘gancho’. Van Dijk dedica

mais de um valor-notícia para esta conexão com o tempo, sua listagem inclui não só a atualidade, que define como “recente, dentro de uma margem de um ou alguns dias<sup>65</sup>” (1990, p. 176, tradução nossa), mas também a novidade, uma vez que “a notícia deve tratar, em princípio sobre novos acontecimentos<sup>66</sup>” (1990, p. 175, tradução nossa). Traquina (2005) também subdivide o a relação entre notícia e tempo. De acordo com ele, o tempo é um valor-notícia que atua na forma da atualidade, do gancho e ao longo do tempo, este último significa que um assunto pode permanecer como noticiável por um tempo dilatado, ao longo do seu desenrolar ou do seu comentário.

Além da atualidade propriamente dita outros termos utilizados pelos autores para reforçar a relação entre os acontecimentos jornalísticos e o tempo são: novo e novidade; ontem, recente e presente; e ainda expressões como: próximo no tempo e primeira vez. Todos esses termos, e ainda alguns outros, esclarecem que, para serem acontecimentos jornalísticos, os acontecimentos precisam de uma conexão com o tempo presente.

Ao explorar a noção de tempo presente, bem como a de atualidade jornalística, é possível notar que essa grandeza extrapola a tarefa identificadora e mediadora dos valores-notícia. De acordo com Franciscato (2014), a atualidade é um compromisso histórico da instituição jornalística e um princípio organizador de toda a prática.

É um compromisso histórico porque o jornalismo se consolidou como uma instituição responsável pela transmissão de acontecimentos relevantes e atuais. Há, portanto, uma dupla condição de existência: os acontecimentos devem ser relevantes e ainda devem ter uma relação com a experiência temporal do cotidiano. E é um princípio organizador da atividade porque o jornalismo se faz em um determinado ritmo cotidiano de produção, que ordena a prática e exerce sobre ela uma relação de valor, o que fica evidente na ânsia de noticiar primeiro, mesmo que por poucos minutos de vantagem.

Em resumo, o autor afirma que a atualidade jornalística diz respeito a uma dimensão de temporalidade elaborada culturalmente, que não se limita ao tempo das ocorrências, isto é, não pode ser plenamente retratada como sinônimo de novidade ou instantaneidade, incluindo o que a audiência reconhece como atual, dada a sua relevância.

[A] noção de atualidade é um eixo temático dotado de pelo menos três sentidos: num primeiro aspecto, a notícia jornalística imbricada na atualidade possui um sentido de proximidade entre atores sociais não limitado a um aspecto espacial,

---

<sup>65</sup> “recientes, dentro de un margen de entre uno y algunos días”

<sup>66</sup> “la noticia debe tratar en principio sobre nuevos acontecimientos”

mas de pertencimento a uma coletividade e de orientação sobre formas de agir socialmente; num segundo aspecto, opera um sentido de imediaticidade entre o seu recorte discursivo e a ocorrência. Mas estes dois aspectos não são suficientes para demarcar a atualidade jornalística, devendo-se destacar um terceiro: é atual no jornalismo tanto o que ocorre no tempo presente quanto o que apresenta um sentido de relevância pública, reconhecido pelo indivíduo como indispensável para participar da vida social. (FRANCISCATO, 2014, p. 20)

A partir dessa compreensão ampliada da atualidade jornalística e a partir de uma observação minuciosa dessa grandeza, podemos notar que ela se comporta de maneira sensivelmente distinta, em relação aos valores-notícia descritos. Cada um dos valores mencionados, e ainda outros, que poderiam ser formulados, indicam uma faceta de relevância jornalística ou ainda uma dimensão em que a variação do ecossistema implica sobre os sujeitos. Uma vez que a atribuição de relevância é resultante da atuação de todos esses indicadores, ela pode se abster de qualquer um deles, sem que isso invalide o acontecimento como jornalístico.

A ausência de valores-notícia é comum e costuma ser compensada pela presença de outros, de forma que uma notícia pode não ser dotada de amplitude, mas possuir um acontecimento extremamente raro ou incomum, pode também não despertar emoção ou entreter, mas trazer um impacto econômico para a audiência. Em resumo, qualquer um dos valores-notícia recém citados pode estar ausente da notícia, com exceção da atualidade. Sem atualidade, concebida conforme Franciscato (2014), o acontecimento jornalístico não se justifica como tal.

O que estamos dizendo é que diferente dos valores-notícia, a atualidade não se subordina à relevância, relaciona-se com ela, mas possui uma lógica operacional própria. A atualidade atua para além da identificação de variações no ecossistema e da implicação do público, além de que muitas vezes o valor atribuído pelos jornalistas ao tempo revela escalas de importância que tem pouca implicação fora do campo técnico/profissional. Dessa forma, por mais que atualidade e relevância se envolvam, acreditamos que ambas são grandezas definidoras, já que o jornalismo se apresenta à sociedade como uma instituição encarregada de oferecer conteúdo, ao mesmo tempo, relevante e atual.

A atualidade interfere diretamente em alguns valores-notícia, como o incomum e o consonante, assim como a relevância tem relação direta com atualidade na terceira dimensão da atualidade de Franciscato (2014, p. 20), identificada como o que “apresenta um sentido de relevância pública”. Ainda assim, há acontecimentos relevantes que não podem ser classificados como jornalísticos pela falta de atualidade (é o caso de qualquer

fato histórico afastado no tempo), assim como há acontecimentos atuais que não interessam aos jornalistas por falta de algum indicador de relevância. O que, para nós, ratifica uma existência interdependente, mas não derivada a ponto de que a atualidade possa ser considerada como um valor-notícia.

Do ponto de vista do acontecimento jornalístico, a atualidade pode ser relacionada à variação do ecossistema, não como qualidade ou ordem das variações, mas como espaço-temporal da sua existência. O acontecimento é essencialmente uma ruptura momentânea na realidade posta, que não só ocorre no tempo, mas se desgasta nele, seja porque vão sendo reduzidas as capacidades de implicação no sujeito, seja porque variações que se mantêm, deixam de ser variações e passam a fazer parte do ecossistema. Em resumo: a atualidade não é uma qualidade da variação ou uma ordem de variações, a atualidade é um integrante necessário do que se entende como acontecimento ou ainda a dimensão temporal que se cruza com a espacial a fim de que a variação ocorra.

Assim, localizamos a atualidade como uma grandeza essencial para o jornalismo e que, tanto quanto a relevância, participa da sua definição como prática e como instituição social, mas rejeitamos o seu enquadramento como um valor-notícia, uma vez que ela não se comporta como os demais valores-notícia, não se subordina à relevância e ainda possui uma lógica que valoriza o jornalismo a seu próprio modo.

## ii. Relevância

Esta seção reúne cinco denominações utilizadas pelos autores para se referir à seleção noticiosa: a relevância, a utilidade, a significatividade, o que afeta e a consequência/repercussão. Assim como foi feito em relação à atualidade, vamos expor a dimensão convergente que as une (e que nos permite denominar a todas pelo termo relevância) e argumentar sobre a razão de não tomarmos essa relevância como um valor-notícia e sim como uma ordem definidora do jornalismo.

Na segunda seção desta tese, ao apresentar fragmentos históricos do processo de seleção dos acontecimentos a serem transformados em notícia, e no início desta seção, ao apresentar os enredos de valores-notícia que estamos analisando, nos confrontamos, algumas vezes, com o termo relevância. Ele foi utilizado por autores como Wolf (2009, p. 195) ao definir os valores-notícia como “critérios de relevância” e por Chaparro (1994, p. 120) ao subordinar todos os indicadores ao termo “atributos de relevância”, bem como

em Guerra (2008, 2014), que percebe os valores-notícia como indicadores da expectativa de relevância do público. Nesses autores, a relevância tem um papel amplo e próximo do conceito que desejamos desenvolver, mas além desses usos, também visualizamos o termo relevância ser utilizado como um dos valores-notícia, dimensão que aprofundaremos agora.

Em Galtung e Ruge (1999) a relevância não chega a ser um valor-notícia, na verdade, funciona como uma subdivisão do indicador significatividade. Os autores afirmam que chamam a atenção os acontecimentos significativos, identificados como aqueles que tem algumas “interpretações importantes” (GALTUNG; RUGE, 1999, p. 65), e implementados através de duas dimensões, a proximidade e a relevância. Em outros termos, para Galtung e Ruge (1999), um acontecimento se torna significativo quando diz respeito a uma realidade próxima (geograficamente ou culturalmente) ou quando é relevante pois “pode implicar para o leitor ou ouvinte” (GALTUNG; RUGE, 1999, p. 66).

Van Dijk (1990) também apresenta a relevância como um valor jornalístico. De acordo com ele, são preferíveis as informações sobre acontecimentos ou ações que são relevantes para a audiência. Quanto a sua definição do que é o relevante, há uma clara aproximação com Galtung e Ruge (1999), o autor afirma que a relevância mostra “como os acontecimentos e as decisões podem afetar a nossas vidas<sup>67</sup>” (VAN DIJK, 1990, p. 177, tradução nossa).

Assim como faz com outros dos seus valores jornalísticos, Van Dijk (1999, p.178, tradução nossa) argumenta que a relevância possui uma oposição, ou seja, há notícias “deixando de lado a utilidade - para o público leitor<sup>68</sup>”, uma vez que “a relevância está também determinada pelos interesses daqueles que controlam o sistema social<sup>69</sup>”. A consequência disto, para ele, é que “há grandes domínios de informação que poderiam ser altamente relevantes, inclusive para todo o público, mas que a imprensa não cobre, ou cobre em um grau ínfimo<sup>70</sup>” (VAN DIJK, 1990, p. 178, tradução nossa). Adiante, refletiremos sobre os argumentos do autor, mas por hora ainda vamos expor mais um autor que lista a relevância como valor-notícia.

---

<sup>67</sup> “como los acontecimientos y las decisiones pueden afectar a nuestras vidas”

<sup>68</sup> “dejando a un lado su utilidad – para el público lector.”

<sup>69</sup> “la relevancia está también determinada por los intereses de aquellos que contrlan el sistema social”

<sup>70</sup> “Hay grandes domínios de información que podrían ser altamente relevantes incluso para todo el público, pero que la prensa no cubre, o cubre en grado ínfimo.”

Na listagem de Traquina (2005), a relevância aparece duas vezes, primeiro ela é apresentada como um valor-notícia que atua como critério substantivo de seleção e depois como um valor-notícia de construção, o que significa que para o autor a relevância serve tanto para reconhecer acontecimentos quanto deve ser utilizada para guiar a construção do material. Como valor-notícia de seleção, a relevância reforça a coerência já visualizada entre os dois últimos autores. “Este valor-notícia determina que a noticiabilidade tem a ver com a capacidade do acontecimento incidir ou ter impacto sobre as pessoas, sobre o país, sobre a nação” (TRAQUINA, 2005, p. 80). Como valor-notícia de construção, por sua vez, o autor afirma que é responsabilidade do jornalista fazer compreender a relevância. “Compete ao jornalista tornar o acontecimento relevante para as pessoas, demonstrar que tem significado para elas” (TRAQUINA, 2005, p. 92).

Ao explorar a definição de relevância dada por estes autores, já começa a ficar a evidente a razão para a convergência das denominações. O relevante é muitas vezes definido com o auxílio de termos que serão utilizados por outros autores. Em geral, o relevante, o significativo, o útil e o que impacta, implica e afeta se misturam na tentativa dos autores de apresentar e definir uma mesma ideia.

O significativo é apresentado como indicador não só por Galtung e Ruge (1999), como já citado, mas também por Gans (2004) e por Shoemaker e Cohen (2005). Gans (2004) lista entre as histórias importantes aquelas que são significativas para o passado ou para o futuro e Shoemaker e Cohen (2005) apresentam a significância social como um dos dois critérios de noticiabilidade que julgam capazes de resumir todos os demais. Embora o significante se divida em quatro (política, econômica, cultural e bem-estar social), “geralmente pode ser definido como aquilo que tem relevância para o sistema social - seja o sistema social tão grande quanto o mundo ou tão pequeno quanto a vizinhança<sup>71</sup>.” (SHOEMAKER; COHEN, 2005, p. 08, tradução nossa). Os autores ainda acrescentam, que a significância social envolve o que outros autores denominam como “importância, impacto, consequência e interesse<sup>72</sup>” (SHOEMAKER; COHEN, 2005, p. 08, tradução nossa).

Continuando nessa utilização circular dos termos, a consequência/repercussão é mencionada por Bond (1962), Erbolato (1978), Chaparro (1994) e Gomis (2002). Para

---

<sup>71</sup> “although it can generally be defined as that which has relevance for the social system – whether the social system is as large as the world or as small as a neighborhood.”

<sup>72</sup> “importance, impact, consequence, and interest”

este último, a repercussão pode atuar como valor-notícia único, uma vez que a “noticiabilidade de um fato equivale às repercussões que provoca” (GOMIS, 2002, p. 230). Para o autor, a repercussão através dos comentários ou de acontecimentos desenrolados é capaz de resumir o importante e o interessante, que por sua vez resumem todos os outros valores-notícia.

Bond (1962) afirma que as consequências universais, como um bloqueio de transportes é notícia. Erbolato (1978), menciona em separado as consequências e as repercussões; enquanto as consequências se referem ao que tem possibilidade de atingir, a repercussão indica o que tem a possibilidade de desencadear novas notícias, uma vez que gera identificação. Por fim, também Manuel Chaparro (1994) menciona a consequência como um atributo de relevância.

A utilidade, como um indicador específico, é mencionada por Peucer (2004) e por Erbolato (1978), embora seja parte indireta da listagem de outros autores, que a utilizam na definição do que é importante, relevante, significativo, entre outros. Para Peucer (2004, p. 26), “não se pode negar que haja neles [nos periódicos] alguma utilidade que afeta a vida tanto privada quanto pública dos homens” e que “a finalidade dos novos periódicos é mais própria para o conhecimento de coisas novas acompanhadas de uma certa utilidade e atualidade” (PEUCER, 2004, p. 26). Erbolato (1978) utiliza a utilidade para se referir a relatos de menor status entre os jornalística, mas que tem função prática na vida da audiência. “Há, na imprensa, seções aparentemente sem muito valor, mas que são procuradas pelos leitores, quando necessitam das informações nelas inseridas” (ERBOLATO, 1978, p. 58).

O que afeta os sujeitos é a última subdivisão dessa seção. Para Bond (1962), a notícia é aquilo que afeta o leitor. “A notícia, então, que mais interessa o leitor médio consiste em alguma coisa que o afeta – sua saúde, riqueza, segurança, bem-estar” (BOND, 1962, p. 92). Amaral (1978) apresenta entre os seus atributos da notícia a capacidade de afetar individualmente aos sujeitos. “Experiência cotidiana, trabalho, ambiente, acontecimentos dos quais participa ou participou, acontecimentos dos quais gostaria de ter participado, ambições, curiosidades, sonhos” (AMARAL, 1978, p. 61). Para o autor também é “lógica a conclusão de que um acontecimento nos retém tanto mais quanto, de uma forma ou de outra, tivermos a impressão de que dele estamos participando, e isso se chama identificação” (AMARAL, 1978, p. 61).

A identificação também é listada por Nilson Lage (1979, p. 69), que a eleva a uma dimensão social, “o que determinará a identificação não é uma situação real na escala da sociedade, porém projeções ideais desta situação”. Erbolato (1978) volta a estabelecer uma relação entre interesse pelas notícias e implicação individual, como fizeram Amaral (1978) e Bond (1962). “Embora os jornais sejam dedicados à massa, enfocando assuntos de repercussão geral, não podem deixar de divulgar notícias que, de certo modo, afetam pessoalmente a cada um dos que os lêem.” (ERBOLATO, 1978, p. 57).

Em resumo, o relevante, o significativo, o útil, o que afeta e o que tem consequências/repercussão foram reunidos em uma única seção pois todos eles desenvolvem a ideia de que deve ser noticiado o que pode implicar sobre as vidas do sujeito, o que tem função ou utilidade. Esta categoria, portanto, não se refere a uma qualidade da variação do ecossistema, a uma ordem privilegiada de variação e nem a um tipo de implicação, como fizeram os valores-notícia, em seu lugar refere-se à implicação por si mesma. A relação desse grupo com o acontecimento jornalísticos é de afirmação de um dos seus elementos essenciais. Relevância, conforme apontada pelos autores, é a própria implicação dos sujeitos.

As denominações também não são plenamente compatíveis com o conceito de valor-notícia (indicador ligado ao reconhecimento de acontecimentos com referência às expectativas da audiência). Diferente da negatividade, por exemplo, que aponta diretamente para uma qualidade da variação e permite reconhecê-la como válida, a relevância não aponta nenhuma qualidade, tipo ou efeito especificamente, sendo incapaz de exercer a função instrumental que é demandada dos valores-notícia.

É justamente essa falta de especificidade que permite à relevância sediar todos os efetivos valores-notícia. Quando Traquina (2005), por exemplo, afirma que a relevância determina o que tem impacto sobre o público, podemos argumentar que o dinheiro, o governo, a proeminência, a negatividade, o conflito e todos os outros valores seriam relevantes já que possuem alguma forma de impacto sobre o público. Da mesma forma, se nos basearmos em Bond (1962) e na sua afirmação de que interessa ao leitor aquilo que o afeta, podemos repetir todos os valores-notícia citados, explorando sua forma de afetar os sujeitos.

Neste ponto, podemos retomar a afirmação de Van Dijk (1990) sobre o contraponto da relevância e sobre a possibilidade de que ela esteja ausente da produção

jornalística. O primeiro aspecto mencionado pelo autor é que o conteúdo jornalístico pode não ser relevante por deixar a utilidade de lado. Nesse sentido, devemos lembrar que relevância (no sentido amplo explorado no segundo capítulo) não é um sinônimo de utilidade, principalmente se esta for concebida em uma dimensão funcionalista ou utilitarista. Mesmo a utilidade aproveitada por Straßheim (2010), não se limita a usos racionais e cotidianos, essa dimensão está presente quando o autor menciona a utilidade para continuar, mas é extrapolada na utilidade para contextualizar, que muitas vezes pode estar ligada a desejos de conhecer ou a interesses menos práticos, mas que ainda assim motivam os sujeitos e se colocam no primeiro plano da cognição.

A segunda dimensão da não-relevância indicada por Van Dijk (1990) envolve os interesses hegemônicos e a possibilidade de que temas relevantes sejam desconsiderados pela mídia. Nesse aspecto não discordamos do autor na sua afirmação, apenas destacamos que esse não é um caso de não-relevância, uma vez que os conteúdos efetivamente mencionados incluirão alguma dimensão da relevância ou serão relevantes para alguém. O que efetivamente ocorre é uma utilização conveniente da relevância, isto é, estão presentes formas de implicação dos sujeitos mesmo que elas não sejam as mais impactantes possíveis ou as que afetam a maioria, muitas vezes elas são as que melhor equilibram a geração de efeitos e os esforços ou as demais forças que atuam sobre o jornalismo tanto internas (como a linha editorial, os recursos disponíveis, a pressão do tempo, o interesse de manter e conquistar anunciantes, dentre outros) quanto externas (forças políticas e econômicas e a moralidade vigente, por exemplo).

Assim, embora afirmemos que uma notícia sem relevância é uma contradição em termos, destacamos que a crítica do autor é cara para esse trabalho que procura formular o conceito de relevância jornalística em uma dimensão crítica e compatível com o papel social do jornalismo. Dessa forma, o conceito que desejamos elaborar deve não só fundamentar a identificação de acontecimentos jornalísticos, mesmo que eles não sejam mencionados nas listagens mais comuns, mas também possibilitar a percepção de situações em que não são as variações do ecossistema ou as implicações dos sujeitos o que pesam para o privilégio de um acontecimento, ou seja, quando não é relevância jornalística o que orienta a seleção realizada pelos jornalistas.

Sobre a relação entre esta relevância (mais jornalística) e as teorias da relevância trabalhadas no terceiro capítulo, não vamos explorar aqui as relações, uma vez que essa tarefa será assumida pela seção seguinte. No seu lugar, finalizamos resumindo que a

atribuição de relevância funciona como uma grandeza essencial para o jornalismo, não podendo ser reduzida a um valor-notícia.

#### 4.2 APROXIMAÇÕES PARA UM ESTATUTO DO CONCEITO

Depois de explorar a relação de cada um dos valores-notícia com o acontecimento jornalístico e com as teorias da relevância, desejamos observar as preferências em conjunto. A fim de reconhecer padrões que caracterizam a seleção jornalística como um todo.

Antes de iniciar a exposição é preciso fazer uma consideração sobre o uso dos valores-notícia. Cada um desses valores funciona como uma unidade diferenciável que, pode estar presente ou ausente em um acontecimento. Consideramos importante compreendê-los em separado pois isso permite explorar diferentes usos das dimensões de relevância e diferentes formas de justificar o acontecimento como jornalístico.

Entretanto, é preciso reafirmar que, em todas as notícias e em todos os acontecimentos jornalísticos, os valores-notícia funcionam em arranjos. As 12 unidades que foram sintetizadas a partir da literatura e aprovadas pelo conceito de valor-notícia são capazes de se organizar uma absurda diversidade de combinações que, proporcionalmente à quantidade de valores acionados, potencializa a atribuição de relevância de um acontecimento jornalístico ou de uma notícia, conforme já mencionado na hipótese da aditividade de Galtung e Ruge (1999). Em geral, uma notícia não aciona apenas um valor-notícia (e se assim o fizer, certamente, não será considerada uma notícia altamente relevante), mas sim arranjos específicos de valores.

Além da quantidade de valores-notícia acionados, acrescentamos que o tipo de arranjo também é representativo para a compreensão tradicional do que deve ser noticiado, o que pode ser justificado pelo fato de acionar diversas e distintas ordens de relevância. Para consolidar essa afirmação, e visualizar a atuação conjunta dos valores-notícia, podemos mencionar um exemplo extraído do jornalismo brasileiro: a demissão do então ministro da justiça e ex-juiz federal Sérgio Moro.

Sérgio Moro e Jair Messias Bolsonaro, certamente, são dois personagens da história recente do Brasil que renderão, no futuro, muitas considerações. Na campanha eleitoral que conduziu Jair Bolsonaro à presidência da República, Sérgio Moro foi tratado como herói e, após eleição, convidado para assumir o Ministério da Justiça. Nos primeiros

meses do mandato a parceria continuava harmoniosa, para as partes, apesar de alguns jornais já produzirem conteúdo sobre situações de desgaste logo após a posse.

Em 24 de abril de 2020, entretanto, o desgaste deixou de ser especulação ou afirmação de fontes não identificadas e passou a ser o principal tema político do país. Em meio a pandemia causada pelo Vírus Corona, que já tinha forçado várias cidades brasileiras ao estado de quarentena, Sérgio Moro convocou uma coletiva de imprensa e, com cobertura ao vivo por redes de televisão, emissoras de rádio e sites noticiosos, não só entregou a sua carta de demissão, mas também acusou o presidente da república de interferir politicamente na Polícia Federal (PF) e de fraudar sua assinatura na demissão do superintendente, entre outros. No mesmo dia, Bolsonaro também convocou coletiva de imprensa e, em seu pronunciamento, acusou o ex-ministro de barganhar o comando da PF por uma indicação para o Supremo Tribunal Federal.

A situação, seguramente, mereceu o *status* de crise política que foi conferido pela imprensa. Ao longo dos dias que sucederam as coletivas, o caso ainda envolveu a participação de outras personagens políticas não só comentando o caso, mas também escolhendo lados, expondo conversas e até requerendo a abertura de um inquérito contra o presidente na Procuradoria Geral da República. Do ponto de vista jornalístico, e fazendo uso dos saberes já comentados, reconhecemos o seguinte arranjo de valores-notícia: há uma situação de conflito (1), envolvendo duas figuras proeminentes (2), ligadas aos mais altos cargos do governo (3), que trocam sérias acusações de teor criminoso, imoral e evidentemente negativo (4), que têm potencial de atingir todo o país [amplitude/intensidade (5), proximidade (6)], além de ser essencialmente incomum (7), uma vez que pode até ser rotineiro que líderes do governo desfaçam alianças, mas não que o façam diante das câmeras, expondo conversas e acusações.

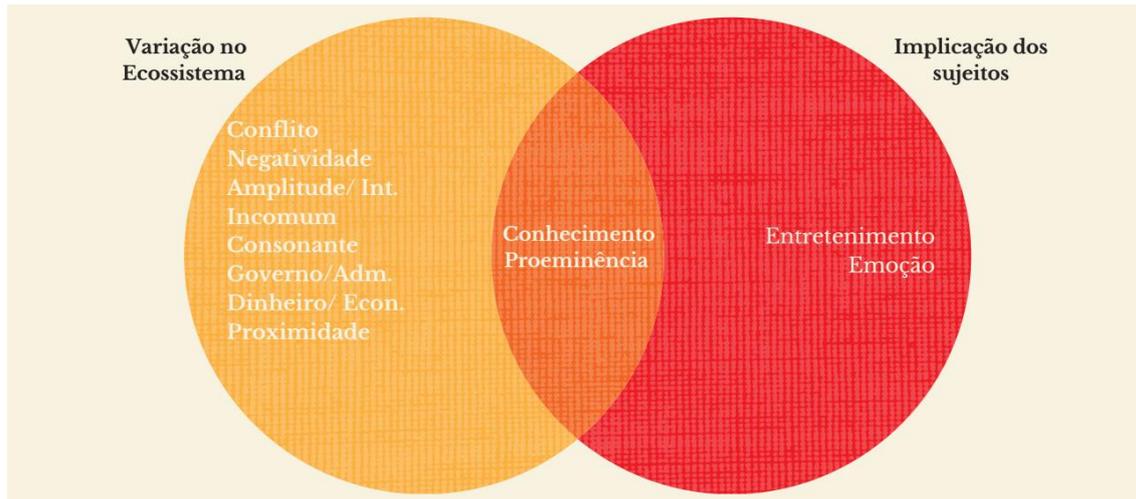
Os sete valores-notícia acionados não só se complementam, mas se reforçam e se intensificam. Outros sete valores, arranjados de forma diferente não teriam necessariamente o mesmo potencial de relevância, o que mostra que não só a quantidade de valores-notícia contribui para o desempenho geral do acontecimento, mas também a combinação e o tipo de relevância acionado.

A acontecimento jornalístico em questão inclui diversos aspetos que qualificam a variação do ecossistema, bem como indícios de diversas formas de implicação dos sujeitos. Sobre a atribuição de relevância, são acionadas as três dimensões de Schutz

(1970), o acontecimento também implica sobre a continuação e a contextualização (STRAßHEIM, 2010) da realidade em que o cidadão brasileiro se insere e ainda se adequa a geração de efeitos, conforme Sperber e Wilson (2005), Costa (2008) e Rauen (2008). Esse exemplo dá o tom do processo de aperfeiçoamento que os saberes da relevância podem proporcionar, isto é, a substituição de uma avaliação tácita e imprecisa por saberes que possam ser mais facilmente, categorizados, analisados e criticados, gerando informações sobre as coberturas e sobre o jornalismo.

Neste sentido, devemos seguir para a reflexão sobre os valores-notícia como conjunto coordenado de indicadores, em referência aos elementos do acontecimento jornalístico e às teorias da relevância. Levaremos em consideração as afirmações feitas pelos próprios autores quando da apresentação dos indicadores. Observaremos se os autores apresentavam os valores-notícia como indicadores de fatos (variação do ecossistema ou ordens privilegiadas de variação do ecossistema), como indicadores de efeitos esperados (tipo de implicação dos sujeitos) ou como ambos, indicadores dos fatos justificados pelos efeitos.

Figura 4 - Valores-notícia e os elementos do acontecimento jornalístico



Fonte: elaboração própria

Conforme diagrama acima, fica evidente que no corpo de valores-notícia há um privilégio na variação do ecossistema em detrimento da implicação sobre os sujeitos. Como foi dito, no início desta seção, a variação no ecossistema e a implicação dos sujeitos, como elementos essenciais do acontecimento jornalístico desempenham papéis distintos, enquanto a primeira faz a indicação concreta de fatos e eventos selecionáveis, a segunda justifica a razão do privilégio de seleção. Assim, os valores-notícia pouco

atentos a implicação sobre os sujeitos são indícios de um modo de fazer jornalismo que continua tratando determinados fatos como relevantes por si mesmos.

Por mais que existam muitas obras essenciais que questionaram a impossibilidade de fazer jornalismo sob orientação da lógica positivista e ainda outras obras que questionem o funcionamento do processo de seleção, descrevendo-o como reproduzidor de hierarquias, os valores-notícia (inclusive os que são propostos pelos mesmos autores que fazem essas problematizações) não reproduzem, na orientação pragmática do fazer, os mesmos saberes e avaliações críticas. Apesar do amadurecimento teórico do campo, os valores-notícia apontados pela literatura continuam tratando os acontecimentos a partir da lógica positivista, na qual é suficiente tipificar ocorrências com base em valores pré-fixados e importantes em si mesmos.

O Governo/administração, o Dinheiro/ economia, e a Proximidade são exemplos especialmente interessantes da hipervalorização de determinadas qualidades ou ordens de variação do ecossistema. Em menor grau também o Conflito, a Negatividade, a Amplitude/ Intensidade, o Incomum e o Consonante são valores-notícia que podem garantir espaço nos produtos jornalísticos apenas por serem acionados, mesmo existindo o risco de que tenham pouca implicação sobre os sujeitos ou, o que é mais comum, que as implicações sejam negligenciadas em função do acontecimento. Ocorre algo semelhante à reprodução de algumas tradições em que há a valorização do ato, ao passo que a simbologia de esvazia.

Quando o jornalismo reproduz a ideia de que o governo, a economia ou os sujeitos proeminentes são sempre do interesse da produção jornalística, torna-se desnecessário justificar a implicação sobre os sujeitos, o que pode conduzir a dois problemas essenciais: o jornalista pode priorizar a cobertura de fatos sem implicação para o público, apenas porque envolvem fontes governamentais, interesses econômicos ou seus representantes; e os jornalistas podem ignorar a necessidade didática de justificar a implicação de algumas variações.

Na cobertura jornalística, não há como desconsiderar o potencial de implicação das ações governamentais, mas as coberturas podem perder-se entre inúmeros fatos e no distanciamento entre os acontecimentos e a vida cotidiana. Notícias sobre ações conjuntas dos Poderes Executivo e Legislativo a fim de garantir a chamada “governabilidade”, por exemplo, têm grandes implicações, inclusive democráticas, mas podem perder sua

capacidade de despertar relevância nos indivíduos, por não serem compreendidos ou por serem banalizadas. Nos termos de Rauén (2008), os efeitos podem não ser alcançados devido à demanda incompatível de esforços e à repetição infundável de estímulos semelhantes, acionando ao mesmo tempo as máximas de exaustão e de saturação.

O entretenimento e a emoção, valores que se voltam diretamente para formas de implicação sobre os sujeitos, deixando o reconhecimento da variação do ecossistema mais aberto a interpretações, são também alguns dos valores menos estimados pelo campo. Vimos, ao longo da exposição dos trechos descritivos, termos, expressões e mesmas ideias elaboradas no sentido de classificar a emoção e o entretenimento como tendo uma importância secundária ou mesmo nenhuma importância para a prática jornalística.

Ainda sobre esses valores é interessante notar que a separação entre implicação dos sujeitos e variação do ecossistema parece internalizar uma oposição entre razão-afeto ou utilidade-deleite. Os valores-notícia não parecem reconhecer o lugar do afeto e do deleite no cotidiano racional e utilitário do público, tratando como ‘interessante’ apenas o que parece não ter utilidade e o que tem utilidade direta como necessariamente desinteressante. Assim, umas das tarefas retiradas desse exercício para a elaboração do conceito de relevância jornalística é, justamente, repensar o lugar dos afetos como uma ordem de efeitos não separada da vivência pública e que, portanto, é parte integrante das avaliações de relevância dos sujeitos.

A proeminência e o conhecimento são os dois valores-notícia que se encontram no meio do caminho, entre a indicação das variações e a indicação de formas específicas de implicar os sujeitos. Entretanto, essa localização intermediária se deve mais a duplicidade dos valores-notícia do que a exploração das duas dimensões.

O conhecimento, também chamado de descoberta, pode ser acionado como indicador de acontecimentos que trazem informações que antes eram desconhecidas (sem explorar a sua implicação) ou podem ser tratados como sinalizador da implicação específica de saber (sem especificar o tipo de variação). Da mesma forma, a proeminência pode ser compreendida como um apontador da importância intrínseca de pessoas notáveis (ignorando a implicação real sobre os sujeitos) ou pode ser utilizada como um identificador de um tipo simples de implicação: o envolvimento dos fãs com uma determinada personalidade (negligenciando a ação efetiva da pessoa proeminente).

O que já deve ter sido inferido deste comentário é a defesa de todos os valores-notícia sejam, ao mesmo tempo, indicadores de variações e de ordens de implicação. Não afirmamos que os atuais valores-notícia não possam desempenhar essa dupla disposição, apenas chamamos atenção para o fato de que eles não costumam fazê-lo. O mais comum é que sejam valorizadas variações, como se fossem valores intrínsecos, ou que sejam consideradas implicações, como se fossem sentimentos inevitáveis.

Seguindo para a relação do conjunto de valores-notícia com as teorias da relevância, precisamos adotar um procedimento distinto do que fora utilizado para observar os elementos do acontecimento jornalístico. Na primeira parte da análise, focalizamos as afirmações feitas pelos próprios autores para enquadrar um valor-notícia como indicador dos fatos, dos efeitos ou de ambos. No caso da relevância, a categorização não vem dos autores, mas desta pesquisa. O que fizemos foi partir da ideia geral do valor, sintetizada por nós a partir do grupo de autores, e relacioná-las aos tipos de relevância de Schutz (1970) e Schutz e Luckmann (2003), aos saberes retirados dos estudos de Sperber e Wilson (2005, 2010) e à conceituação de Straßheim (2010).

Em Sperber e Wilson, a falta de subdivisões ou tipos de relevância fez com que as associações fossem mais fluidas. De maneira geral, entretanto, houve uma relação equilibrada entre os valores-notícia e os efeitos de fortalecimento, revisão ou abandono e implicação contextual. Os valores-notícia também foram capazes de sediar conexões com os princípios comunicativos e cognitivos da relevância, de forma que o núcleo duro da teoria foi hábil para explicar a implicação não esclarecida por alguns dos valores-notícia.

Valores-notícia clássicos como a proximidade, a proeminência, o governo/política e o dinheiro/economia e ainda outros como o entretenimento e a emoção, entretanto, demandaram a expansão da noção de efeitos, conforme Costa (2008), Rauen (2008) e Vidal (1996). Esses valores mostraram que as pessoas têm buscado informações que, a rigor, não contribuem para expandir os seus contextos cognitivos, apenas justificáveis por outras ordens de benefícios.

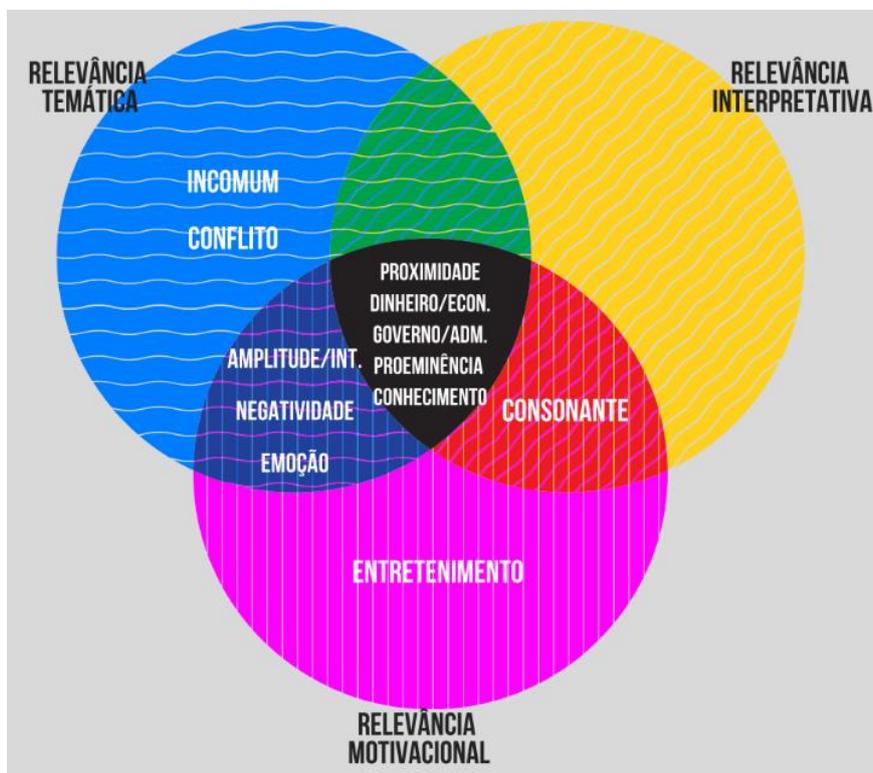
Ainda na tradição de Sperber e Wilson, e mais especificamente em relação aos saberes de Rauen (2008), os valores-notícia permitem aproximações com as máximas de saturação e exaustão. Valores-notícia como o consonante e o entretenimento, por exemplo, são sensíveis à máxima de exaustão ao reconhecem a necessidade de balancear a oferta de informações que exige reflexão, ao passo que valores-notícia como o incomum

e a emoção são sensíveis à máxima de saturação, uma vez que apontam para acontecimentos que desafiem o habitual.

Chegando à teoria de Schutz (1970) e Schutz e Luckmann (2003), é possível visualizar como os valores-notícia se relacionam com as relevâncias temáticas, interpretativas e motivacionais. Cinco dos 12 valores estudados podem se relacionar às três dimensões da relevância ao mesmo tempo, não por acaso, quatro delas são os valores-notícia classificados como ordens privilegiadas de variação no ecossistema.

A proximidade, a proeminência, o dinheiro/economia e o governo/administração ratificam os seus espaços privilegiados de atenção jornalística ao acionar não só uma relevância temática, que indica porque determinado acontecimento merece atenção, e uma relevância motivacional, ligada a interesses, mas também uma relevância interpretativa, já que são também setores estratégicos, reconhecidos como capazes de desenvolver temas.

Figura 5 - Valores-notícia e as três dimensões da relevância de Schutz



Fonte: elaboração própria

O conhecimento também foi um valor capaz de acionar os três tipos de relevância, já que pode se comportar como descoberta e ter um potencial de atenção temática (imposta, voluntária ou hipotética), pode também ser adequado para o

desenvolvimento de um tema e ainda pode ser válido para sujeitos e para os seus interesses específicos ou motivações gerais. Graças aos cinco valores-notícia que são, em teoria, capazes de acionar as três dimensões da relevância de Schutz, há uma divisão parcialmente equilibrada entre as funções temática, interpretativa e motivacional.

Mesmo nesse equilíbrio, entretanto, é possível perceber uma preferência pelas relevâncias temáticas e motivacionais já que nenhum dos 12 valores desvencilha-se dessas duas relevâncias ao mesmo tempo. Diferente do que ocorre com as relevâncias temáticas e motivacionais, não há valores puramente conectados com a relevância interpretativa e mesmo as áreas de convergência entre a relevância interpretativa e a temática ou entre a interpretativa e a motivacional são pouco populares.

Para nós, a falta de valores-notícia ligados prioritariamente à relevância interpretativa é sintomática da ação jornalística orientada pela factualidade. Como prática, o jornalismo privilegia a transmissão do fato, tradição que vem sendo colocada em xeque pela pulverização das tecnologias de informação e comunicação. Para muitos estudiosos, ao perder o monopólio da informação, resta ao jornalismo investir em informações menos factuais e mais aprofundadas, já que o ato de chamar a atenção para um tema já não é mais privilégio da comunicação jornalística. A ideia geral é que a qualidade interpretativa e contextualizadora de um tema, processado por profissionais competentes e processos complexos, poderia se transformar em elemento diferenciador entre a informação jornalística e as informações de outras fontes (ANDERSON; BELL; SHIRKY, 2013).

Apesar do teor factual e dos valores-notícia orientados para as variações do ecossistema, foi visualizada uma surpreendente quantidade de valores acionando a relevância motivacional. Ordens de interesse, mesmo que não sejam interesses da maior parte da população e mesmo que não sejam defendidas enquanto implicação para os sujeitos, estão presentes nos valores-notícia tradicionais.

As relevâncias de Schutz ainda são subdivididas entre as dimensões voluntárias e não-voluntárias. De maneira geral, as dimensões voluntárias (Relevância temática voluntária, relevância interpretativa motivada e relevância motivacional finalística) apontam para preferências que são resultantes do gosto ou dos interesses diretos do sujeito, por sua vez, as dimensões não-voluntárias (relevância temática imposta, relevância interpretativa imposta e relevância motivacional condicionada) dependem menos de escolhas dos sujeitos e mais de uma conjuntura forçada sobre as consciências.

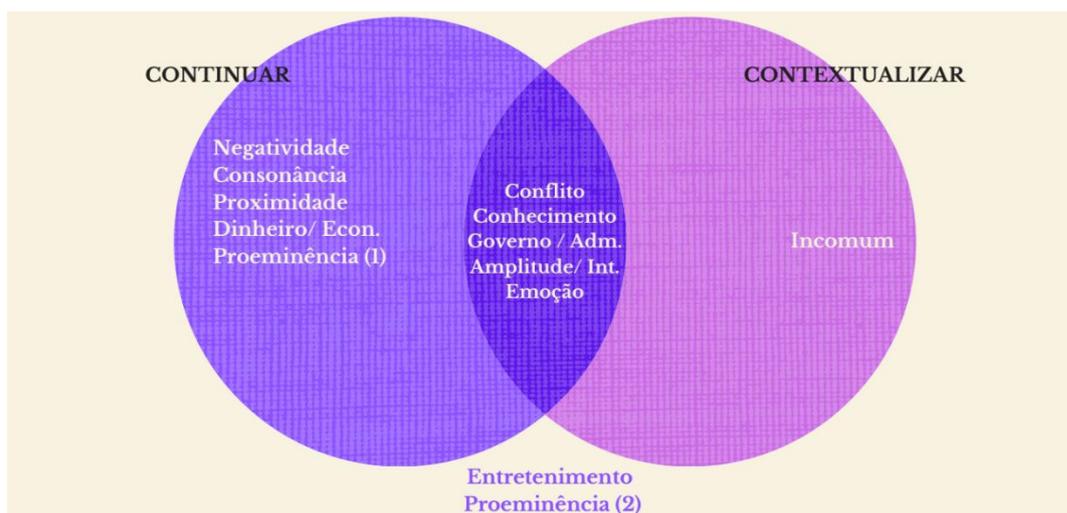
A partir dessa subdivisão, os valores-notícia se enquadram prioritariamente na dimensão voluntária, afirmando que a orientação para os acontecimentos é muito menos refém das contingências e muito mais ativa do que algumas interpretações podem fazer supor. Não é a surpresa da relevância temática imposta ou o desenrolar espontâneo das relevâncias interpretativa motivada e motivacional condicionada que fundamenta a maior parte dos valores-notícia, mas as ordens previamente estabelecidas de valores que se aplicam voluntariamente no processo de alcançar a metas e finalidades específicas. De uma forma ou de outra, como foi dito ao explorar as dimensões da escolha e da imposição em Schutz (2012), essas dimensões podem atuar de forma complementar, em direção a manutenção da estabilidade do mundo da vida.

Com a exceção de valores como o incomum, o conflito, a emoção e a amplitude/intensidade, que podem romper expectativas e chamar a atenção para o que é incompatível com a realidade habitual, os demais costumam contribuir para a manutenção da estabilidade do mundo da vida. Seja como receita para uma meta, seja como pressuposto habitual, a maior parte dos valores-notícia se compatibiliza com a realidade em curso e atua muito mais como agente de permanência do que como agente de transformação social.

Ainda sobre os valores-notícia e a relevância tríplice de Schutz (1970), verificamos uma grande facilidade na aproximação dos conceitos e dos indicadores jornalísticos, ainda maior do que a verificada na manipulação da teoria da relevância de Sperber e Wilson (2005). Essa diferença se deve, entre outros, a motivação mais aplicada dos problemas que conduzem Schutz. Na busca por entender as diversas situações sociais em que se privilegia um saber, o fenomenólogo elaborou uma tradição de estudo da relevância mais instrumentalizável.

Se subdividirmos os valores-notícia a partir de Straßheim (2010), também chegamos a percepções interessantes. Quando observados a partir da utilidade para continuar ou contextualizar, os valores-notícia se arranjam em um formato que claramente favorece a continuidade, o que também reforça o argumento recém exposto sobre os valores-notícia e a manutenção da ordem social.

Figura 6 - Valores-notícia e a utilidade de Straßheim (2010)



Fonte: elaboração própria

Entre os valores-notícia comentados, apenas o incomum atua, conforme Straßheim (2010), fornecendo unicamente evidências de novos aspectos da realidade. A negatividade, a consonância, a proximidade, o dinheiro/economia e a prominência (quando ligada a cargos e posições) trazem uma relevância pertinente à situação em curso ou a sua preservação. O conflito, conhecimento, o governo/ administração, a amplitude/intensidade e a emoção, a depender do uso, podem servir tanto a continuação quanto a contextualização.

Essa disposição dos valores pode ser percebida como um indício de um jornalismo que costuma ser reativo, não só limitado ao factual (como foi dito anteriormente), mas principalmente com dificuldade para apresentar temas que não tenham outro vínculo com a realidade além da sua urgência. Valores-notícia voltados para a contextualização poderiam não só responder à atualidade cuja relação com o tempo presente se constrói a partir do que é indispensável para a vida social, conforme Franciscato (2014), mas também, suprir a limitação descrita por Alsina (2009), na insensibilidade do jornalismo para situações dramáticas que se prolongam no tempo.

No capítulo seguinte, essas e outras percepções sobre as possibilidades de valores-notícia expandidos, conforme uma noção de relevância jornalística, serão retomados. Antes disso, vamos expor as tarefas desses comentários e considerações para a definição a ser elaborada.

### 4.3 TAREFAS DE UMA PRIMEIRA ANÁLISE INTERCRUZADA

Ao longo desta seção, o cruzamento das teorias da relevância e dos elementos essenciais do acontecimento jornalístico com os saberes de reconhecimento e seleção possibilitou formas alternativas de compreender os valores-notícia e sua atuação, tanto individual quanto conjunta. Além disso, o cruzamento das literaturas também foi compreendido como um indício a favor de esforços de considerar outras tradições de estudo, externas ao jornalismo, como forma de enriquecimento interno, o que também foi uma das tarefas propostas na segunda seção deste trabalho.

Esta seção de comentário também apresentou produtos jornalísticos, casos e acontecimentos que tornaram mais palpáveis as conexões com as teorias da relevância, com o conceito de acontecimento jornalístico e com os valores-notícia. Ao longo dos comentários e da sistematização dos padrões visualizados, esse exercício ainda auxiliou a pesquisa a apontar mais algumas tarefas que precisam ser consideradas na direção de alcançar o conceito pretendido.

A primeira tarefa a destacar é oriunda da percepção dos valores-notícia como indicadores que privilegiam as variações no ecossistema e negligenciam as implicações sobre os sujeitos, mantendo uma conexão com a lógica positivista de valorização dos fatos por si, sem necessidade de justificação. Neste sentido, é tarefa do conceito de relevância jornalística a ser desenvolvido o compromisso com certa *accountability* de mídia (MACQUAIL, 2003), o que envolve, principalmente, o esclarecimento dos fundamentos normativos que justificam cada acontecimentos.

O que se propõe não é uma necessária expansão do texto jornalístico, nem uma obrigatória ampliação do esforço de cobertura e apuração, mas que seja evidente, em todas as etapas do processo um “para quê”. Essa justificativa pode ser útil não só para o público, mas também para os jornalistas e para pesquisadores. Os primeiros, além de saber quem, fez o quê, quando, onde, por que e como, passam a saber para quê o conhecimento desse acontecimento é relevante; já os jornalistas e os pesquisadores podem utilizar essa pergunta como uma forma de materializar suas pretensões ou como forma de investigar o grau de adequação entre os produtos jornalísticos, respectivamente.

A segunda tarefa vem da desvalorização de valores-notícia como o entretenimento e a emoção, e da separação entre as dimensões racional e afetiva da vivência social, normalmente tratadas como oposições. Nesse sentido, a tarefa em questão

se volta para a necessidade de reavaliar a relação entre afetos e a seleção do conteúdo jornalístico, uma vez que os afetos fazem parte da vida política, são tipos de implicação dos sujeitos e, ainda, orientam o agir cotidiano.

As dimensões da relevância de Schutz e Luckmann (2003) chamaram a atenção para a falta de valores-notícia voltados para a dimensão interpretativa da relevância. O privilégio do fato, comum ao jornalismo atual, provoca o conceito de relevância jornalística que queremos desenvolver a explorar a dimensão interpretativa e contextualizadora do jornalismo, reconhecendo-a, inclusive, como um diferencial estratégico e como um caminho para enfrentar a realidade de mudança pela qual passam o jornalismo e as suas atribuições.

Por fim, a última tarefa vem da contribuição de Straßheim (2010) e do seu auxílio para visualizar a ação conservadora e refém da factualidade. Diante disso, o conceito de relevância jornalística é provocado a incentivar um jornalismo mais propositivo, em busca de temas e acontecimentos que são essenciais para a contextualização da realidade social, mesmo que não haja um fato motivador (uma novidade ou a ação de um agente público) ou uma mudança. Nos referimos a uma ação capaz de movimentar a estabilidade com que situações dramáticas são normalizadas, uma vez que o jornalismo não é apenas espelho da realidade, mas um ator da sua construção.

No capítulo seguinte, iniciaremos, finalmente, a conceituação da relevância jornalística, o que demandará explorar essas e outras tarefas e ainda balancear, demandas, fundamentos e exigências cotidianas.

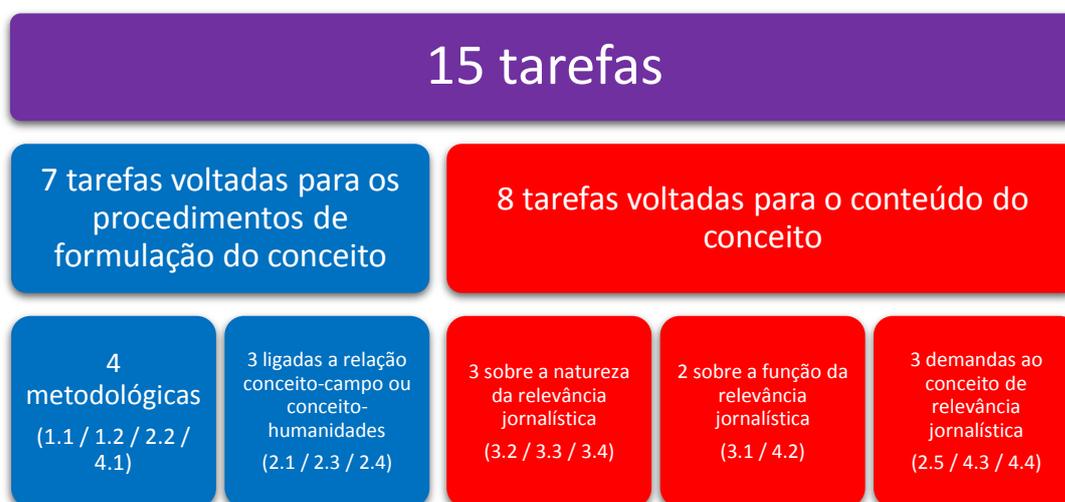
## 5 UM CONCEITO DE RELEVÂNCIA JORNALÍSTICA

Ao fim da introdução e de cada uma das seções foi listado um conjunto de tarefas, as quais se apresentaram ora como pedidos, ora como obrigações ao conceito de relevância jornalística. Nesta seção, de materialização do conceito, o primeiro movimento é retomar tais tarefas e partir das suas exigências ou conselhos para visualizar a realidade inter cruzada sobre a qual o conceito de relevância jornalística precisa existir.

Ao todo foram apresentadas 15 tarefas que, inicialmente, foram divididas em dois grupos, visto que em sete delas foram percebidas conexões com o procedimento de produção do conceito e nas oito restantes orientações quanto ao conteúdo. Na sequência, os dois grupos foram ainda subdivididos. As sete tarefas procedimentais se organizaram em quatro tarefas metodológicas e três tarefas dedicadas a relação entre o conceito e o campo ou entre o conceito e a área. Por sua vez, as oito tarefas conteudistas se subdividiram em três afirmações sobre a natureza, duas declarações sobre a função e três demandas ao conceito em virtude de problemas ou desafios do jornalismo.

Essa subdivisão ordenará o retorno às tarefas expostas, bem como a discussão de alguns aspectos, quando necessário. Para melhor identificar cada tarefa, elas foram associadas a números que marcam a seção de origem e sua ordem dentro da seção. A tarefa 2.1, por exemplo, diz respeito a primeira tarefa listada na seção dois, assim como a tarefa 4.2, representa a segunda tarefa mencionada na seção quatro.

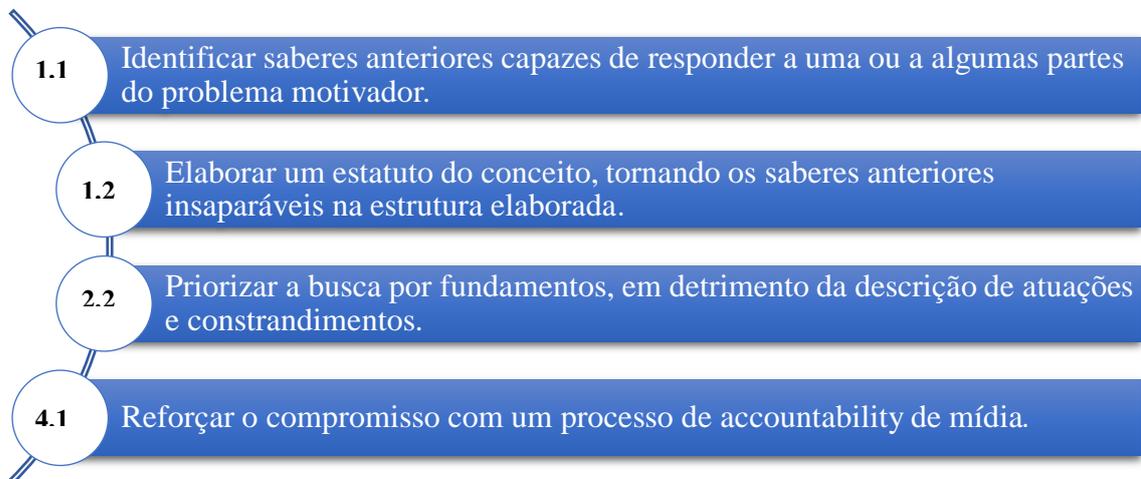
Figura 7 – Subdivisão das tarefas ao conceito de relevância jornalística



Fonte: elaboração própria

**a) Tarefas procedimentais – metodológicas (1.1, 1.2, 2.2, 4.1)**

Figura 8 – Tarefas procedimentais-metodológicas



Fonte: elaboração própria

Na seção introdutória, a pedagogia do conceito, estudada conforme Deleuze e Guattari (2010), estabeleceu as primeiras e mais importantes tarefas desse grupo, responsáveis não só por orientar a elaboração do conceito, mas também pela estrutura capitular do trabalho. A tradição filosófica nos orientou a (1.1.) identificar saberes anteriores capazes de responder a uma ou a algumas partes do problema motivador e a (1.2) elaborar um estatuto do conceito, tornando as partes inseparáveis na estrutura elaborada. A primeira tarefa foi explorada nas seções dois e três e a segunda foi iniciada na seção quatro, mas só pode ser finalizada diante da estrutura lógica do conceito.

Além da natureza conceitual, as tarefas procedimentais metodológicas envolvem outras duas demandas, essas relativas a existência social do conceito. Na segunda seção, ao apresentar a avaliação de alguns estudiosos a respeito da pesquisa em comunicação, ressaltamos a necessidade de (2.2) priorizar a busca por fundamentos, em detrimento da descrição de atuações ou de constrangimentos. E, por fim, na seção quatro, ao explorar o privilégio concedido pelos valores-notícia à variação do ecossistema (em detrimento da implicação dos sujeitos), apontou-se como tarefa ao conceito (4.1) reforçar o compromisso com um processo de *accountability* de mídia.

Ainda que todo conceito seja filosófico, já que conceituar é uma tarefa exclusiva da filosofia, a existência social do jornalismo e dos processos de seleção exigem que o

conceito de relevância jornalística seja orientado também por tarefas que busquem validar sua existência como saber social. Nos termos de Deleuze e Guattari (2010), podemos afirmar que o plano de imanência do conceito é um plano social e, por isso, essencialmente aberto a conflitos e mudanças.

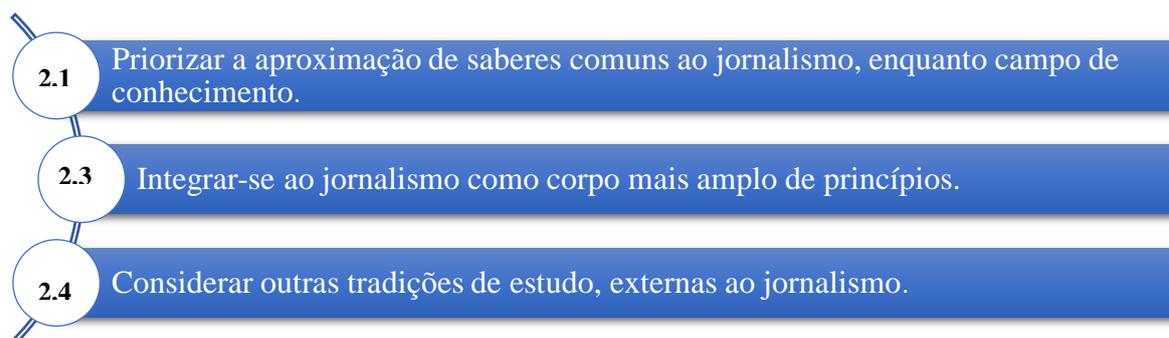
Os saberes da relevância, os acontecimentos jornalísticos e o conceito de valor-notícia (principais conhecimentos prévios buscados com orientação da tarefa 1.1) devem se tornar inseparáveis (tarefa 1.2) sobre o plano jornalístico. Como o que traz validade para esse plano são os fundamentos acordados em sociedade, cuja validade não é objetiva, mas intersubjetiva, o conceito precisa ser metodologicamente orientado para a existência típica do saber intersubjetivo, que é estável enquanto acordo, mas é aberto a mudanças.

Em conjunto, as quatro tarefas metodológicas apontam para um procedimento cíclico. Já que o conceito de relevância jornalística deve partir de acordos sociais, ser enriquecido com o rigor do pensamento filosófico e ser oferecido novamente à sociedade que é fundamento da legitimidade que se mantém ou se renova. Apesar de cíclico, é importante salientar que esse processo não é necessariamente harmônico, na verdade, ele tenta a explicitar contradições que costumam ser ignoradas.

O que ocorre não é a ratificação de formas de ação já estabilizadas, mas a busca pelos fundamentos da ação, a colocação dos fundamentos à prova e, por fim, a volta à prática com fundamentos evidenciados e exigentes. A natureza cíclica também é essencial para esclarecer que o fazer e sua fundamentação são fenômenos dinâmicos e relacionais: a promessa de fundamentos pode mudar a prática, bem como a prática pode demandar novos fundamentos.

#### **b) Tarefas procedimentais – relacionais (2.1, 2.3, 2.4)**

Figura 9 – Tarefas procedimentais-relacionais



Fonte: elaboração própria

Além de orientar o percurso de produção do conceito, as tarefas procedimentais também se voltaram para a relação entre o conceito e o campo jornalístico, bem como entre o conceito e as humanidades, como área geral. Na busca pelos fundamentos e pela sua justificação, já se espera que essas tarefas procedimentais sejam atendidas, afinal é na relação entre os saberes já estabilizados do campo e da área que a tese se constitui. Ainda assim, essas tarefas precisaram ser destacadas pois, como foi visto na segunda seção, é possível que saberes sejam produzidos de maneira apenas descritiva, fundamentando a prática nela mesma, sem passar antes pelo aporte conceitual capaz de justificar ou de provocar os fundamentos iniciais.

Para se afastar de perspectivas apenas descritivas ou interpretativas do jornalismo e ser capaz de produzir um conceito compatível com a densidade teórica dos saberes fundantes foram apresentadas mais três tarefas. A primeira delas procurou lidar com o ambiente de polarização e pulverização de termos encontrados da tradição jornalística de estudo da seleção de acontecimentos. A orientação decorrente foi (2.1) priorizar a aproximação de saberes comuns e de ganhar solidez através de saberes que convergem e se reforçam, essa tarefa foi exercitada na discussão do conceito de valor-notícia, mas precisa continuar sendo colocada em prática no corpo do conceito formulado.

Além da preferência por relacionar conceitos internos ao jornalismo, a segunda tarefa relacional nos orienta a (2.3) integrar o conceito de relevância jornalística aos saberes jornalísticos, no sentido de compreender o lugar da hierarquização de acontecimentos em meio a obrigações e definições mais gerais do jornalismo como prática e instituição social. Neste sentido, a relevância jornalística é percebida como um entre outros compromissos históricos do jornalismo, motivo pelo qual a relevância pode ter a sua hierarquização influenciada por forças externas, mas nunca pode ser ignorada, uma vez que é condição de existência do jornalismo. É a concepção social do jornalismo que orienta nossa compreensão de relevância jornalística e a necessidade de entender as formas com que ela se processa.

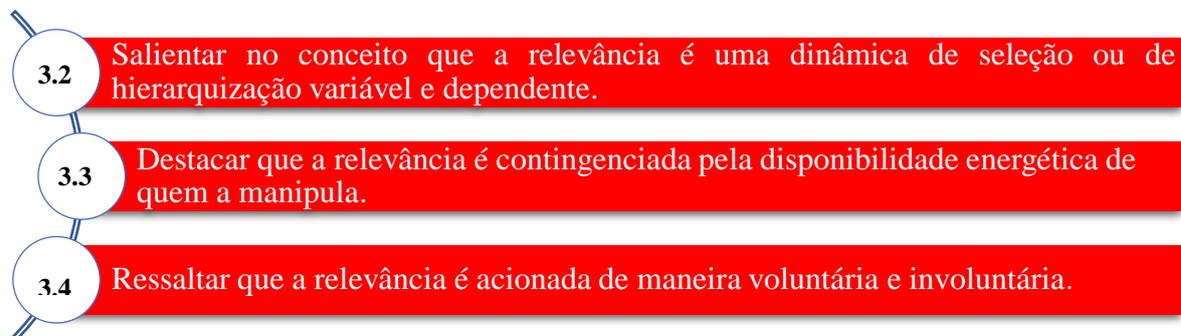
Por fim, a última tarefa desse grupo orienta que além da conexão com o jornalismo, (2.4) sejam considerados saberes de outros campos, que mesmo sem a atenção específica para a seleção dos acontecimentos jornalísticos, contribuem para esse objeto através de saberes paralelos. É o caso, por exemplo, das contribuições das teorias da

relevância, que mesmo não direcionadas para o acontecimento jornalístico, nos permitiram, como ficou evidente na seção quatro, ressignificar as percepções de algumas grandezas jornalistas.

Sobre a relação com outros campos de conhecimento, é importante destacar que a filosofia, a sociologia e a linguística (principais campos que contribuíram para o conceito) não são utilizadas como referências finais para o jornalismo, nem como áreas capazes de exportar teorias e metodologias a serem reproduzidas. O intuito deste trabalho é uma reflexão cujo plano da imanência é o do jornalismo e da comunicação de massa. Assim, filosofia, sociologia e linguística atuam como ferramentas amplas, mas intermediárias, essas formas de conhecimento apenas instrumentalizaram um olhar que parte do jornalismo e se destina para ele.

### c) Tarefas conteudista – natureza (3.2, 3.3, 3.4)

Figura 10 – Tarefas conteúdo-natureza



Fonte: elaboração própria

Depois das tarefas procedimentais, responsáveis pela orientação metodológica e pelas relações do conceito com outros saberes e áreas, começaremos a explorar as tarefas conteudistas que orientam a elaboração do conceito como ideia. O primeiro subgrupo se refere a natureza da relevância e foi retirado inteiramente da terceira seção, que ao explorar a relevância, como um conhecimento de referência, nos orienta quanto ao que pode ser relevante para o jornalismo.

Diferente das tarefas procedimentais expostas, que apresentavam um caminho a seguir, as tarefas conteudistas relativas à natureza da relevância não sugerem

possibilidades, mas apontam obrigações. Voltamo-nos, neste momento, para as características que fazem a relevância ser o que é, de forma que todas as adaptações e especificações, em direção a uma relevância jornalística, precisam reconhecê-las.

A primeira dessas tarefas esclarece que (3.2) a relevância é uma dinâmica de seleção ou de hierarquização que é variável e dependente. Pela sua própria natureza, a relevância tem uma existência dinâmica, razão pela qual não pode ser compreendida como uma propriedade ou como uma característica, não estando fixa ou sendo inerente a uma pessoa, situação ou acontecimento. A dinamicidade também faz com que ela se modifique continuamente, guiada por funções diversas (como discutiremos no próximo tópico), o que resulta em diferentes seleções e em diferentes hierarquias, sempre variável e dependente do sujeito que a arbitra.

Em resumo, a relevância, e também a relevância jornalística, é um processo em movimento que orienta escolhas e hierarquizações a partir de arbitragens locais. Como a relevância não é uma propriedade ou característica estável, é sempre possível que o que é relevante para um sujeito não seja relevante para outro, mas, como já foi trabalhado, isso também não implica que as hierarquizações de relevância sejam completamente imprevisíveis e inconciliáveis. Na verdade, o sujeito em função do qual a dinâmica de seleção é processada, se constitui socialmente, em relação a outros sujeitos sociais, bem como em referência a regras, interesses e saberes cuja estabilidade faz com que as arbitragens da relevância sejam, em muitas situações, próximas e compatíveis. Além da estabilidade social devemos destacar ainda a estabilidade biológica, ainda mais sólida.

A estabilidade e sincronicidade das hierarquizações de relevância é, ao mesmo tempo, uma característica problemática e vantajosa para o conceito de relevância jornalística. É problemática porque sinaliza a tendência conservadora que o *status quo* pode implicar sobre a atribuição de relevância, dificultando mesmo as transformações necessárias, e é vantajosa por permitir refletir sobre arbitragens de relevância coletivas, como a jornalística, que é conduzida por um profissional orientado por valores coletivos e destinada para uma coletividade, composta por sujeitos diversos.

A segunda tarefa deste subgrupo possui relação direta com a primeira, podendo ser associada a uma forma fixa de dependência a limitar a avaliação de relevância. (3.3) A relevância jornalística, bem como a relevância geral, é sempre contingenciada pela disponibilidade energética de quem a manipula. Em outros termos, entre os fatores que

podem levar a variação da dinâmica de seleção ou do processo de hierarquização da relevância, o cansaço do sujeito é sempre um elemento a ser considerado.

Nessa tarefa, o sujeito é necessariamente duplo. É preciso considerar tanto o sujeito jornalista, cujo desgaste pessoal vai influenciar a avaliação do que é jornalisticamente relevante, quanto o público, que não é apenas ativo, mas sim concebido como um sujeito que se desgasta e, por isso, precisa de estímulos que variem entre suas necessidades de avançar, de conservar e de dispendir.

Assim, pela sua natureza, a relevância jornalística é uma dinâmica de seleção que sofre a influência de desgastes energéticos e se equilibra na direção de compensá-lo. A terceira e última consideração quanto a natureza da relevância que vamos mencionar se volta para o seu despertar. Vimos que a relevância é um processo dinâmico de seleção e hierarquização que depende do sujeito e que é contingenciado pelo cansaço, mas como esse processamento é acionado?

Conforme Schutz (2012, 1970), Sperber e Wilson (2001, 2005) e Straßheim (2010) o processamento da relevância é uma dinâmica que ocorre todo o tempo, participa da seleção e hierarquização dos nossos pensamentos, dos nossos gostos, das nossas interpretações e ainda são mecanismos cognitivos essenciais para a humanidade, enquanto grupo biológico. Sperber e Wilson (2005) chamam a atenção para a capacidade especial do processo comunicativo acionar relevância, como foi visto no seu segundo princípio, mas antes disso, também mencionam que diversos estímulos podem acioná-la, se a cognição prejulgar que tais estímulos serão produtivos. Já Schutz (2012, 1970) afirma que há duas formas específicas de movimentar a dinâmica de seleção a que chamamos de relevância: uma voluntária e outra involuntária.

Na busca por uma compreensão mais precisa do que aciona o processamento de relevância, a afirmação de Schutz pode parecer excessivamente genérica, mas ela permite superar uma limitação: a associação direta entre relevância e interesse ou entre relevância e capacidade deliberativa de um sujeito. Ao afirmarmos que, pela sua natureza, (3.4) a relevância jornalística pode ser acionada de maneira voluntária ou involuntária, dizemos que não só processos de escolha arbitrados localmente podem orientar a seleção ou hierarquização, mas que também o hábito, a necessidade e o funcionamento da cognição podem conduzir a arbitragem da relevância de maneira automática, influenciada pela circunstância local, mas não pela deliberação direta e consciente do sujeito.

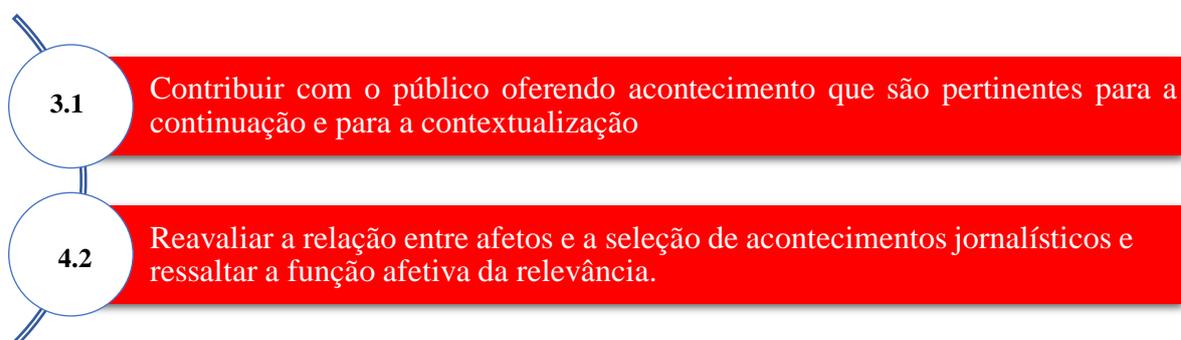
Assim, o conceito de relevância jornalística reconhece que a dinâmica de seleção e hierarquização de acontecimentos pode ser conduzida por interesses jornalísticos e até da empresa jornalística, pode também ser estabelecida por interesses pessoais do público ou de grupos de audiência, mas além dessas situações voluntárias, o conceito também reconhece que acontecimentos podem ser impostos aos jornalistas e ao público, pelo hábito, pela necessidade e pelo funcionamento da cognição.

Depois de explorar essas três obrigações quanto a natureza da relevância, poderíamos elaborar um conceito de relevância jornalística. É possível afirmar, sem erro, que *relevância jornalística é um processo dinâmico de seleção e hierarquização de acontecimentos, acionado voluntária ou involuntariamente e contingenciado pelo desgaste energético e pelo sujeito que o processa.*

Essa elaboração, com foco na natureza da relevância, possui uma estrutura interessante e válida, além de ser curta e direta, como um conceito deve ser, a fim de facilitar a sua compreensão e aplicação. Mesmo que esse conceito não esteja em desacordo com os saberes trabalhados nesta tese e, por isso, não esteja errado, é evidente que ele é insuficiente, não só porque falta especificidade, isto é, falta uma aproximação mais concreta com a realidade jornalística, mas também porque falta um direcionamento funcional, o que será explorado em seguida.

#### **d) Tarefas conteudista – função (3.1, 4.2)**

Figura 11 – Tarefas conteúdo-função



Fonte: elaboração própria

As tarefas 3.1 e 4.2 oriundas, respectivamente, da seção sobre as teorias da relevância e da que as utiliza para interpretar os valores-notícia, chamam a atenção para as duas finalidades essenciais da relevância jornalística. Apesar dos locais de origem, essas duas tarefas já podiam ser inferidas nas seções anteriores, tanto na introdução quanto na exposição da tradição acadêmica de estudo dos acontecimentos jornalísticos é possível perceber a relação entre a processo de seleção e hierarquização dos acontecimentos e a sua utilidade ou capacidade de despertar emoções.

A primeira tarefa estabelece que (3.1) a avaliação de relevância jornalística tem a função de contribuir com o público não só oferecendo o que é pertinente, para a realidade social em curso (continuação), mas também possibilitando ampliar e aprofundar os conhecimentos e interesses (contextualização). A associação entre relevância e certa utilidade encontra muito espaço nas literaturas de referência. Em Sperber e Wilson (2001, 2005, 2010), em Schutz (2012, 1979) e em Straßheim (2010) a relevância é fundamentada em torno da capacidade de servir a um propósito, gerar efeitos ou atender a interesses. Straßheim (2010), ao formular um conceito com a intenção de integrar as literaturas de Schutz e de Sperber e Wilson, consolida essa relação ao definir a relevância como uma dinâmica de seleção útil, capaz de auxiliar o sujeito a continuar ou contextualizar suas metas, interpretações ou temas.

Apesar do uso do termo utilidade, a relevância conforme Straßheim (2010), não pode ser descrita como utilitarista (no sentido de uma ética transformada em ciência positiva), uma vez que não se associa com doutrinas econômicas e políticas. A utilidade, em Straßheim (2010), não é necessariamente positiva ou finalística.

Ainda assim, guiados por essa função utilitária, poderíamos continuar ignorando ou subestimando algumas implicações que têm estado presentes na produção noticiosa. Diante do comentário dos valores-notícia entretenimento, emoção e proeminência (em um dos seus sentidos) nos vimos diante de uma outra possível função da relevância jornalística: despertar afetos. De maneira mais específica, a quarta seção inclui entre suas tarefas a necessidade de (4.2) reavaliar a relação entre afetos e a seleção do conteúdo jornalístico e de ressaltar, no conceito, não só a função utilitária, mas também a função afetiva da relevância.

Essa necessidade nos leva a fazer duas considerações sobre a relação entre relevância e afetos. A primeira delas se volta para as chamadas *Soft News*, entendidas

como oposição às *Hard News*, e constantemente relacionadas aos afetos. Por essa perspectiva, as *Hard News* incluem o que é importante, racional e útil e, em consequência, as *Soft News* se referem ao que é interessante e emocionante, embora dispensável. Essa diferenciação, como já deixamos claro, não só separa afeto e utilidade, mas também os hierarquiza, as *Soft News* são tratadas como um jornalismo de segunda categoria.

Os afetos seriam, dessa forma, representantes desse jornalismo menor que, segundo autores como Gans (2004), e sob sua influência, Wolf (2009) e Traquina (2005), existiriam em função de balancear o teor negativo, tenso e complexo próprio das *Hard News*, sem muita importância fora desse balanceamento. Orientando-se por essa perspectiva, o jornalismo tem dedicado pouca atenção ao estudo das qualidades próprias das *Soft News*. Quanto a relevância, especificamente, são justamente os produtos jornalísticos desse grupo que mais costumam ser taxados como irrelevantes, atribuição que adota e reforça a compreensão da relevância como uma seleção do útil.

Nos estudos da relevância, entretanto, diversos autores chamam a atenção para a falibilidade dessa separação, isso porque é evidente que não só a utilidade prática ou a importância (nesse sentido utilitário) orientam as seleções cotidianas de relevância. Costa (2008), por exemplo, chama a atenção para o interesse pelo lazer e pela existência de benefícios que não poderiam ser limitados a resultados práticos, como os benefícios retóricos, culturais, morais, psicológicos e emocionais.

Ao incluir a contribuição de Bataille (2013), podemos afirmar que a busca por essas ordens não utilitárias de benefícios não são uma exceção ou um balanceamento que ocorre apenas com uma finalidade compensatória. Na verdade, em todas as sociedades e civilizações já estudadas é possível visualizar a recorrente busca pelos dispêndios. A história do jornalismo não nega essa perspectiva, entre os textos mais antigos da área, como na tese de Tobias Peucer (2004) e nas chamadas expressões pré-jornalísticas, há menção ao interesse pelas amenidades e pelo deleite.

Em tempos de crise ou de prosperidade, de esperança ou de ceticismo, há em comum, mesmo que por razões diferentes, a constância da busca por afetos, dispêndios e outros estímulos ou acontecimentos não úteis. Não é necessário para o interesse específico desta tese aprofundar essa discussão. A nós, basta reconhecer que a humanidade não busca o deleite apenas em respostas as tensões e as vivências complexas, tal busca possui uma existência independente e constante. Em consequência, também as *Soft News* não

são válidas apenas como uma forma de balancear as *Hard News*, mas correspondem a uma busca particular cujo benefício não está na capacidade de preservar ou gerar um bem ou saber, mas no próprio usufruto do que é buscado.

Sendo a relevância uma dinâmica de seleção e hierarquização de acontecimentos que pode se desenrolar, inclusive, involuntariamente na cognição do sujeito, não podemos deixar de reconhecer que entre essas escolhas e hierarquizações, constantemente está o deleite ou dispêndio. Dessa forma, não nos cabe classificar esse tipo de afeto com irrelevante, fazendo uso de uma lógica produtivista, mas diante das recorrentes evidências de que estímulos não utilitários também despertam relevância, buscar compreender como o jornalismo pode melhor oferecê-los.

Em outros termos, as *Soft News* e os afetos possuem um tipo de relevância que precisa ser mais bem estudada, tanto quanto precisa ser melhor aceita. O que sabemos, e que por hora é suficiente, é que assim como a cognição processa a relevância na direção de privilegiar o que pode ser útil para produzir ou conservar algo, ela também pode processar a relevância na direção do que é dispendioso, mas que gera algum deleite. A primeira consideração a ser feita sobre a relação entre relevância e afetos, dessa forma, é que também existe relevância jornalística nos conteúdos menos utilitários. Ao passo que a primeira consideração se voltou para as *Soft News* e para a relevância dos afetos que estão presentes nesse tipo de jornalismo, a segunda se volta para as *Hard News* e busca turvar a separação entre jornalismo importante e jornalismo afetivo.

Se, em geral, falar em afetos pode parecer apropriado para pensar em uma atribuição de relevância individual, o conhecimento dos afetos parece ser secundário para tratar de questões políticas e econômicas ou mesmo para se dedicar a uma relevância com abrangência social, o que é objetivo dessa tese. A relação do afeto e dos sistemas de relevância individuais é, de fato, óbvia.

São afetos, muito antes de uma racionalidade ou utilidade, que explicam a relevância atribuída a temas como futebol ou conteúdos sobre celebridades, ambos enquadrados pelo jornalismo como *Soft News* e ambos compreensíveis como dispêndios improdutivos (BATAILLE, 2013). Mas os afetos sobre os quais desejamos refletir, nesse momento, são outros, para melhor compreender a narrativa social do jornalismo, precisamos considerar também os afetos como parte da ação política dos sujeitos.

Para ampliar a relação entre afetos, vida político-social e relevância, nos apoiamos em Safatle (2015, p. 17) e na tese de que “as sociedades são, em seu nível mais fundamental, circuitos de afetos”. O autor inicia *O circuito dos afetos: corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo* provocando o trabalho da crítica a perceber que além da correspondência à normatividade e da exploração sistemática das contradições entre a realidade das ações e as promessas racionais (explícitas ou não e com maior ou menor peso hierárquico), é preciso compreender os afetos que garantem a adesão às normas.

O autor fundamenta seu trabalho em uma perspectiva psicológica, na qual afetos não são opostos da racionalidade, mas estão no fundamento dessa última. Safatle (2015, p. 48) utiliza Freud para afirmar que “a vida social e a experiência política produzem e mobilizam afetos que funcionarão como base de sustentação geral para a adesão social”. Perspectiva na qual a noção de afeto é a base para a compreensão tanto da vida sensível quanto da natureza social. Como consequência, para o autor, a possibilidade de transformação política e social demanda uma mutação de afetos, isto é, o impulso em direção a uma sociedade que seja afetada de outra forma, que se relacione afetivamente com a política e com a sociedade (bem como com a relevância jornalística) por intermédio de afetos diferentes dos usuais.

A busca por uma compreensão ampliada dos afetos nos pareceu necessária por perceber que, em muitos momentos, nas narrativas jornalísticas, a afetividade tem um peso fundamental e não separado de esforços racionais. Em *Ciência e Jornalismo: da herança positivista ao diálogo dos afetos*, Medina (2008) apresenta o afeto como condição para o processo comunicativo, bem como para o diálogo e para a comunhão poética que se estabelece pela literatura. “Em todas essas situações, há o encontro dos afetos: só quando se está *afeto a* ocorre o ato educativo, o ato poético ou o ato comunicacional que, por sua vez, se traduz na sala de aula, na obra de arte ou nas narrativas da contemporaneidade” (MEDINA, 2008, n.p.).

Assim, os afetos estariam não apenas em relações particulares com a relevância, mas em qualquer ato comunicativo bem-sucedido. A movimentação de afetos também poderia ser responsável por avanços e sucessos, em alguns momentos, inatingíveis pela racionalidade. Com finalidade exemplificativa, poderíamos mencionar a foto da criança síria Aylan Kurdi, produzida pela fotojornalista turca Nilüfer Demir. A imagem, que mostra a criança afogada em praia banhada pelo Mar Mediterrâneo, fez com que o debate

político em torno dos refugiados e da postura humanitária de nações europeias se alterasse, mesmo que momentaneamente.

Os afetos gerados pela imagem, que se tornou um símbolo da atual crise dos refugiados, não se opôs à racionalidade das discussões, mas somou-se a ela e permitiu alguns avanços. A comoção ligada à imagem aumentou a pressão para que algumas nações mudassem de postura, quanto aos refugiados. Na Grã-Bretanha, uma petição feita por britânicos pedindo ao governo para aceitar mais refugiados ultrapassou 300 mil assinaturas, mais do que o triplo necessário para levar um tema para a discussão no parlamento. Como resultado, a Grã-Bretanha acolheu mais alguns milhares de refugiados, além de que, dias depois, o então primeiro-ministro, David Cameron, afirmou a existência de uma ‘responsabilidade moral’ diante dos refugiados<sup>73</sup>.

A questão, diante do exemplo, não é desconsiderar o avanço de discussões racionais, nem alçar o sensacionalismo a um lugar de privilégio, mas chamar a atenção para o fato de que a vivência política, entendida muitas vezes como espaço da racionalidade, dialoga e em muitos momentos necessariamente com os afetos. A questão envolvendo os refugiados, por exemplo, pede medidas racionais para ser solucionada, mas inevitavelmente é uma questão que envolve afetos.

Ainda que esse olhar para os afetos pareça recente, Safatle (2015) esclarece que desde Hobbes, a filosofia política considera a relação entre sujeitos políticos e afetos. No *Leviatã*, Hobbes afirma que excetuando algumas naturezas generosas, o que leva as pessoas a respeitar as leis é a paixão do medo. O medo seria, para Hobbes, o afeto fundador da nossa sociedade, a partir do qual as normas teriam sido construídas, mantidas e reafirmadas cotidianamente.

Em Hobbes, o medo contínuo da morte violenta, da despossessão dos bens, da invasão de privacidade e do desrespeito à integridade foi a razão da coesão social que leva a formação do Estado. O medo dessas violências teria levado o indivíduo a renunciar parte da sua liberdade em favor de um soberano (o Estado) que legitimamente poderia utilizar-se de violência como forma de proteger os indivíduos. Hobbes percebe, dessa forma, o medo como fundador do Estado Moderno e como perpetuador de uma ordem baseada na contra violência.

---

<sup>73</sup> <https://veja.abril.com.br/mundo/britanicos-mudam-de-postura-e-vaio-aceitar-milhares-de-refugiados-sirios/>

O medo permanece tendo papel essencial e continua sendo posto em evidência, como lembrete da razão de existência do Estado e em algumas situações como temor a sua força. Ao afirmar que “os pactos sem a espada não passam de palavras, sem força para dar qualquer segurança a ninguém” (Hobbes, 1983, p.103), o autor reforça o lugar do medo e justifica o uso da força estatal como mantenedora da ordem pactuada. A tese de Hobbes, dessa forma, é que “o medo como afeto político central é indissociável da compreensão do indivíduo, com seus sistemas de interesses e suas fronteiras a serem continuamente defendidas, como fundamento para os processos de reconhecimento” (SAFATLE, 2015, p. 19).

De nossa parte, poderíamos questionar se o medo, a individualidade e a proteção de sistemas de interesse individuais também não são elementos centrais e fundadores das nossas expectativas de relevância jornalística, percebidas nos valores-notícia. Em outras palavras, não estaria o jornalismo funcionado como reprodutor de uma política fundada no medo e na individualidade? Valores-notícia como a negatividade, fartamente mencionado e acionado, e em alguma medida também o conflito e o incomum (este não pela sua natureza, mas pelo seu uso, muitas vezes confundido com o negativo), de fato, parecem marcar uma relação entre jornalismo e medo.

Para Borges e Borges (2013), o medo disseminado pelos meios de comunicação é um tipo de representação social capaz de estabelecer consensos. Ao reproduzir discursos prévios, em geral classistas e estereotipados, em que se manifesta não só o medo, mas também os sujeitos que devem ser temidos, o texto jornalístico executa um tipo de sedução. Segundo os autores, “embora ainda negligenciados, os afetos, as emoções, as sensações têm um papel central na relação que se estabelece entre as narrativas produzidas pelos meios e a apropriação que os atores sociais delas fazem” (BORGES; BORGES, 2013, p.110-111).

O medo marcado no conteúdo relacionado à segurança-pública, mais comumente classificados como jornalismo policial, em que são apresentadas informações (em geral detalhadas) sobre homicídios, estupros, sequestros, roubos e todo tipo de crime contra a pessoa ou contra o patrimônio, não parece ter outra função tão fundamental quanto a de reforçar a importância de temer. Também há medo na seção de economia, cercada se crises, desemprego e redução do poder de compra; há medo no jornalismo de saúde e nas descrições de doenças e na qualidade do atendimento; há medo na seção de internacional, seja para tratar de países poderosos, para afirmar o terrorismo ou para

estimular a rejeição de refugiados; há medo ainda nos desastres, nas histórias dramáticas e em muitas outras seção e temáticas constantemente privilegiadas pelo jornalismo.

Essa reflexão sobre o medo como um afeto privilegiado não encerra a relação entre jornalismo e afetos, mas se apresenta como evidência de que, no jornalismo, os afetos não estão reduzidos a acontecimentos que são exclusivamente emocionantes ou divertidos. Em outros termos, a nossa segunda consideração indica que os afetos não se limitam ao que o jornalismo denomina de *Soft News*, mas também fazem parte de acontecimentos políticos e econômicos, enquadrados entre as *Hard News*.

Em resumo, nossa perspectiva sobre a relação entre relevância jornalística e afetos sugere duas considerações: a primeira delas indica que a relevância não é uma função exclusiva da utilidade, de forma que também pode haver relevância jornalística em acontecimentos que afetem os sujeitos através do deleite ou de outras emoções; a segunda consideração, por fim, parte do pressuposto de que afetos e racionalidade não são oposições, mas dimensões que se reivindicam e se reforçam, assim, o processamento da relevância jornalística não inclui afetos apenas quando se refere às *Soft News*, mas os afetos também são fundamentos de valores-notícia tradicionalmente associados às *Hard News* e ao jornalismo mais racional e celebrado.

Antes de seguir, precisamos chamar a atenção para a diferente abrangência da natureza e da função da relevância jornalística. Ao estabelecer que a relevância jornalística é uma dinâmica de seleção e hierarquização dependente, que é contingenciada pelo desgaste energético e acionada de maneira voluntária ou involuntária, a natureza da relevância jornalística se refere a qualquer uso e a qualquer sujeito. Em outros termos, tanto jornalistas quanto o público em geral são capazes de acionar essa dinâmica de seleção e hierarquização (embora façam-no partir de conhecimentos prévios distintos); o desgaste energético não leva em consideração apenas a disponibilidade do público, mas também a do jornalista; e, por fim, tanto os produtores quanto o público podem ter a hierarquização de relevância acionada voluntariamente, em função de motivações, e involuntariamente, em função de hábitos ou impulsos cognitivos.

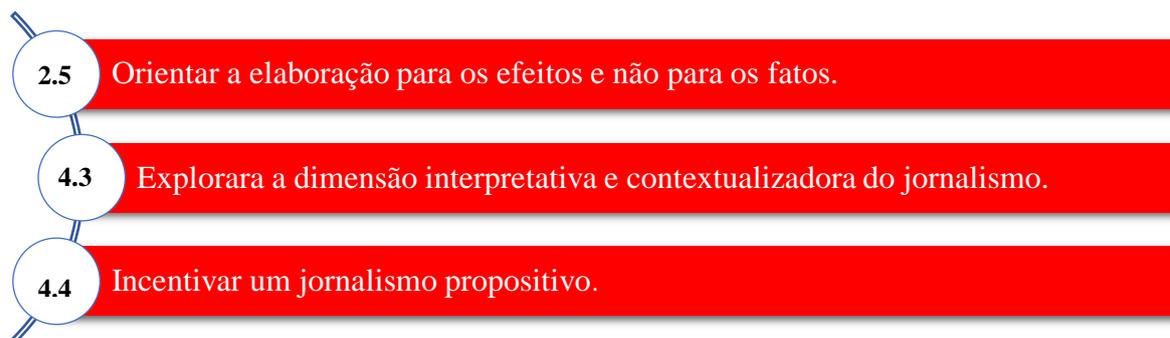
A natureza da relevância jornalística se refere as suas disposições mais básicas ou ainda as suas características essenciais, atingindo a todas as pessoas que a processem. Já a função da relevância jornalística tem uma amplitude menor, ao esclarecer que a relevância tem como função hierarquizar ou selecionar acontecimentos que possam ser

úteis ou que afetem, essa utilidade e esse afeto se direcionam para o público ou audiência. Certamente, os produtores usarão suas perspectivas para selecionar e hierarquizar o que acreditam que pode ser útil ou que pode afetar o público, mas nesse caso a capacidade de afetar os jornalistas e de ser útil para eles é um aspecto secundário, válido apenas no sentido de considerar que o jornalista também faz parte do público e reconhece através de si o que é útil ou afetivo aos demais.

Depois de tratar dessas duas tarefas, estamos prontos para formular um conceito de relevância jornalística, a ser oferecido para estudos, usos e críticas, mas antes queremos discutir mais um grupo de tarefas, que mesmo não sendo inevitáveis para a formulação, são importantes para localizar o conceito na realidade jornalística de que partimos e para esclarecer que esta elaboração conceitual dialoga com um campo em que há desafios e objetivos fundamentais. Assim, antes do conceito vamos discutir algumas demandas requeridas à relevância jornalística.

#### e) Tarefa conteudista – demandas (2.5, 4.3, 4.4)

Figura 12 – Tarefas conteúdo-demandas



Fonte: elaboração própria

Desde o início deste trabalho, compreendíamos que o conceito de relevância jornalística a ser elaborado deveria ser composto de, pelo menos, duas partes: uma natural, dando conta do comportamento mais básico do fenômeno, e uma funcional, em referência aos seus objetivos, que são fundamento da sua legitimação. Ao longo da tese, entretanto, visualizamos uma outra parte, esta relativa a relação entre o conceito e a maneira como os seus saberes tangenciais têm se comportado.

Mesmo que este trabalho seja motivado, entre outros, pela ausência de um conceito de relevância jornalística, não afirmamos que os jornalistas e a sua audiência não realizam avaliações de relevância. Na verdade, afirmamos que esses processos já ocorrem, embora sem a adoção dos termos que nos são caros e sem a problematização e externalização dos saberes de referência.

Os valores-notícia, amplamente citados nas seções dois e quatro, são, para nós, evidências dos processamentos de relevância existentes, que não são vistos como essencialmente falhos, mas sim como passíveis de refinamento. Não por acaso, vem da segunda e da quarta seção as tarefas de que trataremos agora, as quais se referem aos desafios particulares que se apresentam ao conceito de relevância jornalística, em virtude da maneira como os processamentos existentes de relevância têm sido conduzidos.

Diante da tendência de selecionar e hierarquizar acontecimentos jornalísticos em função de alguns sujeitos ou situações previamente valorizadas, passa a ser uma tarefa do conceito de relevância jornalística (2.5) orientar a elaboração para os efeitos resultantes e não para os fatos ou acontecimentos. Em outros termos, é tarefa do conceito de relevância jornalística se afastar da valorização de acontecimentos e sujeitos por eles mesmo, com base em uma importância intrínseca. Como alternativa, o conceito deve se comprometer com a seleção e hierarquização de acontecimentos sempre em função do público, dos efeitos utilitários e afetivos que os acontecimentos podem provocar.

Essa tarefa reforça a afirmação de que a relevância jornalística não pode ser tomada como uma propriedade tópica ou fixa, a relevância é sempre dinâmica e sistêmica e sua aplicação deve ser sempre reflexiva. Por mais que o procedimento conduza os jornalistas e o público a selecionar e hierarquizar acontecimentos e notícias, a escolha ou o destaque nunca se deve a notícia ou ao acontecimento por si mesmo, mas a sua estimada capacidade de gerar efeitos. Em qualquer momento em que se pré-estabeleça que uma situação ou um sujeito é previamente relevante, o conceito terá perdido seu bom uso.

A tarefa seguinte vem do quarto capítulo, especificamente da observação dos valores-notícia usuais com o auxílio da relevância tríplice de Alfred Schutz (1979). O conceito de relevância desse autor, como bem sabemos, concebe a relevância como uma dinâmica de seleção e hierarquização cuja aplicação ocorre em três dimensões, a temática, a interpretativa e a motivacional. Ao observar os valores-notícia a partir dessa perspectiva, notamos que diversos valores acionaram as relevâncias temáticas e

motivacionais, mas poucos representaram a dimensão interpretativa, o que nos pareceu representativo de um jornalismo orientado pelo factual.

Em resposta, foi formulada uma demanda específica que orienta a relevância jornalística a (4.3) explorar a dimensão interpretativa e contextualizadora do jornalismo. Assim, o conceito deve esclarecer que a seleção e hierarquização de relevância não é processada apenas em função de interesses pessoais e da capacidade de atração do ocorrido, mas também em função de interpretações. A informação jornalística também pode ser considerada relevante por se compatibilizar com o acervo de saberes a mão (implementando uma relevância interpretativa imposta) ou por ser a interpretação que supre a incapacidade interpretativa dos conhecimentos já armazenados (implementando a relevância interpretativa motivada).

Além de mencionar essa capacidade da relevância na elaboração do conceito, a satisfação dessa demanda requer, principalmente, que na aplicação do conceito seja reservado espaço para estimular a produção de material jornalístico menos limitado às circunstâncias da ocorrência e mais dedicados ao contexto ou ao aprofundamento de um saber. Como já foi dito, essa atenção contextual pode ser encarada como diferencial estratégico, diante de um jornalismo que já não tem o monopólio da disseminação massiva de informações, devendo substituir a sinalização pontual de muitos conteúdos, pela curadoria dos mais relevantes.

A tarefa seguinte também se relacionou à factualidade e à contextualização, mas o fez a partir de outra perspectiva. O foco da demanda que retomamos agora não é a profundidade do texto, nem a pequena atenção ao potencial interpretativo da relevância, mas o caráter reativo da produção jornalística. Ao observar os valores-notícia a partir do conceito integrador elaborado por Straßheim (2010), percebemos indícios de um jornalismo que não só privilegia o acontecimento, mas que também é reativo a ele.

A falta de contextualização não afeta apenas o trato limitado dos acontecimentos que se desenrolaram na sociedade, mas reduz a capacidade jornalística de propor temas, que não estejam vinculados a uma ocorrência imediata. Como já foi dito, estamos nos referindo a proposição de temas que são conjunturalmente atuais, numa atualidade que Franciscato (2014) já relaciona com a relevância.

A demanda dessa tarefa é, então, (4.4) incentivar um jornalismo mais apto à proposição de temas que sejam relevantes, mesmo que não haja uma mudança ou um fato

motivador como uma novidade ou a ação de um agente público. Assim como a tarefa anterior, essa não se satisfaz ao ser mencionada no conceito, mas requer atenção quanto ao seu exercício.

Agora, tendo sido retomadas as 15 tarefas, podemos destacar a convergência das orientações e demandas. Mesmo sendo despertadas por saberes de literaturas distintas, as tarefas não competiram entre si, nem apresentaram reivindicações inconciliáveis com as demais, na verdade, visualizamos semelhanças e tendências comuns. Por fim, depois de discutir esse conjunto, podemos seguir para a apresentação do conceito de relevância jornalística e para a defesa das suas afirmações, fundamentos e dimensões.

### 5.1. DAS AFIRMAÇÕES PRÉVIAS ÀS PRIMEIRAS DISCUSSÕES

As tarefas recém discutidas e o conteúdo dos capítulos anteriores mencionaram todos os elementos essenciais que farão parte do conceito de relevância jornalística. Enquanto estrutura, esta tese foi pensada em função de evidenciar o processo reflexivo que levou a elaboração do conceito, com a expectativa de que o resultado seja percebido como uma consequência dos avanços graduais e não como um projeto isolado.

Ainda em virtude desse avanço paulatino, desejamos anteceder o conceito por algumas afirmações, que sintetizarão aspectos mencionados ou que incidem diretamente na escolha de termos. É importante ressaltar que um conceito, como elaboração específica, não pode ser apenas uma aglutinação dos saberes anteriores e fundantes. Para que um conceito cumpra sua função de síntese e de referência, para que seja um elemento capaz de contribuir na direção de um aprofundamento do trato de um fenômeno e para que faça tudo isso sem ser de difícil uso é preciso realizar certo artesanato terminológico, em outras palavras, é preciso escolher os termos e esculpir as sentenças até que se atinja um resultado simples.

As afirmações prévias, que mencionaremos e justificaremos a partir de agora, foram organizadas como sentenças simples e restritas, apesar de internalizarem evidentes relações. Não só para a produção deste texto, mas também para a sua leitura e para a compreensão do conceito de relevância jornalística, acreditamos que as afirmações prévias podem funcionar como pontos intermediários, que não trarão surpresas, mas

sínteses que consolidam a preparação e o direcionamento para a estrutura mais ampla do conceito.

*I – A relevância jornalística é um sistema que funciona de maneira dinâmica. A maior parte dessa afirmação foi repetidamente trabalhada, com ela indicamos que a relevância não é e nem pode ser tratada como uma propriedade, isto é, não se refere a uma qualidade inerente dos acontecimentos ou sujeitos, em sentido oposto ela é dinâmica, e seu dinamismo se deve ao fato de ser dependente.*

A relevância jornalística depende do público (como aprofundaremos na afirmação cinco), depende do ecossistema em que público vive, depende dos seu conhecimento a mão, dos seus interesses, depende dos seus hábitos e do seu desgaste energético. A relevância também depende dos jornalistas, que além de ter hábitos, interesses e limitações energéticas, como qualquer pessoa, possuem um conjunto específico de saberes, compartilhados entre os profissionais da área, através dos quais observam o ecossistema, não só de maneira espontânea, em função de interesses ou de propriedades cognitivas, mas também de maneira ativa e profissional.

Para os jornalistas, o processamento profissional de relevância, quer seja acionada voluntariamente ou involuntariamente, precisa ser posto à prova por saberes específicos que caracterizam o jornalismo como profissão e orientam a sua execução. Guerra (2008, p. 210) denomina esses saberes de Técnicas Cognitivas de Processo, em referência aos “saberes relativos à missão e ao trabalho jornalístico” e de Técnicas Cognitivas de Conteúdo, definidos como o “conjunto de saberes relativos às demandas da audiência e aos fatos objetos da cobertura”.

Adiante vamos explorar o impacto dessas técnicas, mas neste momento é suficiente deixar claro que o processamento da relevância pelo jornalista demanda certo aprimoramento. Afinal, mais do que um exercício espontâneo da cognição ou uma hierarquização em função de metas, para o jornalismo alcançar relevância é uma obrigação e uma função de existência. Dessa forma, a busca por relevância jornalística transita entre as duas ordens de técnicas. Nas técnicas cognitivas de processo, é sediada como dever e como fundamento de um fazer-possível, ao passo que nas técnicas cognitivas de conteúdo, é tratada na sua dimensão mais palpável, dependente da área em que ocorrem os acontecimentos e dos indivíduos.

As Técnicas Cognitivas de Conteúdo orientam a avaliação da relevância jornalística específica ao observar o acontecimento (e o que é necessário para interpretá-lo) em função do público e das suas expectativas. Essa avaliação específica de relevância, que deve ocorrer diante de cada acontecimento que pareça ser um acontecimento jornalístico, é auxiliada pelos valores-notícia.

Ao voltar nossa atenção para os valores-notícia, podemos justificar também o porquê de a relevância jornalística ter sido definida, nessa primeira afirmação, como um sistema, ou seja, como uma totalidade que organiza um conjunto de premissas ou um conjunto de premissas e conclusões. Segundo a tradição filosófica, o termo sistema cuja origem se liga ao elogio dos processos dedutivos relativos a um ideal ordenador, continuou operante mesmo nas filosofias em que os ideais passaram a ser considerados inatingíveis. Da definição inicial, o sistema perdeu a necessidade de um princípio fixo e integrador, bem como a obrigatoriedade da dedução, mas manteve a conexão com um corpo de saberes organizado, que não é uma simples classificação ou listagem. (ABBAGNANO, 2012).

Em poucas palavras, para nós, a relevância jornalística é um sistema dos valores-notícia. A relevância jornalística, como ordem mais ampla, funciona como discurso ou organismo, do qual os valores-notícia derivam como partes. Com isso, afirmamos que o conjunto de valores-notícia não atua como um inventário aleatório, mas a existência de todo e qualquer valor (os que existem e os que podem passar a existir) está submetida a natureza e a função da relevância jornalística.

Assim, quando os jornalistas operam os valores-notícia (com ou sem esse nome) operam necessariamente a relevância jornalística (com ou sem esse nome), que é implementada através dos diversos arranjos de valor, mas não se limita a nenhum deles. O caráter dinâmico e dependente da relevância jornalística, só funciona, no cotidiano produtivo, porque é auxiliado por essas partes que podem se limitar a tipos ou ordens de variações do ecossistema ou ainda a tipos de implicação sobre o sujeito, comportando-se de forma mais particular. A ressalva que voltamos a fazer sobre o uso dos valores-notícia, é que mesmo fixos sobre um tipo de implicação ou um tipo de variação, não devem perder a reflexão que os conecta com a relevância jornalística e, portanto, com a natureza e função as quais se submete.

*II – A relevância jornalística não é de uso exclusivo dos jornalistas.* Quando utilizada pelos jornalistas, a relevância jornalística inclui um maior requinte procedimental, envolve técnicas e saberes consolidados pela tradição dos estudos e pela prática. Isto implica que o jornalista faz um uso especializado da relevância jornalística, mas não quer dizer que apenas os jornalistas podem processá-la. Também o público, para o qual a avaliação de relevância se destina, pode avaliar a relevância de acontecimentos ou notícias prontas.

Quando um cidadão entra em contato com um meio de comunicação com uma sugestão de pauta, mais do que uma avaliação genérica de relevância, ocorre o processamento de uma avaliação específica de relevância jornalística. Certamente, a pessoa pode estar errada e o conteúdo sugerido ser recusado, mas o ato de sugerir um acontecimento para uma organização jornalística já é prova de que as pessoas não só processam relevâncias em referência aos seus afetos, sua cognição e interesses, mas são capazes de reconhecer a existência de um sistema de relevância específico (nem tudo é sugerido aos meios de comunicação, entende-se previamente que muito não lhes interessa) e de fazer inferências no sentido de aplicar esse sistema.

Ainda sobre as sugestões de pauta, ressaltamos que elas podem ser uma ferramenta interessante não só para apreender como a população percebe a relevância jornalística (ou o que gostaria que ela fosse), mas também para endossar diagnósticos sobre a percepção do jornalismo e de organizações particulares. Indo além das sugestões de pauta, também percebemos como indícios das avaliações de relevância jornalística pela população a produção de eventos ou situações com a finalidade de atrair os meios de comunicação e a crítica a matérias jornalísticas avaliadas como sem importância ou relevância, nesse caso (tornado evidente com a internet e a possibilidade de ler comentários dos leitores), ocorre certa inversão na qual o público se sente mais capacitado do que o jornalista para avaliar relevância de um acontecimento; em geral, porque acredita que sabe mais sobre o tema ou porque acredita que fala de um lugar de maior independência do que o jornalista.

É também para o público, para audiência e para o cidadão que esse conceito é formulado. Para nós, a compreensão por parte do público da natureza e da função da relevância é um passo necessário no sentido de melhorar a produção jornalística, pois, dessa forma, o conceito poderia ser utilizado como referência para a reivindicação,

auxiliando o público a melhor fiscalizar e demandar dos meios de comunicação, bem como auxiliando os meios de comunicação a tornarem-se mais “*accountables*”.

*III – A relevância jornalística serve tanto à seleção quanto à hierarquização.*

No conceito elaborado por Straßheim (2010) a relevância é definida como uma dinâmica de seleção, em Schutz (1979) e Schutz e Luckmann (2003) a relevância também foca o privilégio de seleções voluntárias ou involuntárias, que colocam um estímulo em primeiro plano cognitivo, interpretativo ou motivacional. Nós não discordamos dessas perspectivas, mas assim como Sperber e Wilson (2001), queremos lembrar que toda avaliação de relevância privilegia um estímulo em detrimento de outro, de forma além de selecionar, o processamento da relevância também compara e hierarquiza.

Para a relevância jornalística esse adendo é especialmente necessário porque não se lida apenas com um acontecimento que será ou não classificado como acontecimento jornalístico, mas com diversos acontecimentos, que tendo sido avaliados como jornalísticos são ainda hierarquizados como mais ou menos relevantes. Como os veículos de comunicação não produzem apenas conteúdos individuais, mas sim edições, o processamento de relevância jornalística serve também para avaliar que acontecimento merece mais espaço, mais esforço de processamento, mais tempo e melhores profissionais.

Uma vez que os recursos são limitados, há uma quantidade restrita de acontecimentos jornalísticos que podem ser transformados em notícia. Assim, é preciso diferenciar acontecimentos jornalísticos de acontecimentos não jornalísticos e, entre os primeiros, atribuir uma ordem hierárquica e comparativa. A comparação é tão importante que um mesmo conteúdo pode ser alçado à notícia de destaque ou receber apenas um texto curto porque o dia noticiosos foi muito agitado ou porque algo surpreendente aconteceu, respectivamente.

A hierarquização também ocorre porque a relevância jornalística não é uma questão de tudo ou nada, mais de graus, assim como afirmaram Sperber e Wilson (2001) em referência à relevância quantitativa. O que estamos dizendo, com isso, é que um acontecimento não é apenas relevante ou irrelevante em termos jornalísticos, na verdade, ele pode ser mais ou menos relevante, a depender da quantidade e do tipo de arranjo de valores-notícia que ele aciona.

*IV- A relevância jornalística é aplicável para avaliar acontecimento e notícias.*

Essa afirmação pode ter sido inferida das anteriores. Quando nos referimos ao uso não exclusivo das avaliações de relevância jornalística pelos jornalistas, afirmamos que o público utiliza esse sistema não só para avaliar acontecimento que estão ao seu redor, mas também para avaliar e criticar notícias prontas.

Aqui, entretanto, o foco não está na sofisticação do uso e sim no objeto avaliado. Na avaliação dos acontecimentos, como foi exposto no segundo e no quarto capítulo, uma variação no ecossistema é alçada ao *status* de acontecimento jornalístico pela sua comunicabilidade e capacidade de implicar sobre os sujeitos. Depois dessa avaliação, o acontecimento jornalístico se torna objeto do processo de produção que resultará em uma notícia, reportagem, entrevista ou outro gênero. Na avaliação da notícia, por sua vez, o público (e também jornalistas) não observam o acontecimento em busca de distinguir qualidades que podem lhe garantir um futuro como notícia, mas buscam discernir, na notícia, as qualidades que garantiram a sua produção.

Apesar de na notícia o caminho ser inverso, a referência para a atribuição de relevância jornalística é a mesma: a comunicabilidade, a variação no ecossistema e a implicação sobre os sujeitos. Em outros termos, tanto na observação de acontecimentos gerais, quanto na avaliação de notícias prontas, relevância jornalística é um sistema que seleciona e hierarquiza acontecimentos.

Entre as diferenças fundamentais está o fato de que as notícias e os acontecimentos estão em partes opostas do processo produtivo e, por isso, possuem limitações características. Uma vez que a relevância jornalística tem como função despertar afetos e/ou ser útil para que o público continue ou contextualize, na avaliação do acontecimento é indicada apenas uma suposição de relevância jornalística, a qual só se torna efetiva diante do público e dos seus afetos, interesses, hábitos e cognições.

Quanto a utilização da relevância jornalística para avaliar a notícia, a limitação é outra. Neste caso, um indivíduo com sua disponibilidade energética, seus afetos e interesses está apto para dizer que a notícia não foi relevante para ele, o que pode lhe faltar é a capacidade de melhor avaliar o acontecimento, já que o seu olhar é atravessado não só pelos seus conhecimentos e limitações, mas também pelos conhecimentos e limitações do corte realizado pelo jornalista. Ao avaliar a relevância jornalística de uma

notícia, sem ter acesso ao ocorrido ou a notícias comparativas, toda avaliação se limita ao oferecido, não sendo possível, em muitos casos, saber que aspectos mais relevantes foram negligenciados ou se uma aparente falta de relevância pode se dever a comprometimentos do processo produtivo, mais do que a inaptidão da variação no ecossistema.

Em resumo, afirmamos que, ao processar a relevância de um acontecimento ou de uma notícia, o sujeito busca correspondência a uma mesma expectativa de adequabilidade. A depender do objeto observado, se o acontecimento ou a notícia, o sujeito estará mais próximo de um extremo ou de outros, mas a relação é a mesma: nos dois casos, o que efetivamente interessa é a capacidade de uma variação no ecossistema de implicar sujeitos múltiplos.

*V – A relevância jornalística só existe em função do público.* A relação entre relevância e sujeito é tão essencial que foi repetidamente mencionada, tanto na discussão sobre a natureza da relevância jornalística e na sua função, quanto na maior parte das afirmações anteriores. Toda relevância, não apenas a jornalística, atua de forma dinâmica e dependente do sujeito que a processa, é o sujeito com os seus conhecimentos a mão, seus interesses, sua disponibilidade energética e seus hábitos quem processará o estímulo e sentirá se ele efetivamente é relevante, isto é, se foi capaz de afetá-lo ou de contribuir para seus interesses imediatos ou para a ampliação dos seus saberes.

Essa relação, que já não é simples, se torna ainda mais complexa na comunicação social, isso porque ela busca ser relevante, ao mesmo tempo, para uma ampla variedade de receptores reais. Em outros termos, o conteúdo de uma comunicação de massa não é oferecido para um sujeito em particular, mas se propõem a ser relevante para uma coletividade composta por sujeitos que possuem diferentes interesses, gostos, conhecimentos armazenados e disponibilidades energéticas a empenhar.

Assim, um desafio da relevância jornalística que não se apresenta para a relevância geral, diz respeito a compreensão e ao trato com essa coletividade diversa, que atua como sujeito. Não basta à produção jornalística, produzir mensagens genéricas que atinjam a uns ou a outros sujeitos, é preciso elaborar uma estratégia de adequação da mensagem, o que inclui supor o que Umberto Eco (1993) chama de leitor-modelo. De acordo com o autor, a composição desse leitor inclui o conhecimento do idioma, das regras gramaticais, de um patrimônio cultural e social mediano, além de subdivisões como

o gênero, a faixa etária e a localização geográfica, entre outros. Nós acrescentamos que ao passo que o autor supõe o seu leitor-modelo e as suas características, supõe, conseqüentemente, seus interesses, afetos, hábitos e disponibilidades energéticas, a partir dos quais estima o que pode ser relevante para ele.

Em relação às comunicações sociais e de massa, o jornalismo ainda possui desafios específicos. Diferente do que ocorre na literatura, na publicidade, no cinema e em outras formas de arte e de comunicação oferecidas a uma coletividade de receptores, o jornalismo, pela sua natureza, possui desafios particulares quanto à identificação do leitor-modelo e do que pode ser relevante para ele. Além de oferecer conteúdo atual, seguro, plural e versando sobre uma grande diversidade de temas e em curtas periodicidades, a comunicação jornalística precisa oferecer informação relevante, especialmente (mas não exclusivamente) no que diz respeito aos interesses cidadãos da coletividade a que se refere.

Em virtude dessas necessidades específicas, no jornalismo, o leitor-modelo costuma receber denominações particulares, nos referimos ao público e à audiência. Zylbersztajn (2008) concebe a separação entre público e audiência como uma repercussão da separação radical entre as esferas públicas e privadas, o que conduz à existência de duas redes de relação distintas envolvendo a mídia: mídia-audiência e mídia-cidadania.

Na relação mídia-audiência, o jornalismo desempenharia o papel de empresa, ao passo que atribuiria aos sujeitos-receptores o papel de consumidores, enfatizando suas necessidades e interesses privados. Em contrapartida, na relação mídia-cidadania, o jornalismo se visualiza e se apresenta como instituição necessária para a democracia (já que é responsável por transmitir as informações necessárias para habilitar o público a participar da vida democrática) e localiza os sujeitos-receptores no papel de cidadãos.

Em outros autores, a separação se processa de outra forma. Em MacQuail (1997) e em Guerra (2008) a audiência não é associada diretamente ao consumo, mas é concebida como um recorte do público, com o qual uma empresa jornalística efetivamente fala. Para Guerra (2008, p. 180), a audiência descreve “o conjunto de receptores e consumidores empíricos e potenciais da mensagem jornalística produzida por uma determinada organização”. Diferente do público, que é um contingente ideal, a audiência pode ainda ser fragmentada e percebida como audiências.

O público, por sua vez, apesar de ser um contingente indivisível e mais amplo do que a audiência, apresenta como facilitador, para o jornalismo, o fato de serem unidos por um conjunto de direitos e deveres comuns e por uma demanda social por acontecimentos que impactem ou que lhes preparem para executar o papel cidadão. Ainda assim, essa perspectiva não limita o público aos seus interesses cidadãos, isto é, não desconsidera a existência de outros interesses e gostos, apenas destaca que devido a amplitude, esses outros interesses podem ser internamente inconciliáveis.

A posição que pretendemos adotar para definir o sujeito da informação jornalística não desconsidera nenhuma das perspectivas expostas, mas como foi feito em outros momentos, privilegiará a perspectiva mais ampla. Assim sendo, o sujeito da relevância jornalística será concebido ao mesmo tempo como audiência (conjunto de indivíduos que compartilham gostos, preferências e interesses, e que tanto é consumidor quanto cidadão) e como público (totalidade de indivíduos de uma sociedade, que abarcam inclusive as audiências, pensada prioritariamente a partir da demanda social, isto é, dos direitos e deveres próprios da condição de cidadania que caracteriza cada um). Essas duas categorias procuram reconhecer tanto a demanda social, compatível com as responsabilidades da mídia diante das sociedades democráticas, quanto as demandas empresariais, mercadológicas e de reconhecimento dos interlocutores diretos e potenciais.

Depois dessas afirmações prévias, do conjunto de tarefas e das contribuições de diferentes autores e literaturas, podemos efetivar o objetivo de definir relevância jornalística. Tal definição, como já foi dito, não se pretende única ou perfeitamente acaba, mas deseja provocar a estabilidade com que a seleção dos acontecimentos vem sendo processada. Assim, apresentamos a seguinte possibilidade: *relevância jornalística é um sistema de seleção e hierarquização de acontecimentos, que os avalia como mais ou menos adequados ao jornalismo, em virtude da capacidade estimada de atingir o público/audiência seja como saber útil para continuar ou contextualizar, seja como afeto. O sistema pode ser acionado de maneira voluntária ou involuntária, mas é sempre dependente dos saberes prévios e da disponibilidade energética de quem o manipula.*

Depois dessa formulação, podemos retomar as tarefas 1.1 e 1.2, retiradas da pedagogia do conceito, e explorar as partes constituintes e o estatuto do conceito. Sobre

os saberes formadores, a elaboração dependeu principalmente de uma compreensão dos processos de seleção e hierarquização, do conceito de acontecimento, da correspondência às noções de utilidade e afeto e das reflexões sobre o público e a audiência, como coletividade para a qual a tentativa de despertar relevância se destina.

O conhecimento dos processos de seleção e hierarquização, em função da geração de afeto e/ou da utilidade para continuar e contextualizar, decorrem dos saberes adquiridos nas tradições de estudo da relevância. Em adição, o conceito de acontecimento e a noções coletiva de público e de audiência, necessária para considerar um acontecimento jornalístico, vem dos estudos do jornalismo.

Esses saberes (vindo de autores, reflexões e tradições distintas) estruturam a relevância jornalística e tornam-na possível (como foi previamente orientado pela tarefa 1.1). Na estrutura do conceito de relevância jornalística, a individualidade dos saberes é abandonada em função de um arranjo inseparável.

Figura 13 – A interdependência dos saberes-base no conceito de relevância jornalística



Fonte: elaboração própria

O estatuto do conceito, conforme orientado pela tarefa 1.2, faz referência a inseparabilidade das partes na estrutura concretamente elaborada. No caso do conceito de relevância jornalística, as partes se tornam inseparáveis porque se orientam mutuamente. O conceito de relevância jornalística não faz referência a qualquer seleção ou hierarquização, mas a seleção de acontecimentos. Os acontecimentos também não são tomados na sua totalidade, interessam apenas aqueles que devem ser capazes de ser úteis ou afetivos. E por fim, a utilidade e o afeto não podem ser despertados em um único sujeito, mas em uma coletividade de sujeitos, que são parte do público e da audiência.

Quanto a materialidade da elaboração, espera-se que a sistematização conceitual tenha parecido mais familiar do que inovadora. Outra expectativa quanto à materialidade

do conceito é que, uma vez externalizada, passe imediatamente às discussões e provocações. Tendo sido formulado, desde o início como um conceito crítico, o que remete a explicitação de regras e normas que compõem os requisitos de avaliação e a justificação das regras e normas com base em acordos sociais, o próximo movimento é a abertura da formulação para testes e discussões. Decerto, essas discussões e provocações devem ser principalmente externas, mas nada impede que este trabalho também dedique espaço para primeiras provocações ao conceito, que nos parece uma forma de continuar a sua apresentação.

Entre os questionamentos que apresentaremos agora, estão algumas discussões que são, inclusive, anteriores ao conceito. Nos referimos a questões hábeis formulados por pesquisadores pares durante eventos acadêmicos e outros momentos de discussão, bem como a questões que surgiram do encontro entre as literaturas e que demandaram tempo e esforço reflexivo. Algumas dessas discussões já foram inclusas no processo de elaboração, outras ainda precisam de uma atenção particular. Em referência a essas últimas, destacaremos três, que apresentaremos em forma de pergunta: *I – Relevância jornalística não seria um outro nome para a noticiabilidade? II – Em suas funções, relevância jornalística não repete a atenção clássica para o importante e o interessante? III – Se os valores-notícia são elementos tão importantes porque eles não são mencionados no conceito?*

*I – Relevância jornalística não seria um outro nome para a noticiabilidade?*

Entre as discussões levantadas, esta nos parece a mais desafiadora. Em muitos momentos, ao longo do desenvolvimento desta pesquisa, a similaridade entre relevância jornalística e noticiabilidade foi não só notada, mas também motivo de inquietação. A falta de convergência entre as definições de noticiabilidade, inclusive, privilegia essa dúvida à medida que deixa margem para perceber a noticiabilidade de diversas formas, a depender da conveniência.

Na noticiabilidade conforme Shoemaker e Cohen (2005), por exemplo, nos vemos diante de uma elaboração sensivelmente próxima do conceito de relevância jornalística que elaboramos, já que nós e eles fazemos uso de saberes cognitivos e sociais para entender a atribuição de valor a um acontecimento. Em outras literaturas, destacadamente em Wolf (2009) e em Silva (2005), percebemos, por sua vez, a

proximidade entre o equilíbrio de forças que caracteriza a noticiabilidade e aquele que encontramos no conceito de relevância.

Em separado, nenhuma das duas concepções é um equivalente adequado para o conceito de relevância jornalística. Juntas, apesar de continuarem sendo distintas da relevância, elas oferecem demasiadas possibilidades, algumas inclusive concorrentes, o que é desafiador para o intuito de comparar as grandezas. Em função dessa possibilidade de perceber a noticiabilidade de diversas formas, esta tese só pôde afastar a inquietação quanto a essa questão depois de buscar alguma convergência entre os autores que utilizam e reafirmam o conceito de noticiabilidade.

Só depois de organizar uma sistematização coletiva da noticiabilidade, exposta ao fim do segundo capítulo, foi possível visualizar que relevância e noticiabilidade não são sinônimas. Com a consolidação de uma definição de relevância jornalística, a divergência se tornou mais evidente. Diante dessas duas dimensões, podemos responder que relevância jornalística não é um sinônimo de noticiabilidade, bem como apresentar algumas das principais evidências que confirmam essa resposta.

Noticiabilidade e relevância jornalística são conceitos de ordens distintas. Enquanto a noticiabilidade é um conceito organizacional, atravessado por saberes e demandas do jornalismo como instituição; a definição de relevância jornalística é atravessada pelos mesmos saberes e demandas, mas partindo de uma ordem cognitiva e sociológica. Em acréscimo, o foco da noticiabilidade é a concreta execução da notícia pela organização jornalística, ela se interessa por tudo que constranja, oriente ou influencie o fazer e nos ajuda a entender por que as notícias são notícias, ou ainda, que equilíbrio de forças operou para que certo acontecimento fosse transformado em notícia. O conceito de relevância jornalística, por sua vez, foca a atribuição social ou individual realizada por jornalistas ou não jornalistas com a finalidade de apontar o que tem valor como notícia, nos auxiliando a refletir sobre os efeitos que tornam determinado acontecimento relevante.

Como consequência, os estudos da noticiabilidade tendem a observar a organização e as suas relações internas e externas, o resultado dos procedimentos de noticiabilidade se concretizam ao fim do processo de produção, quando a notícia está pronta para ser apresentada à audiência. Já os estudos da relevância jornalística podem observar o processo produtivo em busca de saberes sobre as estimativas de relevância que

orientam os profissionais, mas ela não se limita a esse momento, na verdade, tendem a se interessar também por estudos da recepção ou por outras formas de observar a concreta capacidade de afetar ou ser útil à uma audiência específica.

Outra divergência, que separa noticiabilidade e relevância jornalística é o fato de que o primeiro conceito é descritivo/interpretativo, ao passo que o segundo é crítico/interpretativo. A noticiabilidade é hábil para descrever e interpretar as razões que levaram um acontecimento a ser publicado, incluindo as razões não jornalísticas, mas não permite explorar os acontecimentos não trabalhos pelas organizações jornalísticas. A relevância jornalística também pode ser utilizada para interpretar as seleções e hierarquizações, mas antes de tudo esse conceito tem uma pretensão crítica, isto é, ele sintetiza elementos da natureza e da função da relevância através da qual se pode avaliar se uma notícia ou um acontecimento satisfaz adequadamente o que é demandado deles. Neste sentido, a relevância jornalística não se limita aos acontecimentos selecionados ou às notícias produzidas, também pode ser utilizada para pensar no que não recebeu atenção ou no que não virou notícia.

Mesmo ainda existindo outras diferenças que poderiam ser mencionadas, acreditamos que o núcleo da separação entre os conceitos já foi esclarecido. Antes de seguir, entretanto, precisamos salientar que apesar de diferentes, os conceitos de relevância jornalística e noticiabilidade se tangenciam. O que se espera dos produtos jornalísticos apresentados ao público é que tenham tanto relevância jornalística quanto noticiabilidade.

De maneira prática, pode haver acontecimentos jornalisticamente relevantes que não sejam considerados noticiáveis, mas nenhum conteúdo noticiável pode prescindir da relevância jornalística. A falta de noticiabilidade de um acontecimento relevante pode se dever ao privilégio de outros acontecimentos ou a particularidades envolvendo a organização. Neste caso, o que se deve fazer é comparar o acontecimento preterido em relação aos que efetivamente tiveram espaço e reivindicar a transparência das razões. Entretanto, no caso de não haver relevância jornalística em um conteúdo noticiado, há um erro, isto é, uma situação em que o jornalismo não se realiza.

*II – Em suas funções, relevância jornalística não repete a atenção clássica para o importante e o interessante?* Nessa questão, há uma tentativa de associar, por um lado,

o efeito de ser útil para continuar e contextualizar e a importância e, por outro, a capacidade de afetar e o interesse. Assim como na discussão anterior, há uma tentativa de associação plena entre o conceito de relevância jornalística e outros conhecimentos armazenados e consolidados no campo e assim como ocorreu antes, essa tentativa não resiste a um olhar minucioso para os objetos aproximados.

Neste caso, entretanto, não estamos diante de conceitos que são de ordens diferentes: tanto o importante e o interessante quanto as avaliações de relevância jornalística pretendem realizar julgamentos de valor em relação a acontecimentos, a fim de os classificar como merecedores, ou não, de passar (ou de ter passado) pelo processo de produção capaz de elaborar as notícias. Nesta discussão, estamos diante de um saber elaborado em virtude da insuficiência do outro.

A importância e o interesse foram considerados saberes insuficientes para entender o processo de atribuição de valor jornalístico por um motivo primordial: eles relacionam os valores aos acontecimentos, favorecendo a manutenção de percepções positivistas que valorizam situações e pessoas por elas mesmas, ou seja, como dotadas de qualidades inerentes, que podem ser replicadas e reproduzidas sem uma avaliação da circunstância e dos sujeitos envolvidos.

O conceito de relevância jornalística é o resultado, entre outros, da percepção de que nada é intrinsecamente importante ou interessante, mas que esses são juízos dependentes da cognição dos sujeitos e do ecossistema de referência. Assim, as funções de afetar e de ser útil não são equivalentes do interesse e da importância, porque enquanto a ideia de relevância faz referência a uma relação dialógica e dependente, a importância e o interesse marcam posições fixas e idealizadas.

Outra diferença, que também nos permite responder negativamente à questão, é o fato de que a importância e o interesse marcam posições opostas e excludentes, enquanto o conceito de relevância jornalística entende que o afeto e a utilidade tendem a se misturar. Em muitos autores, como Gans (2004), Wolf (2009), Traquina (2005) e Gomis (2002), as características de um acontecimento que faz com que ele seja importante encontra sua oposição nos acontecimentos interessantes. Guiados pelas afirmações desses autores, tendemos a classificar os acontecimentos como dotados de uma ou de outra qualidade.

A posição adotada nesse trabalho, a respeito do afeto e da utilidade para continuar ou contextualizar, é de que o afeto é parte constituinte do que é considerado útil em uma sociedade. Os afetos não são concebidos como opostos da racionalidade, mas como uma forma humana de lidar com o ecossistema e com os semelhantes, tanto em situações que podem gerar vantagens imediatas ou posteriores quanto em situações que conduzem ao dispêndio.

*III – Se os valores-notícia são elementos tão importantes porque eles não são mencionados no conceito?* Diferente das discussões anteriores, que questionavam o conceito quanto a sua natureza e quanto a sua função, essa se volta para o conceito como estrutura. Devido ao local de destaque atribuído aos valores-notícia, é realmente válido notar a sua ausência.

Na versão primitiva desse conceito<sup>74</sup>, os valores-notícia não só aparecem, mas são vinculados a uma dupla função: por um lado, funcionam como indicadores de relevância, auxiliando os jornalistas a identificarem-na e, por outro, funcionam como saberes que tipificam a percepção do público e dos seus contextos cognitivos.

Por mais que acreditemos que os valores-notícia, de fato, funcionam como indicadores dos acontecimentos e tipificadores das expectativas do público/audiência, dessa vez, foi feito a opção de não o incluir na formulação do conceito. Longe de ser um afastamento dos valores-notícia em relação ao processamento de relevância jornalística, a escolha se deve a relação entre as partes e ao fato de a relevância jornalística não ser concebida como um conceito de uso exclusivo dos jornalistas.

A primeira das razões que justifica a não inclusão do termo valor-notícia no conceito de relevância jornalística é a amplitude desses dois saberes. Desde o início deste trabalho, apresentamos os valores-notícia como indicadores de relevância jornalística e, ao longo da discussão, avaliamos os valores-notícia a partir dos saberes da relevância geral, com isso pretendíamos demonstrar a dependência dos valores-notícia em relação à relevância, mas também demonstrar que a relevância jornalística não deve ser percebida em função de um ou outro valor.

---

<sup>74</sup> O conceito primitivo foi elaborado em dissertação de mestrado com finalidade aplicada, em que o processo de elaboração estava ligado a um fim avaliativo específico e não aos méritos próprios de elaborar e discutir um conceito, possuindo, portanto, menos densidade e profundidade.

Assim, um dos primeiros motivos para evitar o termo valor-notícia se deve ao fato de que são esses valores que devem ser pensados em função do conceito de relevância jornalística e não o contrário. A relevância jornalística, enquanto sistema de valores-notícia, foi pensada como um conceito próximo desses valores, mas independente deles. O uso do termo sistema, como foi mencionado nas afirmações prévias, pretende fazer justamente essa aproximação, sem comprometer a amplitude do conceito.

A segunda razão, mais significativa do que a primeira, faz referência aos tipos de uso possíveis: uma vez que este conceito não serve apenas à seleção e à hierarquização realizada pelos jornalistas, mas sim a de qualquer pessoa que avalia o grau de relevância de um acontecimento ou notícia, optamos por formular um conceito isento de termos técnicos, cujo conhecimento se restrinja ao campo jornalístico. Por mais que os valores-notícia também sejam influenciados pela sociedade em geral, sua utilização é específica e especializada.

Em sociedade, a avaliação de relevância jornalística ocorre sem que exista um conhecimento do que são valores-notícia e mesmo entre jornalistas a avaliação de relevância pode ser feita sem que se concorde sobre enredos de valores-notícia ou sem que se reconheça a correspondência entre os afetos ou a utilidade percebida e um dos valores-notícia à disposição. Mesmo que tenhamos visualizado uma grande estabilidade quanto aos valores-notícia, reconhecemos que os valores que utilizamos neste momento não são os únicos capazes de funcionar como indicadores de relevância, assim, evitar que o conceito de relevância jornalística fosse definido com o auxílio dos valores-notícia também nos pareceu uma forma prudente de não limitar a amplitude do conceito, evitando uma associação única entre ele e valores-notícia de referência (GUERRA, 2008).

Ao conceber o conceito como sistema, que internaliza uma natureza e uma lógica funcional, esperamos deixar claro que o conceito se relaciona com os atuais valores-notícia e com outros que podem vir a ser elencados, embora não se limite a nenhum deles. No uso especializado da relevância jornalística, os valores-notícia receberão maior atenção, como será visto nas subseções a seguir.

## 5.2. RELEVÂNCIA JORNALÍSTICA ESPECIALIZADA: INSTRUMENTOS E COMPROMISSOS

Todo sujeito que avalia relevância o faz de um espaço particular, ele ou ela fazem-no a partir de um conjunto de conhecimentos disponíveis no momento, de um conjunto de desejos e interesses, bem como de hábitos e tipificações que envolvem ao sujeito e à sua cognição. Todas essas interferências observam a pessoa que avalia relevância como um indivíduo, mas é importante lembrar, conforme Schutz (2012), que o individual e o social não são oposições e sim um contínuo. Assim, o conhecimento socialmente compartilhado apresenta o fundamento a partir do qual cada sujeito constitui sua individualidade e, inevitavelmente, a sua avaliação de relevância jornalística.

Além dessa influência do conhecimento social amplo, que também poderíamos chamar de mundo da vida (SCHUTZ, 2012), reconhecemos a influência de grupos sociais mais limitados, que possuem saberes e uma lógica de funcionamento específica, mas que igualmente sofrem influência e são influenciados pela sociedade em geral e pelos sujeitos constituintes. No que diz respeito à relevância jornalística, nos interessamos por um grupo social em particular: o dos jornalistas.

Chamamos de relevância jornalística especializada a relevância jornalística que não só avalia a adequação de um acontecimento ao jornalismo, mas o faz como atribuição profissional, a partir de saberes particulares (tanto saberes técnicos-operacionais quanto saberes teóricos e éticos) e ainda como parte de um conjunto de obrigações necessárias para executar um serviço social.

O que estamos dizendo é que as atribuições e hierarquizações de relevância jornalística processadas pelos jornalistas precisam ser pensadas de maneira particular. Elas se separam das que são operadas pelo público em geral não só porque os jornalistas possuem conhecimentos armazenados adaptados para a função de avaliar relevância jornalística de um acontecimento, mas também porque sendo a avaliação de relevância uma finalidade da prática, manifestam-se compromissos e dimensões particulares.

Em uma analogia rápida, podemos mencionar o fato de que qualquer pessoa é capaz de observar em outra indícios de um problema de saúde e com isso pode recomendar repouso, um remédio caseiro ou, com o auxílio de um celular e da internet, procurar doenças possíveis que sejam compatíveis com os sintomas percebidos. Um médico, tanto quanto uma pessoa não especializada, pode notar os sinais de falta de saúde, mas, graças ao seu conhecimento especializado, espera-se que ele seja capaz não só de diagnosticar com alguma precisão a causa do mal, mas também de pedir testes e exames

que afastem dúvidas, de saber o que pode ter causado a situação, de prescrever um tratamento e cuidados e ainda de dominar um saber comunicativo que o habilita para comunicar o problema e o tratamento à pessoa enferma. Dos jornalistas, especialistas na mediação de certo tipo de informação, assim como do médico, é esperado mais do que uma capacidade genérica e instintiva de reconhecer questões, espera-se uma habilidade particular para manipular o que se nota.

Assim, por mais que a relevância jornalística seja um sistema cujo uso pode ser operado por qualquer sujeito social, os jornalistas fazem um uso particular, que precisa ser pormenorizado. Dividiremos nossa atenção à relevância jornalística especializada em dois grupos: primeiro, vamos nos referir ao processo de sofisticação dessa avaliação, advindo da execução profissional, com destaque para instrumentos de uso comum ao jornalista, mas não ao público em geral; e em seguida, vamos nos voltar para compromissos e dimensões particulares, que são decorrentes do uso especializado, da manipulação de saberes específicos e do jornalismo como instituição social.

### **I. Instrumentos da relevância jornalística especializada**

Há saberes e técnicas próprios do jornalismo, que fazem com que a avaliação da relevância jornalística manipulada pelos profissionais da área seja distinta daquela que é conduzida pelo cidadão não especializado, por mais bem informado que seja. Nos referimos a conhecimentos teóricos, a procedimentos empíricos, a saberes ligados ao cotidiano do fazer e também a um conjunto de questões éticas particulares que fazem parte da rotina de trabalho dos jornalistas e agendam sua forma de compreender e de lidar com a realidade.

Sobre as especificidades do fazer jornalístico, a perspectiva do *Newsmaking* fornece farta descrição de saberes organizacionais que orientam o cotidiano dos profissionais do jornalismo (WOLF, 2009). Ao descrever a ação dos valores-notícia e dos critérios de noticiabilidade, bem como ao atentar para o impacto das rotinas produtivas, incluindo os espaços de recolha e o relacionamento específico com as fontes, o *Newsmaking* constrói uma sociologia específica do fazer notícia, sendo, por si só, ilustrativa para a nossa argumentação de que existem procedimentos especializados que, ao serem compartilhados pelos jornalistas, fazem diferença na forma como esse grupo processa relevância jornalística.

O termo sociologia, utilizado para descrever o *Newsmaking* (bem como no segundo capítulo ao mencionar autores que fazem uma análise sociológica do jornalismo, como é o caso de Gans (2004) e de outros) não foi escolhido levemente. Mesmo antes da consolidação da perspectiva do *Newsmaking*, estudos já apontavam para a existência de um processo de socialização envolvendo os produtores do conteúdo jornalístico, responsável pela assimilação de hábitos e de uma perspectiva específica a esse grupo.

Nelson Traquina (2005) se referiu a uma tribo jornalística ou a uma comunidade interpretativa. O autor português ressaltou o fato de que teóricos com perspectivas distintas entre si, como David White, Stuart Hall e Gaye Tuchman, concordam a respeito da existência de uma cultura jornalística e de como ela é essencial para a compreensão das notícias. Ainda outras produções, citadas pelo português, reforçam a compreensão sociológica da prática jornalística, a qual nos referimos para afirmar que entre os efeitos dessa socialização está o trato diferenciado da relevância jornalística.

Argumentamos que a perspectiva do *Newsmaking* e autores como Herbert Gans (2004), Nelson Traquina (2005), David White, Gaye Tuchman, dentre outros, autorizam a referência a uma cultura jornalística, a qual, por sua vez, é fundamento de uma forma diferenciada de lidar com os acontecimentos potencialmente jornalísticos e de entender a capacidade de afetar ou de ser útil para o público. Embora esses estudos e autores nos forneçam sólidos saberes, com foco na organização jornalística, compreendemos que a organização não é, nem deve ser, a única fonte de referência para a definição do jornalista do que é relevante.

Em acréscimo à influência da organização jornalística e dos seus procedimentos, atuam também saberes relativos à instituição jornalística, ao ambiente de convivência e ainda ao público e à área temática que envolve o acontecimento. Guerra (2008) resume essas cinco dimensões nas já citadas Técnicas Cognitivas de Processo (TCP) e Técnicas Cognitivas de Conteúdo (TCC). De acordo com o autor, as Técnicas Cognitivas, seja as de conteúdo, seja as de processo, dizem respeito a saberes de domínio estável, que sistematizam e articulam diversos âmbitos com os quais os jornalistas precisam lidar para a elaboração da notícia e, no que nos interessa, para o processamento de relevância.

Nas TCP, os jornalistas acionam saberes de três ordens: institucionais, organizacionais e de convivência. Os saberes institucionais incluem a compreensão do que é e do que deve ser o jornalismo, tomado como instituição social e como valor

democrático (*dever-ser* e *dever-fazer*); diferente dos saberes teóricos da dimensão institucional, os saberes organizacionais são relativos ao modo de fazer, incluem as técnicas e os procedimentos necessários para alcançar os compromissos institucionais (*como-fazer*); por fim, os saberes de convivência aprofundam ainda mais o teor empírico dos saberes organizacionais, eles incluem a circunstância específica do fazer, com destaque para a relação entre os atores nos ambientes em que o trabalho se realiza (*fazer-possível*) (GUERRA, 2008).

No âmbito institucional, a relevância jornalística funciona como um *dever-ser* e *dever-fazer* da prática. Mesmo que o termo que desenvolvemos nesta tese esteja ausente da discussão, todo jornalista compreende que a sua prática assegura ao público (e que este espera) que não serão transmitidas quaisquer informações, mas que haverá um processo de seleção de acontecimentos especialmente qualificados para a existência pública como notícia ou, nos nossos termos, acontecimentos jornalisticamente relevantes.

No âmbito organizacional, o dever de alcançar relevância jornalística é implementado, entre outros, através de indicadores a muito repetidos, que aqui chamamos de valores-notícia. Esses indicadores de relevância jornalística contribuem para o *como-fazer*, ao permitir associações rápidas e eficazes para os jornalistas que possuem uma reduzida capacidade de produção e um reduzido tempo à disposição. A eficácia dos valores-notícia, vale ressaltar, não elimina as discussões sobre a sua eficiência.

No âmbito da convivência, o *dever-fazer* e o *como-fazer*, das avaliações de relevância, ganham especificidades. Também fazem parte dos saberes de domínio do jornalista, o conhecimento das fontes, dos colegas de profissão, dos superiores hierárquicos e da forma adequada de lidar com cada um deles. O *fazer-possível* inclui ainda certa intimidade com a lógica organizacional e com a condição empírica do fazer.

Com finalidade ilustrativa, podemos mencionar duas situações: faz parte dos saberes específicos dos jornalistas a compreensão de como uma redação funciona, como os colegas e os chefes, atribuem preferências a um ou outro valor-notícia, mesmo que o domínio dos valores ultrapasse uma organização específica, a linha editorial influencia a maneira como os acontecimentos são recebidos pelo grupo de jornalistas; como segundo exemplo, podemos nos referir ao trato diferenciado dado às fontes, por mais que o governo seja um valor-notícia, tanto quanto a proeminência, a maneira como uma fonte da administração pública é tratada difere da maneira como são tratados atores ou músicos

famosos, também é diferente a forma de entrar em contato com eles, de receber informações e de apurar assuntos que contrariem seus interesses.

Todos esses saberes são de uso rotineiro pelos jornalistas e todos eles interferem na sua compreensão da relevância jornalística. Em adição a essas três ordens de saberes, é preciso acrescentar ainda as Técnicas Cognitivas de Conteúdo. Nas TCC, como já foi dito, os jornalistas acumulam saberes que não se referem especificamente ao jornalismo, mas à sociedade, com a qual se relaciona e para a qual produz.

De acordo com Guerra (2008, p. 223), as TCC, em função da natureza do jornalismo, conduzem a “atividade para fora do seu próprio centro de gravidade, exigindo que o objeto do que está sendo noticiado esteja em conformidade com a área temática que o constitui como fato assim como com as expectativas dos indivíduos que o solicitam”. Diferente das TCP, as técnicas de conteúdo não se referem a saberes dominados com especialidade pelos jornalistas, mas sim ao uso jornalístico de saberes de outras ordens.

Um segundo exemplo pode nos ajudar a esclarecer essa afirmação. Numa cobertura de saúde, o desenvolvimento de um tratamento ou de um novo medicamento possui efeitos que qualificam o acontecimento como adequado ao jornalismo. No momento da cobertura, o jornalista entra em contato com fontes especializadas, responsáveis pela inovação, e tem diante de si um profissional que tem um conhecimento maior do que o dele sobre a pesquisa e sobre as suas implicações e potencialidade. O saber especializado ilustrado nas TCC não é necessariamente o saber do campo (muito embora, ele possa fazer a diferença), mas o saber de mediação, ou seja, a capacidade de compreensão e retextualização (GOMES, 1996) do conhecimento especializado da fonte em uma informação adequado aos interesses do público e a sua capacidade interpretativa.

Os saberes específicos referidos nas TCC não são o conhecimento da área temática a ponto de prescindir as fontes, nem é o conhecimento do público a ponto de ignorar *feedbacks*. Os jornalistas não são especialistas nos assuntos ou no público a que se referem, mas são especialistas na intermediação desses dois grupos. Um cientista, por exemplo, sempre saberá mais sobre o seu ofício do que o mais especializado dos jornalistas de ciência, mas este domina mais e melhor a capacidade de comunicar o saber especializado para o público em geral. As TCC orientam, inclusive, setorizações entre os jornalistas, que podem passar a se dedicar com exclusividade a uma área temática e ao seu público de preferência.

Em conjunto, as TCP e TCC nos parecem descrições suficientemente amplas de saberes que os jornalistas dominam e operam no seu cotidiano, em torno dos quais os profissionais são socializados e que, em consequência, interferem na forma específica com que operam relevância jornalística. Nos referimos a esses saberes como instrumentos específicos e capacidades especializadas, a partir de agora vamos explorar as obrigações que são implicadas da dimensão contratual desses mesmos conhecimentos.

## **II. Compromissos da relevância jornalística especializada**

Tomando os cinco âmbitos em que se subdividem as técnicas cognitivas de Guerra (2008) e com base na compreensão geral da relevância jornalística, elaboramos cinco grupos de compromissos. Os compromissos apresentados não têm a intenção de listar a totalidade das obrigações assumidas pelo jornalista, mas sim de ser um primeiro esforço na direção de aprofundar demandas que são requeridas quanto ao processamento especializado da relevância. Em segundo plano, os compromissos também são importantes para refletir sobre a adequabilidade dos processamentos em curso.

Do âmbito institucional, destacam-se os compromissos com a compreensão da relevância jornalística e com a sua busca. É necessário compreender a relevância jornalística para melhor explorar suas margens, no lugar de apenas responder aos seus estímulos. A compreensão da natureza da relevância jornalística e da sua função permite ao jornalista não só avaliar os acontecimentos agendados pelos poderes políticos e econômicos ou repetir a tradição jornalística de valorização de determinados eventos e sujeitos, permite ainda cogitar outros acontecimentos e identificar novos valores.

A busca por relevância jornalística, por sua vez, se liga não só à ampliação dos seus limites, mas também à necessidade de uma postura ativa e problematizadora no processamento da relevância jornalística especializada. Por mais que esse sistema possa se desenrolar de maneira involuntária, ao jornalista não basta o desenrolar automático, seja ele decorrente do funcionamento da cognição, do hábito ou de um desejo predominante de quem o processa.

Como a relevância jornalística se oferece ao público, o jornalista, que a processa profissionalmente, se compromete com o ato voluntário de buscar relevância e de explorá-la para além dos seus percursos habituais, em função dos afetos e das necessidades de

outros, que não ele mesmo. Entre os primeiros e mais importante compromissos dos jornalistas com esta relevância específica está, portanto, o de processá-la de maneira amplificadora, ativa e em função de cognições, interesses e hábitos diversos. Desse compromisso, muitos outros se desenrolam.

Do ponto de vista do *como-fazer*, é compromisso adicional dos jornalistas o tratamento da relevância. Dada a obrigação de perseguir voluntariamente a relevância, os jornalistas precisam desenvolver mecanismos de investigação capazes de superar o ato involuntário, quando necessário, e que permitam relacionar a relevância jornalística com as necessidades e desejos de outros. Os valores-notícia, como são concebidos nesta tese, se relacionam a essa obrigação, uma vez que apontam para acontecimentos em referência a expectativas estimadas do público/audiência.

Ainda no âmbito organizacional, é compromisso do jornalista investigar os acontecimentos supostamente capazes de despertar relevância jornalística. Neste ponto, o compromisso com a relevância jornalista se cruza com o compromisso com a segurança da informação: diferente do público em geral, os jornalistas não podem se deixar levar por escândalos, acontecimentos sensacionais ou polêmicas com a mesma facilidade com que se espalham boatos, especulações e comentários, o processamento especializado da relevância jornalística requer também resistir a ela e a sua urgência.

Os estudos deontológicos e éticos ligados ao jornalismo estão repletos de exemplos em que acontecimentos potencialmente relevantes foram publicados sem a devida investigação, resultando em erros jornalísticos, cujas consequências foram irremediáveis. Esses erros são estudados nas disciplinas referidas, porque se reconhece que o jornalista possui uma responsabilidade especial com a segurança do conteúdo transmitido, o que implica colocar a avaliação de relevância jornalística à prova.

O âmbito organizacional também requer que o jornalista se comprometa com a comparação dos acontecimentos disponíveis. Diferente da ação dos não-jornalistas, os profissionais não podem escolher uma única temática e se limitar a ela. A prática jornalística demanda selecionar uma grande quantidade de acontecimentos, que ocorrem ao mesmo tempo, e ainda, hierarquizá-los, de forma a dar maior destaque para os que têm maior capacidade de afetar o público ou de ser útil para ele. Em uma edição, dar pouco destaque para um acontecimento com grande relevância jornalística é questionável do ponto de vista ético.

Chegando ao âmbito do *fazer-possível*, destacamos o compromisso de atender a uma demanda cotidiana e estável de informações relevantes, o que torna necessário balancear o compromisso de compreender e buscar, bem como os de tratar, investigar e comparar, com as disponibilidades reais e particulares da organização que a processa. O processamento de relevância jornalística, para um profissional, não é uma especulação, mas uma obrigação concreta, que se mistura com outras obrigações cotidianas.

Na prática jornalística, muitas vezes, a realidade fará com que o profissional precise priorizar alguns acontecimentos em detrimento de outros, não só na escolha, mas também no seu tratamento. Muitas vezes, o jornalista não terá tempo, por exemplo, de explorar um contexto que potencializa a relevância de um acontecimento ou ainda não poderá desenvolver a maior relevância, mas entregará uma relevância possível, algo próximo da relevância ótima de Sperber e Wilson (2005), isto é, a maior relevância compatível com as potencialidades e disponibilidades do comunicador, que seja suficientemente relevante para merecer o esforço de processamento. Essas limitações também podem ser associadas à limitação da disponibilidade energética, elemento constituinte da relevância jornalística, e que pode ser compreendido em função do jornalista e da instituição.

O *fazer-possível* envolve ainda os compromissos dos jornalistas com a linha editorial da organização para a qual trabalha e com os seus temas de preferência. Esse compromisso, entretanto, não invalida nenhum dos demais. O jornalista pode se dedicar a buscar uma relevância jornalística específica, no sentido de ser limitada a um campo de interesses, mas não pode ignorar a relevância como lógica, a obrigação de investigar, tratar, hierarquizar e priorizar as expectativas do público.

Em adição, os jornalistas também se comprometem com conhecimentos próprios das áreas temáticas, não só no sentido de suprir as necessidades e desejos do público, mas também no sentido de chamar a atenção para acontecimentos que sejam relevantes, apesar de não parecerem. Esse compromisso se relaciona com as obrigações de tratar a relevância e de acioná-la voluntariamente, também aqui afirmamos a necessidade de um comportamento mais ativo a respeito da relevância jornalística: não cabe ao jornalista apenas sancionar a relevância de um acontecimento que se destaca, muitas vezes é preciso destacar o que se esconde na ilegalidade ou se naturaliza pelo hábito.

Cada área temática também apresenta demandas específicas aos jornalistas, que precisam balancear a lógica funcional do espaço em que o acontecimento se desenrola, a lógica funcional do jornalismo e o interesse do público/audiência. Todo ambiente, seja ele político, econômico, científico, esportivo, musical, educacional, entre outros, possui uma forma específica de funcionar, de gerar e de distribuir informações, bem como interesses, atores e perspectivas sobre o mundo com os quais os jornalistas precisam lidar para melhor acessar e disseminar informações.

O compromisso com a área temática ainda se relaciona com a relevância interpretativa motivada de Schutz (1970). Diferente do uso privado da relevância jornalística, em que basta ao interessado interpretar os acontecimentos da maneira que lhe for mais adequada e conveniente, os jornalistas se comprometem com a constante complexificação das explicações, tanto quanto com a disposição do texto para atender demandas interpretativas diferenciadas.

Por fim, o último compromisso que apontamos é, provavelmente, o mais complexo, uma vez que orienta todos os demais e requer especial atenção: os jornalistas se comprometem com as necessidades e anseios informativos do público/audiência. É em função desse grupo diverso e difícil de determinar que o profissional processa relevância jornalística, mesmo que os hábitos, interesses e impulsos cognitivos do jornalista sejam utilizados como referência, em última instância, o *status* de jornalisticamente relevante só se confirma no processo de recepção.

Os afetos e demandas do público/audiência aparecem diretamente no conceito de relevância jornalística e indiretamente em todo saber subsequente, como estes compromissos. Por esse motivo, a atenção, o mais realista possível, aos receptores da informação jornalística é essencial para que a prática seja executada de maneira legítima. O que torna esse desafio complexo, por sua vez, é a dificuldade em determinar o que o público efetivamente quer ou precisa, e a perspectiva estereotipada que associa o gosto do público exclusivamente à violência, à sexualidade e às futilidades.

Entre os produtores da informação jornalística, uma tradicional resposta à crítica do sensacionalismo, do excesso de conteúdo violento ou do demasiado espaço concedido a algumas pessoas famosas, é a que justifica essas e outras ações afirmando que os jornais o fazem porque o público gosta. Em outros termos, os jornais só produzem conteúdo sensacionalista e só tratam de sexo e violência porque esta é uma demanda do público, se

este rejeitasse esse conteúdo e parasse de comentar em páginas de internet, de comprar jornais e revistas e de prestar atenção, esses temas não receberiam tanto espaço.

Sem dúvida, tal argumento é falacioso. Por mais que seja possível explicar a atribuição de relevância jornalística aos acontecimentos exemplificados, não é possível atribuir ao público a responsabilidade pela oferta e pela repetição de um tema, principalmente quando outros temas de interesse da população não são tratados com o mesmo destaque ou são omitidos em função de interesses dos veículos jornalísticos ou dos seus investidores.

Em sentido estrito, o que o público faz é escolher entre as opções disponíveis e não escolher livremente. Dessa forma, a atenção dada aos produtos jornalísticos violentos, com teor sexual ou dedicado a pessoas famosas permite afirmar que essa oferta de conteúdo foi bem recebida, mas não é justificativa para que os produtores se restrinjam a essa repetição, já que outras ofertas também poderiam ser bem recebidas e que relevância jornalística envolve mais do que despertar comentários, há que se considerar o compromisso do jornalismo, como instituição social, com a utilidade da informação que oferece para a sociedade em que atua e para os indivíduos que é o seu destinatário.

Em todo caso, é válido observar como os jornalistas constroem opinião sobre os gostos dos seus receptores. Guerra (2008) elabora duas hipóteses: a “tentativa e erro” e a pesquisa ou sondagem de opinião. Para o autor, a “tentativa e erro” seria o primeiro método utilizado para conhecer o gosto da audiência e para fundamentar valores-notícia.

A cultura jornalística passou por várias experiências, cujos resultados relativos ao “encalhe” ou ao “esgotamento” nas bancas indicavam os temas e os fatos que atraíam ou afastavam os leitores dos jornais. Tais gostos foram se perpetuando e reproduzindo-se como “valores-notícia”, sem maiores necessidades de justificativa em função dos resultados alcançados. De algum modo, a periodicidade dos jornais oferece a esse método uma margem considerável de eficácia, uma vez que a cada edição se pode ter um retorno sobre o grau de interesse despertado na audiência pelo nível de vendagem, sobretudo nas bancas, obtido. (GUERRA, 2008, p. 228)

Por “tentativa e erro”, dessa forma, o autor se refere ao processo, rápido e bastante adaptável, de entender o gosto da audiência a partir do consumo dos produtos jornalísticos. Por mais que o exemplo do autor foque a venda nas bancas de revista, o método pode ser facilmente transposto para o ambiente *on-line* e para sua capacidade de expor os números de acesso e de hierarquizar, diariamente ou na periodicidade desejada, as matérias mais acessadas. O método é rápido e adaptável porque a cada percepção de

sucesso de uma produção, a redação pode ser orientada a produzir mais informação do mesmo tipo, repetindo uma fórmula que deu certo.

Sobre esse método, a reflexão é igual à que foi feita para o conteúdo violento, sexual ou relativo aos famosos, há valor e importância na percepção do que fez sucesso, mas esse sucesso não é uma “escolha livre” e sim a resposta a uma oferta. Por escolha livre, queremos dizer que o público, também na “tentativa e erro”, não escolhe entre todo o universo de acontecimentos possíveis, nem apresenta a suas preferências particulares, mas escolhe entre as opções disponíveis o que mais se adequa ao seu gosto.

Assim, por mais que a “tentativa e erro” seja uma forma válida de compreender o interesse do público, ela é limitada à oferta, pouco passível de descobrir novos temas e interesses, além de mantenedora de uma ordem vigente. Retirando o jornalismo do lugar de espelho da realidade é preciso reconhecer que todas as vezes que um tipo de informação jornalística é repetido, ele não só responde a um gosto ou interesse, mas os reforça. Esse método não representa um jornalismo empenhado em conhecer continuamente o público, mas sim um jornalismo empenhado no consumo dos seus produtos e decide a ignorar sua responsabilidade estruturante na sociedade.

Como método de conhecimento da audiência, a “tentativa e erro” não tende a fazer muito sobre uma realidade que precisa ser modificada, não se compromete com uma causa ou com um projeto social. Em sociedades que isolam os indivíduos e os alienam da sua capacidade de ação democrática, por exemplo, a “tentativa e erro” não se compromete com o empoderamento do cidadão, mas reproduz modelos estáveis, mesmo que problemáticos para a democracia e incompatíveis com o papel social do jornalismo.

Indo para uma ilustração mais concreta, podemos pensar em duas notícias, uma sobre negociação de votos entre deputados, em que favores são trocados a fim de apoiar ou não um projeto de lei, e outra sobre um ato mal-educado de um presidente, que age de maneira desrespeitosa quanto aos hábitos alimentares de um país que visita e com o qual trava relações econômicas. Ambos os acontecimentos são jornalisticamente relevantes, mas a atenção concedida a eles tende a ser diferenciada.

A equipe editorial pode verificar, por exemplo, que a segunda notícia recebe mais atenção, possui mais leitores e gera mais comentários. Externamente, a notícia ainda gera memes e desencadeia o engajamento dos leitores que associam o conteúdo à novos

conteúdos, que zombam da falta de educação do presidente ou se preocupam com as relações internacionais do país e com o potencial impacto do ato pouco diplomático.

Pela “tentativa e erro”, a equipe editorial pode recomendar que o acontecimento relativo à segunda notícia seja mais explorado, ao passo que a falta de atenção do público à primeira notícia é suficiente para reduzir a atenção da equipe para a questão, bem como para reforçar que a audiência não se interessa por assuntos políticos, a menos que eles possuam elementos divertidos associados. Para um método como a “tentativa e erro” interessa pouco que a primeira notícia tenha recebido pouca atenção porque a população não consegue visualizar uma utilidade prática para a informação, não consegue entendê-la ou já aceitou que a ação incorreta é o normal inevitável no comportamento dos deputados, não podendo ser evitado. Também não interessa ao jornalismo a razão para o sucesso da segunda notícia, se a facilidade para compreender o que se passa ou a finalidade mais óbvia do riso ou da crítica, que são valor em si mesmo.

Em resumo, percebemos que orientados por esse método, os jornalistas tenderão a reforçar as concepções estereotipadas e simplistas sobre o público, os avanços serão limitados e as reflexões sobre a razão de um sucesso ou insucesso ficarão em segundo plano. Faltarà à produção jornalística, orientada por essa perspectiva, comprometer-se com formas de aumentar o interesse nos conteúdos mais úteis e que, no entanto, são pouco priorizados, assim como faltarà colocar o conhecimento sobre o público à prova, dando protagonismo ao próprio público e não uma ilusão de escolha.

Depois da “tentativa e erro”, Guerra (2008) apresenta uma segunda hipótese. De acordo com o autor, um método mais moderno utilizado para conhecer os gostos e necessidades da audiência são as pesquisas de sondagem de opinião, que se destinariam a aferir o grau de satisfação da audiência em relação ao produto jornalístico. “Essas pesquisas, de base científica, oferecem para as organizações um conjunto de informações a partir da qual é possível se planejar com mais acuidade o tratamento editorial das notícias, com base nos dados da sondagem” (GUERRA, 2008, p. 229).

Apesar dos benefícios apontados no Guerra (2008), isto é, conceber a satisfação do público em relação ao produto como um todo, não se limitando a popularidade de um conteúdo, e a possibilidade de explorar as razões da avaliação, continuamos afirmando que esse modo de compreensão do público ainda é limitado. Tanto quanto a “tentativa e erro”, a sondagem de opinião limita a opinião do público à resposta do que foi perguntado.

Para nós, amadurecer as formas de identificar e entender as preferências e necessidades da audiência é um desafio a parte para o jornalismo. Longe de oferecer uma resposta concreta, que não possuímos, acreditamos que a direção dessa busca deve envolver espaços de participação mais ativa da audiência, isto é, que ela seja chamada não só para avaliar um conteúdo, mas também para expor preocupações, demandas e temas de preferência. Nos referimos, ainda sem concretude, mas com um pouco mais de especificidade, a implantação de conselhos de imprensa (com a participação de representantes da audiência), a ação mais acentuada dos *ombudsmen*, a canais constantes de contato com a população, a projetos de pesquisa encomendados pelos veículos e a atenção a sistemas e dispositivos sociais de crítica e responsabilização da mídia (BERTRAND, 2002) (BRAGA, 2006).

Em resumo, nos referimos ao compromisso do jornalismo (tanto no setor produtivo cotidiano quanto na pesquisa em jornalismo) de aumentar os esforços na direção do conhecimento do público/audiência e do comprometimento com suas causas. Entendemos esse direcionamento como necessário não só para a qualidade da produção jornalística, e para a efetivação da relevância jornalística especializada, mas também, e a longo prazo, como forma de zelar pelo jornalismo como empresa, cujo negócio efetivo não é vender espaço publicitário ou atrair uma atenção imediata, mas a influência decorrente de uma relação de confiança em que o público entrega sua atenção por compreender que foi atendido, e atendido com qualidade, nas suas demandas informativas (MEYER, 2007). Do ponto de vista da relevância jornalística, nos referimos à consolidação da relação de confiança, na qual o público pode avaliar a utilidade e afetividade das narrativas oferecidas e confia que os acontecimentos não noticiados eram hierarquicamente inferiores aos que tiveram espaço.

### 5.3. DIMENSÕES DA RELEVÂNCIA JORNALÍSTICA ESPECIALIZADA

Em conjunto, os instrumentos e os compromissos da relevância jornalística especializada atuaram como indícios que consolidaram o argumento de que a relevância jornalística é processada de maneira diferenciada pelos jornalistas. Diante dessas evidências, desejamos aprofundar a reflexão sobre essa relevância jornalística e sobre seu uso. Quanto a definição, acreditamos que não é necessário adaptar o conceito à aplicação

especializada, mas o uso, propriamente dito, demanda que o conceito seja pensado em dimensões separadas, embora complementares.

As subdivisões vinculadas aos conceitos de relevância foram regra nas duas literaturas de referência. Em Sperber e Wilson (2001, 2005) a relevância se subdivide em três dimensões, quanto ao processamento. Os autores apresentam as relevâncias classificatória, comparativa e quantitativa, priorizando, nesta ordem, os processamentos que consideram apenas a geração de efeitos, o balanceamento entre efeitos e esforços e a graduação das avaliações de relevância. Ainda nessa literatura, os efeitos, que são função da existência da relevância, também se subdividem em efeitos de fortalecimento, de revisão ou abandono e de implicação contextual.

Em Schutz (1979) e Schutz e Luckmann (2003) é a função ou a atuação da relevância que é referência para a sua subdivisão. O conceito tríplice engloba a relevância temática, dedicada a refletir sobre o privilégio da atenção; a relevância interpretativa, relativa à retomada automática do acervo de conhecimento ou a sua expansão; e a relevância motivacional, em referência aos processamentos da relevância que atuam em função de interesses futuros ou preexistentes.

Voltando à relevância jornalística especializada, suas dimensões serão consideradas em função do uso. Entre as várias referências para a subdivisão, priorizamos o uso, em virtude da compreensão do jornalismo como uma atividade que entrega um serviço para a sociedade e que o faz a partir de procedimentos específicos.

Assim, a partir de agora, aprofundaremos a discussão sobre relevância jornalística especializada organizando-a em três dimensões: relevância jornalística impositiva, relevância jornalística tradicional e relevância jornalística afirmativa. Neste caso, as dimensões da relevância jornalística servem principalmente para adaptar os compromissos e as demandas feitas à relevância ao ambiente produtivo real em que esses saberes devem atuar.

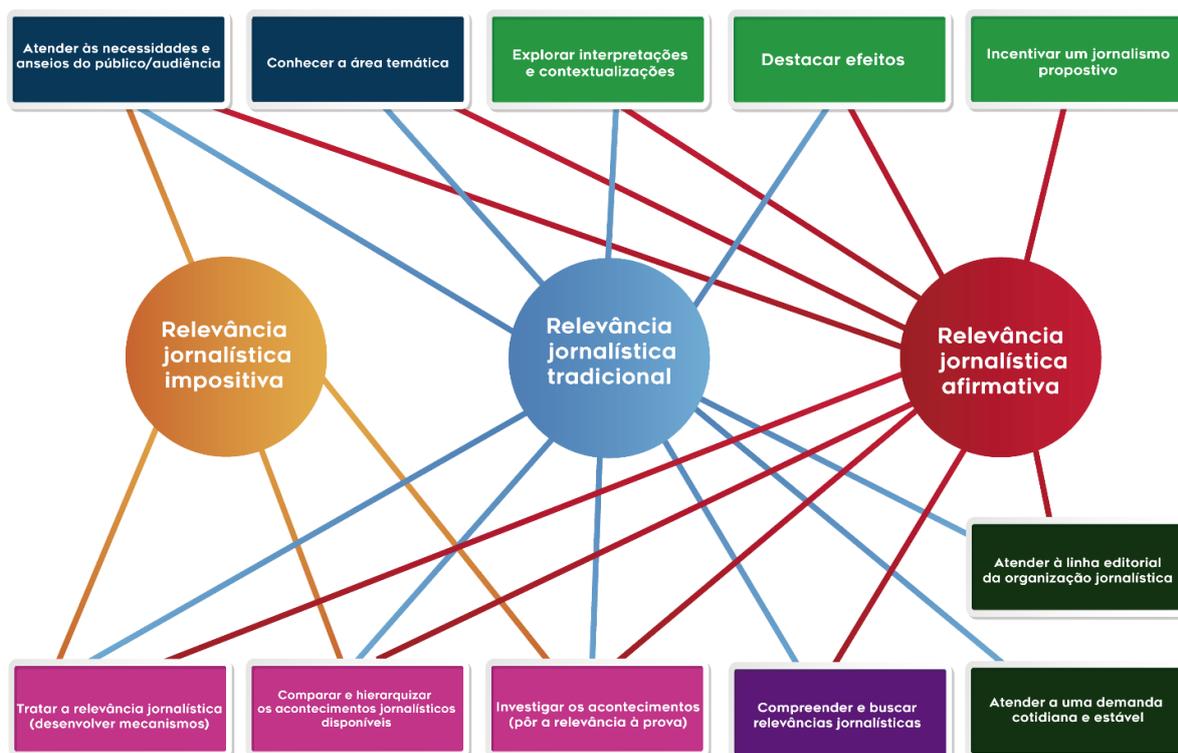
Através dessas três dimensões da relevância jornalística, desejamos oferecer fundamentos para reconhecer, criticar e/ou aperfeiçoar o processamento da relevância seja ela decorrente da natureza cognitiva, de hábitos consolidados ou de um projeto de jornalismo. Em cada um dos tópicos subsequentes vamos apresentar uma das dimensões, com foco no que a diferencia das demais, no seu uso e na sua relação com os

compromissos da relevância jornalística especializada e com a demandas, apresentadas entre as tarefas conteudistas, no início desta seção.

Buscamos a correspondência entre cada uma das relevâncias jornalísticas especializadas e os seguintes compromissos: a) compromisso institucional – compreender e buscar relevância jornalística; b) compromissos organizacionais – tratar a relevância jornalística, comparar e hierarquizar os acontecimentos jornalísticos disponíveis e investigar os acontecimentos (pôr a relevância à prova); c) compromissos relacionais – atender a uma demanda cotidiana e estável, e atender à linha editorial; d) compromisso quanto ao tema – conhecer a área temática de referência; e) compromisso com a coletividade – atender às necessidades e anseios do público/audiência. Em adição, buscamos também a correspondência entre as relevâncias especializadas e as seguintes demandas: f) explorar interpretações e contextualizações; g) destacar efeitos; e h) incentivar um jornalismo propositivo.

O conjunto das relações será discutido em cada nos tópicos relativos às relevâncias jornalísticas especializadas, mas antes disso, as relações podem ser observadas na figura abaixo.

Figura 14 – Relevâncias jornalísticas especializada e suas relações com compromissos e demandas



Fonte: elaboração própria

## **I. Relevância jornalística impositiva**

Das relevâncias jornalísticas especializadas, esta é a que mais se assemelha ao uso comum. Na relevância jornalística impositiva, como o nome procura insinuar, nos referimos a um sistema específico que reconhece e dedica atenção a acontecimentos especiais. Mesmo que o conceito de relevância jornalística mencione o ato de selecionar e hierarquizar, bem como a relevância jornalística acionada de maneira voluntária, estes acontecimentos são processados no âmbito oposto. Longe da associação relevância-escolhas-voluntariedade, a relevância jornalística impositiva conta com o funcionamento espontâneo da cognição para se impor sobre os sujeitos, jornalistas ou não.

Estamos nos referindo a acontecimentos cujo desenrolar chama e prende a atenção, independente de interesses específicos que conduzam a ação dos sujeitos e independente dos hábitos ou tradições sociais. Mesmo pessoas muito diferentes entre si, vindas de sociedades ou lugares sociais diversos e com objetivos inconciliáveis, parariam o que estivessem fazendo se ocorresse uma explosão perto delas ou voltariam o olhar se uma pessoa gritasse: “olha!”, enquanto aponta em alguma direção.

Essas reações decorrem do funcionamento da cognição e têm repercussões no funcionamento geral da relevância e no funcionamento particular da relevância jornalística. A relevância jornalística impositiva trata, portanto, do status de adequado ao jornalismo, atribuído a acontecimentos que se relacionam principalmente a duas instâncias: primeiro aparecem os temas que envolvem a morte inesperada ou violenta, o risco de vida, o medo ou a insegurança em geral, causada pelo que é inesperado.

Em Schutz (1979), essa relevância é parcialmente acionada ao mencionar as relevâncias temáticas impostas que são forçadas pelo não familiar, já Sperber e Wilson (2005) iniciam sua explanação da relevância classificando-a como uma função cognitiva e como um diferencial estratégico da humanidade em relação à sobrevivência. Esses mesmos autores ainda afirmam, no princípio cognitivo da relevância, que a cognição se dirige para o mais relevante. Em situações em que a vida está em risco ou em situações em que se teme que vida possa estar em risco, o mais relevante para uma cognição funcionando de maneira regular será sempre o acontecimento que expõem essa ameaça. É por esse motivo que, no primeiro exemplo, a explosão conduz a atenção de todos.

Também é por esse motivo que a pandemia do vírus Corona se tornou, assim que ficou evidente a sua gravidade, um tema inevitável para o jornalismo. A grande

quantidade de pessoas morrendo, a surpresa, o medo, o desconhecimento, a falta de uma vacina, a necessidade latente de informação sobre como proceder e o fato de que todas as pessoas estavam suscetíveis a morte em pouco tempo, por conta do vírus, fez que com que não houvesse possibilidade de evitar o assunto, não houve, no ano de 2020, nenhum assunto mais relevante jornalisticamente do que esse.

Mas não é necessário que ocorra uma praga de proporções míticas ou cinematográficas para que a relevância jornalística impositiva se acione, mesmo em situações em que a morte ou risco de morte é geograficamente limitado, a resposta afetiva ao medo faz com que acontecimentos se imponham. No dia 13 de março de 2019, por exemplo, ocorreu no município de Suzano, região metropolitana de São Paulo, um assassinato em massa na Escola Estadual Professor Raul Brasil, resultando em 10 mortes, entre os alunos, os funcionários da escola e os dois atiradores, jovens de 25 e 17 anos.

No dia 14 de março, os principais jornais impressos do país, independente do estado, estamparam a tragédia em suas capas. No dia seguinte, 15 de março, alguns veículos continuavam focados no ocorrido, comprometidos com as repercussões e informações novas, como as investigações da polícia que apontavam para a possibilidade de um terceiro envolvido, o luto e a despedida de amigos e familiares e o debate no congresso sobre o porte de armas. Na cobertura de muito veículos fica evidente a razão pela qual o acontecimento se impôs: o medo generalizado.

Figura 15 – Primeiras páginas do jornal Expresso da informação (RJ) e O Tempo (MG), em 15/03/2019



Fonte: <https://www.vercapas.com.br/2019-03-15/>

No Jornal Expresso da Informação, do Rio de Janeiro, a manchete “Terror faz escola” associa dois casos à tragédia de Suzano: o esfaqueamento de um aluno em Campo Grande, um bairro da Zona Oeste do Rio de Janeiro, e a invasão de uma escola da Baixada Fluminense. Por mais que ambas as ocorrências possuam qualidades que habilite o interesse jornalístico, elas não alcançariam a capa de um periódico, sem essa associação, ou melhor, sem o clima de medo que fez com que pais, alunos e trabalhadores da educação temessem as salas de aula de todo o Brasil.

Um exemplo, ainda mais evidente, do medo e da relevância jornalística impositiva despertada está na capa do jornal o Tempo, de Minas Gerais. Em sua manchete o jornal destaca que o “Estado tira seguranças de quase 200 escolas”, por mais que a presença ou ausência de seguranças seja discutível, quanto a eficácia para prevenir esses atentados, o fato é que a suspensão de contrato com os seguranças, a fim de cortar gastos, ocorreu uma semana antes do atentado e no momento da sua ocorrência não foi manchete.

Mesmo sendo um acontecimento restrito, do ponto de vista espacial, o massacre de Suzano impõe seu status de adequado ao jornalismo, porque espalha o medo de que uma morte violenta e terrível possa ocorrer em outros espaços. O ocorrido passa a ser um assunto inevitável, assim como torna-se inevitável perguntar o que podemos fazer para evitar que o ocorrido se repita com os familiares de quem escreve e lê as notícias. A relevância jornalística impositiva fica evidente no movimento sincrônico com o qual os jornais interrompem seus temas locais, seus procedimentos tradicionais de seleção e hierarquização e a necessidade de diferenciar-se e se entregam, em contrapartida, à inevitabilidade do ocorrido, sem planejamento e sem a preocupação com o fato de que os concorrentes irão se referir ao mesmo assunto.

Em adição às variações do ecossistema que envolvam morte, risco à vida e outras formas de insegurança; também impõem relevância jornalística os acontecimentos que recebem uma fiança prévia. Assim como a pessoa do exemplo, que grita: “olha!”, e aponta em uma direção, a atenção massiva a um acontecimento ou a participação de grandes montantes populacionais força ou impõe o status de adequado ao jornalismo.

Essa tendência é explorada por Schutz (1970) na sua relevância temática socialmente imposta e por Sperber e Wilson (2005) no princípio comunicativo da relevância. Neste caso, o que força a atenção ao acontecimento é o fato de que outras pessoas o fizeram antes. As pessoas não só atentam para o que envolve muitas pessoas,

mas também sabem que essa é a postura comum dos veículos jornalísticos, tanto é assim, que um ato comum, com a finalidade de atrair a atenção dos veículos, é realizar protestos e manifestações que levem muitas pessoas às ruas ou impactem o ir e vir da coletividade.

Com a internet e a facilidade de reunião virtual, uma forma de impor a atenção a um tema é obtida através das *hashtags* ou da “viralização” de informações, memes e comentários. Mesmo que haja a intenção de um veículo de silenciar um assunto, por falta de comprovação ou por decisão editorial, a popularização nas redes sociais ou através de protestos, força a atenção, mesmo que para uma justificativa ou cobertura parcial, em todo caso, o engajamento de muitas pessoas torna inviável para o veículo continuar ignorando o acontecimento.

Nesse segundo tipo de relevância jornalística impositiva, a experiência desterritorializada (CORREIA, 2011) que é proporcionada pela mídia, é pressionada pela experiência não intermediada pelos veículos de comunicação tradicionais, ocorrendo entre sujeitos nas ruas ou nas redes sociais, mas que, de uma forma ou de outra, se não são incluídas pelos veículos, passam a ser evidência de que o jornalismo não fala de tudo o que pode interessar à audiência.

Depois dessas ilustrações e descrição, podemos sintetizar o que caracteriza a relevância jornalística impositiva e como ela lida com as demandas e compromissos da relevância jornalística especializada. Em poucos termos, *relevância jornalística impositiva é um sistema particular de atenção e privilégio de acontecimentos que se impõem à cognição por se relacionam com o risco à vida, com o medo, com a insegurança e com o atípico, bem por possuírem certa popularidade que os pré-qualifica.*

A atenção a esses acontecimentos tende a se desenrolar de maneira involuntária e a superar distinções particulares ou interesses limitados que costumam orientar a atribuição de relevância jornalística. Os acontecimentos que despertam relevância jornalística impositiva costumam ser imprevisíveis e demandar procedimentos não rotineiros, como ir a lugares diferentes dos espaços tradicionais de recolha, falar com fontes não usuais e deixar de lado ou reduzir algum conteúdo previamente planejado.

Como a relevância jornalística impositiva se assemelha ao trato não especializado da relevância jornalística, ela não possui uma relação direta com algumas das suas tarefas. Para a cobertura desses acontecimentos não é necessário compreender e buscar relevância jornalística, ter um conhecimento aprofundado da área temática,

atender à linha editorial ou atender a uma demanda estável e cotidiana do público/audiência. A relevância jornalística impositiva também não atua diretamente sobre as tarefas-demandas, apresentadas no início deste capítulo, e que orientavam a busca de relevância jornalística a explorar a interpretação e contextualização, destacar efeitos e não fatos e incentivar um jornalismo propositivo.

A urgência, que caracteriza a relevância jornalística impositiva, e a demanda imediata por informações e desdobramentos básicos favorece o jornalismo factual, expositivo, reativo e focado no acontecimento. Ainda assim, sendo uma relevância jornalística especializada, esta relevância deve atentar aos compromissos organizacionais de tratar a relevância jornalística; de investigar os acontecimentos, pondo a relevância à prova; e de comparar e hierarquizar o acontecimento em questão com outros acontecimentos jornalísticos disponíveis.

Mesmo que um assunto como a tragédia de Suzano se force à cognição e ao noticiário, ele não pode prosseguir sem passar pelo processo de produção e sem apuração, assim como não pode sublimar outros assuntos que também sejam relevantes, no dia 14 de março de 2019, por exemplo, quando as mortes de Suzano eram conhecidas pelo país, manifestantes foram as ruas para cobrar resolução do assassinato da então vereadora Marielle Franco, cuja morte completara um ano, sem que o caso tivesse sido solucionado.

A relevância jornalística impositiva se compromete, de imediato, com às necessidades e anseios do público/audiência, mas isso não significa que as demandas por interpretação e contextualização e que o foco nos efeitos e que as ações propositivas não tenham lugar. O que ocorre é que, nesses casos, os profissionais só podem aprofundar a narrativa depois de explorar o risco imediato. Assim como não se espera que uma pessoa que se afoga consiga manter a calma ao ser informada que o desespero dificulta o salvamento, não se pode esperar que uma situação de relevância jornalística impositiva o conteúdo inicial possa ir além da exposição.

No período posterior, todavia, é válido que a situação de afogamento seja utilizada para conscientizar as pessoas sobre cuidados essenciais e preventivos, e também é válido que os acontecimentos urgentes sejam utilizados como mote para discussões mais aprofundadas e contextualizadas. Nesse sentido, a relevância jornalística impositiva requer da cobertura jornalistas três procedimentos, na seguinte ordem:

1º Apressar-se em apurar informações dessa natureza, já que a relevância jornalística impositiva não pode ser ignorada;

2º Atender à demanda imediata despertada, o que envolve descrever acontecimentos, orientar a ação e explicar aspectos imediatos;

3º Só depois de atendidos os dois passos iniciais a cobertura pode (e deve) expandir a percepção, comprometendo-se com as tarefas de interpretar e contextualizar e de destacar efeitos. A expansão da percepção pode ser orientada através da relevância jornalística tradicional ou da relevância jornalística afirmativa, cujos significados veremos a seguir.

## **II. Relevância jornalística tradicional**

A cobertura jornalística não é ocupada, a todo o tempo, pela urgência e inevitabilidade das relevâncias jornalísticas impositivas, na verdade, por mais que esses acontecimentos sejam memoráveis, valorizados e que sejam transformados em símbolos da ação jornalística, eles são uma pequena parte da produção. A maior parte do jornalismo é feita de maneira rotineira, a partir de planejamento e antecipação.

Quando os acontecimentos que se impõem à cognição não ocorrem, as notícias tendem a refletir o funcionamento regular da sociedade. Na relevância jornalística tradicional, a mais ampla das três dimensões, nos referimos, especificamente, à seleção e à hierarquização de acontecimentos que refletem o funcionamento típico da sociedade, que informam sobre mudanças inseridas no cotidiano da sociedade e que preparam o público/audiência para conviver e atuar coletivamente.

Diferente da dimensão anterior, esta relevância jornalística é muito dependente da especialização do profissional. Para executar a relevância jornalística tradicional não é suficiente o impulso cognitivo somado aos compromissos organizacionais de tratamento, investigação e hierarquização. Como essa relevância jornalística se refere a acontecimentos que se desenrolam de maneira estável em um espaço de tempo também estável, sua cobertura passa a demandar mais sofisticação técnica e estética, capaz de diferenciar o produto jornalístico da fala amadora.

A estabilidade das sociedades (que não indica ausência de problemas, mas consolidação de maneiras típicas de viver) demanda do jornalismo, enquanto serviço especializado de transmissão de informações, que esteja preparado não só para expor os

acontecimentos, mas também para interpretar, contextualizar e destacar os efeitos decorrentes, assim como para identificar instabilidades, desconfiar de situações suspeitas e buscar informações para além das transmitidas pelas fontes oficiais e habituais.

Assim, além do compromisso com o tratamento, a investigação e a comparação e hierarquização dos acontecimentos (que também atuaram sobre a relevância jornalística impositiva), a relevância jornalística tradicional demanda o compromisso institucional de compreensão da relevância jornalística e dos seus limites, os compromissos relacionais sobre a demanda cotidiana e estável de informações e um domínio da linha editorial da organização; e ainda os compromissos com a área temática e com as necessidades e anseios do público, conjunto de compromissos que pode estar mais ou menos evidentes a depender do acontecimento. Sobre as tarefas-demandas apresentadas ao conceito, a relevância jornalística tradicional deve ser processada de modo a explorar a interpretação e a contextualização e a destacar os efeitos e não apenas os fatos.

Em resumo, a relevância jornalística tradicional é a que mais se afasta do uso genérico da relevância jornalística, pois nela se explora a preparação dos jornalistas para lidar com os instrumentos que estão a sua disposição. A consolidação do jornalismo como instituição, nas sociedades modernas, atua no sentido de garantir aos jornalistas e veículos acesso privilegiado a fontes e a espaços de recolha que, muitas vezes são inacessíveis ao cidadão. Além disso, a profissionalização dos jornalistas demanda que, mais do que um cidadão bem-informado, o profissional esteja apto para informar sobre tendências, que ainda não se materializaram, mas que envolvem a realidade social.

Um membro da audiência muito interessado em política ou em um time de futebol, por exemplo, pode saber informar quem são os ministros de cada área e quais foram as suas últimas ações; assim como quais são os jogadores titulares e reserva, qual a situação financeira do clube e quais as necessidades e possibilidades de novas contratações. Do jornalista espera-se mais do que isso.

O membro da audiência interessado em política espera que o seu veículo de comunicação o informe sobre os bastidores da administração, que indique como está a relação dos ministros com a presidência e até que antecipe a possibilidade de demissões e de substitutos. Da mesma forma, o torcedor apaixonado, quer saber do seu jornalista esportivo se movimentações estão sendo feitas para a compra do passe de algum jogador, se o atleta que se machucou na última partida treinou normalmente (em treino que foi

fechado ao público, mas aberto à imprensa). Nos dois casos, a audiência espera também que o jornalista avalie ou contacte alguém capaz de avaliar o perfil de um novo ministro, a assertividade da compra do passe de um jogador e as implicações dessas ações.

Na relevância jornalística tradicional, que envolve a maior parte do conteúdo cotidianamente produzido, o público confia e espera dos jornalistas que estejam atentos ao que eles não podem observar, por falta de acesso, pela incompatibilidade com os seus afazeres cotidianos ou pela falta de competência para avaliar, apurar e tratar a relevância jornalística de um acontecimento. Além da demanda por preparação, antecipação e aprofundamento, a relevância jornalística tradicional ainda se caracteriza pela amplitude.

São considerados acontecimentos adequados ao jornalismo, por exemplo, as ações dos poderes executivo, legislativo e judiciário, assim como a ação das polícias e do Ministério público, os campeonatos esportivos, os eventos culturais, o trânsito de carros, os crimes, as campanhas de vacinação, a previsão do tempo e o mercado de compra e venda de bens, juntamente com as implicações trabalhistas e produtivas. Esses e muitos outros acontecimentos não são capazes de forçar a cognição, mas, na sua regularidade, respondem a demandas cotidianas e estáveis.

A fim de viver em sociedade, as pessoas demandam informações, que mesmo não sendo memoráveis e indiscutíveis, são úteis para continuar ou contextualizar ou ainda adequadas para despertar afetos, para o dispêndio e para ser material para conversas e interações. Em resumo, essa dimensão especializada da relevância se refere ao que é considerado jornalisticamente adequado porque interfere no desenrolar cotidiano da vida dos sujeitos e porque reflete os saberes e as hierarquias sociais.

Quanto à definição, *relevância jornalística tradicional é um sistema de seleção e hierarquização que avalia acontecimentos como mais ou menos adequados ao jornalismo em função de sistemas de valores socialmente estabelecidos*. Na relevância jornalística tradicional, nos referimos a outra dimensão da relevância jornalística, que se caracteriza pela previsibilidade e pela adequação do jornalismo à lógica social do mundo da vida (SCHUTZ, 2012), isto é, à maneira típica de ordenar a vida em sociedade, bem como às lógicas particulares das áreas temáticas em que os acontecimentos se desenrolam.

A ação da relevância jornalística tradicional depende, dessa forma, de um conhecimento das estruturas lógicas de funcionamento da sociedade, assim como de uma preparação para lidar com a variedade de acontecimentos de maneira eficiente,

compatível com a capacidade de cobertura do veículo e com a demanda estável do público. O alto grau de simbolização das relações sociais pode demandar também que nessa relevância a capacidade de afetar e, principalmente de ser útil, seja explicitada. Diferente da relevância jornalística impositiva, cuja capacidade de afetar e a utilidade é não só óbvia, mas também instintiva, a relevância tradicional pode demandar uma ação didática do jornalista, no sentido de esclarecer afetos e/ou utilidades.

Em virtude da quantidade de temas, da demanda por aprofundamento e análise e da eventual necessidade didática, o trato dessa dimensão da relevância não se inicia no acontecimento: a estrutura produtiva dos veículos, a formação e especialização dos profissionais, o banco de fontes e a boa relação com elas, além do estabelecimento de espaços de recolha são exemplos de estruturas produtivas que são anteriores aos acontecimentos e que servem para processá-lo de maneira refinada e profissional.

A pré-valorização de áreas temáticas e a organização produtiva do veículo em função da eficiência são vistos como instrumentos úteis ao uso especializado da relevância jornalística tradicional. Ainda assim, uma ressalva é necessária: essa estrutura prévia não pode ser transformada em ideal que dispensa justificativas. Mesmo na relevância tradicional com suas demandas específicas e estáveis, a relevância jornalística continua sendo um sistema dinâmico em função do público/audiência, de forma que cabe ao jornalista evidenciar as funções da relevância e procurar, mesmo em oposição ao hábito, novas e melhores formas de oferecer os acontecimentos considerados adequados.

Seguindo a organização estabelecida ao tratar da relevância jornalística impositiva, também podemos listar a ordem dos procedimentos necessários a essa dimensão da relevância jornalística especializada:

1º Estruturar áreas de preferência em função da vida social e da audiência-alvo;

2º Preparar os jornalistas para a cobertura das áreas de preferência o que implica formação, contato com fontes, conhecimento da área temática, domínio dos instrumentos particulares de cobertura e atenção as demandas específicas da audiência-alvo.

3º Atender a demanda imediata de acontecimentos ligados a vida cotidiana e oferecer acontecimentos que, além de comprometidos com o modo de fazer da organização jornalística, são explorados como fatos e como efeitos, interpretados e

contextualizados, conjunto de processos que diferencia a informação jornalística da informação não especializada.

4º Explorar demandas sociais não explícitas e propor acontecimentos relevantes para a sociedade apesar de pouco demandados, contribuindo para ampliar a compreensão da audiência do funcionamento de instituições e áreas sociais.

Mesmo parecendo mais longa, devido a existência de quatro etapas, a relevância jornalística tradicional tende a ser processada de maneira mais rápida do que a relevância impositiva, isso porque as duas primeiras etapas já estão prontas e são acumulativas, uma vez estruturadas as áreas de preferência e preparados os jornalistas, eles estarão prontos para uma grande variedade de acontecimentos. Além disso, as etapas três e quatro podem ser utilizadas isoladamente, de forma que um acontecimento pode solicitar, de maneira imediata, apenas uma das etapas. Assim, mesmo que seja requerido um trato complexo e aprofundado para os acontecimentos, na relevância jornalística tradicional os jornalistas possuem instrumentos e estruturas previamente adequadas capazes de tornar essa forma de avaliação e de processamento facilitada e estável.

### **III. Relevância jornalística afirmativa**

Enquanto a relevância jornalística impositiva responde ao funcionamento da cognição e a relevância jornalística tradicional responde e dialoga com a sociedade, a relevância jornalística afirmativa se caracteriza por uma ação propositiva com foco no futuro, seja com a finalidade de contribuir para modificar uma realidade estabelecida ou com o intuito de estimular novas práticas. De uma forma ou de outra, esse processamento da adequabilidade dos acontecimentos se diferencia das demais por ser necessariamente propositiva, por não necessitar de um vínculo com variações particulares no ecossistema e por se associar a um projeto de sociedade que o jornalismo decide apoiar.

Nessa dimensão da relevância jornalística especializada, é fortalecido o papel do jornalismo como ator social. Se nas demais dimensões é possível (ainda que não recomendável) insistir em um jornalismo que funciona como espelho, de maneira apenas reativa, na relevância jornalística afirmativa os veículos e os jornalistas atuam deliberadamente agendando debates, destacando problemas sociais e propondo reflexões, que não precisam ser justificados por um acontecimento particular.

A morte de uma pessoa negra em um caso evidente de abuso de poder e excesso de força pela polícia, é um acontecimento jornalístico particular que pode nos ajudar a ilustrar essa dimensão da relevância jornalística. Tal acontecimento pode ser considerado adequado ao jornalismo tanto através da dimensão impositiva quanto da tradicional. Se o acontecimento comove a população, é disseminado com o auxílio das redes, desperta afetos (revolta, raiva, medo, indignação) e gera reações diversas, acionará um sistema impositivo de relevância jornalística, isto é, se tornará um assunto inevitável, como foi o caso George Floyd, ocorrido em maio de 2020 nos Estados Unidos da América. Por sua vez, se o ocorrido não consegue destaque, o veículo pode acionar um processamento tradicional da relevância, descrever o fato como um caso de “erro” policial ou aprofundar a sua cobertura e consultar especialistas que interpretem e contextualizem a ocorrência.

Em ambos os casos, o acontecimento pode ser utilizado como justificativa para que seja produzido conteúdo jornalístico ocupado exclusivamente em discutir temas estruturantes na sociedade, como o racismo institucional e o genocídio da população negra. Embora esse aprofundamento seja válido, é preciso reconhecer que a discussão permanece vinculada ao caso, tendendo a ser interrompida logo que o assunto é substituído por outro acontecimento tradicionalmente ou impositivamente relevante.

O racismo e suas repercussões violentas só voltam a ser tema de debate nos veículos de comunicação quando há outro vínculo imediato, ou seja, quando outro caso ocorre, quando um documento revela a quantidade de pessoas negras mortas em um ano, quando uma personalidade sofre racismo ou quando uma data comemorativa justifica o assunto, como no Brasil, que costuma discutir o racismo e as contribuições das pessoas negras para o país em todo dia 20 de novembro. Ocorre, entretanto, que nenhum problema social pode ser efetivamente compreendido se sua discussão não puder avançar para além dessa lógica fragmentada, que trata os acontecimentos como se aparecessem e desaparecem de tempos em tempos e não como uma constante social.

Tomando o problema social como fragmento ou fato, é comum que se dissemine uma reivindicação por providências limitadas. Assim, nos melhores casos, há a impressão de que a situação foi solucionada quando um agressor é condenado pela justiça ou quando uma família é indenizada, mas pouco é feito a respeito da situação social, isto é, da realidade que torna o caso em evidência um problema que nem é particular, nem é atípico.

Exemplificamos a situação com referência ao racismo, mas poderíamos fazer o mesmo com outras questões sociais que precisam ser evitadas, como casos de feminicídio, transfobia, falta de saneamento básico, evasão escolar, violência policial, falta de estímulo à economia local, falta de cuidado com o meio ambiente. Também poderíamos fazer referência a situações que a sociedade deve incentivar como formas de construir uma ação política renovada e transparente, formas de tornar acessíveis instituições e espaços sociais para pessoas com deficiências, entre muitos outros. Esses casos são exemplos de problemas sociais que devem ser resolvidos ou realidades sociais que devem ser alcançadas e são eles o objeto da relevância jornalística afirmativa, isto é, temas cuja relevância jornalística independe de uma relação mais imediata com o tempo, mantendo-se atuais não por uma variação no ecossistema, mas pela permanência de uma situação.

Assim, com a relevância jornalística afirmativa chamamos a atenção para a possibilidade de os veículos de comunicação atuarem de maneira propositiva, afirmando a relevância jornalística de temas que são estruturantes da sociedade, mesmo que não exista um evento que os acione. No lugar da reação a um fato, nos referimos a adoção de pautas que não precisam esperar assuntos se tornarem evidentes. Quanto à definição, podemos afirmar que *relevância jornalística afirmativa é um sistema de seleção e hierarquização de temas cuja capacidade de afetar a sociedade seja notória, acionado de maneira voluntária e relativa a um projeto de sociedade apoiado pelo veículo.*

Essa dimensão da relevância se opõe à relação imediatista do jornalismo com o tempo, reivindicando, conforme Franciscato (2014), uma relação mais ampla com a atualidade, que pode ser associada à existência de situações socialmente relevantes. A relevância jornalística afirmativa ainda incentiva uma relação entre o jornalismo e um projeto de futuro não imediato.

O conceito de relevância jornalística afirmativa se apropria da capacidade dos meios de comunicação de gerar acontecimentos, nas sociedades midiaticizadas, para fazê-lo em benefício da sociedade. Na aplicação da relevância jornalística não nos referimos apenas aos gêneros denominados opinativos, mas também a notícias, reportagens e entrevistas capazes de chamar a atenção e de informar sobre dramas banais, que de tanto se repetirem tem perdido a capacidade de impressionar, mas não de causar impacto na sociedade. Em outros termos, a relevância afirmativa propõe ao jornalismo ultrapassar a banalização de temas sociais e de conduzir a atenção para eles.

Apesar de não se submeter aos acontecimentos e de focar o futuro, a relevância jornalística afirmativa não ignora as formas tradicionais de compreender a atualidade ou os acontecimentos tradicionais e impositivos, o que a diferencia, entretanto, é que ela tenderá a enquadrar esses acontecimentos à lógica afirmativa e não os processar em função do seu desgaste temporal comum.

Nessa dimensão, a especialização dos jornalistas não é tão influente quanto na relevância jornalística tradicional, nem tão secundária quanto na relevância jornalística impositiva. O processamento da relevância jornalística afirmativa envolve uma relação negocial entre os saberes especializados dos jornalistas e os saberes especializados desenvolvidos nas áreas temáticas afirmadas. A longo prazo, essa negociação almeja transformar-se em uma área de preferência tradicional, seguindo o movimento típico da sociologia crítica (HABERMAS, 2011), que parte dos saberes sociais, os reelabora (no caso do jornalismo se apresenta como espaço de reunião e debate dos atores sociais), e retorna com os saberes transformados para a sociedade.

Para contribuir com esse movimento social, a relevância jornalística afirmativa requer dos veículos de comunicação ao menos três compromissos adicionais aos compromissos gerais. Primeiro, é preciso selecionar e explicitar as causas ou políticas afirmativas apoiadas. Entre os diversos temas de notória capacidade de afetar a sociedade, os veículos de comunicação não podem aprofundar o debate sobre todos, devendo escolher um ou alguns aos quais se vincular. Como o exercício proposto nessa relevância jornalística envolve especialização e desnaturalização de realidades tradicionais, dificilmente seria possível realizá-lo com sucesso em mais do que poucos temas por vez.

Ao tornar explícitos os seus temas afirmativos, os veículos ainda reforçam o seu vínculo com setores da audiência interessados no aprofundamento das mesmas discussões. A audiência, inclusive, pode ser utilizada para a seleção das temáticas afirmadas, de forma que o exercício da relevância jornalística afirmativa represente não só a contribuição do jornalismo para o amadurecimento da sociedade, mas também uma forma de estreitar a relação entre o veículo e sua audiência.

O segundo compromisso específico à relevância afirmativa é o de construir redes de relacionamento semelhantes às que existem para a relevância jornalística tradicional. É necessário que os jornalistas tenham acesso e concedam espaço para movimentos sociais, estudiosos, ativistas, organizações não-governamentais e mesmo governamentais

(em alguns casos) que se dediquem aos temas cuja relevância o veículo decide afirmar, bem como que desenvolvam outras formas de descobrir narrativas e seus personagens.

Uma diferença fundamental entre essas redes e as redes utilizadas na relevância jornalística tradicional é a falta de uma estrutura previamente habilitada ao contato com os veículos de comunicação. Enquanto os espaços tradicionais de recolha de informação possuem assessorias de comunicação, fontes com treinamento específico e uma compreensão da lógica funcional do jornalismo, as redes a serem formadas para a relevância afirmativa podem contar com uma realidade comunicativa incipiente. Em muitos casos, estamos nos referindo a fontes que passarão a ter uma primeira experiência de contato com jornalistas, o que implica um relacionamento a ser negociado: não só os jornalistas apresentarão seus compromissos institucionais, organizacionais e do fazer-possível, mas os grupos apresentarão suas prioridades, lógicas de funcionamento e amadurecimento temático anterior a lógica midiática.

O terceiro compromisso específico que desejamos destacar se refere a manutenção de uma regularidade e progressão em relação ao tema afirmado. Para atingir o objetivo particular de destacar a utilidade e/ou afetividade de temas que costumam ser esquecidos ou subvalorizados é necessário, como dissemos, que a discussão não seja pontual, mas que se prolongue e que o faça seguindo um projeto de compatível com a realidade temática.

Não estamos afirmando que o tema precise aparecer em todas as edições do veículo, nem que deve ser priorizado em relação a relevância tradicional ou impositiva (este último caso, inclusive, seria uma contradição em termos). O que a relevância jornalística afirmativa requer é que o planejamento dos veículos, em bases regulares, retome, reforce e procure avançar na discussão dos temas afirmados, buscando fatos, apresentando reflexões e sediando debates.

Na relevância jornalística afirmativa nos referimos, sem dúvida, a um esforço a ser acrescentado ao já caótico processo produtivo dos jornalistas. Ainda assim, defendemos sua importância em virtude do papel social do jornalismo, da demanda de incentivar um jornalismo propositivo e da necessidade de buscar novas formas de valorização do jornalismo e da sua relação com a audiência.

Assim como foi afirmado ao mencionar a relevância jornalística especializada, acreditamos que a relevância afirmativa pode ser compreendida e oferecida ao público

como um diferencial estratégico capaz de auxiliar o jornalismo no reposicionamento da sua oferta informativa. O acréscimo de trabalho oriundo da ação afirmativa dessa dimensão da relevância deve ser compensado pela redução de esforços em outras frentes, como a pulverização da descrição de acontecimentos já antecipados por outras formas de transmissão de informações. Em outros termos, compreendemos essa dimensão da relevância como um passo na direção da percepção do jornalismo como um curador de informações que privilegia a qualidade e a profundidade em detrimento da quantidade.

Antes de encerrar essa seção, devemos descrever ainda a relação entre a relevância jornalística afirmativa e os compromissos gerais e demandas. Nessa dimensão da relevância, o compromisso institucional com a compreensão e a busca de relevância jornalística é reforçado, mais do que na relevância tradicional, cuja busca por acontecimentos é limitada à extensão das áreas já estabelecidas, na relevância afirmativa a busca é mais ampla, ligada ainda a construção de novas tradições e de formas de perceber e valorizar a sociedade.

Assim como nas outras duas dimensões da relevância, essa também se vincula aos três compromissos organizacionais, isto é, desenvolver mecanismos de tratamento da relevância (neste caso compromisso mais acentuado do que nas outras dimensões); investigar os acontecimentos, pondo a relevância efetiva à prova; e comparar e hierarquizar, não só os acontecimentos qualificados pelo sistema afirmativo, mas também a relação destes com acontecimentos tradicionais e impositivos.

Os compromissos ligados ao fazer possível, por sua vez, são apenas parcialmente alcançados por essa dimensão. Por um lado, a relevância jornalística afirmativa atende a linha editorial da organização, sendo uma forma de potencializar e afirmar elementos ideológicos da identidade do veículo. Quanto ao compromisso de atender a uma demanda cotidiana e estável, por outro lado, não podemos afirmar que essa dimensão o satisfaz, na verdade, com esse exercício, o que o veículo pretende é agendar um tema novo ao balanceamento de forças dessa demanda.

Os compromissos ligados a convivência dos jornalistas com o público e com a área temática também são privilegiados por essa dimensão. A relevância jornalística afirmativa requer conhecer a área temática, o que nesse caso implica um esforço de formular caminhos para isso; em adição, ela também se compromete a atender aos anseios e necessidades do público/audiência, compromisso que requer ultrapassar a percepção

estereotipada do público e da sociedade e avançar para seus grandes temas, ainda que tenham sido por muito tempo banalizados.

Sobre as tarefas-demandas identificadas no início deste capítulo pelos números 2.5, 4.3 e 4.4, a relevância afirmativa atende a todas. Os acontecimentos vinculados a esse sistema particular de relevância, pela sua natureza, tendem a destacar efeitos e não fatos, a explorar a interpretação e a contextualização e, principalmente a incentivar um jornalismo propositivo. Essas demandas, como foi dito anteriormente, não podem ser atendidas simplesmente pelo conceito de relevância jornalística, devendo influenciar a utilização que é feita dele. Com essa dimensão, dessa forma, atendemos às últimas três tarefas, ao menos teoricamente.

Para encerrar essa seção, listamos a ordem de procedimentos necessários à relevância jornalística afirmativa:

1º Selecionar e explicitar um tema a ser afirmado;

2º Preparar canais de relação com fontes potenciais, preparar jornalistas, conhecer as especificidades da área temática, preparar uma agenda progressiva de temas e discussões;

3º Destacar fatos e propor discussões, debates, reflexões e análises estruturantes da sociedade conforme o tema, seguindo a agenda progressiva e regular de discussões;

4º Manter a regularidade das discussões, debates, reflexões e análises;

5º Enquadrar acontecimentos impositivos e tradicionais à lógica específica da relevância afirmativa, sempre que surgirem.

A lista de procedimentos evidencia uma quantidade maior de etapas para levar a cabo essa relevância. Diferente da dimensão tradicional, na qual a estabilidade das áreas reduzia o esforço de processamento, na dimensão afirmativa apenas o primeiro procedimento não precisa ser constantemente reforçado. O preparo dos canais de relacionamento, o destaque a fatos ignorados, a proposição e a regularidade da produção é um esforço constante, já que essa dimensão da relevância jornalística é necessariamente ativa e está em construção. A esses esforços, por fim, soma-se ainda a ação eventual de receber acontecimentos impostos e tradicionais e os inserir na lógica afirmativa.

#### 5.4. NECESSIDADE DE UMA RELEVÂNCIA JORNALÍSTICA EM TRÊS DIMENSÕES

Toda avaliação de relevância jornalística executada por um profissional da área deve reconhecer que há acontecimentos inevitáveis, cuja relevância remete a uma dimensão impositiva da cognição e que há disposições sociais tradicionais que orientam interesses e criam valorizações e necessidades típicas às vivências coletivas. Essas suas dimensões respondem a ordens distintas de orientação da relevância, respectivamente, as forças cognitivas/biológicas e as forças sociais tradicionais.

Essas duas ordens parecem dar conta da totalidade, isto é, fazem pensar que nossa avaliação de adequabilidade e valor conferida a um estímulo ou acontecimento se deve ora a natureza dos indivíduos, ora a sua disposição ao social. Algo aciona nossos sistemas de relevância porque é ou parece ser necessário à sobrevivência ou porque explora nossa cognição e nossa pressuposição de relevância relativa aos outros indivíduos (na dimensão natural), ou aciona nossos sistemas de relevância porque a vida social é baseada em acordos, contratos, normas e valores naturalizados, podendo ser percebidos e vivenciados, algumas vezes, como tão impositivos quanto os impulsos biológicos.

A sociedade tende a estabilidade das suas normas e valores, porque enquanto pudermos vamos “confiar no conhecimento que nos foi transmitido por nossos pais, professores, governantes, tradições, hábitos etc., mesmo que não entendamos sua origem e seu real significado” (SCHUTZ, 2012, p. 94). A estabilidade da naturalização da realidade social, como foi afirmado por Schutz (2012), se deve a sua utilidade para os sujeitos e ao fato de que a vida cotidiana é governada por motivos pragmáticos, como o desejo de ir de um ponto a outro usando um carro ou um elevador.

Essa disposição para uma atitude não questionadora da realidade social, entretanto, não é irremediável. A estabilidade é ameaçada quando os pressupostos deixam de valer, ou seja, quando os conhecimentos básicos, típicos e habituais já não permitem alcançar os resultados esperados, seja porque o mundo se altera, seja porque se alteram as expectativas dos sujeitos.

Em um organismo complexo como uma sociedade há, em muitos momentos e esferas, insuficiências e incoerências que se impõem ao viver tradicional. O surgimento de movimentos sociais, por exemplo, reivindicando a criação de legislação específica ou

o tratamento igualitário de grupos historicamente depreciados, é uma evidência de que a estabilidade da naturalização do mundo da vida pode (e deve) sofrer ameaças.

Quando destacamos, ao tratar da relevância jornalística tradicional, que a estabilidade das relações sociais não implica ausência de problemas, pretendíamos deixar previamente afirmado que a estabilidade da sociedade envolve consensos e dissensos, normas e violações, justiça e privilégio. Longe de ser um organismo que funciona de maneira harmônica, a sociedade, necessariamente, é sede de conflitos, avanços e retrocessos, em um processo lento de mudança e acomodação.

As reivindicações, disputas e conflitos ocorrem porque na sociedade há muito por ser feito e porque o que foi feito não tem garantia de permanência. Assim, em adição à relevância estimulada pela tradição e pela cognição, acrescentamos a atenção para a relevância estimulada pelos projetos futuros. Essa relevância que pode ser aproximada, na sua relação com a temporalidade, à relevância hipotética de Schutz e Luckmann (2003), e propõe outra relação com a sociedade. Enquanto a relevância tradicional privilegia a capacidade social de estabilizar-se repetindo saberes comuns (sem a qual a sociedade se desintegraria), a relevância afirmativa privilegia o processo de transformação, que também é parte da vida social.

Voltando à relevância jornalística especializada com mais destaque, afirmamos que as relevâncias jornalísticas impositivas e tradicionais não são suficientes para lidar com a sociedade e com a demanda informativa do público/audiência, uma vez que além dos impulsos e comportamentos tradicionais, os sujeitos sociais ainda possuem metas de longo prazo, são ou serão atingidos por problemas sociais e podem ter a vida melhorada ou piorada pelas lentas modificações que fazem parte da sociedade.

Na relevância jornalística afirmativa, dessa forma, defendemos a participação do jornalismo nos processos de transformação da sociedade, como ator e instituição que possui um papel a cumprir: o de sediar e disseminar informações e discussões que podem ser ignoradas pela tendência naturalizadora da sociedade ou pela pequena diversidade de vozes habilitadas ao debate público, apesar de serem notoriamente capazes de despertar afetos e/ou utilidades.

A relevância jornalística afirmativa, especificamente, é necessária porque permite ao jornalismo atentar para as variações das sociedades, tomando-as como estrutura transitória, da qual participa e na qual pode atuar, contribuindo também para

afastar-se do já desacreditado papel de espelho da realidade. Ela ainda é necessária porque amplia a noção de atualidade, reduzindo a submissão do jornalismo ao tempo imediato, bem como a insensibilidade quanto a problemas sociais estáveis. Outra razão da sua necessidade é a capacidade de incentivar um jornalismo propositivo, em oposição ao jornalismo refém das variações no ecossistema e das forças sociais já estabelecidas. Por fim, a última razão que apresentamos para justificar a necessidade de uma relevância jornalística afirmativa é a sua contribuição para explorar formas alternativas de funcionamento do jornalismo, que como já foi dito, é importante diante da crise de credibilidade e de autocompreensão da prática.

Em adição a essas razões que justificam a validade de uma relevância jornalística afirmativa, adicionamos razões para que se utilize a relevância jornalística especializada nas três dimensões discutidas. Em conjunto, as relevâncias impositiva, tradicional e afirmativa são capazes de respeitar a natureza da relevância, como dinâmica seletiva geral, e a sua função particular e jornalística. As três dimensões ainda se adequam a sociedade e as suas demandas estáveis que contribuem para o jornalismo, como instituição e lógica de funcionamento, assim como para o bom funcionamento da sociedade, mas o faz sem, no entanto, ignorar o compromisso com o público/audiência e com as suas necessidades de alterar essa mesma sociedade.

Entre a relevância tradicional e a relevância afirmativa realiza-se, inclusive, parte da função crítica apontada como objetivo secundário do conceito de relevância jornalística, já que o primeiro grupo trata de descrever e contribuir para a estabilidade do conhecimento social e o segundo toma esse mesmo conhecimento como questionável; se faz sede de processos de discussão, que já existem em setores sociedade; e os transmite de maneira amplificada para grupos maiores, com o intuito de disseminar saberes e discussões. A relevância jornalística tradicional é o espaço por excelência da ordem, que só pode ser válida e sustentável se acompanhada da relevância jornalística afirmativa, um espaço que se dedica por excelência a questioná-la.

## 6 CONCLUSÕES

O percurso de pesquisa materializado nesta tese partiu do objetivo principal de desenvolver um conceito de relevância jornalística a ser utilizado para orientar perspectivas de análise de pesquisadores e jornalistas para o processo de seleção e hierarquização de acontecimentos que são transformados em notícia, bem como para avaliar e criticar notícias prontas e acontecimentos que foram preteridos pelos jornalistas. A dimensão crítica foi considerada essencial, desde o início, pois além de comunicar e externalizar o saber que orienta a seleção, o trabalho objetivava que o conceito pudesse ser utilizado também para julgar a adequação das seleções e hierarquias a uma normatividade de referência.

O desenvolvimento do conceito, dessa forma, esteve vinculado ao objetivo principal de elaborar um saber e a um potencial aplicado. Quanto ao interesse básico, desejávamos definir, com o auxílio de teorias da relevância e da tradição jornalística de selecionar acontecimento, **o que é relevância jornalística**. E quanto ao potencial aplicado, pretendíamos tornar possível a utilização do conceito como referência para avaliações críticas do trabalho efetivamente realizado, dos enredos de valores-notícia à disposição e de potencialidades não efetivadas pelos jornalistas ou pelos pesquisadores.

O trabalho pretendeu partir dos saberes consolidados no campo jornalístico, reexaminá-los com o auxílio das literaturas de referência, e voltar ao campo com um conceito inédito de relevância jornalística disponível para complexificar a percepção da prática, tanto quanto para oferecer fundamentos para avaliações e modificações do fazer. Esse interesse orientou não só as etapas de estudo, mas também foi o responsável pela maneira como o pensamento foi materializado neste escrito.

Na seção introdutória, apresentamos essa pretensão, juntamente com discussões prévias que localizavam o interesse de pesquisa em relação a questões epistemológicas e metodológicas mais amplas, mas que não poderiam ser desconsideradas. O raciocínio epistemológico foi utilizado para defender e esclarecer a possibilidade de conceber uma relevância com validade social, além de sinalizar que, no jornalismo, a relevância social é não só uma possibilidade, mas também uma afirmação identitária. Os saberes metodológicos, por sua vez, orientaram a elaboração do conceito, com base em uma

pedagogia filosófica (DELEUZE; GUATTARI, 2010), que também contribuiu para a estrutura capitular apresentada.

Depois de apresentar o interesse de pesquisa e explorar algumas conexões preliminares, o trabalho seguiu para o estudo e a exposição da tradição acadêmica em torno da seleção dos acontecimentos jornalísticos. De início, foram expostos textos com valor histórico e uma especial utilidade para pensar os processos de seleção fora da lógica produtiva contemporânea. Na sequência, foram apresentados conceitos essenciais, divergências e problemáticas envolvidas nessa tradição acadêmica. Essa seção contribuiu para o percurso argumentativo com os conceitos de acontecimento jornalístico e valor-notícia, partes estruturantes do conceito de conceito de relevância jornalística, além de ter orientado a atenção para o conceito de público, que foi aprofundado na sequência.

A seção seguinte se dedicou às teorias da relevância. As duas tradições exploradas funcionaram como campos teóricos capazes de auxiliar a compreensão de escolhas e a atribuição de valor em diversas situações cognitivas e sociais. Essas teorias gerais da escolha e da valorização tiveram o intuito de ser referência para os processos específicos de escolhas e de atribuição de valor que ocorrem na seleção dos acontecimentos jornalísticos. É resultado desse momento da discussão a compreensão da relevância, com destaque para sua natureza e função geral.

A seção quatro foi dedicada à aproximação entre o campo jornalístico e as teorias da relevância, iniciando o processo de acúmulo ou coincidência a ser consolidado na estrutura do conceito. Ao observar valores-notícia recorrentes na tradição acadêmica, percebemos uma clara correspondência aos saberes das teorias da relevância, evidenciando que a mesma natureza seletiva atua em ambos.

Da quarta seção, surgem as primeiras conclusões que desejamos evidenciar: a compatibilidade entre as teorias da relevância e os saberes de seleção dos acontecimentos jornalísticos e o teor limitado com que as tradições jornalística de pesquisa e de aplicação concebem e utilizam as possibilidades de seleção. A compatibilidade entre as formas de selecionar estímulos diversos, que é estudada nas duas teorias da relevância, e entre as formas de selecionar e hierarquizar acontecimentos jornalísticos é útil não só para os interesses específicos deste trabalho, mas também para estimular outros estudos que podem utilizar essas tradições de pesquisa, pouco conhecidas no campo Jornalístico, como fonte adicional de conhecimentos para compreender a atribuição da valor do

público, a demanda informativa do público, a confiabilidade atribuída a fontes e estímulos comunicativos, o descompasso entre demandas do público e a tradição jornalística, dentre outros problemas e questões.

Em adição, a observação dos valores-notícia a partir das teorias da relevância também nos levou a concluir que os processos jornalísticos de seleção e hierarquização de acontecimentos avaliam relevância de maneira limitada. Sendo a relevância uma dinâmica de seleção dependente de quem a manipula, isto é, das limitações e potencialidades dos seus avaliadores, pudemos diagnosticar que a avaliação de relevância orientada aos jornalistas não tem feito uso dos desenvolvimentos teóricos-conceituais do próprio Jornalismo e das Humanidades como conhecimentos à mão capazes de modificar a seleção dos acontecimentos.

A avaliação de relevância realizada pelos jornalistas se submete ao hábito e à cognição, assim como o processamento geral da relevância tende a funcionar no mundo da vida (SCHUTZ, 2003). A avaliação de adequabilidade dos acontecimentos utiliza sistemas de relevância reativos, factuais e dependentes. Não explora a capacidade interpretativa da relevância, que permitiria ir além da identificação de um tema e da sua dimensão motivada, assim como não explora a relação da relevância com interesses futuros da sociedade.

Apesar de o jornalismo se apresentar ao público, e se legitimar socialmente, como instituição responsável e especializada na seleção e hierarquização os acontecimentos que devem receber existência pública na forma de notícias, esse ato seletivo e hierárquico não é priorizado como um saber que deve especializar-se, mas sim desenvolvido como uma repetição valores e tipificações, aos quais se dedica pouco questionamento. Nem mesmo a tradição de pesquisa sobre a seleção dos acontecimentos, trabalhada na segunda seção, é refletida com densidade nas listagens de valores-notícia realizada pelos autores.

As concepções distintas das potencialidades jornalísticas, quanto ao processo de seleção, são interrompidas diante da demanda concreta de apresentar valores que ordenem a prática. Alguns autores compreendem os valores-notícia como causas do agendamento social (cenário em que o jornalismo é percebido como uma instituição ativa), outros os compreendem como consequências de hierarquias sociais prévias (cenário em que o jornalismo é uma instituição secundária na construção de temas), mas esses dois grupos

apresentam valores-notícia pouco diferenciados, que repetem estruturas de seleção visualizadas em períodos anteriores ao modelo de jornalismo aplicado hoje e mesmo anteriores ao jornalismo, como conceito e instituição.

São comuns trabalhos que utilizam esses valores-notícia para descrever e interpretar coberturas, bem como para diagnosticar o desequilíbrio no trato de temas ou para delinear abordagens gerais dos veículos. Por meio dos valores-notícia disponíveis é possível estudar coberturas jornalísticas e observar padrões e repetições que podem passar despercebidas para os produtores ou que podem ser sintomáticas e válidas das interferências de forças não jornalísticas no processo de seleção e hierarquização de acontecimentos, o que confere validade e importância para essas investigações.

O que é incomum, entretanto, e que motivou a iniciativa deste trabalho, são reflexões que problematizem não o uso dos valores-notícia disponíveis, mas os próprios valores-notícia. Falta questionar sua origem, a razão para sua existência e permanência, a sua relação com o resultado do trabalho jornalístico e com a função social da prática. Em geral, é preciso pensá-los para além da sua função técnica e da sua necessidade operacional e passar a investigar sua função e conexão teórica com a prática.

Essas conclusões prévias e diagnósticas somadas aos estudos da relevância e aos conhecimentos teóricos da tradição jornalística de selecionar acontecimentos possibilitaram, então, formular um conceito de relevância jornalística. O conceito e o seu desenvolvimento são a principal conclusão oferecida pela pesquisa, em adição a ele, os tópicos seguintes mencionarão também a conclusão de que a relevância jornalística é um sistema de uso não limitado aos jornalistas e a subdivisão da relevância jornalística especializada em três dimensões, com o intuito de melhor atender aos compromissos e tarefas apresentados.

### **1) Relevância jornalística como sistema de avaliação da adequação dos acontecimentos aos público/audiência**

Respondendo ao objetivo geral que conduziu esta tese, a principal conclusão e resultado a ser apresentado é a proposta de um conceito identificador e normatizador para a relevância jornalística como saber particular. Antes de discutir a natureza e a função

desse conceito e os seus benefícios para o campo, precisamos observar uma questão terminológica referente aos termos relevância e relevante.

O substantivo relevância e o adjetivo relevante foram utilizados ao longo das obras de referência como ordem avaliativa e como resultado da avaliação, respectivamente. Em todas as principais referências desta tese, citadas ao longo do processo argumentativo, falar em relevância é falar em um procedimento cognitivo de escolha ou de priorização. O adjetivo relevante, por sua vez, foi referido em muitos momentos como qualidade, conferida a um estímulo, um fato ou um tema.

Ser relevante, nesse contexto, significa ter sido julgado adequado pelo processamento seletivo que é a relevância. Com a relevância jornalística, essa distinção não é diferente. Assim, é possível classificar uma notícia como relevante ou aprovar a um acontecimento como relevante para o jornalismo, mas isso não implica uma qualidade fixa na notícia ou no acontecimento, mas o resultado do processo de avaliação denominado de relevância jornalística.

Uma formulação correta, apesar de pouco esclarecedora, seria a de que a relevância jornalística é um sistema avaliação que julga o que é mais ou menos relevante. Para fugir desse ciclo confuso (em que o relevante é o resultado da relevância e a relevância é o que classifica o relevante), preferimos, no conceito, priorizar a utilização de um termo mais genérico. Afirmamos que a relevância é um sistema de seleção e hierarquização de acontecimentos que os avalia como mais ou menos *adequados*, em virtude da capacidade de despertar afetos ou de ser pertinente para os interesses de continuar e contextualizar do público/audiência.

No âmbito jornalístico, dessa forma, relevante é a qualidade do que desperta afetos ou é útil ao público/audiência, graduada pela dimensão dos afetos ou da utilidade e limitada pelo desgaste energético e pelas disponibilidades dos sujeitos. Iniciamos este tópico por essa observação para justificar a utilização do termo “adequado” na elaboração conceitual e para esclarecer que é possível falar em notícia relevante, mas não em notícia que tem relevância. Ultrapassada essa explicação, podemos retomar o conceito de relevância jornalística.

Conforme materializado na elaboração textual, concluímos que a relevância jornalística, de fato, se comporta como uma aplicação particular de uma relevância geral, isto é, como um processamento específico em que a natureza da relevância é exposta a uma finalidade e realidade localizada. Quanto a natureza, percebemos que a relevância

jornalística funciona como uma dinâmica de seleção e hierarquização, que pode ser despertada de maneira voluntária ou involuntária, e que é variável e dependente não só do sujeito que a manipula e das suas disponibilidades, mas também do ambiente em que esse sujeito está inserido, tal qual a relevância geral. A função específica, por sua vez, diz respeito ao objeto manipulado e um objetivo característico. A dinâmica de seleção não se debruça sobre qualquer estímulo, mas sobre acontecimentos, e os processa com o intuito de julgar a sua capacidade de despertar afetos ou de contribuir para continuar a vivência social em curso e para ampliar ou aprofundar conhecimentos e interesses do público/audiência.

A elaboração do conceito em torno de uma natureza geral e de uma função específica repercute em um conjunto de possibilidades e capacidades que devemos mencionar. Entre elas destacamos a) a possibilidade de desempenhar uma função crítica; b) a capacidade de vincular a seleção dos acontecimentos à percepção do jornalismo como uma instituição que desempenha um papel na sociedade; c) a possibilidade de afastar a seleção dos acontecimentos de características limitadas aos fatos; d) a capacidade de relativizar o ato seletivo sem comprometer análises concretas; e e) a possibilidade de externalizar a percepção dos processos.

#### **a) A capacidade crítica do conceito**

A perspectiva de crítica que este trabalho utiliza se liga ao filósofo Jürgen Habermas e a sua compreensão da crítica sustentada em uma racionalidade argumentativa e, antes disso, em acordos e consensos que são compartilhados socialmente na experiência coletiva e intersubjetiva do mundo da vida. Para o autor, são as normas, os fundamentos e os saberes do senso comum que funcionam como o ponto de partida da crítica, além de serem seu ponto de chegada, já que uma crítica da sociedade deve tomar os saberes compartilhados como origem e como destino das elaborações construídas.

De acordo com Habermas (2011), conforme mencionado na seção de introdução, o sucesso dos meios de comunicação de jornalística se mede pela correspondência e proteção do caráter autorreferenciado, o que é semelhante ao vínculo contratual mencionado por Alsina (2009) e às relações sociais concretas de Hackett (1999). Todas essas perspectivas permitem visualizar a seguinte relação: de um lado, a instituição jornalística se apresenta à sociedade como capaz de selecionar e hierarquizar os

acontecimentos mais relevantes e oferecê-los ao público/audiência (afirmação ratificada por muitas organizações, a fim de promover-se); do outro, a sociedade espera e depende de que o jornalismo o faça, devolvendo à instituição não só um sistema de credibilidade e a capacidade de influenciar o cotidiano, mas também uma série de instrumentos e permissões não concebidas a outras instituições.

Em conjunto, a oferta/promessa da instituição jornalística e a expectativa do público/audiência estabelecem uma relação contratual que é especialmente cara para este trabalho. Só é possível conceituar relevância jornalística e apresentar esse conceito como um arranjo válido para criticar a execução da prática porque ela é um sistema e uma relação previamente existente. O conceito de relevância jornalística não inaugura uma ideia, nem apresenta uma proposta de ação, na verdade, esse conceito dá nome a relações antigas e tradicionais, que têm sido executadas sem nome e sem a problematização devida, mas que têm sido executadas.

A elaboração do conceito de relevância jornalística, em torno da sua natureza e da sua função, advém, portanto, do interesse de nomear essa existência prévia pelo que ela é pelo que ela faz. Assim, ao expor a natureza da relevância jornalística (como uma dinâmica de seleção e hierarquização, despertada de maneira voluntária ou involuntária, variável e dependente do sujeito e das suas disponibilidades e ainda do ambiente em que esse sujeito está inserido) e a função da relevância jornalística (julgar a capacidade dos acontecimentos de contribuir com um público/audiência afetando-lhe ou sendo-lhe útil) a crítica se torna possível porque esses dois elementos se apresentam como possibilidade de normativa, ou seja, como ideal a ser buscado.

Certamente, esse ideal não implica uma perspectiva estática sobre o jornalismo. Se, em discussões posteriores, for possível compreender que a dinâmica seletiva, que chamamos de relevância jornalística, possui uma natureza ou uma função distinta do que é descrito aqui, isso implicaria uma alteração na referência normativa. Mesmo ao longo do processo argumentativo desta tese, foi possível perceber uma alteração desse tipo.

Ao tratar da função da relevância jornalística, acrescentamos à tradição habermasiana, evidentemente racionalista e compatível com a associação entre relevância e utilidade, uma função afetiva da relevância jornalística, incorporando o questionamento de Safatle (2015) à crítica conforme Habermas. Em alguma medida, todavia, esse acréscimo reforça o percurso metodológico utilizado pelo filósofo alemão, já que vem

dele a orientação de buscar nas relações socialmente estabelecidas o fundamento da crítica e da normatividade. Assim, é porque a sociedade espera que o jornalismo considere também os seus afetos e ofereça acontecimentos capazes de afetar, que a relevância jornalística não pode desconsiderar essa função.

Em resumo, um dos resultados dessa elaboração conceitual é, portanto, a afirmação de uma lógica baseada no estabelecimento de compromissos e no seu cumprimento. O conceito se oferece como ferramenta para avaliações críticas não por ser perfeito, mas por remeter a essa lógica, por chamar a atenção para o fato de que a seleção e a hierarquização dos acontecimentos jornalísticos é um exercício que possui uma natureza e uma função e pode ser cobrada ou repensada nesses termos, já que é pactuada como contrato ou autorreferência normativa.

#### **b) O conceito e o papel social do jornalismo**

Numa concepção positivista da sociedade, o jornalismo pode ser entendido como instituição responsável por informar o que é importante e interessante, sendo esse o seu papel. Ao rejeitar a crença na objetividade positivista, bem como a importância e o interesse como características não-dependente dos grupos sociais, a instituição jornalística também precisa ser pensada em outros termos.

A questão passa a ser: se não existe a possibilidade de transmitir a realidade tal qual ela se desenrola, nem de identificar dimensões objetivas de importância e interesse, qual é o papel social do jornalismo na oferta de acontecimentos? A essa questão, o conceito de relevância jornalística responde como a mesma relação contratual já mencionada: o papel social do jornalismo, quanto aos acontecimentos ofertados, é selecionar e hierarquizar aqueles que são capazes de afetar o público e/ou de ser úteis para continuar ou contextualizar sua vivência e experiência social. O papel é, portanto, cumprir o acordo existente entre a instituição jornalística e a sociedade.

Nessa dimensão, o jornalismo não é espelho, nem é instituição submetida à realidade social, mas é ator que participa de uma relação contratual e se compromete com ela. Com base nesse contrato e na sua natureza, a relevância jornalística condiciona a seleção e a hierarquização a necessidades e expectativas do público/audiência. Uma vez que essas necessidades e expectativas não são estáticas, mas também não são transitórias

a ponto de serem imprevisíveis, o adequado cumprimento do papel social do jornalismo depende da compreensão da sociedade no que tem de estável e no que tem de transitório.

Ao compreender que a sociedade também não é uma ordem harmônica e uníssona, mas sim conflituosa e repleta de avanços e recuos, o papel do jornalismo se complexifica e passa a requerer também que os acontecimentos sejam pensados em meio a essa instabilidade, seja dando espaço para diferentes interpretações de um mesmo acontecimento, seja conduzindo as organizações jornalísticas a posicionamentos, de maneira transparente, sobre pautas e temas sociais.

Na relação contratual entre o jornalismo e a sociedade, como em qualquer contrato, o aperfeiçoamento das cláusulas depende da experiência concreta. O jornalismo precisa, em muitos momentos, interpretar a sua função de afetar e de ser útil ao público/audiência balanceando seus compromissos, bem como demandas e efeitos concorrentes.

Em resumo, o que o conceito de relevância jornalística possibilita para a reflexão sobre a seleção de acontecimentos condizentes com um papel social, é o afastamento da tradição positivista que percebe o jornalismo como instituição capaz de refletir a sociedade. Em seu lugar é reforçada uma percepção alternativa do jornalismo, como uma atividade mediadora cuja legitimidade depende do conhecimento do público e da capacidade de atendê-lo. Sobre essa tarefa, entretanto, há diversas dúvidas e desafios que permanecem, tanto porque o público não é uma ordem fixa no tempo, de forma que mudam das demandas e necessidades, quanto porque a demanda não é harmônica, sendo necessário ao jornalismo lidar com interesses que se chocam e que se excluem.

### **c) O conceito e a superação dos fatos**

Antes da consolidação do jornalismo moderno, antes também do desenvolvimento de uma organização do trabalho e da profissionalização dos jornalistas já existia a necessidade de selecionar e hierarquizar os acontecimentos que deveriam ser transmitidos à população. As primeiras listagens, como descrevemos na segunda seção, não priorizavam reflexões sobre o que era selecionado e o que era desconsiderado. Nesses momentos, a concepção de conhecimento tornava suficiente que as listagens desempenhassem um papel de refletir uma realidade concreta.

Quando a filosofia e as ciências humanas começaram a questionar a concretude da realidade ou, ao menos, a capacidade humana de refletir essa concretude, o jornalismo, já estabelecido como organização e já dotado de profissionais específicos, não conseguiu acompanhar o avanço dessas discussões. E mesmo depois de superar, teoricamente, abordagens positivamente orientadas, como a da teoria do espelho, o jornalismo manteve, na execução cotidiana da prática, modos de ação que reproduzem a herança positivista (MEDINA, 2008).

Para nós, um indício dessa manutenção são as listagens de valores-notícia, sua estabilidade temática, e a contínua percepção desses indicadores como instrumentos de reconhecimento dos fatos e não como ferramentas que reproduzem formas de perceber a realidade. O conceito de relevância jornalística, nesse contexto, contribui para o amadurecimento da prática jornalística ao afastar a seleção dos acontecimentos de supostas características inerentes aos fatos.

Ao argumentar que os valores-notícia são indicadores de relevância jornalística, que se submetem a sua natureza e a pelo menos uma das suas funções, a relevância reorienta a percepção desses indicadores. O que os valores-notícia fazem, portanto, não é reconhecer fatos importantes e interessantes, mas orientar a seleção e hierarquização dos jornalistas para a capacidade dos acontecimentos de despertar afetos ou de ser pertinente para continuar ou contextualizar. Concluímos que os valores-notícia são indicadores de relevância por serem ferramentas que orientam e facilitam a seleção e hierarquização e por serem ordens subordinadas à natureza e à função da relevância jornalística.

A notícia relevante ou o acontecimento relevante para o jornalismo não é aquele que envolve o governo, trata de dinheiro ou menciona pessoas famosas, mas sim aquele que foi julgado adequado porque o governo, o dinheiro ou as pessoas famosas foram considerados capazes de afetar ou de ser úteis para o público/audiência. A proposta do conceito, dessa forma, não é excluir os atuais valores-notícia, mas reorientar sua percepção, no lugar de destacar os fatos e construir listagens que privilegiam os fatos mais acionados, propomos destacar os efeitos e construir listagens que privilegiem a capacidade estimada de afetar ou de ser útil mais acionadas através dos fatos.

#### **d) O conceito e a avaliação concreta de relevância**

A necessidade de relativizar a valorização prévia de alguns fatos e sujeitos e a aceitação de que a relevância jornalística é um sistema dependente não desobriga o conceito de relevância jornalística de uma preocupação com as concretas avaliações necessárias ao jornalismo. Na verdade, a busca pela relevância jornalística é, antes de tudo, uma demanda da prática, cujo aprimoramento teórico só tem validade se aplicável empiricamente.

Nos referimos à urgência da prática jornalística que todos os dias precisa processar acontecimentos numerosos e diversos e apresentar, como resultado, edições jornalísticas com uma quantidade fixa de produtos tratados, adaptados à expectativa e ao hábito audiência, compatíveis com saberes institucionais, organizacionais e do ambiente de produção e ainda adequados às áreas temáticas em que se desenrolam.

A eficiência instrumental dos valores-notícia não pode ser substituída por uma afirmação teórica ou por uma perspectiva filosófica. Dessa forma, continuaríamos expostos à crítica de Guerra (2008) que chama a atenção para a falta um instrumental empírico oferecido pelas perspectivas que concebem a notícia como construção da realidade. Continuaríamos também submetidos ao diagnóstico de Medina (2008), segundo o qual, o jornalismo continua dependente da herança positivista quando é necessário executar sua prática.

Para englobar a natureza dependente da relevância, sem ignorar a necessidade concreta da prática jornalística, fazemos uso da já citada alteração de perspectiva sobre os valores-notícia em adição a compreensão desses indicadores como submetidos a natureza e a função da relevância jornalística.

Primeiro, precisamos lembrar que o entendimento de relevância jornalística não descarta o uso dos atuais valores-notícia, apenas o reorienta. Dessa forma, a eficiência instrumental desses indicadores continua estando à disposição, com o acréscimo de conceber que os valores-notícia não apontam para fatos, mas buscam, nos fatos, capacidades afetivas e utilitárias que lhes confira validade para o público/audiência.

Além disso, o conceito pretende contribuir com a concreta avaliação da acontecimentos através da sua capacidade de ir além dos valores-notícia, exibindo uma natureza e uma função que pode ser buscada independente do valor e que pode ser razão para a criação de novos valores. Assim como foi feito em listagens como a de Shoemaker

e Cohen (2005) e de Gomis (2002), o conceito de relevância jornalística apresenta uma estrutura de fácil manipulação e reduzidas partes.

Ao permitir compreender que é relevante para o jornalismo o acontecimento capaz de afetar ou de ser pertinente para continuar ou contextualizar a relação do público/audiência com a sociedade, o conceito oferece uma forma prática de identificar acontecimentos. Em adição, isso é feito sem desconsiderar um espaço para refletir sobre a instituição jornalística ou sobre a sociedade. A separação da relevância jornalística em três dimensões de uso, que exploraremos adiante, também contribui para essa execução prática do jornalismo, uma vez que privilegia três diferentes formas de uso: impositiva, tradicional e afirmativa.

#### **e) Conceito e o faro jornalístico**

A imagem de um jornalista que suspeita de uma fonte e que ao investigá-la descobre uma trama criminosa, é compatível com certo mito envolvendo a profissão e responsável por explicar a seleção de acontecimentos ou, de caminhos a investigar, com base em um sexto sentido próprio dos jornalistas: uma capacidade de farejar o que está errado e o que é notícia. Para além das tramas cinematográficas, a percepção de que o jornalista possui uma capacidade particular de selecionar fatos se reproduz também no cotidiano da profissão.

Sobre essa relação entre o ato de selecionar acontecimentos e uma capacidade tácita e inexplicável, própria da vocação para o jornalismo, o conceito desenvolvido traz acréscimos interessantes. Longe de aceitar que a seleção dos acontecimentos se liga a um “faro jornalístico” ou a uma expertise inexplicável, o conceito argumenta que o julgamento de relevância jornalística se deve às forças cognitivas, à realidade social, aos interesses e aos conhecimentos disponíveis.

Ao longo desta tese, apresentamos um percurso argumentativo que procurou externalizar os saberes envolvidos na seleção de acontecimentos pelo jornalismo. Para tanto, apoiamo-nos no conceito de acontecimento jornalístico, conforme Alsina (2009), na tradição jornalística de selecionar determinados acontecimentos, nas listagens de valores-notícia oferecidas por essa tradição e ainda em duas literaturas dedicadas ao processamento da relevância.

Em conjunto, esses saberes nos permitiram visualizar um processo de seleção guiado por uma natureza geral e por uma função particular. A externalização evidenciou ainda que os jornalistas são, na verdade, membros de um grupo social, cujo processo de socialização os provê de instrumentos capazes de possibilitar uma avaliação de relevância especializada, que de tão repetida pode ser processada de maneira tácita, mas que nada tem de inexplicável ou mística. Quanto mais experiente for o jornalista, e assim quanto mais socializado estiver para o uso dos instrumentos, mais confortável e tácito tende a ser o seu uso, facilitado pelo conhecimento e pela experiência de situações que foram se acumulando ao longo da sua prática.

Além de explorar a natureza e a função do ato avaliativo e de apontar para o compartilhamento desses saberes pelos jornalistas, outra evidência da inexistência de um “faro”, é a capacidade do público, em geral, de executar avaliações de relevância jornalística. Sendo um conceito cognitivo e social, relevância jornalística, tanto quanto relevância geral, pode ser utilizada indiscriminadamente por pessoas com diferentes graus de conhecimento da realidade social, da função do jornalismo e das necessidades e expectativas da coletividade.

Concluimos que qualquer pessoa pode julgar a adequabilidade de um acontecimento ao jornalismo. Esse julgamento ocorre, por exemplo, quando a população sugere uma pauta para uma organização jornalística, quando um grupo realiza uma manifestação com o intuito de atrair veículos de comunicação, ou mesmo quando uma pessoa reclama da irrelevância de um produto jornalístico.

Nesses casos, não-jornalistas utilizam saberes sociais em adição a saberes midiáticos, em geral decorrente da experiência como usuário ou como fonte de informação da comunicação jornalística, para julgar o que pode interessar a um veículo de comunicação. Certamente, a tentativa de oferecer temas pode não acionar o processo produtivo, seja porque os jornalistas discordam da avaliação de relevância, seja porque eles concluem que a capacidade de afetar ou de ser útil não compensa os gastos energéticos para a produção, ainda assim, a oferta de temas específicos aos veículos de comunicação é evidência da capacidade geral de identificá-la.

Em resumo, o conceito de relevância jornalística contribui para o abandono do “faro” e de outras formas exclusivamente tácitas de compreender a seleção e hierarquização de acontecimentos. Em seu lugar, o conceito externaliza a natureza e a

função dos processos realizados por jornalistas ou não jornalistas. O benefício dessa externalização, como deve ter ficado evidente, é a possibilidade de um jornalismo mais transparente e mais capaz de aperfeiçoar o seu processamento.

Esse conjunto de possibilidades e capacidades relativas ao conceito de relevância jornalística nos permite concluir que essa sistematização original baseada na natureza e na função dos processos de seleção e hierarquização dos acontecimentos jornalísticos permite evidentes ganhos qualitativos não só para a concepção teórica desse exercício e para a sua execução prática, mas principalmente para o encontro dessas duas dimensões.

O conceito de relevância jornalística aqui sintetizado não separa a percepção teórica e a execução prática, mas parte da necessidade prática, complexifica sua percepção teórica e volta ao exercício cotidiano com uma elaboração capaz de exercer função crítica e atrelada a uma percepção do papel social do jornalismo, além de hábil para redimensionar a importância de fatos e valores, sem comprometer as demandas por eficiência e sem esvaziar a existência de uma lógica passível de ser externalizada e revista, sempre que necessário.

O conceito de relevância jornalística aqui referido, responde às tarefas metodológicas, uma vez que usufrui de conhecimentos anteriores e os reordena de maneira inseparável na resposta ao problema particular que nos provoca. Conforme destacado, o conceito também incorpora as tarefas de esclarecer uma natureza, ou essência do que pode ser entendido por relevância jornalística, e de evidenciar as funções ou objetivos que sintetizam razões para que essa seleção seja realizada. Por sua vez, as tarefas que apresentaram demandas ao conceito, são apenas indiretamente satisfeitas. Em busca satisfazê-las plenamente, o trabalho aprofundou a diferenciação entre o uso amador e especializado da relevância jornalística e subdividiu esta última em três dimensões.

## **2) A diferenciação entre os usos amador e especializado da relevância jornalística**

Já afirmamos e ratificamos que a relevância é um processamento que se justifica pela necessidade cognitiva e social de priorizar determinados estímulos no lugar de outros. Algumas vezes, os processamentos ocorrem de maneira voluntária, semelhante a escolha entre assistir ao filme A ou ao documentário B; em outros momentos, a

priorização de estímulos não se assemelha com uma escolha, tanto porque a cognição é previamente sensível a certas circunstâncias, quanto porque seu funcionamento cotidiano tende a priorizar o hábito, tratando como desenrolar natural a priorização de uma interpretação ou de um costume.

Ao tratar do processamento de relevância nesses termos, nos referimos ao funcionamento da cognição humana, estudada pelos autores por meio da psicologia cognitiva, da linguística como ordem estruturante, da sociologia do conhecimento e da fenomenologia. Todas essas áreas de conhecimento foram requeridas pelo caráter genérico e difícil de sistematizar do objeto, afinal os estudos da relevância se referem a uma infinidade de processamentos e estímulos de uso cotidiano e automático.

Na referência ao processamento da relevância jornalística a amplitude se reduz consideravelmente. Mesmo que a natureza seletiva e hierárquica seja a mesma, a função específica reduz as suas proporções. Já não nos referimos a qualquer processo de priorização, mas a priorização com a finalidade de separar os acontecimentos adequados ao jornalismo daqueles inadequados.

Uma vez que o uso específico não altera a natureza da relevância, concluímos que o processamento da relevância jornalística não depende de um jornalista, isto é, não depende de um saber especializado. Qualquer pessoa pode processar uma separação dos acontecimentos que julga adequado ou inadequado ao jornalismo.

Por ser realizado em sociedade e para a sociedade, não é de causar espanto que a população seja capaz de compreender a prática jornalística. Todas as vezes que uma pessoa acessa um site noticioso, assiste a um telejornal, para diante de uma banca de revista ou escuta um programa de rádio, ela está não só obtendo informações sobre a sociedade, mas, indiretamente, sendo educada sobre a maneira jornalística de falar da sociedade, incluindo os temas prioritários, a linguagem e as preferências estéticas.

O jornalismo não é um corpo estranho, em meio a outras instituições sociais, mas uma ordem habitual de procedimentos e relações que não só é compreendida, mas é antecipável a ponto de gerar expectativas. Quem acessa a produção jornalística de um veículo em busca de esclarecimento sobre uma situação, não só compreende um papel mediador, mas também possui uma expectativa de relevância jornalística, acompanhada de uma expectativa de segurança e, algumas vezes, de uma expectativa de pluralidade.

As pessoas, inclusos os jornalistas, processam relevância jornalística como processam outras relevâncias, fazendo uso dos conhecimentos de têm à disposição, dos interesses momentâneos e futuros, das limitações e das disponibilidades energéticas. O que efetivamente diferencia jornalistas e outros sujeitos quanto ao processamento da relevância jornalística é o conhecimento especializado que justifica a existência dos jornalistas enquanto grupo.

Uma vez que ser jornalista é possuir saberes específicos sobre o jornalismo como instituição e como atividade e que o processamento da relevância é sempre dependente dos saberes armazenados, a conclusão lógica é que, por mais que, qualquer pessoa possa avaliar relevância jornalística, os jornalistas o fazem de maneira especializada. Os saberes que vão sendo adquiridos através do estudo do jornalismo e/ou pela execução da atividade jornalística, em adição aos compromissos que são demandados dos profissionais, possibilitam que a escolha e hierarquização de acontecimentos jornalísticos seja mais refinada entre esses especialistas.

Com a finalidade de afastar, ainda mais, a crença em um “faro jornalístico” e possibilitar o entendimento desse processamento especializado da relevância jornalística, na quinta seção desta tese destacamos oito compromissos que se atravessam na relação particular que os jornalistas têm com a seleção e hierarquização de acontecimentos. Esses compromissos não pretendiam descrever a totalidade das obrigações ou cuidados que os jornalistas precisam considerar, mas expor uma ampla quantidade de razões que diferenciam e explicam a capacidade especializada de processar relevância jornalística. Para atender a cada um desses compromissos e ainda às três tarefas que atuaram como demandas do conceito, apresentamos, como conclusão adicional, a proposta de uma subdivisão do conceito de relevância em três dimensões.

### **3) Relevâncias Jornalísticas impositivas, tradicionais e afirmativas**

Nem todos os acontecimentos jornalísticos que movimentam o processo produtivo de um veículo exercem o mesmo tipo de atração. A urgência, o tipo de valor atribuído, o tratamento requerido e a função também tendem a se alterar. Por mais que todas as notícias publicadas e todos os acontecimentos jornalísticos encaminhados para a publicação devam possuir em comum a capacidade de acionar o sistema de relevância

jornalística, ser relevante não é uma questão de tudo ou nada, nem é uma qualidade uniforme.

Na terceira seção, antecipamos uma conclusão interessante desta tese, que será o ponto de partida para a discussão desse tópico. Argumentamos que, em adição a hipótese da aditividade de Galtung e Ruge (1999), (segundo a qual quanto maior for a quantidade de valores-notícia acionado em um acontecimento, maior será a probabilidade desse acontecimento se tornar notícia) o tipo de arranjo também influencia na compreensão do que deve ser noticiado.

Assim, dois acontecimentos observados pela mesma listagem de valores-notícia e que tenham acionados a mesma quantidade de valores, não serão, necessariamente, notícias igualmente relevantes. Neste ponto da discussão, não sentimos a necessidade de trazer novos exemplos, entretanto, como a distinção fica sempre mais evidente na observação de casos, vamos retomar dois acontecimentos jornalísticos anteriormente mencionados, a fim de melhor organizar este raciocínio conclusivo.

O citado massacre de Suzano, foi o principal acontecimento mencionado pelos jornais impressos brasileiros no dia 14 de março de 2019, um dia depois da ocorrência. Nessa mesma data, protestos lembravam um ano do assassinato da Vereadora Marielle Franco e cobravam respostas (e justiça) para o caso. Assim, em 15 de março, como foi mencionado anteriormente, os periódicos continuavam explorando a relevância do massacre, mas precisavam lidar com outros acontecimentos jornalisticamente relevantes, a exemplo dos protestos.

Observados comparativamente, através dos 12 valores-notícia discutidos na terceira seção, visualizamos nos dois acontecimentos um número semelhante de indicadores atingidos. O Massacre de Suzano, aciona de maneira direta os valores-notícia incomum, negatividade e emoção, indiretamente, ainda podemos mencionar a amplitude, relativa à quantidade de mortos e de envolvidos (toda a comunidade fica abalada pela morte das suas crianças) e a proximidade, já que os casos de massacre escolares, notoriamente associados aos Estados Unidos, passam a ser também uma realidade nacional, próxima do país. Os protestos ligados ao Caso Marielle Franco, por sua vez, acionam de maneira direta a negatividade, o governo/administração, já que se trata do assassinato de uma vereadora, e a proeminência, referente ao caso, à vítima e às teorias que apontam para outros políticos como suspeitos. Indiretamente, o caso desperta

conflito, entre grupos com diferentes posições políticas e diferentes tentativas de significar o assassinato da vereadora<sup>75</sup> e ainda amplitude, já que se refere a um protesto, envolvendo uma quantidade significativa manifestantes (embora o caso seja priorizado em relação ao ato).

Nos dois casos, dessa forma, apontamos três valores-notícia acionados de maneira direta e dois de maneira indireta. Essa forma de compreender a relevância jornalística nos permite decompor os elementos capazes de despertar afetos ou de serem pertinentes para continuar ou contextualizar, mas se ela for utilizada para equiparar os dois acontecimentos, o seu resultado é, evidentemente, um erro. Um jornalista que executa a prática cotidiana poderia ter dificuldade para decompor os elementos constituidores da relevância, mas saberia, sem dúvida, que o Massacre de Suzano se impõe, como acontecimento, sobre os protestos do Caso Marielle.

Para nós, que observamos os saberes compartilhados pelos jornalistas em busca de fundamentos a serem externalizados e utilizados para enriquecer a compreensão sistemática da prática, essa facilidade em hierarquizar esses dois casos aponta para a existência de considerações adicionais, distintas e mais intensas do que a quantidade. Na terceira seção nos referimos aos diferentes tipos e arranjos de valores acionados e na seção cinco elevamos essa diferenciação a uma categorização particular.

Assim, além da conclusão sobre a natureza e a função da relevância jornalística e sobre os diferentes usos dessa relevância por grupos amadores ou especializados, uma conclusão adicional é a hipótese de que existem três dimensões da relevância jornalística especializada, separadas pelo tipo de acontecimento e pelas suas distintas formas de uso. As relevâncias jornalísticas impositiva, tradicional e afirmativa ainda esclarecem que nem sempre o ato de selecionar e hierarquizar acontecimentos em função do público será capaz de atender a todos os compromissos requeridos da relevância jornalística especializada ou a todas as demandas feitas pela tradição de estudo ao conceito elaborado.

A relevância jornalística foi caracterizada, na seção cinco, como um sistema de seleção e hierarquização especificamente direcionado à seleção de acontecimentos

---

<sup>75</sup> “Placa de Marielle foi quebrada para restaurar a ordem, diz Flávio Bolsonaro” UOL, 04/10/2018. <https://noticias.uol.com.br/politica/eleicoes/2018/noticias/2018/10/04/placa-de-marielle-foi-quebrada-para-restaurar-a-ordem-diz-flavio-bolsonaro.htm>

“Por que Marielle Franco é citada em tantas notícias falsas – sobre ela e sobre outros?” Folha de São Paulo, Agência Lupa, 25/03/2019. <https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/2019/03/25/artigo-fake-news-marielle/>

jornalísticos. Numa perspectiva geral, não especializada, esse intuito é suficiente para definir a relevância jornalística cuja atuação é limitada a cada relação particular entre o sistema e um acontecimento. Todavia, ao mencionar uma relevância jornalística especializada, como uma avaliação que se realiza profissionalmente, contando com instrumentos e compromissos previamente socializados, o intuito avaliativo particular é acrescido pela finalidade de justificar e reforçar a existência do jornalismo.

Na instância especializada, dessa forma, a relevância jornalística é ao mesmo tempo sistema de avaliação e fundamento da ação jornalística. Para que o sistema de avaliação seja eficiente, é preciso que o fundamento esteja bem delineado, claro e seja executável. Também é necessário que o fundamento seja compreendido na sua amplitude, já que seu objetivo é orientar não uma relação com um acontecimento, mas qualquer relação. Então, com o intuito de ampliar a compreensão da relevância jornalística como fundamento do processamento especializado, sugerimos a subdivisão mencionada.

A relevância jornalística impositiva chama a atenção para acontecimentos especiais que se impõem a produção jornalística, pois se beneficiam do funcionamento espontâneo da cognição. Essa dimensão da relevância explora a tendência cognitiva de prestar atenção a estímulos ostensivos inferenciais (SPERBER; WILSON, 2005) ou a capacidade social de impor a atenção a um tema (SCHUTZ, 1970), bem como a função cognitiva de preservação (SPERBER; WILSON, 2005), que faz com que acontecimentos ligados ao risco de vida, ou que possam ser assim associados pelo medo, pela negatividade ou por serem incomuns (SCHUTZ, 1970), também possam se impor à cognição e ao jornalismo.

Para nós, é a capacidade de impor-se à cognição, que explica por que o Massacre de Suzano é intuitivamente mais relevante do que o protesto relativo ao Caso Marielle. O primeiro acontecimento, mesmo limitado geograficamente, desperta medos que atingem as cognições dos brasileiros e os fazem projetar uma situação de risco envolvendo escolas de todo o país. O fato de ser um acontecimento incomum, inesperado e negativo, que surpreendeu as vítimas e as família, afeta a todos, pois lembra que situações inesperadas podem se impor, sendo necessário se manter alerta.

Os protestos, por sua vez, não provocam surpresa, eles não só são esperados pelos profissionais da mídia, que costumam produzir conteúdos usando datas comemorativas como justificativas temporais, mas também se encaixam dentro de uma

lógica estabelecida de funcionamento da sociedade. Em relação às três dimensões da relevância, esses protestos podem ser enquadrados como tradicionalmente relevantes.

Ainda que envolvam muitas pessoas, e isso seja capaz de forçar a cognição, no cotidiano jornalístico os acontecimentos não aparecem isolados, mas concorrem com outros. Sem o Massacre de Suzano, os protestos pela não resolução do Caso Marielle poderiam ter recebido mais espaço e atenção dos veículos, já que na falta de relevâncias jornalísticas impositivas as relevâncias tradicionais são privilegiadas, mas numa situação de concorrência, dificilmente um acontecimento impositivamente relevante é preterido.

Em conjunto, as relevâncias jornalísticas impositiva e tradicional se complementam. A primeira atenta para o que é inesperado, urgente e, normalmente, capaz de afetar; já a segunda, para o que é previsível, administrável e pertinente, em relação a esses mesmos compromissos cotidianos. Juntas, essas duas dimensões da relevância atendem a todos os compromissos demandados da relevância jornalística especializada, embora o compromisso institucional de compreender e buscar relevância jornalística não seja explorado tanto quanto possível.

A relevância jornalística impositiva não executa esse compromisso, uma vez que a seleção dos seus temas se dá de maneira espontânea, sendo pouco dependente de buscas ou compreensões prévias da amplitude da relevância. A relevância jornalística tradicional, por outro lado, se dedica a esse compromisso, mas o faz dentro dos limites da tradição. Ela pode buscar melhor compreender a vivência cotidiana e melhor retratar seu funcionamento, mas não é capaz de ir além do habitual. Nessa dimensão, retomando Van Dijk (1990), o que contraria o habitual tende a ser privilegiado como forma de redefinir e confirmar o próprio grupo, opondo o negativo ao positivo ou o anormal ao normal.

Para melhor atender ao compromisso de buscar e compreender a relevância jornalística, bem como para cumprir a tarefa que nos demandou incentivar um jornalismo propositivo, ficou evidente a necessidade de outra instância da relevância. Além disso, uma observação do processamento genérico da relevância, que nos serve de referência, também torna evidente que o relevante não é plenamente explicado pelo que se impõem a cognição, pelo habitual e pelo interesse imediato.

O processamento de relevância realizado cotidianamente por todas as pessoas também envolve hipóteses e apostas quanto ao futuro. Os estudos da relevância de Schutz (1970) e Schutz e Luckmann (2003) se referem a uma relevância hipotética, localizada

entre as relevâncias temáticas, mas que possui uma relação distinta com o tempo, já que diz respeito à priorização de um tema a partir de uma hipótese ou estimativa de que, no futuro, tal tema será relevante. Também Rauen (2013, 2016, 2018), na sua Teoria da conciliação de metas, permite deslocar a compreensão da relação entre esforço e efeito (típica da tradição de Sperber e Wilson) e conceber processamentos de relevância que são proativos e não reativos.

Por caminhos e com intensões distintas, essas obras chamam a atenção para o fato de que os processamentos de relevância podem, e isso é comum, se basear em uma suposição de que o esforço será recompensado no futuro, mas sem muitas garantias, antes que este futuro chegue. Em resumo, essas obras nos ajudam a perceber que os nossos processamentos de relevância não são apenas reações cognitivas ou sociais, mas também podem atuar como proposições, dirigidas para interesses futuros.

É desses interesses futuros e dessa relação proativa que não só acata o relevante, mas o busca, que surge a nossa concepção de relevância jornalística afirmativa. Essa dimensão da relevância especializada se refere a acontecimentos que foram considerados relevantes pelo jornalismo com foco no futuro, seja com a finalidade de contribuir para modificar uma realidade estabelecida ou com o intuito de estimular novas práticas. Assim como as demais relevâncias jornalísticas especializadas, essa dimensão também se legitima pela capacidade de afetar ou de ser útil, mas nesse caso, a utilidade se desloca para o futuro da sociedade.

A relevância jornalística afirmativa foi concebida como uma dimensão da atuação especializada que conta com a possibilidade midiática de criar acontecimentos e a utiliza para reagir a tendência do jornalismo de se comportar como uma prática estabilizadora e conservadora, que ignora as “desgraças humanas, das quais há uma fecunda abundância na vida comum” (PEUCER, 2004, p. 21) e que aceita de bom grado que “realidades muito dramáticas, e que duram há muito tempo, não sejam notícia” (ALSINA, 2009, p. 141). Em oposição, a relevância jornalística afirmativa, reforça a autopercepção do jornalismo como parte de uma sociedade que se transforma e concebe o jornalismo como uma instituição social cuja responsabilidade particular de buscar relevância jornalística, faz com que não seja suficiente responder as demandas sociais generalizadas, mas acompanhar aquelas que surgem.

Quanto a compreensão da sociedade, a relevância jornalística tradicional e a relevância jornalística afirmativa também se complementam. O que é tradicionalmente relevante para o jornalismo reforça uma ordem estável e previsível de acordos que são necessários para viver em sociedade, já o que é afirmativamente relevante, entende que esses acordos não são impassíveis e que a sociedade é formada tanto de permanências quanto de possibilidades de mudança.

A relevância jornalística especializada, através dessas três dimensões se adequa, portanto, a um jornalismo (1) que precisa atender a imposições cognitivas, (2) que é agente de uma sociedade baseada em acordos necessários para a estabilidade e que cumpre um papel mediador, sendo demandado a informar a população sobre o que é pertinente e afetivo para a atuação social básica e (3) que também é agente social responsável por sediar debates, observar mudanças e contribuir para os projetos futuro do público/audiência. As três dimensões da relevância jornalística especializada atendem a todos os compromissos e demandas feitas ao conceito, consideram a existência e o funcionamento de tipologias da relevância jornalística e percebem o jornalismo como um agente social que precisa lidar com esses tipos distintos, indo do impulso cognitivo, à transformação da sociedade, sem contar com a estabilidade social, que orienta a maior parte das suas ações.

As três principais conclusões oferecidas procuram redirecionar a compreensão dos processos de seleção e hierarquização dos acontecimentos jornalísticos. Na tese, os acontecimentos privilegiados e as listagens que orientam esse privilégio são observados com o auxílio de saberes teóricos do campo Jornalístico e de teorias da relevância. Esses saberes foram a base para a elaboração de um conceito capaz de provocar a estabilidade que caracteriza os processos de seleção e de decompor os elementos e as tendências, que são conduzidos de maneira tácita e íntima, a ponto de externalizar sua natureza e função.

O resultado desse processo argumentativo foi, não só a sistematização de um conceito de relevância jornalística, mas também o esclarecimento de uma operacionalização especializada e a separação da relevância jornalística operada pelos jornalistas em três ordens, que concorrem utilizando recursos diferentes, pela atenção do público/audiência. Além dessas conclusões específicas que a pesquisa oferece para os estudos e para as execuções cotidianas do jornalismo, este esforço também se soma às

conclusões de outros autores e reafirma a necessidade de complexificar a compreensão do jornalismo e de orientar os estudos para necessidades empíricas, de forma que o foco das propostas teóricas e dos questionamentos críticos não seja outro além da transformação do jornalismo em curso em um jornalismo compatível e comprometido com normatividades socialmente discutidas e aprovadas.

No caminho de aperfeiçoamento teórico-prático do jornalismo, este trabalho não apresenta apenas resultados e capacidades, mas faz surgir ou reforça outras necessidades e demandas. Assim, antes de encerrar este texto, gostaríamos de expor algumas demandas especialmente evidentes, que se apresentam como próximos desafios.

Sendo a relevância jornalística um sistema processado em função da coletividade, o primeiro desafio apontado por esta pesquisa não poderia ser outro além de aprofundar o entendimento do público/audiência no jornalismo. Nesse sentido, destacamos a importância de desenvolver concepções, metodologias e experiências de atuação jornalística em que o público/audiências seja chamado não só a validar os produtos, mas que seja tomado como fundamento e destino do jornalismo.

Outro desafio, resultante da observação dos afetos que impulsionam seleções e hierarquizações, é repensar a relação entre jornalismo e afetos. Além de reconhecer que despertar afetos é uma função da relevância, uma vez que é demandada pelo público, é interessante observar os atuais processos de seleção em função de sistemas de afetos, identificando os mais utilizados; refletir teoricamente sobre o lugar dos afetos na constituição do jornalismo; e experimentar com um jornalismo baseado em outros afetos, ou seja, no intuito de afetar de outras formas.

Os valores-notícia, ferramentas e indicadores de relevância jornalística também merecem espaço nesses apontamentos finais. Com o auxílio da natureza e das funções da relevância é preciso pensar a possibilidade e mesmo identificar a existência de outros valores-notícia, cuja atuação possa sensibilizar o jornalismo para novas abordagens e melhor atender às expectativas do público/audiência.

A divisão da relevância jornalística especializada em três dimensões é outro elemento dessa tese que pode ser desdobrado em pesquisas posteriores. Percebemos a possibilidade de colocar essas dimensões da relevância à prova e de explorar teoricamente suas definições e atuações particulares.

A relevância jornalística afirmativa, de maneira específica, também sucinta a necessidade de reflexão e teste. Nessa dimensão da relevância especializada, nos referimos a uma proposta de atuação jornalística capaz de atender a compromissos e demandas, mas que é consideravelmente distinta do processamento de relevância reativo que pode conduzir as outras duas dimensões, em adição essa relevância também orienta outra relação com o tempo e com os fatos, o que requer, de maneira especial, colocar a sua existência à prova e perceber o equilíbrio entre seus efeitos e esforços, em uma situação concreta.

Por fim, para atender adequadamente ao objetivo crítico, a tarefa que dá sequência à elaboração do conceito e dos seus saberes implicados, é continuar concebendo-os como saberes em trânsito, que precisam ser continuamente externalizados, duvidados e aplicados, para que possam continuar sendo válidos. A relevância jornalística, dessa forma, é um passo na direção de uma prática jornalística que se observa e se compromete com seus fundamentos, com seu papel social e com a sociedade que o atinge e é atingida por ele.

## REFERÊNCIAS

- ABBAGNANO, Nicola. Abdução. In.: **Dicionário de filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2012.
- ABBAGNANO, Nicola. Conceito. In.: **Dicionário de filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2012.
- ABBAGNANO, Nicola. Sistema. In.: **Dicionário de filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2012.
- ALSINA, Miquel R. **A construção da notícia**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2009.
- AMARAL, Luís. **Técnica de jornal e periódico**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1978.
- ANDERSON, Christopher W.; BELL, Emily; SHIRKY, Clay. Jornalismo pós-industrial: adaptação aos novos tempos. **Revista de Jornalismo ESPM**, n.5, abr./jun. 2013.
- BATAILLE, George. A parte maldita, precedida de “**A noção de dispêndio**”. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.
- BAUMAN, Zygmunt. **Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadoria**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento**. 11ª ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 1985.
- BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. **Modernidade pluralismo e crise de sentido: a orientação do homem moderno**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2012.
- BERTRAND, Claude-Jean. **O arsenal da democracia: sistemas de responsabilização da mídia**. Bauru, SP: EDUSC, 2002.
- BOND, Fraser. **Introdução ao jornalismo: uma análise do quarto poder em todas as suas formas**. Rio de Janeiro: Agir Editora, 1962.
- BORGES, Vânia Coutinho Quintanilha. BORGES, Wilson Couto. *A materialidade do medo: o papel da narrativa jornalística na ampliação deste estado afetivo*. In: **Revista Contracampo**, v. 26, n. 1, ed. abril, ano 2013. Niterói: Contracampo, 2013. p. 106-125
- BRAGA, José Luiz. **A sociedade enfrenta sua mídia: dispositivos sociais de crítica midiática**. São Paulo: Paulus, 2006.
- CASASÚS, José M. **Iniciación a la periodística**. Barcelona: Teide, 1988.
- CARDOSO, Marleide C. Conciliação de metas, relevância e registros de representação semiótica em matemática. Tese de doutorado em Ciências da Linguagem. UNISUL. Tubarão-SC. 2015.
- CHAPARRO, Manuel C. **Pragmática do jornalismo: buscas práticas para uma teoria da ação jornalística**. São Paulo: Summus, 1994.
- CORREIA, João C. A teoria da comunicação de Alfred Schutz. Lisboa: Livros Horizonte, 2005.
- CORREIA, João C. Alfred Schutz: algumas notas sobre uma fenomenologia da comunicação. In.: SANTOS, José Manuel; ALVES, Pedro M. S.; SERRA, Joaquim Paulo. **Filosofias da Comunicação**. Covilhã: Livros Labcom/UBI, 2011.
- COSTA, Jorge C. Relevância, kluges, emoções: reflexões provocativas. In: CAMPOS, Jorge; RAUEN, Fábio José (org). **Tópicos em teoria da relevância**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.

COSTA, Jorge C. A Teoria Inferencial das Implicaturas: descrição do modelo clássico de Grice. **Letras de Hoje**, v. 44, n. 3, p. 12-17, 2009.

COSTA, Jorge C. A teoria da relevância e as irrelevantias da vida cotidiana. **Linguagem em (Dis) curso**, v. 5, p. 161-169, 2010.

CROSBY, Alfred. **A mensuração da realidade**: a quantificação e a sociedade ocidental, 1250-1600. São Paulo: Unesp, 1999.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **O que é a filosofia?** São Paulo: Editora 34, 2010.

DEPRAZ, Natalie. **Compreender Husserl**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

DEWEY, John. **Experience and nature: lectures upon the Paul Carus Foundation: first series**. Open court publishing Company, 1926.

ECO, Umberto. **Lector in fabula**: cooperação interpretativa nos textos narrativos. São Paulo: Perspectiva, 1993.

ERBOLATO, Mário. **Técnicas de codificação em jornalismo**: redação, captação e edição o jornal diário. Petrópolis, RJ: Vozes, 1978.

FEITOZA, Liliane do N. S. Relevância jornalística: análise e teste de ferramenta para fins de avaliação de qualidade e accountability. 2016. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade Federal de Sergipe (UFS), São Cristóvão, 2016

FERNANDES, Mário L. A força da notícia local: a proximidade como critério de noticiabilidade. **Enciclopédia do Pensamento Comunicacional Latino-Americano – Encipecom**. São Paulo: 2004. Disponível em: <https://docs.google.com/viewerng/viewer?url=http://www.portaldemidia.ufms.br/wp-content/uploads/2016/02/a-forca-da-noticia-local.pdf&hl=en>. Acessado em 21 de fevereiro de 2020.

FRANCISCATO, Carlos E. Limites teóricos e metodológicos nos estudos sobre a noticiabilidade. In: SILVA, Gislene; SILVA, Marcos Paulo da; FERNANDES, Mario Luiz (orgs.). **Crítérios de noticiabilidade**: problemas conceituais e aplicações. Florianópolis: Insular, 2014. p. 85-113.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Tradução: Luiz Felipe Baeta Neves. 8ª edição. [Reimpr.] Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2019.

GALTUNG, Johan; RUGE, Mari. A estrutura do noticiário estrangeiro: a apresentação das crises do Congo, Cuba e Chipre em quatro jornais estrangeiros. In.: TRAQUINA, Nelson. **Jornalismo**: questões, teorias e estórias. Lisboa: Vega, 1999.

GANS, Herbert. **Deciding what's news**: a study of CBS evening news, NBC nightly news, Newsweek and Time. Evanston, Illinois: Northwestern University Press, 2004.

GOMES, Isaltina M. A. M. **Dos Laboratórios aos Jornais**: um estudo sobre jornalismo. 1996. 185f. Dissertação (Mestrado em linguística). Programa de pós-graduação em Letras e Linguística, Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

GOMIS, Lorenzo. **Do importante ao interessante** - ensaio sobre critérios para a noticiabilidade no jornalismo. Pauta Geral 4, 2002.

GRICE, Herbert P. Logic and conversation. In: COLE, P.; MORGAN, J.L. (Ed.). **Syntax and semantics**. New York: Academic Press, 1975.

GUERRA, Josenildo L.; BARRETO, Nara. Qualidade em Jornalismo: metodologia para avaliação do requisito relevância. Anais do 11º **Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo**. Brasília-DF, Brasil. Brasília: SBPJor, 2013.

GUERRA, Josenildo L. **O Percurso interpretativo na produção da notícia**. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2008.

GUERRA, Josenildo L. Um discussão sobre o conceito de valor-notícia. In: SILVA, Gislene; SILVA, Marcos Paulo da; FERNANDES, Mario Luiz (orgs.). **Crítérios de noticiabilidade**: problemas conceituais e aplicações. Florianópolis: Insular, 2014. p. 39-49.

GUERRA, Josenildo L. Qualijor: sistema de gestão a produção jornalística para a qualidade editorial. Anais do 13º **Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo**. Campo Grande-MS, Brasil, 4-6 novembro 2015. Campo Grande: SBPJor, 2015.

HABERMAS, J. **Direito e democracia**: entre facticidade e validade. v2. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2011.

HACKETT, Robert. Declínio de um paradigma? A parcialidade e a objetividade nos estudos dos media noticiosos. In: TRAQUINA, N. (orgs). **Jornalismo**: questões teorias e estórias. 2ª edição. Lisboa: Vega, 1999.

HALL, Stuart. La cultura, los medios de comunicación y el efecto ideológico. In: CURRAN, J. et al. **Sociedad y comunicación de masas**. Cidade de México: Fondo de Cultura Económica, 1981, p. 357-392.

HALL, Stuart; CHRITCHER, Chas; JEFFERSON, Tony; CLARKE, John; ROBERTS, Brian. A produção social das notícias: o mugging nos media. In.: TRAQUINA, Nelson. **Jornalismo**: questões, teorias e estórias. Lisboa: Vega, 1999.

HOBBS, Thomas. **Leviatã, ou, matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil**. 3.ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

HUSSERL, Edmund. **Ideias para uma fenomenologia pura e para uma filosofia fenomenológica**: introdução geral à fenomenologia pura. Aparecida, Sp: Ideias e Letras, 2006.

LAGE, Nilson. **Ideologia e técnica da notícia**. Petróles, RJ: Vozes, 1979.

LINDSAY, Roger; GORAYSKA, Barbara. Relevance, goal management and cognitive technology. In: GORAYSKA, Barbara; MEY, Jacob. **Cognition and technology**: co-existence, convergence, and co-evolution. Amsterdam: J. Benjamins, 2004.

LIPPMANN, Walter. **Opinião Pública**. Trad. Jacques A. Wainberg. 2.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008

LOPES, Maria I. V. **Pesquisa em Comunicação**. São Paulo: Loyola, 2010.

MARTINS, Beatriz P. **Slogans de jornais**: as várias faces do discurso da mídia em um signo de autorreferência e afirmação identitária. 2016. 201f. Tese (Doutorado em letras). Programa de pós-graduação em Letras. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

MACQUAIL, Dennis. **Audience Analysis**. London: Sage Publications, 1997

- MCQUAIL, Denis. **Media accountability and freedom of publication**. London: Oxford University Press, 2003.
- MCCOMBS, Maxwell. **Teoria da Agenda: a mídia e a opinião pública**. Trad. Jacques A. Wainberg. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009
- MEDINA, Cremilda. **Ciência e jornalismo: da herança positivista ao diálogo dos afetos**. São Paulo: Sumus Editora, 2008. E-book.
- MEDEIROS, João B. **Redação científica: a prática de fichamentos, resumos e resenhas**. São Paulo: Editora Atlas, 1991
- MEY, Jacob L.; TALBOT, Mary. Computation and the soul. **Journal of Pragmatics**, v. 12. 1988
- MEYER, Philip. **Os jornais podem desaparecer?: como salvar o jornalismo na era da informação**. São Paulo: Contexto, 2007
- MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo**. Trad. Eliane Lisboa. 5 ed. Porto Alegre: Sulina, 2015.
- MORIN, Edgar. Por uma reforma do pensamento. In: PENA-VEJA, Alfredo; ALMEIDA, Elimar. (orgs). **Pernar complexo: Edgar Morin e a crise da modernidade**. Rio de Janeiro: Garamond, 1999, p. 21-34.
- O'NEIL, John. Relevance and pragmatic inference. **Theoretical Linguistics**, v. 15. 1988.
- PEUCER, Tobias. Os relatos jornalísticos. **Estudos em jornalismo e mídia**, v. 1, n. 2, 2º semestre, p. 13-29, 2004.
- RAUEN, Fábio J.; BEZ, Andréia da S. Modificação de crenças disfuncionais e teorias pragmáticas da comunicação. Anais do VII Simpósio sobre formação de professores. Universidade do Sul de Santa Catarina, 2016. Disponível em: [http://linguagem.unisul.br/paginas/ensino/pos/linguagem/eventos/simfop/artigos\\_VII%20sfp/Andr%C3%A9ia\\_Bez.pdf](http://linguagem.unisul.br/paginas/ensino/pos/linguagem/eventos/simfop/artigos_VII%20sfp/Andr%C3%A9ia_Bez.pdf) Acessado em 02 de maio de 2018.
- RAUEN, Fábio J. Teoria da relevância e gêneros textuais: interfaces possíveis. Simpósio Internacional de Estudos de Gêneros Textuais, 2007. Disponível em: <http://linguagem.unisul.br/paginas/ensino/pos/linguagem/eventos/cd/Port/51.pdf>. Capturado em 20/06/2015.
- RAUEN, Fábio J. Sobre relevância e irrelevâncias. In: CAMPOS, Jorge; RAUEN, Fábio José (org). **Tópicos em teoria da relevância**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.
- RAUEN, Fábio J. Hipóteses abdutivas antefactuais e modelação proativa de metas. **Signo**, Santa Cruz, v. 38, n. 65, p. 188-204, jul./dez. 2013. Disponível em: <<https://online.unisc.br/seer/index.php/signo/article/view/4565/3216>>. Acesso em: 20 mar. 2018.
- RAUEN, Fábio J. Hipóteses antedutivas e conciliação de metas. In: GODOY, E. et alii (Orgs.). Coletânea do II Workshop Internacional de Pragmática. Curitiba:UFPR, 2016.
- RAUEN, Fábio J. Por uma modelação abdução-dedutiva de interações comunicativas. Uma abordagem cognitiva da linguagem, p. 13-29, 2018.
- REESE-SCHÄFER, Walter. **Compreender Habermas**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2008.

REIS, Luís; BARBOSA, Haroldo. Notícia de jornal. In: HOLLANDA, Chico B.; BETHÂNIA, Maria. Chico Buarque e Maria Bethânia (ao vivo) [CD]. São Paulo: Gravadora Philips/Poygram, 1975.

SAFATLE, Vladimir. **O circuito dos afetos**: corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo. São Paulo: Cosac Naify, 2005.

SCHUTZ, Alfred; LUCKMANN, Thomas. **Las estructuras del mundo de la vida**. Buenos Aires: Amorrortu, 2003.

SCHUTZ, Alfred. **Refleitions on the problem of relevance**. New Haven and London: Yale University Press, 1970.

SCHUTZ, Alfred. **El problema dela realidade social**: escritos I. Buenos Aires: Amorrortu, 2003.

SCHUTZ, Alfred. **Sobre fenomenologia e relações sociais**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2012.

SHOEMAKER, Pamela J.; COHEN, Akiba A. **News around the world**: Content, practitioners, and the public. Routledge, 2005.

SILVA, Gislene. **Para pensar critérios de noticiabilidade** – estudos em jornalismo e mídia In.: Programa de Pós-graduação em Jornalismo e Mídia da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis: UFSC, 2005.

SILVA, Gislene; PONTES, Felipe Simão. Teorias da Notícia: impasses para a Teoria do Jornalismo. **Fronteiras-estudos midiáticos**, v. 11, n. 3, p. 176-184, 2009.

SILVA, Marcos P. Seleção Noticiosa, critérios de noticiabilidade e valores-notícia. In: SILVA, Gislene; SILVA, Marcos Paulo da; FERNANDES, Mario Luiz (orgs.). **Critérios de noticiabilidade**: problemas conceituais e aplicações. Florianópolis: Insular, 2014. p. 71-83.

SILVA, Rui S. Wittgenstein e a comunicação. In.: SANTOS, José M.; ALVES, Pedro M. S.; SERRA, Joaquim P. **Filosofias da Comunicação**. Covilhã: Livros Labcom/UBI, 2011.

SILVEIRA, Jane R. C.; FELTES, Heloísa P. M. **Pragmática e cognição**: a textualidade pela relevância. Edipucrs, 1999.

SOUZA, Jorge Pedro. Construindo uma teoria multifactorial da notícia como uma teoria do jornalismo. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, v. 2, n. 1, p. 73-92, 2005.

SOUSA, Jorge P. Uma história breve do jornalismo no ocidente. In.: **Jornalismo, história, teoria e metodologia**: perspectivas luso brasileiras. Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa, 2008. Acessado em 08/07/2020. Disponível em: <http://bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pedro-uma-historia-breve-do-jornalismo-no-ocidente.pdf>

SPERBER, Dan; WILSON, Deirdre. **Relevância**: Comunicação e Cognição. Tradução: Helen Santos Alves. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

SPERBER, Dan; WILSON, Deirdre. Teoria da relevância. **Linguagem em (Dis) curso**, Santa Catarina, v. 5, p. p. 221-268, 2005.

SPERBER, Dan; WILSON, Deirdre. Posfácio da edição de 1995 de “relevância: comunicação & cognição”. **Linguagem em (Dis) curso**, Santa Catarina, v. 5, p. 171-220, 2010.

STEPHENS, Mitchell. **História das comunicações**: do tantã ao satélite. Tradução: Elena Gaidano. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1993.

STRAßHEIM, Jan. Relevance theories of communication: Alfred Schutz in dialogue with Sperber and Wilson. **Journal of Pragmatics**. 42 (5): 1412-1441. 2010.

TOMÁS, Júlia C. S. P. A invisibilidade social, uma perspectiva fenomenológica. In.: **VI Congresso Português de Sociologia da Universidade Nova de Lisboa** (p. 285). Lisboa, PT

TRAQUINA, Nelson. Da necessidade dos estudos de jornalismo. [Entrevista concedida a] Gislene Silva. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, v. 1, n. 2, p. 199-207, 2004.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo**; porque as notícias são como são. Florianópolis: Insular, 2005.

VAN DIJK, Teun A. **La noticia como discurso**: comprensión, estructura y producción de la información. Barcelona: Paidós Ibérica, 1990.

VIDAL, Maria V. E. **Introducción a la pragmática**. Barcelona: Editorial Ariel, 1996.

WAGNER, Helmut R. A abordagem fenomenológica da sociologia (Introdução). In: SCHUTZ, Alfred. **Sobre fenomenologia e relações sociais**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2012.

WOLF, Mauro. **Teorias da Comunicação**. (10ª edição). Editorial Presença: Lisboa, 2009.

ZAMBONI, Lilian M. S. **Cientistas, Jornalistas e a Divulgação Científica**: subjetividade e heterogeneidade no discurso da divulgação científica. Campinas: Fapesp Autores Associados, 2001.

ZYLBERSZTAJN, Joana. **Regulação de mídia e colisão entre direitos fundamentais**. 2008. Dissertação (Mestrado em direito). Universidade de São Paulo, São Paulo.